

Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Ana Rita Conde Dias

**Repertórios interpretativos sobre o amor:
Das narrativas culturais às conjugalidades
violentas.**

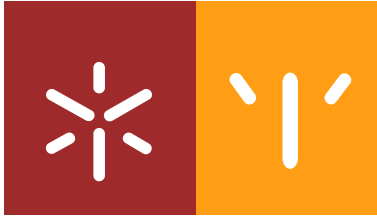
**Repertórios interpretativos sobre o amor:
Das narrativas culturais às conjugalidades violentas.**

Ana Rita Conde Dias

UMinho | 2012

Fevereiro de 2012





Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Ana Rita Conde Dias

**Repertórios interpretativos sobre o amor:
Das narrativas culturais às conjugalidades
violentas.**

Tese de Doutoramento em Psicologia
Especialidade de Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Carla Machado
do
Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves
e da
Professora Doutora Celina Manita

Fevereiro de 2012

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação traduz um processo de co-construção, para o qual o contributo de vários e diferentes intervenientes foi essencial.

Destaco, particularmente, a professora Carla Machado, orientadora científica, a quem, qualquer agradecimento que lhe dirija ficará, sempre, muito aquém e soar-me-á a pouco – porque a professora Carla não cabe em palavras. No entanto, consciente desta limitação, teço um agradecimento muito especial à Professora Carla, que “sonhou”, semeou, alimentou e fez crescer o presente trabalho. Acima de tudo, agradeço o facto de constituir, na minha história de vida académica, o ponto de viragem, a personagem central e a figura de referência. Por me ter proporcionado a oportunidade de descobrir a área da Psicologia da Justiça, com quem dei os primeiros passos e quem norteou todo o meu percurso académico. Por me ter incitado a pensar, a investigar, a querer saber mais, a melhorar continuamente e a crescer. Por me ter confrontado com uma vasta multiplicidade de experiências e de grelhas de significação alternativas, permitindo desenvolver o espírito crítico, a autonomia, o rigor e a exigência. Considerando sempre estas noções, associadas às da construção e, principalmente, da desconstrução, com a Professora Carla Machado aprendi que a mudança social (e individual) é possível e que, enquanto investigadoras, temos responsabilidades acrescidas e não nos podemos demitir, mostrando-me a dimensão aberta, multifacetada e inacabada da existência e da condição humana e social.

Obrigado por me permitir fazer parte do seu espaço relacional, de modo que, hoje (e sempre), sinto que a forma como sou/estou, vejo e lido com o mundo e com os fenómenos humanos e sociais está/é intimamente interdependente do processo de co-construção que fizemos. Não negligenciando as várias audiências, nesta arena onde atuamos e no diálogo que estabelecemos, a Professora Carla é (e será continuamente), interna e imagetivamente, a minha primeira interlocutora e a minha principal audiência. Como referi, podia escrever centenas de páginas, que seriam insuficientes: há pessoas, raras, que as palavras não comportam; há pessoas, únicas pela sua excecionalidade, discursivamente inenarráveis...

À Professora Celina Manita e ao Professor Rui Abrunhosa Gonçalves, também, orientadores científicos, pelo apoio e orientação ao longo dos últimos meses, cujo contributo foi crucial para a finalização do trabalho. Agradeço a sua exigência e rigor científicos, o seu questionamento crítico e o seu feedback.

Ao Professor Miguel Gonçalves e à Professora Marlene Matos, pela revisão e análise crítica de componentes importantes do presente trabalho.

Às minhas colegas da equipa de investigação da Professora Carla Machado, nomeadamente à Sónia Martins, à Sónia Caridade, à Rosa Saavedra, à Olga Cruz, à Helena Granjeira, à Carla Antunes e à Mariana Barbosa. Um especial agradecimento à Cláudia Coelho, não só pela sincera amizade, mas também pela sua colaboração ativa em momentos cruciais da tese e pela disponibilidade em refletir comigo e, recorrentemente, me questionar, criticar construtivamente e reforçar.

À Unidade de Justiça do Serviço de Consulta da Escola de Psicologia da Universidade do Minho, à Junta de Freguesia de Loriga e à Psicosan de Guimarães, por me proporcionarem condições para aceder a muitos dos que participaram no estudo e condições para realizar as entrevistas.

Agradeço a todos os que participaram no estudo, por partilharem as suas histórias de forma genuína. Sem a sua colaboração e contributo este trabalho não seria passível de concretização.

Ao Nuno Miguel, pela ajuda ao longo de uma parte substancial deste processo, principalmente na tarefa de proteger e armazenar informação. Ao meu mano, Carlitos, por me fazer companhia nos longos serões de trabalho.

Ao Tó Pereira e ao Rodrigo Amaro, pela amizade, pelo apoio e pelo encorajamento. Ao Dr. Paulo Almeida, por me ajudar a reunir condições suficientes para reencontrar o meu caminho. À Maria do Carmo Palula, ao Rui Neves e à Helena Martins, também pela amizade e pelo apoio, constituindo uma rede de suporte essencial numa fase particularmente difícil.

Agradeço, finalmente, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pela atribuição da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/28753/2006, que permitiu a realização desta dissertação.

A PRESENTE DISSERTAÇÃO ENGLOBALA ESTUDOS CONDUZIDOS NO ÂMBITO DO PROJETO "VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES JUVENIS DE INTIMIDADE "(PTDC/PSI/65852/2006) E ESTUDOS CONDUZIDOS NO ÂMBITO DO PROJETO "VITIMAÇÃO MÚLTIPLA DE MULHERES SOCIALMENTE EXCLUÍDAS: INTERSECÇÃO DE SIGNIFICADOS E TRAJETÓRIAS PARA A MUDANÇA" (PTDC/PSI-APL/113885/2009) FINANCIADO PELA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA.

REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS SOBRE O AMOR: DAS NARRATIVAS CULTURAIS ÀS CONJUGALIDADES VIOLENTAS

RESUMO

No presente estudo, adotando uma perspectiva sociocultural assente nos pressupostos construcionistas sociais, procuramos analisar e compreender o fenómeno do amor, mais precisamente, a sua articulação com as práticas relacionais amorosas, entre as quais, as que se caracterizam pela violência. No percurso teórico que desenvolvemos, encontramos fundamentos que nos permitem sustentar o argumento de que o amor e a violência na intimidade são fenómenos intimamente dependentes das práticas e discursos socioculturais, pelo que defendemos a interligação dos fenómenos e a adoção de uma perspectiva sociocultural na sua análise.

No que diz respeito à violência na intimidade, procedeu-se à revisão das teorias e da investigação que integram a dimensão cultural, concluindo-se que há fatores socioculturais que fornecem racionais e justificações para a violência. No que diz respeito ao amor, realizamos uma revisão exaustiva das diferentes abordagens teóricas e estudos sobre o fenómeno, constatando o reconhecimento consensual da existência de variações culturais na experiência do amor e concluindo que esta é constrangida pelos padrões culturais vigentes num dado tempo/espço, incluindo a experiência “violenta” do fenómeno.

Utilizando uma metodologia qualitativa da análise do discurso e recorrendo ao conceito de “repertório interpretativo”, procuramos compreender quais as grelhas interpretativas culturais disponíveis para significar o amor e analisar de que forma essas grelhas/repertórios são apropriadas e transformadas no discurso e nas práticas dos diferentes sujeitos. Mais especificamente, de que forma estas grelhas interpretativas podem influenciar as relações de intimidade e o recurso a práticas violentas ou abusivas.

No primeiro estudo empírico analisámos o discurso dos sujeitos sem historial de violência e com diferentes *backgrounds* geracionais (adultos de diferentes faixas etárias e jovens). Concluiu-se que existe de uma continuidade discursiva transgeracional mas identificaram-se algumas especificidades geracionais, discutidas à luz do contexto sociocultural.

No segundo estudo empírico, realizou-se uma análise comparativa entre os sujeitos com historial de violência e os sujeitos sem historial de violência, tanto da população juvenil como da população adulta. Além dos aspetos consensuais, discutem-

se as especificidades que distinguem os sujeitos com historial de violência dos sujeitos sem historial de violência e, mais especificamente, discutem-se as particularidades que distinguem o discurso dos jovens.

No terceiro e no quarto estudo empíricos analisou-se o discurso dos agressores e o discurso das vítimas. No estudo com os agressores, verificou-se que o tema da conflitualidade/violência é central no seu discurso, havendo uma tentativa de integrar na sua história a perpetração de violência contra a parceira. Identificam-se diferenças entre os agressores juvenis e os agressores adultos, bem como diferenças decorrentes da situação relacional dos sujeitos. No estudo desenvolvido com as vítimas, identificaram-se tentativas de conciliar a experiência da vitimação com a componente amorosa mas, também, a experiência de perpetração no feminino. Identificaram-se, também, diferenças entre as vítimas jovens e as adultas, bem como algumas especificidades decorrentes da situação relacional das mulheres.

Face aos resultados destes dois estudos, são analisados os discursos socioculturais mais alargados sobre o amor e explorados tópicos de intervenção. Reflete-se, ainda, sobre a forma como os discursos do amor constroem, diferenciadamente, a experiência da vitimação e a experiência da perpetração no feminino.

Por fim, na conclusão, debatemos as implicações dos resultados a três níveis: (i) o que traduzem quanto aos processos históricos, sociais e políticos da cultura portuguesa; (ii) as possibilidades que abrem/fecham enquanto recursos culturais para a construção do amor e das práticas/formas relacionais (e em que medida podem constroer/influenciar a vivência de relações violentas, abusivas e assimétricas); e (iii) pistas para a intervenção, preventiva e remediativa, que fornecem, mas sob uma perspectiva cultural.

INTERPRETATIVE REPERTOIRES ABOUT LOVE: FROM CULTURAL NARRATIVES TO VIOLENT INTIMATE RELATIONSHIPS

ABSTRACT

In this study, by adopting a sociocultural perspective based on social constructionist assumptions, we pursue to analyze and understand the phenomenon of love, more precisely, its articulation with relational loving practices, including those that are characterized by violence. In our theoretical approach, we find evidence that love and violence in intimate relationships are closely dependent of sociocultural practices and discourses, allowing us to support the interconnection of these phenomena and the adoption of a sociocultural perspective in its analysis.

With regard to violence in intimate relationships, we provide an overview of the theoretical knowledge and empirical research generated by the concern over its cultural dimension, concluding that there are sociocultural factors that sustain and validate violence. With regard to love, we make a thorough review of the various theoretical approaches about the phenomenon; as well we describe the empirical research developed under these approaches. There is a consensual recognition that they are cultural differences in love experience, and that love experience is constrained by cultural patterns prevailing in a given time and space, including the "violent" experience of the phenomenon.

By using the qualitative methodology of discourse analysis, along with the concept of "interpretative repertoire", we try to understand which cultural interpretive networks are available to give meaning to love. We analyze how these networks/repertoires are appropriated and transformed through the discourse and practices of different subjects. More specifically, we analyze how these interpretative networks may influence intimate relationships and the recourse to violent or abusive practices.

In the first empirical study we analyze the discourse of subjects with no history of violence, from different generational backgrounds (adults from different age groups and youngsters). We conclude that there is a transgenerational discursive continuity but, we also identify generational specificities, which are discussed within the sociocultural context.

In the second empirical study, we make a comparative analysis between subjects with a violent story and subjects without violent story, including both youngsters and adults. Beside the consensual issues, we discuss the specificities that distinguish subjects with a violent story and subjects without violent story; and, more precisely, we discuss the peculiarities that differentiate the youngsters' discourses.

In the third and fourth empirical studies we analyze, specifically and respectively, the discourses of aggressors and victims. In the study of aggressors, we realize that conflict/violence is a central issue in their discourse, being an attempt to integrate the violence against women in their story. We identify differences between juvenile and adult, along with differences arising from the subjects' relational status. Considering our results, we discuss the broader sociocultural discourses about love that legitimizes the use of violence; as well we explore areas of intervention.

In the study with the victims, we identify not only the attempt to conciliate victimization, but also the experience of female perpetration, with love dimension. We find differences between young and adult victims, as well as some specificities resulting from women's relational status. Considering the results, we also discuss the broader sociocultural discourses about love and we explore topics for intervention. In addition, we analyze how the discourses about love constrain both the experience of victimization and of female perpetration.

Finally, in the conclusion, we discuss the implications of the results at three levels: (i) what they translate regarding historical, social and political processes of Portuguese culture; (ii) the possibilities they open or close as cultural resources for the construction of love and relational practices/forms (and to what extent they may constrain/influence the experience of abusive, violent and asymmetric relationships), and (iii) the clues they provide for intervention, both preventive and remedial, but in a cultural perspective.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE 1	9
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
CAPÍTULO I	11
CULTURE AND WIFE ABUSE: AN OVERVIEW OF THEORY, RESEARCH, AND PRACTICE	
1. Introduction	13
2. Theoretical Perspectives on Culture and Wife Abuse	13
2.1 Attitudinal and (Sub)Cultural Theories	13
2.2 Systemic and Ecological Approaches	16
2.3 Feminism and Multiculturalism	18
3. A Typology of the Research on Culture and Wife Abuse	21
3.1. Anthropological and Ethnographic Studies	21
3.2. Prevalence Studies	23
3.2.1 National or Local Prevalence Studies	23
3.2.2 Prevalence Studies with Specific Ethnic Groups	25
3.3 Cultural Values and Attitudes Studies	26
3.4 Impact Studies	29
4. Cultural Competency and Professional Responses to Victims	32
4.1 Culture and the Legal System Response to Victims	32
4.2 Culture and the Support System Response to Victims	33
4.3 Developing the Cultural Competence of Professionals	34
5. Deconstructing “Culture”: Critical Reflections on Theory and Research	36
5.1 The Assumption of the Reification of Culture	36
5.2 The Assumption of Culture as a Phenomenon of the “Other”	37
5.3 The Assumption that Equates Culture with Race	38
5.4 The Assumption that Culture is a Discursive Resource for the Whitewashing of Structural Disadvantages	38
Acknowledgments	39
References	39

CAPÍTULO II	49
AMOR E VIOLÊNCIA NA INTIMIDADE: DA ESSÊNCIA À CONSTRUÇÃO SOCIAL	
Resumo	51
Abstract	51
1. Introdução	51
2. Do Fatalismo Inato à Formatação Social do Amor: Teorias Biológicas/Evolucionistas e Desenvolvimentais vs. Teorias Estruturalistas	52
2.1. Teorias Biológicas/Evolucionistas e Desenvolvimentais	53
2.2. Perspetivas Estruturalistas	56
3. Da Reificação à Construção Cultural: Abordagens Taxonómicas vs. Perspetivas Críticas e Construcionistas Culturais	57
3.1. Abordagens Taxonómicas	58
3.2. Abordagens Críticas e Construcionistas Sociais	61
4. Amor e Violência na Leitura Construcionista Social: Os Estudos Culturais e Narrativos	63
5. Contributos, Limitações e Desafios às Abordagens Construcionistas Sociais	65
6. Considerações Finais	66
Referências	68
PARTE 2	73
ESTUDOS EMPÍRICOS	
CAPÍTULO III	75
DISCURSOS SOCIOCULTURAIS SOBRE O AMOR EM PORTUGAL: UM PERCURSO GERACIONAL?	
Resumo	77
Abstract	77
1. Introdução	78
2. Metodologia	81
2.1. Processo de amostra e amostragem	81
2.2. Objetivos e questões de investigação	82

3. Procedimentos	84
4. Análise e resultados	84
(i) Repertórios interpretativos sobre o amor e temas associados	85
(ii) Contrastação do discurso da população juvenil com o da população adulta	90
(iii) Contrastação geracional dos discursos	92
(iv) Repertórios interpretativos sobre o amor – o discurso feminino e o discurso masculino	99
5. Considerações finais	101
Referências	103
CAPÍTULO IV	107
RELAÇÕES DE INTIMIDADE JUVENIS E ADULTAS, UMA ANÁLISE COMPARATIVA: DAS NARRATIVAS DE AMOR ÀS CONJUGALIDADES VIOLENTAS	
Resumo	109
1. Introdução	109
2. Metodologia	114
2.1. Objetivos do estudo	114
2.2. Participantes	114
2.3. Recolha de dados	115
2.4. Metodologia de análise	116
3. Descrição dos resultados	116
3.1. Quais os discursos sobre o amor e a intimidade veiculados pelos sujeitos com história de violência e pelos sujeitos sem história violência?	117
3.2. Quais os grupos que mais se aproximam e/ou distanciam nos discursos sobre o amor? Quais os pontos de divergência e/ou de consenso?	123
3.3. Focando mais especificamente os sujeitos com história de violência, há diferenças entre o discurso dos jovens e o dos adultos?	125
3.4. Focando mais especificamente os jovens, há diferenças entre o discurso dos jovens com história de violência e os jovens “normativos”?	127
4. Discussão dos resultados	128
(i) Repertórios interpretativos sobre o amor: da facilitação à limitação da violência	128

(ii) Repertórios interpretativos sobre o amor: possibilidade de ação e potenciais pontos de intervenção	131
5. Considerações finais	134
Referências	136
CAPÍTULO V	141
INTERPRETATIVE REPERTOIRES ABOUT LOVE AND INTIMATE RELATIONSHIPS: NARRATIVES OF THOSE WHO “LOVE VIOLENTLY”	
Abstract	143
1. Introduction	143
2. Aims	144
3. Participants	144
4. Data collection	145
5. Theoretical background	146
6. Method of analysis	147
6.1. Codification and analysis procedures	148
7. Analysis	149
7.1. The ways offenders make meaning about love and violence	149
7.2. Violence legitimation – how they do it	157
7.3. How the discursive tools they use to make sense of their intimacy experiences constrain and/or promote their actions	160
8. Discussion and conclusions	162
Final considerations	164
References	164
CAPÍTULO VI	167
REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS SOBRE O AMOR E AS RELAÇÕES DE INTIMIDADE DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: AMAR E SER AMADO VIOLENTAMENTE?	
Resumo	169
Abstract	169
1. Introdução	170

2. Metodologia	174
2.1. Objetivos e questões de investigação	174
2.2. Participantes	175
2.3. Procedimentos	176
3. Análise	178
a) Que repertórios interpretativos sobre o amor e as relações de intimidade são utilizados pelas mulheres vítimas de violência quando nos relatam a sua história?	178
b) A experiência da vitimação surge no discurso? Se sim, como é significada e de que forma os discursos sobre o amor e a intimidade constroem a sua vivência?	181
c) O uso da violência por parte destas mulheres surge no seu discurso? Se sim, como é significada e de que forma os seus discursos sobre o amor e a intimidade constroem a sua vivência?	184
4. Conclusão	187
5. Considerações Finais	191
Referências	192
CONCLUSÃO INTEGRADORA	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
ANEXOS	235
ANEXO I: Entrevista: A história de amor da sua vida, adaptado de “ <i>The Life Story Interview</i> (D.P. McAdams, 1995, Northwestern University), por C. Machado & A. R. Dias, 2006, Universidade do Minho.	237
ANEXO 2: Termo de consentimento informado	245

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 (capítulo 3) - Estrutura da amostra (participantes)	82
Tabela 2 (capítulo 3) – Comparação percentual dos repertórios interpretativos pela população juvenil e pela população adulta	90
Tabela 3 (capítulo 3) – Comparação percentual dos repertórios utilizados em função do estado civil/relacional	91
Tabela 4 (capítulo 3) – Comparação percentual dos repertórios utilizados pela população adulta, em função da sua faixa etária específica	92
Tabela 5 (capítulo 3) – Comparação percentual entre os repertórios utilizados pelas mulheres e pelos homens	99
Tabela 1 (capítulo 4) – Participantes	115
Tabela 2 (capítulo 4) – Comparação percentual entre os repertórios utilizados pelos sujeitos com história de violência e pelos sujeitos sem história de violência	117
Tabela 3 (capítulo 4) - Comparação percentual dos repertórios utilizados pelos sujeitos com história de violência e pelos sujeitos sem história de violência, considerando a etapa da vida (Jovens vs. Adultos)	123
Table 1 (capítulo 5) – Participants	145
Table 2 (capítulo 5) – Utilization of the repertoires according to subjects' current situation in the violent relationship (%)	157
Table 3 (capítulo 5) - Violence in the context of repertoires according to the subjects' current situation in the violent relationship (%)	160
Tabela 1 (capítulo 6)	176

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Na presente dissertação, “Repertórios interpretativos sobre o amor: das narrativas culturais às conjugalidades violentas”, assumimos, à luz dos pressupostos do construcionismo social, uma leitura sociocultural na análise dos fenômenos da violência na intimidade e do amor. Mais do que um estudo sobre a violência na intimidade, este é um estudo sobre a significação e vivência do amor ou, mais precisamente, um estudo que procura explorar e compreender a articulação entre os significados culturais de amor e as práticas relacionais amorosas, entre as quais, as conjugalidades violentas.

A violência na intimidade é, cada vez mais, alvo de interesse por parte da comunidade científica, tratando-se de um problema de saúde pública global, de ampla disseminação e crescimento ao nível mundial (WHO, 2001). O fenômeno começou a ser alvo de interesse por parte da comunidade científica internacional a partir dos anos sessenta, nomeadamente, devido ao trabalho impulsionador dos movimentos feministas na denúncia e consciencialização do público para a violência na esfera privada da família (Matos, 2000; Neves, 2005; Pais, 1998). Os estudos, desde então, proliferaram, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, alargando-se, nos últimos anos, a todos os continentes. Em Portugal, a análise científica do fenômeno aconteceu mais tardiamente, iniciando-se na década de 90, período em que se destaca o estudo de Lourenço, Lisboa e Pais (1997), desenvolvendo-se, mais recentemente, com um conjunto diverso de estudos, com destaque para os de Machado e colaboradores (2005, 2007, 2008), que indicam níveis preocupantes de violência.

Uma revisão da produção científica sobre a violência na intimidade, permitiu-nos constatar que esta se tem centrado na prevalência dos diferentes tipos de abuso e na análise dos seus efeitos, surgindo, mais recentemente, o interesse pela compreensão das atitudes, crenças, mitos e valores culturais subjacentes à violência. No entanto, a análise da forma como as questões culturais pode influenciar o comportamento das vítimas e dos ofensores ou, ainda, a análise de como as diferenças e mudanças culturais podem influenciar as taxas e formas de violência (Machado & Dias, 2008), é ainda escassa.

Também da revisão das várias abordagens teóricas sobre a etiologia do fenômeno, resulta a constatação de um percurso evolutivo que vai das visões micro, mais estreitas e individualizadas (teorias intraindividuais), às visões dinâmicas e sistêmicas (teorias diádicas-familiares) até, por fim, a uma perspetiva mais ampla, contextualiza e cultural do fenômeno (proporcionada pelas abordagens socioculturais).

De um modo geral, tanto em termos empíricos como em termos teóricos, há um percurso que aponta para a necessidade de uma leitura sociocultural da violência na intimidade. As teorias socioculturais e os mais recentes estudos desenvolvidos no seu âmbito, indicam que as sociedades proporcionam o contexto experiencial e interpretativo para a violência, havendo determinados fatores socioculturais que fornecem racionais e justificações para a violência e que podem, até, conceptualizar práticas violentas como aceitáveis e legítimas (Levesque, 2001; Malley-Morrison & Hines, 2004)

De facto, o estudo da violência na intimidade tem vindo a atribuir uma importância crescente aos fatores socioculturais e aponta para a necessidade de assumir uma perspectiva cultural na análise do fenómeno. No entanto, mesmo no âmbito da investigação sociocultural, tem sido conferida pouca atenção à relação entre a violência e a dimensão amorosa das relações onde aquela ocorre, assim como se tem negligenciado a forma como as representações sobre o amor e sobre as relações íntimas amorosas pode ter influência no desenvolvimento de conjugalidades violentas.

Apesar da parca investigação sobre o amor e a violência, alguns estudos sugerem que determinadas representações do amor e das relações amorosas podem influenciar a perpetração da violência (Borochowitz, 2008) e constituir um fator que mantém as vítimas em relações abusivas (Townes & Adams, 2000), indicando que a violência conjugal e o amor se encontram intimamente ligados: a violência na intimidade pode ser percebida como uma manifestação e prova de afeto (Amoakohene, 2004) e algumas “idealizações” do amor e das relações reforçam a perpetração e desvalorização dos maus-tratos, tanto pelas vítimas como pelos agressores (Caridade & Machado, 2006; Henton, Cate, Koval, Lloyd, & Christopher, 1983; Romkens & Mastenbroek, 1998).

No entanto, os estudos que têm procurado colmatar as lacunas assinaladas, estudando a relação entre os discursos culturais sobre o amor e a violência têm variado nos seus instrumentos analíticos, recorrendo, por exemplo, à análise das narrativas das mulheres (e.g., Riessman, 1991) ou à *grounded analysis* do seu discurso (e.g., Yoshihama, 2000). São, contudo, estudos muito focados nas significações pessoais, sendo limitada a articulação explícita do plano pessoal com a dimensão cultural da violência.

Esta articulação tem, no entanto, sido tentada noutros domínios conceptuais, como sejam a relação entre os discursos institucionais e as práticas racistas (e.g., van Dijk, 1995) ou a conexão dos mitos sociais com as narrativas justificativas dos

violadores (e.g., Kellett, 1995). Tal articulação assenta na conceção de que a realidade, tal como a experienciamos, é construída nas nossas práticas linguísticas, influenciadas pela cultura, mas, também, pelo contexto relacional específico em nos movemos. Isto significa que as nossas construções do mundo são mutáveis, embora dentro dos limiares que a cultura estabelece (Potter & Wetherell, 1992).

Neste sentido, o conceito que nos parece melhor operacionalizar esta forma de conceber a relação entre a cultura e a subjetividade, e que utilizaremos ao longo dos estudos da dissertação, é o de “repertório interpretativo” (Potter & Wetherell, 1992), que considera que as significações pessoais "são construídas a partir de uma variedade de recursos linguísticos preexistentes" (p.33), dos quais é feita uma "seleção ativa" (p.34) - não necessariamente consciente - pelos sujeitos.

Adotando esta conceptualização, na presente dissertação procuramos, então, utilizando a metodologia qualitativa da análise do discurso (Potter & Wetherell, 1998), compreender quais as grelhas interpretativas culturais disponíveis para significar o amor e analisar de que forma essas grelhas/repertórios se manifestam no discurso dos sujeitos envolvidos em relações violentas e no discurso dos sujeitos envolvidos em relações não violentas.

Mais especificamente, este estudo pretende identificar as grelhas interpretativas disponíveis culturalmente para significar o amor e as relações de intimidade e analisar de que forma é que os diferentes grupos sociais - sujeitos sem história de violência, sujeitos com história de violência (vítimas e agressores), sujeitos de diferentes estados civis e sujeitos de diferentes gerações (nomeadamente, a diferenciação entre os jovens e os adultos) - apropriam e adaptam estas grelhas interpretativas, influenciando as suas relações de intimidade e o recurso a práticas violentas ou abusivas.

Há a referir que a dissertação assume o formato de uma "dissertação assente em publicações", um dos modelos possíveis de adotar na apresentação dos trabalhos de Doutoramento na Universidade do Minho. Cada um dos capítulos que integra a presente tese, excetuando a introdução e a conclusão, constituem artigos/capítulos de livros já publicados (capítulo 1 e capítulo 2), aceites para publicação/no prelo (capítulo 4 e capítulo 6) ou submetidos para publicação (capítulo 3 e capítulo 6), a nível nacional ou internacional. Incluímos, no início de cada capítulo, a referência à sua publicação original.

Assim, a dissertação está estruturada em duas partes, contendo seis capítulos: a primeira parte integra os dois primeiros capítulos teóricos, já publicados, que constituem a fundamentação teórica da investigação; e a segunda parte integra o capítulo terceiro, quarto, quinto e sexto, que correspondem aos quatro estudos empíricos desenvolvidos.

No que diz respeito à primeira parte, de fundamentação teórica, adotando uma leitura cultural na análise do fenómeno da violência na intimidade, no **primeiro capítulo** – “Culture and wife abuse: an overview of theory, research, and practice” - procede-se a uma descrição geral e alargada do estado atual da investigação e do conhecimento teórico desenvolvidos sob a perspectiva cultural. Discutem-se as implicações práticas de abordar o fenómeno sob uma perspectiva cultural, nomeadamente, a questão da necessidade do desenvolvimento de competências culturais por parte dos diferentes profissionais e da adequação das respostas judiciais e institucionais. Discute-se, ainda, o conceito de cultura, refletindo sobre as suas potencialidades e riscos. É de notar que, pelo facto da violência na intimidade ser um dos tipos de violência mais comuns que afeta, principalmente, as mulheres (Counts, Brown, & Campbell, 1999; WHO, 2001) e, conseqüentemente, pelo facto de a maioria do conhecimento teórico, da investigação empírica e das práticas interventivas se ter desenvolvido em torno da violência na intimidade sofrida no feminino, o capítulo incide na “violência contra a mulher”, utilizando-se terminologia “*wife abuse*”.

No **segundo capítulo**, “Amor e violência na intimidade: da essência à construção social”, procede-se ao enquadramento teórico do amor e da sua articulação com o fenómeno da violência na intimidade. Faz-se uma revisão e análise das abordagens teóricas sobre o amor nas Ciências Sociais, principalmente na Psicologia, e, no contexto das diferentes abordagens e considerando os estudos empíricos desenvolvidos, analisamos a forma como amor e violência têm sido articulados. Assinalando os principais contributos e limitações de cada abordagem, fundamentamos a necessidade de adotar uma perspectiva construcionista social na conceptualização do amor. Argumentamos que o amor é um fenómeno socioculturalmente construído, chamando a atenção para a necessidade de desconstruir determinados discursos sobre o amor que podem contribuir para práticas relacionais violentas.

No percurso teórico que tecemos nos dois primeiros capítulos encontramos fundamentos que nos permitem sustentar o argumento de que o amor e a violência na

intimidade são fenômenos intimamente dependentes das práticas e discursos socioculturais. Assim, entendemos que a dimensão cultural deve ser considerada, não apenas uma influência, mas uma dimensão constitutiva e indissociável dos fenômenos.

Na segunda parte, apresentamos os quatro estudos empíricos desenvolvidos, organizados numa lógica dedutiva, isto é, partindo da análise da população em geral até chegarmos à análise, mais específica, dos agressores e das vítimas. Neste sentido, começamos pela análise da população em geral, “normativa”/sem história de conjugalidade violenta, seguindo-se a análise comparativa entre os sujeitos sem história de violência e os sujeitos com história de violência, até chegarmos a análise específica e aprofundada dos agressores e, por último, das vítimas.

Dado que partimos do princípio teórico, anteriormente explicitado, de que os sujeitos constroem as suas versões do mundo a partir da “seleção do leque de grelhas interpretativas disponíveis na cultura” (Sasson, 1995, p.10), no **terceiro capítulo** - “Discursos socioculturais sobre o amor em Portugal: um percurso geracional?” -, procuramos identificar e compreender as grelhas interpretativas culturalmente disponíveis para conferir significado às experiências amorosas e perceber de que forma são aprofundadas e transformadas pelos sujeitos de diferentes *backgrounds* geracionais. Assim, procederemos à contrastação do discurso de jovens atuais com o discurso de adultos de diferentes contextos geracionais, considerando também os diferentes estados civis e o sexo dos sujeitos. Por fim, defendendo que o discurso tem um papel constitutivo da “realidade”, com consequências ao nível da ação (Sasson, 1995), refletimos criticamente sobre as implicações da construção sociocultural dos discursos sobre o amor na vivência da intimidade dos diferentes grupos de sujeitos.

Porque consideramos que, além da identificação e análise dos discursos que facilitam e sustentam a violência na intimidade, é necessário analisar, também, os discursos que a podem limitar e que promovam relações mais “funcionais”, no **quarto capítulo**, “Relações de intimidade juvenis e adultas, uma análise comparativa: das narrativas de amor às conjugalidades violentas”, fazemos uma análise comparativa entre os sujeitos com historial de violência e os sujeitos sem historial de violência, tanto da população juvenil como da população adulta. O objetivo central é compreender de que forma os discursos sobre o amor podem facilitar ou, pelo contrário, limitar, o estabelecimento e a vivência de relações de intimidade violentas. Além dos pontos de consenso, discutem-se as especificidades que distinguem os sujeitos com historial de violência dos sujeitos sem historial de violência e, mais especificamente, discutem-se as

particularidades que distinguem o discurso dos jovens. Por fim, considerando as particularidades discursivas que distinguem os diferentes grupos de sujeitos, exploramos os potenciais pontos de intervenção (preventiva e remediativa) diferenciada, principalmente, com os jovens.

Os dois últimos capítulos, mais específicos, analisam, com maior profundidade, o discurso dos sujeitos com história de violência: o discurso dos agressores (capítulo v) e o discurso das vítimas (capítulo vi).

Assim, no **quinto capítulo**, “Interpretative repertoires about love and intimate relationships: narratives of those who «love violently»”, procuramos identificar e analisar os repertórios interpretativos sobre o amor utilizados pelos agressores, explorando como são usados para facilitar e legitimar o uso de violência. A partir dos resultados, discutem-se tópicos de intervenção.

No **sexto capítulo**, “Repertórios interpretativos sobre o amor e as relações de intimidade de mulheres vítimas de violência: amar e ser amado violentamente?”, procuramos compreender como as mulheres vítimas de violência falam sobre o amor e as relações de intimidade e como experienciam e significam o fenómeno da violência. No sentido de evitar um potencial reducionismo analítico resultante do uso exclusivo da “genderização” como grelha de leitura - uma vez que esta acaba por reforçar o posicionamento da mulher exclusivamente como vítima passiva -, procuramos reconhecer a variabilidade do fenómeno da vitimação e explorar outras perspetivas, nomeadamente, a agressividade feminina/o recurso à violência por parte da mulher no contexto da intimidade. Assim, analisamos, não só, a violência sofrida mas, também, a violência perpetrada, procurando explorar o recurso à violência por parte destas mulheres, em que contextos o fazem e como o significam. Face aos resultados, discutem-se os discursos socioculturais mais alargados sobre o amor, veiculados nas narrativas destas mulheres, as implicações destes discursos nas práticas relacionais e no posicionamento das mulheres na relação. Reflete-se, ainda, sobre a forma como os discursos do amor constroem, diferenciadamente, a experiência da vitimação e a experiência da perpetração no feminino.

Terminamos com uma **conclusão**, onde procedemos à análise e articulação de forma integrada das ideias centrais dos capítulos da fundamentação teórica e destas com as principais conclusões de todos os estudos empíricos. Refletimos, ainda, sobre o percurso efetuado durante a investigação e discutimos os possíveis contributos do estudo, as suas limitações e algumas questões para futuras investigações.

PARTE 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I

**CULTURE AND WIFE ABUSE:
AN OVERVIEW OF THEORY, RESEARCH, AND PRACTICE^{1 2}**

¹ Este capítulo, deu origem a uma publicação, em coautoria: Machado, C., **Dias, A. R.**, & Coelho, C. (2010). Culture and wife abuse: An overview of theory, research, and practice. In S. H. Shoman, P. Knepper, M. Kett (Eds.), *International Handbook of Victimology* (pp. 639-668). CRS Press, Taylor and Francis: London.

² Este capítulo foi elaborado no âmbito do projeto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade” (PTDC/PSI/65852/2006), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

CULTURE AND WIFE ABUSE: AN OVERVIEW OF THEORY, RESEARCH, AND PRACTICE

1. Introduction

It is almost common sense to say that wife abuse is a cultural problem and that cultural change is needed to eradicate this form of violence. However, this does not translate into the way scientific research in the area has been conducted. In fact, wife abuse research has for many years been dominated by prevalence and impact studies in which cultural dimensions are, at best, superficially debated. At the theoretical level, although cultural factors are always mentioned when debating risk factors for violence, the focus has been on the family and individual factors that facilitate intimate violence.

The past few decades mark, however, a significant change in this regard. Prevalence and impact studies have extended to different regions of the globe and to various ethnic groups. Phenomena such as globalization and migrations have reinforced the difficulties of defining and identifying violence, and it is no longer possible to ignore the hyper-representation of minority and poor groups among those families submitted to some form of judicial intervention [Abney, 2002]. On the theoretical level, this has stimulated an awareness of the intersectionality [Crenshaw, 1994] of gender, class, and race in the experience of wife abuse and the concomitant need to rethink former explanations for this phenomenon. On the practical side, there is growing concern over the cultural competence of professionals and the unfair treatment of minorities by help professionals, police officers, and the courts.

This chapter will try to provide an overview of the current state of knowledge generated by this “new” concern over the cultural dimension of wife abuse, finishing with a discussion of the concept of culture, its potentialities, and risks.

2 Theoretical Perspectives on Culture and Wife Abuse

2.1 Attitudinal and (Sub)Cultural Theories

The relationship between violent behaviors and attitudes has received significant attention from criminological research, especially in the past few decades. According to this thesis, culturally transmitted attitudes and values are responsible for violence, and sociodemographic disparities in violence levels are the result of differences in attitudes, values, and norms between social groups. According to Markowitz [2001:207], several

“studies have found that attitudes explain significant portions of age, gender, and SES (socioeconomic status) differences in violence against non-family targets.

A recent cross-cultural analysis [Archer, 2006] has, in fact, shown that sexist attitudes and approval of violence against women were related variations in women victimization rates. A number of other studies reinforce the idea that violence legitimization attitudes are important predictors of intimate violence [e.g., O’Keefe, 1997] and found out that perpetrators of wife abuse tend to endorse more violence-prone attitudes [e.g., Sugarman and Frankel, 1996; Machado et al., 2007].

It must, however, be emphasized that these results are not consensual, with some authors finding evidence that attitudes, although important, do not explain demographic differences in wife abuse [e.g., Markowitz, 2001]. Others stress that low levels of violence legitimization do not automatically translate into the erosion of violent behaviors [e.g., Michalski, 2004]. A possible explanation for this paradox is the finding that, although people may disapprove of violence on a general level, they find it acceptable in some forms and situations [cf. Carlson and Worden, 2005]. This may signal the coexistence of “conflicting values and attitudes” [Parke and Lewis, 1981:173] toward intimate violence.

Cultural explanations for violence, such as these we have been examining, are frequently described as derived from the “subculture of violence” theory developed by Wolfgang and Ferracuti [1967]. This theory considers that violence is grounded on group cultural norms that differ from commonly shared beliefs and according to which violence is justifiable and even honorable.

According to this theory, among certain social groups, especially lower class males, violence is perceived as a common and legitimate means to address interpersonal conflicts and, moreover, as a source of power and status among peers [ibid.]. The transmission of these beliefs and values may be explained through social learning theory, according to which the group provides the context for the violence learning process, offering both the role models and the cultural norms that justify violence.

Applied to our theme, this would mean that wife abuse results from a violent male subculture that considers violence against women as acceptable or even as a proof of masculinity and dominance [Levinson, 1989]. This would explain the uneven distribution of violence among social classes, namely, the higher prevalence rates found in the more deprived families [cf. Michalski, 2004].

Since its conception, the subculture of violence theory has known many variations, one of them being its extension from the subcultural to the cultural level. According to some authors, differences in the frequency or severity of violence between countries or societies can be explained by their cultural norms regarding violence and its acceptability [cf. Levinson, 1989]. This means that “some societies have a basic set of values and beliefs that emphasize aggression and violence” [ibid.:40], and that in these societies violence constitutes a common pattern of behavior, observable in several spheres of life (e.g., family, sports, education). Authors such as Barash and Webel [2002] notice, for example, the widespread acceptance of violence in the United States, giving examples from television, films, and folklore.

The (sub)culture of violence theory has been tested by several researchers [e.g., Levinson, 1989; Counts, Brown, and Campbell, 1999], and some associations were found between wife beating and rates of other violent offences or broader patterns of violent conflict management. However, there are studies that find no correlation between domestic violence and other violent offences [e.g., Archer, 2006], and, even among those with some positive results, the findings are not consistent about the specific forms of interpersonal violence correlated with domestic abuse [cf. Levinson, 1989]. According to Counts et al. [1999], the very notion of a subculture of violence receives only marginal support from cross-cultural research.

On a theoretical level, the (sub)culture of violence theory has received many critiques, namely, the fact that it does not explain the origin of subcultural norms or the way they change over time [Gelles and Straus, 1979]. It also has been accused of neglecting the specific structural circumstances that make family violence different from common criminal violence, namely, the emotional bond between offenders and victims, the intimacy context, and the fact that female victims of violence frequently also engage in violent behaviours [Grandin and Lupri, 1997]. Finally, because of its particular application to the explanation of violence among minority groups, namely, African Americans, it has been accused of presenting a stereotypical and distorted view of that culture and its values [cf. Barnes, 1999].

(Sub)culture of violence theory has, however, in our opinion, made an interesting point when it stressed that wife abuse can be the product of cultural norms, rather than just a norm violation that derives from individual maladjustment. It also shed some light into the gendered nature of intimate aggression, relating it to

conceptions of masculinity and peer status, topics that were later readdressed by feminist researchers.

2.2 Systemic and Ecological Approaches

The ecological approach is one of the most well-known and accepted theories in the field of family violence. Although it does not emphasize culture over other levels of influence, this theory conceives violence as the product of a complex web of influences that go from the microindividual to the macrocultural level. It is based on the early work on development conducted by Bronfenbrenner [1979], later applied to the etiology of child abuse [Belsky, 1993; Garbarino, 1993] and, to a lesser extent, to wife abuse [Dutton, 1995; Malley-Morrison, 2004; Stith et al., 2004; Brownridge, 2006].

According to Belsky [1993], family violence explanations should take into account the “developmental-psychological context” of individuals (onto-genetic level), the “immediate interactional context” between family members (microsystem), the formal and informal contexts that influence family life (exosystem), and the cultural context (macrosystem).

Although the relationship between these levels of influence has been conceptualized in different ways, Malley-Morrison’s [2004] cognitive-ecological approach seems to us particularly relevant, given the emphasis it places on the cultural level. According to this framework, individuals act based on their individual implicit theories about the acceptability of violence, these implicit theories being developed in the broader cultural context. In this model, implicit theories are a part of the cultural heritage of the subject and translate into his or her way of thinking and judging specific situations and the way to respond to them. Reliance on these theories is especially likely to occur when subjects are confronted with ambiguous and stressful situations, such as interpersonal conflict. These theories may include assumptions about family and gender roles, the justifiability of aggression and its effects, as well as representations of the self and relationships (e.g., collectivist vs. individualist views of the self).

The ecological approach has some unique advantages over other theoretical models, namely, the ability to consider at the same time micro and macro level variables, and taking into account the way socioeconomic and cultural structures influence family life [Garbarino, 1993]. The ecological approach also has the advantage of decentering the attention away from pathological characteristics and interactions to

focus it on the way family violence is related to “normal” family interactions and wider cultural definitions of normative parental and couple roles.

However, in Gelles’ [1997] opinion, the ecological approach has been lacking in empirical research; therefore, its premises have not been sufficiently tested. The complexity of the theory may be an important reason for these difficulties.

The complexity of relationships among several systems is also a central construct of the general systems theory. Straus [1973, cited in Michalski, 2004] was one of the first authors who applied the general systems theory to domestic violence, conceiving it as part of a pattern that involves the whole family and not only the dyadic relationship.

In the systemic approach, violence is seen as the result of family dysfunction, such as poor communication, indirect expression of feelings, inflexible rules, secrecy, problems in setting limits, and isolation from the outside world [cf. Margolin, Sibner, and Gleberman, 1988; Anderson and Schlossberg, 1999]. This dysfunction is translated into repetitive sequences of interaction, in which all family members participate, perpetuating the problem [McConaghy and Cottone, 1999].

According to this perspective, violence is, therefore, not the product of a lineal process of causality [cf. Dell, 1989] but rather an interactive pattern maintained by the whole relational system, victims and perpetrators participating in a reciprocal manner in the conflict [Greenspun, 2000].

It is precisely this notion of circular causality [Bateson, 1972, cited in Dell, 1989] that constitutes the main target of critiques to the systemic perspective. In fact, as Goldner [1999:2] points out, “to argue that partners mutually participate in an interactional process does not mean they are mutually responsible for it.” This is a critique commonly addressed to general systems theory by feminist authors [e.g., Kurz, 1998], also considering that its focus on the family as a unit of analysis, its gender-blind language, and its conceptualization of violence as a symptom of family dysfunction, more than as a problem in itself, have led to the minimization or neglect of wife abuse [Saraga, 1996].

On the empirical side, cross-cultural research has found mixed results for one of the main assumptions of the systemic perspective, the idea that all forms of family violence are interconnected. For example, Counts et al. [1999] found a pattern of only partial association between child and wife abuse, whereas Levinson’s [1989] data

suggest that wife beating is a distinct phenomenon from child abuse, requiring different theoretical explanations.

Finally, the general systems theory can also be criticized by focusing on the family level, noticing but rarely exploring the contributions of the wider cultural system to the violent interactions that occur within it. Gender asymmetries in the distribution of power, both in the family as in the macrosocial and cultural system, have also been paid little attention by family systems theory [Saraga, 1996; Goldner, 1999].

2.3 Feminism and Multiculturalism

Feminist perspectives³ address precisely this gendered nature of wife abuse. According to these, violence is rooted in the unequal distribution of power between genders in the society, being used by men as a means to exert dominance and control over women, keeping them in subordinate positions [Foreman and Dallos, 1993; Marin and Russo, 1999; Yllo, 2005]. This means that violence can be used both as an expression of the male power in the relationship or when the man feels his power threatened, acting to re-establish dominance over his partner [Foreman and Dallos, 1993; Hearn, 1996].

According to this perspective, there is a continuum between normal family structure and interactions and wife abuse [Hearn, 1996]. This means that the patriarchal culture and social organization lead to an unequal distribution of power, resources, and roles within the “normative” family, in which the subordination of women is still perceived as the rule. Wife abuse corresponds to an extreme manifestation of this rule, being exerted especially when the man feels his power and privileges are endangered and when other strategies to obtain subordination from the woman have failed. As Yllo [1983:277] points out, “The brutalization of an individual wife by an individual husband is not an individual or ‘family’ problem. It is simply one manifestation of male dominance which has existed historically and crossculturally.”

Although this hypothesis is probably too complex to be tested, a number of cross-cultural studies have reinforced some aspects of the feminist thesis. As an example, we can refer to Levinson’s [1989] study of 90 preliterate and peasant societies around the world, in which he concluded that “the key inequality predictors of wife beating are male economic power in the family, male decision-making power in the

³ Because there is not a unified feminist theory, we prefer the term *feminist perspectives*.

family, and restrictions on the freedom of women to divorce their husbands” [ibid.:84]. Another case is the crosscultural comparison of 52 developed countries conducted by Archer [2006], which has found that women’s victimization was inversely correlated with gender equality.

As the former paragraphs make obvious, culture plays a fundamental role in feminist explanations for wife abuse. Among the cultural conditions that facilitate abuse are the belief that men are “naturally” entitled to obedience from their wives, the objectification of women, the persuasion of women to accept domination, and the cultural acceptance of wife battering, for which no meaningful sanction is provided [Crichton-Hill, 2001].

Therefore, violence has its core in the normative process of male socialization and in culturally transmitted patriarchal attitudes and beliefs about gender roles and relationships [Dobash and Dobash, 1980]. This also includes ideas about masculinity and femininity, namely, that it is the woman’s role to care for the relationship and that her personal and social value depends on her capacity to build and maintain a marital relationship [Foreman and Dallos, 1993]. On the male side, cultural prescriptions for “hegemonic masculinity” [Connell, 1987] refer to physical, economical and/or intellectual dominance, emotional restraint, invulnerability, and self-sufficiency. These types of gender beliefs have become institutionalized and incorporated into the legal system and social structures [Marin and Russo, 1999] and are continually transmitted and reproduced (although not always without critique) in the family, by the media, and in the daily actions of individuals. Masculinity theorists have asserted that when men fail to live up to these prescriptions they can resort to violence to “do gender,” drawing their sense of masculinity and control from the physical subordination of others [Jefferson, 1997].

Therefore, we can consider that feminist perspectives are, among those we examined, those that attribute a bigger role to cultural factors in the explanation of wife abuse. They can, however, be criticized for the fact of limiting their cultural approach to gender issues, neglecting other important cultural dimensions, such as class or race. Multiculturalist perspectives address precisely this critique to feminist researchers and concentrate on the intersection of gender, class, and race in the explanation and experience of wife abuse.

Multicultural feminists have, during the past decade, made an important contribution to wife abuse theory, noticing that “white feminism” has conceived power

relations as structured only around gender, and assuming “a type of tunnel vision in which white experience is assumed to describe human experience” [Yllo, 2005:24]. The concept of “intersectionality,” developed by Crenshaw [1994], addresses precisely the multiple structures of subordination that can co-occur in women’s lives and that shape their experience of violence. As Sokoloff and Dupont [2006:2] explain, “the battered women’s oppression is often multiplied by their location at the intersections at particular race, ethnic, class, gender, and sexual orientation systems of oppression and discrimination.” This means, for example, that the very experience of intimate abuse and the responses to it are necessarily different for a white middle-class professional woman with no kids or for a black unemployed immigrant who is a mother of five. Economic constraints, religious values, group norms, race solidarity bonds, language barriers, fear of deportation, and mistrust of the police can play important roles in shaping individual responses to violence in a way that goes beyond gender [Kasturirangan, Krishnan, and Riger, 2004].

This means, for example, that a black woman can feel a stronger identification with the daily experience of her male abuser than with the white woman she works for as a domestic servant. This also relates to the fact that most lower class women of color feel reluctant over reporting their victimization to the police or to the social services because of their experiences of intrusion, vigilance, and violence at the hands of these same institutions. They have frequently testified, when not directly experienced, having their children removed from home, their husbands and sons arrested, and their houses searched. Therefore, when they are battered, their responses are shaped by these previous experiences of humiliation and hostile treatment, an experience that is shared with their male partners. This certainly plays a part in explaining why it is that women from minority groups tend to be reluctant in calling the police even when they are badly hurt [Saraga, 1996].

The need to belong to a family or a community, the desire to present a positive image of that community to the eyes of the dominant society, and the fear of risking their children opportunities are other factors that may contribute to women immigrants’ reluctance to report the abuse or divorce their husbands [Dasgupta, 1998].

This has important implications both in the theoretical and political arena. The idea of a unified gender experience must be deconstructed, and the multiplicity of women’s experiences has to be recognized [Yllo, 2005], at the same time perceiving that there are women-on-women structures of domination (based on race, class, age, or

sexual orientation). In fact, one of the critiques that can be addressed to “mainstream” feminism is the fact of assuming a unified gender identity for women, supposing the commonality of women’s experiences. This is further compounded, sometimes, by the implicit assumption that women’s identity is fundamentally based on their experiences of victimization [Pratt and Sokoloff , 2006]. This corresponds to a form of gender essentialism and hides the different experiences and histories of battered women, as well as the complex nature of power relations.

Finally, multicultural theorists have claimed the need of a more complex understanding of the meaning of culture and its relation to wife abuse. Adopting a very critical stance over the hypothesis that women’s victimization among ethnic minority groups is the result of their culture, they challenge the idea that other cultures are much more accepting of wife abuse than the occidental one and criticize the implicit assumption contained in this thesis, according to which wife abuse is mainly located in the lower classes and ethnic minorities [Dasgupta, 1998; Sokoloff and Dupont, 2006]. They also defy common representations of women from minority groups, such as “Asian women are passive,” “Latina women are dependent,” or “Black women are aggressive”, pointing out that these stereotypes have prevented effective interventions to protect these women [Saraga, 1996; Sokoloff and Dupont, 2006]. Finally, multicultural feminists have appealed to a more complex understanding of the very notion of culture, its multiplicity and contradictions, as well as have deconstructed the linear and biased way in which some cultures are described. “What do we mean by culture?” and “Why beliefs and customs that oppress women gain recognition as ‘culture’?” [Dasgupta, 1998:217], whereas other, more empowering, cultural traits remain in obscurity, are some of the important questions raised by multicultural feminists, questions we will come back to at the end of this chapter. Before that, we will take a look at the empirical research on the topic of culture and wife abuse.

3. A Typology of the Research on Culture and Wife Abuse

3.1 Anthropological and Ethnographic Studies

The anthropological tradition of research offers in-depth, dense, descriptions of the lives and traditions of communities. Some of these texts make only passing references to family violence, whereas others make rich and complex description of family life and patterns of intimate violence. A few of these studies have taken a

comparative approach, providing information from different societies across the globe, trying to develop tests of the theories previously described. Whereas most authors discuss their comparative findings and their theoretical implications remaining within the qualitative tradition of anthropology, others, such as Levinson [1989], resort to quantitative methods to advance cultural research. In his seminal work, Levinson produced the first worldwide study of family violence among small-scale societies, quantifying the qualitative data previously collected by several ethnographic reports.

These comparative studies have shown that wife abuse is a widespread phenomenon. Family violence seems to be absent only in small-scale societies (wife abuse was absent or very rare in only 15.5% of the 90 societies studied by Levinson). Wife abuse seems, in fact, to be more common than child maltreatment, some authors even saying that it is a nearly universal variable [Counts, Brown, and Campbell, 1999].

Although common, wife abuse differs greatly in frequency and severity among cultural contexts. Counts et al. [1999], for example, differentiate societies characterized by patterns of *wife beating* (occasional acts of minor to moderate violence) from others where *wife battering* (severe and recurrent aggression, in a context of coercive control) is the norm. Levinson [1989] also makes reference to societies that tolerate wife aggression only in adultery situations, whereas others accept violence whenever it is perceived as deserved by the wife, and others, although rare, that have a more indiscriminate acceptance of violence against women. Counts et al.'s [1999] findings corroborate this idea, showing that most cultures have some kind of norms to regulate violence, establishing parameters within which it is acceptable to hit one's wife but accepting external interference if the aggression is perceived as excessive, undeserved, or dangerous.

Anthropological studies have also shown an association between wife abuse and the social status and value ascribed to women. The categories of women who "deserve" to be hit also seem to be culturally defined, namely, unfaithful wives and women who transgress other social and sexual gender norms. This is corroborated by recent revisions of studies conducted in several communities and tribes in Africa [Rotimi, 2007] and India [Segal, 1999], which enumerate a number of punishments women may receive if they do not comply with their attributed obligations (e.g., neglecting the children, disobeying or talking back to the husband).

Data also suggest an association between risk of violence and men's control of economic resources and social isolation of the woman [Levinson, 1989]. On the reverse,

immediate external intervention in wife abuse episodes, clear social sanctions (legal, moral, or religious) against violence, and support structures for women who intend to leave home seem to be associated with lesser levels of wife abuse [Levinson, 1989; Counts et al., 1999].

An interesting result of these studies is the ambivalent role that women to women relationships seem to play concerning violence. On the one hand, female solidarity networks seem to be protective against violence [Levinson, 1989], whereas on the other they can also stimulate and legitimize it. When a hierarchical gender structure couples with an age hierarchy and with cultural norms that deeply value women chastity and submission, older women can approve violence against younger relatives, either to preserve their social value (e.g., genital mutilation) or to reinforce their own power or family interests (e.g., the dowry tradition) [Counts et al., 1999; Mehrotra, 1999; Levesque, 2001].

3.2. Prevalence Studies

3.2.1. National or Local Prevalence Studies

A recent review [Machado and Dias, 2008] of the articles that describe wife abuse prevalence rates published between 1985 and 2005 in several databases⁴ found nearly 70 articles. For the purpose of this chapter, we had another look at the texts published since then, and the number has grown to 120 papers.

North America is undoubtedly the region of the globe where wife abuse has been examined for a longer period, both through large-scale surveys and with more specific samples. Compared with North America, European studies on the theme began later, especially in eastern and southern European countries. Although several prevalence surveys have been published since the 1980s, no consistent effort has been developed to provide a global view of the European situation [Hagemann-White, 2001]. Asian research on this subject is even more recent [cf. Machado and Dias, 2008], as well as African studies, which began in the mid-1990s [Bowman, 2003]. This is easily comprehensible if we take into account the economic, humanitarian, and political problems of the African continent, a context in which wife abuse could not acquire the status of a major social problem [Rotimi, 2007]. Studies in Latin America also seem to

⁴ PsycARTICLES, PsycINFO1887, Sociology: A SAGE Full-Text Collection, EBSCO-HOST: Research Databases, and IBSS-International Bibliography of the Social Science.

have begun late, with most publications dating from the past 10 years. Finally, the research seems to be just beginning in the Arab countries, where this is considered a highly sensitive theme [Almosaed, 2004].

These prevalence studies have been, at best, national in scope. In fact, very few cross-cultural studies have been published, and cross-cultural data are mostly accessible through literature reviews that try to gather information from studies realized in different cultural settings. This is the case of the World Report on Violence and Health [World Health Organization, 2002], which assembles information from 38 countries and suggests lifelong prevalence rates that oscillate between 10% and 67%.

More specific analysis of the situation found similar data in Africa (10–62%) [cf. Rotimi, 2007], as well as in Asian studies (5.6–77%) [cf. Machado and Dias, 2008]. Flake and Forste's [2006] study of five Latin America countries found lifelong prevalence rates a bit inferior to these (16–39%), although Machado and Dias' [2008] review of the literature suggests much higher rates of wife abuse in some locations of that continent. European rates of lifelong victimization also seem to be high, varying between 10% and 50% in the studies analysed by Machado and Dias [2008]. Finally, Malley-Morrison and Hines [2004], in their review of the self-report studies conducted in the United States, describe prevalence numbers of lifelong victimization that range from 17.4 - 25.5%.

However, these are numbers we must look at with some caution because studies widely vary in their types of samples (many are convenience samples), scope (relatively few national studies) and sample size, the types of violence considered (many studies include only physical violence, whereas others integrate emotional violence and coercion), time intervals considered (lifelong, past 5 years, past year, none specified), and data collection methods (questionnaires, interviews).

In an attempt to overcome some of these methodological problems, Garcia-Moreno et al. [2006] conducted a recent study of partner violence in 15 locations in 10 countries, with a sample of 24,097 women. According to this study, the lifelong prevalence of partner abuse ranged from 15–71% (two locations presenting rates less than 25%, seven between 25% and 50%, and six between 50% and 75%), and past year prevalence rates varied from 4–54%.

Taken together, and despite the methodological problems, all these results reinforce the idea that family violence is a very common problem around the globe. In

all but one of the contexts studied by Garcia-Moreno et al. [2006], women's risk of aggression from her partner was higher than that from any other person.

Considering the sociodemographic correlates of wife abuse, aggression seems to be higher among traditional rural settings and less frequent in industrialized contexts [Garcia-Moreno et al., 2006]. The authors interpret these findings in relation with the options women have when trying to leave abusive relationships. Other authors stress that higher rates of violence are associated with lesser gender equality [e.g., Machado and Dias, 2008], a finding that reinforces feminist explanations for wife abuse. Finally, the role of lack of resources and poverty has also been emphasized by several studies [e.g., Flake and Forste, 2006; Rotimi, 2007].

3.2.2 Prevalence Studies with Specific Ethnic Groups

Although most national or regional prevalence studies present their findings as a whole, some researchers have recently tried to uncover wife abuse rates in specific ethnic groups, namely, blacks, Asians, and Hispanics. Most of these studies have been conducted in the United States or in Canada.

Malley-Morrison and Hines' [2004] review of the ethnic minority research conducted in the United States shows, once again, that wife abuse rates vary widely from study to study. On the whole, the literature suggests higher rates of abuse among African-American and Hispanic communities, but these differences in many cases diminish or disappear if sociodemographic variables, such as low income or poverty, are controlled [cf. Malley-Morrison and Hines, 2007]. The situation in the Asian community is less well known, with some authors considering that "empirical studies of domestic violence among Asian American communities are relatively uncommon" [Lee, 2007:142].

However, some studies with this population also found high prevalence rates [e.g., Kim and Sung; 2000; Lee, 2007]. Globally, large-scale surveys tend to report prevalence rates inferior to those found in smaller-scale studies. Language barriers, fear of revealing the abuse, distrust of the authorities, and cultural prescriptions about secrecy probably contribute to these findings and suggest the need for more culturally sensitive research. The expansion of studies with ethnic minorities to other contexts rather than North America is also essential.

Despite these problems, the existing findings reinforce the association between the structural disadvantages ethnic minorities face and their vulnerability to abuse.

Poverty and racism contribute to higher levels of stress and violence, whereas at the same time they increase social control and visibility of abuse among minorities. Finally, specific cultural attitudes about wife abuse embraced by different ethnic groups can influence violence rates.

3.3 Cultural Values and Attitudes Studies

Despite the variability we just observed on prevalence numbers, most studies consider that available rates are underestimated because of a set of cultural factors that justify, obscure, or deny the problem of wife abuse around the world. Our revision of the literature on these cultural values and attitudes found four main types of research:

1. General descriptions of the values and beliefs of certain societies, regions, or ethnic groups
2. Empirical studies conducted with specific social or ethnic groups, most of them using qualitative methodologies and small samples
3. Comparative studies among different cultures, nationalities, or ethnic groups
4. Studies on the media representations of gender relationships and wife abuse

The first type of texts have addressed such different contexts as India [Segal, 1999], Africa [Rotimi, 2007], Japan [Kozu, 1999], China [Tang and Lay, 2008], and Russia [Horne, 1999]. Despite the specificities of each setting, all authors emphasize cultural norms that promote the acceptance of violence, its cultural perception as something normal in a marriage, and the idea that this is a private problem that should not be discussed outside the family. All authors also stress the connection between wife abuse and the patriarchal organization of the family and socialization into traditional gender roles.

Empirical studies seem to confirm this description. In such different cultural contexts as Jordan [Haj-Yahia, 2002], Saudi Arabia [Almosaed, 2004], India [Go et al., 2003], Poland [Kwiatkowska, 1998], and Haiti [CHREPROF, 1996, cited in Gage, 2005], violence seems to be perceived as an acceptable means to discipline a woman who fails to behave in accordance with traditional gender norms. Cultural definitions of “appropriate” femininity and masculinity and the belief that women who transgress those gender norms deserve to be punished are also pervasive in many cultural contexts

and promote tolerance of wife abuse [Tang, Wong, and Cheung, 2002]. Cultural conceptions of love and romance also tend to endorse ideas that lead to the minimization of wife abuse, such as the notion that violence and control are expressions of love, or that “true love” will change an abusive partner [Romkens and Mastenbroek, 1998; Tang et al., 2002].

Despite these similarities, some of the few cross-cultural studies published suggest that differences may be found regarding the cultural sanctioning of wife abuse in different social groups. Vandello and Cohen [2003], for example, compared Brazilian and U.S. students and confirmed the idea that cultures that place a strong emphasis on women’s fidelity (according to the authors, Brazil corresponds to a honor culture) tend to perceive violence as a means to restore male reputation. Therefore, violence is, although not approved, more easily excused in these cultures. Nayak et al.’s [2003] study with students from different cultural contexts also showed evidence that those from societies with a strong collectivist accent and more restrictive gender roles tend to be more tolerant of wife abuse. In a similar manner, Markowitz [2001] found higher levels of support for violence against women in the non-white population, although non-whites actually reported lower levels of violence against their spouses.

However, Carlson and Worden’s [2005] study with six New York communities seems to contradict these findings. In this study, participants’ attitudes and estimates of prevalence did not differ according to their ethnic group. In fact, not only African Americans’ attitudes (contrary to what is frequently believed) did not diverge from those of other groups as “when other factors (such as socioeconomic status and education) were controlled, they offered lower estimates of the prevalence of domestic violence in their communities” [ibid.:1214].

The sparse number of these cross-cultural attitudinal studies and their contradictory findings make it evident the need for more research in this area, as well as the call for comparative studies that go beyond the usual comparisons of ethnic minorities with the white majority in the United States. We could also question the fact that researchers tend to focus almost exclusively on the cultures of minorities, as if the occidental culture was not accountable for the problem of wife abuse in North America and Europe.

An interesting exception to this rule is the case of media studies, mainly focused on the mainstream occidental representations of wife abuse. According to several authors, this is an especially important topic of research because media representations

of family violence can be understood as a barometer of cultural attitudes and discourses [Schofield, 2004], at the same time that they constitute a main resource that people use to make sense of social life [Gamson, 1992].

However, there are few media studies that focus directly the issue of wife abuse. Analyzing the discourse about it in political and men's magazines, Berns [2001] considers that it "degender" male responsibility for the violence, whereas it places the burden of putting an end to it on the woman ("gendering the blame"). Female magazines also convey the idea that it is the woman's responsibility to solve the problem, usually recommending the woman to seek therapeutic help or to leave the relationship [Berns, 1999]. They tend to emphasize the victim's personality, self-esteem, and previous victimization history, therefore reinforcing an individual approach and hiding the cultural and social roots of the problem.

Another study, conducted by Carll [2003], analyzed media coverage of wife abuse in the United States. According to the author, although this is a theme frequently reported by the media, they convey the notion that violence against women is less common than other forms of aggression. According to Meyers [1994], the media present incidents of aggression against women as isolated events, reinforcing the notion of individual pathology and denying social responsibility. Whereas male aggression tends to be reported as a routine minor crime, marital aggression by women is treated as an exceptional and abhorrent event [Carll, 2003].

The few authors who analyzed media coverage in other cultural contexts seem to confirm these ideas. In Greece, Antonopoulou [no date, cited in Carll, 2003] says that media stories about male violence emphasize the justifications for those actions, frequently placing the aggressor in the role of victim or characterizing him as someone whose psychological problems explain violence. On the contrary, violent women are described as possessive, irrational, unfaithful, or immoral. "Passional" crimes by men are still described in terms of honor, whereas those by women are characterized as cruel and calculated. A study of this theme in Portugal [Dias and Machado, forthcoming] found similar results: (1) an emphasis on psychological or situational explanations for male violence, (2) the description of women aggressors as evil and cold, and (3) the search for media "novelty" (e.g., an emphasis on aggression by women, distracting the attention away from the much more common male violence against wives).

On the other hand, the media can also contribute to social change and to the growing awareness of wife abuse as a social and cultural problem. Cultural changes

during the past few decades have redefined what are the appropriate themes for media coverage and led the media to pay more attention to wife abuse. According to Sacco [1995], the O. J. Simpson trial was, in the United States, the turning point after which the media began to explore the prevalence and causes of this problem, the inadequacy of the judicial responses, and the need for legislative changes. Carll [2003] also considers that the media have brought several other forms of violence against women to the public attention, such as “honor killings,” dating violence, and stalking.

Therefore, the role of culture in the perpetration of wife abuse has begun to be widely recognized, even by cultural agents themselves. However, culture does not only play a role in the social acceptance of wife abuse and its perpetration: The role of culture in the explanation of the way wife abuse is experienced and coped with by its victims has also begun to be the object of research.

3.4 Impact Studies

As Carlson [2005:123] says, “Culture can be expected to moderate the effects of traumatic exposure and may influence the process of healing from the effects of trauma, violence, and abuse.” The literature on this theme suggests to us at least five main ways through which culture influences the impact of wife abuse on victims: Culture seems to affect the length of time women endure violence, its psychological consequences, specific ways of coping with violence, received social support, and help-seeking behavior.

Cultural values and attitudes described in the latest section make it easy to understand the fact that immigrant and minority women tend to endure abuse for longer periods, some of them only seeking help in life-threatening situations [Hassouneh-Phillips, 2001; Shirwadkar, 2004]. In fact, besides the common difficulties battered women face when trying to leave the abusive relationship, cultural values about the importance of family, privacy, and gender roles make it more difficult for women to recognize the abuse and to escape from it.

According to Yoshioka et al. [2003], *familism* (the perceived value of family ties and their preservation) and *collectivism* (the perceived importance of the community versus the self) are cultural values shared by South Asian, African, and Hispanic communities. *Machismo* (associated with male sexual prowess and aggression), *marianismo* (female submission and self-sacrifice), and *respect* (deference to older family members, especially men) have also been described as dominant traits of the

Latino culture that pressure women to bear the abuse [Edelson, Hokoda, and Ramos-Lira, 2007]. Shame has also been pointed out as an important reason for women to endure violence. Cultures that value family honor and social image above individual freedom, such as Asian ones, may cause women to stay longer in abusive relationships [Chiu, 2004; Lee, Pomeroy, and Bohman, 2007].

In fact, several studies suggest that battered women from minority cultures frequently experience their victimization as a source of shame and disgrace and attribute violence to their own flaws as wives. This degradation of the self-image was noticed both in Asian [Chiu, 2004; Shirwadkar, 2004] and in Latina women [Edelson, Hokoda, and Ramos-Lira, 2007]. In accordance with this, in Edelson et al. [2007] study, battered Latina women showed significantly higher post-traumatic symptoms and depression than their non-Latino counterparts.

Culture also seems to influence the coping strategies women resort to for dealing with abuse. For example, Hyman et al. [2006] report that African- American women use prayer more frequently as a coping strategy when compared with whites. The importance of using coping strategies prescribed by the culture was documented by Yoshihama [2002], according to whom focusing on the positive and trying to engage in calming activities seem to reduce the psychological distress of battered Japanese women. Therefore, cultural beliefs and practices may simultaneously promote violence and provide some sort of relief from it. Religion, community festivities, traditional food, and shared beliefs can provide consolation to battered women and help them cope with violence [Kasturirangan et al., 2004].

Family also plays a central role in the way battered women cope with abuse, especially for immigrant women who are estranged from their other sources of support and face numerous obstacles that prevent them from seeking formal help. However, disclosure to the family is not without problems. In fact, according to Chiu [2004], in the Chinese culture, sharing one's problems, even with family members, is perceived as a breach of the cultural rule of privacy and self-reliance. Therefore, "far from being a source of support, the family came to be seen as a potential threat to the subject's self-image" [ibid.:158]. What is more, family does not always provide the support battered women need. In a study with Samoan women, Cribb and Barnett [1999] found that families usually advise women to stay home and maintain their marriages. A similar pattern was found by Yoshioka et al. [2003] with South Asian women. However, it must be noted that in this study almost half of the Asian women were told to leave their

abusive marriage and that most Hispanic and African-American women were recommended by their families to do so.

Therefore, the family is sometimes a source of support and other times a source of pressure for battered women. In fact, minority battered women who abandon the relationship frequently face family and community disapproval and become isolated. These reactions have been documented especially in Arab Muslim [Hassouneh-Phillips, 2001] and South Asian communities [Shirwadkar, 2004]. When the family and the community reactions are so adverse, leaving the relationship is not only a difficult decision but also one that implies redefining both personal identity and the personal relationship to cultural values and expectations [Horsburgh, 2006], and even renegotiating their religious faith [Hassouneh-Phillips, 2001].

In this context of isolation and interpersonal strain, the access to professional help would be fundamental to wife abuse victims. However, most studies suggest that immigrant and minority women tend to refrain from seeking external help when they are battered, in particular from formal agencies such as the police. Some factors stressed by multicultural activists, such as lack of knowledge, language difficulties, fear of deportation, dependency on the husband, mistrust of the police, and economic problems, have been said to make it difficult to access formal services for Asian [Shirwadkar, 2004; Lee et al., 2007], Latina [Edelson et al., 2007], and African [Yoshioka et al., 2003] women. Cultural factors also play a role in this lack of resorting to the police or other formal sources of help. In fact, some studies suggest that stronger adherence to traditional beliefs, such as the importance of preserving family, of protecting it from shame, and of being a good wife, influence women's reluctance to report the abuse and ask for external help [Yoshioka et al., 2003]. Several studies also found that the degree of acculturation into Western culture increases the tendency for Latina [Garcia, Hurwitz, and Kraus, 2005] and Asian [Bui, 2003, cited in Hyman et al., 2006] women to report the abuse.

However, the estrangement minority women suffer from formal sources of help is not only imputable to their own difficulties. The type of response offered by professionals to these victims has also recently begun to be questioned, as well as the ways to improve this relationship.

4. Cultural Competency and Professional Responses to Victims

4.1. Culture and the Legal System Response to Victims

Police officers are frequently accused of inflicting secondary victimization on victims of wife abuse through behavior that reflects cultural myths concerning marital violence and conventional cultural attitudes about the role of women.

Research has shown that this is transversal to multiple cultural contexts. For example, a Portuguese study aimed at evaluating police officers' beliefs and attitudes concluded that, despite the fact that most police officers generally disagree with wife abuse, a considerable number of them still believed the problem was concentrated in deprived and/or alcoholic families, and defended family privacy, therefore restricting their own action when facing wife abuse incidents [Machado et al., 2005]. Similar results were found by Tam and Tang [2005] in Hong Kong, when comparing police officers' and social workers' perceptions on wife abuse. Their study concluded that police officers had more conservative attitudes toward gender, marital, parental, and social roles, endorsed more wife abuse myths, and had more restrictive definitions of wife abuse than social workers.

Narayanan [2005] went a bit further, exploring the organizational culture of the police in Singapore and its relations with the lack of police responsiveness to victims of wife abuse. According to this author, the police subculture expresses discomfort with the effect that the criminalization of wife abuse may have on the institution of family, considers it difficult to distinguish between offenders and victims in domestic disputes, believes that police intervention will prove pointless if victims withdraw their charges, and categorizes victims into those "deserving" or "undeserving" of protection, based on the woman's adhesion to gender stereotypes.

Therefore, patriarchal beliefs, the predominantly masculine composition of the police forces, and the organizational subculture can be important causes of police failure in addressing wife abuse victims' needs. This is especially aggravated, as we noticed before, in the case of immigrant victims, who sometimes have to face, in addition to the cultural difficulties previously discussed, negative attitudes and behaviors of police officers toward members of minorities [cf. Menjívar and Salcido, 2002].

Besides the interaction with police officers, other authors have studied the immigrant victim's contact with courts, namely, the widely discussed issue of the cultural defense in intimate violence incidents. The possibility of invoking culture as a

justification for the actions of the abuser is an area of substantial controversy, evoking the “old” discussion between supporters of cultural relativism and those who defend the universality of human rights. Whereas the former defends that it is necessary to understand behaviours within the cultural frame of reference of the perpetrator and accuse the West of imposing its values on other cultures, the latter considers that the cultural defense allies with the offenders’ system of self-justification and promotes the systematic abuse of women from minority groups. According to Hoeffel [2006], it also leads to the negative stereotyping of the defendant’s entire culture to justify his actions, and it has the risk of promoting the generalization of this type of behavior.

4.2. Culture and the Support System Response to Victims

The incorporation of patriarchal beliefs toward gender relations and wife abuse, as well as its impact on the response to victims, has also been documented with helping professionals. Haj-Yahia and Uysal [2008], for example, concluded that a considerable number of Turkish medicine students embraced negative beliefs about women and patriarchal attitudes about marriage, supported victim blaming, and tolerated wife abuse. Despite the fact that the majority was willing to help the victim, only about half thought the husband was responsible for his abusive behavior and even less accepted divorce as a solution for violence or defended the punishment of the aggressor. These results were in part attributed by the authors to the assimilation of the Turkish collectivist and patriarchal ideology, which favors family cohesion and male dominance.

However, in more individualistic countries, such as the United States, victims of wife abuse may also face difficulties when seeking health professionals. Studies with nurses, for example, show that they often believe victims are manipulative and resistant to treatment as a result of their lack of trust, hostility, and impulsivity [Loscin and Purnell, 2002].

Once again, these problems are especially felt by ethnic minority women. For example, Ahmad et al. [2004] questioned South Asian women living in Canada and noticed that 29.8% believed domestic conflicts could not be discussed with doctors or nurses. This can reflect the aforementioned cultural tendency to keep domestic issues private, but also the idea that health care professionals do not promote dialogue about family violence. In a similar way, a study conducted by Yoshioka et al. [2003] showed that, when comparing disclosure patterns of battered South Asian, African-American,

and Hispanic women, none of the members of the first two groups revealed the abuse to doctors, and only a small percentage of Hispanic women turned to these professionals for help. Reliance on counselors was higher, especially in the African-American and Hispanic samples.

These results probably reflect the previously discussed cultural prescriptions about (not) seeking external help, but also may be influenced by the way some professionals respond to these victims and their culture. According to some studies, therapists frequently experience difficulties when their own cultural values clash with those of their clients [Taylor et al., 2006], and sometimes culture is conceived simply as a new element to add to the case or even as a problem that needs to be addressed and solved in therapy [cf. Almeida and Dolan-Delvecchio, 1999].

4.3. Developing the Cultural Competence of Professionals

As a result from these types of findings and from multicultural theoretical approaches, there is a growing concern with the training of culturally competent professionals. According to Bent-Goodley [2005], cultural competences are useful in preventing and correcting the conceptual mistakes about cultures identified by Minnich [1991, cited in above source), such as faulty generalizations, circular reasoning, mystified concepts, and partial knowledge, which result from sparse information and lack of empirical evidence.

To respond to this demand, some professionals' curricula have included the topic of cultural competences, and there have been recommendations to integrate cultural diversity into the fabric of the professional organizations themselves, for example, through hiring policies [Sumter, 2006; Gillum, 2008].

However, there is the question of what does a culturally competent practice in fact mean. There are numerous suggestions in this regard, starting with the obvious need for professionals who are fluent in the victims' language and who belong to the same ethnic group. Others have emphasized the attention to the roles family, community, and religion play in victims' lives (e.g., Lee, Oh, and Mountcastie, 1992). In a study with battered Latina women, they expressed precisely the desire for bicultural and/or bilingual counselors, who should understand the importance of family in their lives and work within a familiar approach, also recognizing that bearing suffering is a source of pride in their culture and that family and religion are important support systems for them [Kasturirangan and Williams, 2003].

The positive impact of delivering help in culture-specific settings, through the inclusion of pictures or artwork, has also been noticed, as well as the importance of providing holistic services to victims, given the multiplicity of problems they face [Gillum, 2008]. Outreach strategies also have been discussed, namely, the importance of divulging the message and services in community settings, such as churches, beauty salons, or grocery stores [Crichton-Hill, 2001; Kasturirangan et al., 2004; Gillum, 2008].

Besides the direct interaction with victims, other authors suggest alternative culturally competent approaches to work with minority communities. Most of these authors agree that individualistic approaches to deal with battered women do not fit the collectivist orientation of several minority cultures [Haj-Yahia, 2000, cited in Hassouneh-Phillips, 2001] and therefore seek to involve the victims' community in the response to the problem. Latta and Goodman [2005], for example, defend an educational approach toward key elements of these communities, such as religious leaders, who have the power to influence and orient other community members. The active support for reformist members of minority communities is also suggested by Shirwadkar [2004], whereas others propose more global efforts of community education [e.g., Hassouneh-Phillips, 2001]. These actions could use traditional myths and stories to pass along their message [Kasturirangan et al., 2004] and should be attentive to the importance of spirituality [Gillum, 2008] and oral communication in some cultures (not placing too much emphasis on written material) [Crichton-Hill, 2001]. Because minority victims tend to resort primarily to their families and that of the offenders, Yoshioka et al. [2003] emphasize the need to educate and mobilize this wide family network to provide victims the support they need and to reduce their shame and isolation.

Several authors stress that this involvement with the community should extend to the discussion of the problem at hand and the community's preferred way of dealing with it, as well as a dialogue about the type of help most needed to overcome it. This requires an open position of the technical staff, together with enough confidence to be able to disagree with interlocutors and "challenge those aspects of (...) culture that might interfere with the safety or rights of the (...) victim" [Crichton-Hill, 2001:210].

Finally, concerns over culturally competent research have also been raised. Yick [2007], for example, recommends that ethical principles for research should take into account cultural issues such as language and power dynamics, which might influence

participants' autonomy, ability to provide informed consent, and understanding of confidentiality and its limits.

Kasturirangan et al. [2004] go a bit further, offering detailed suggestions about how to incorporate cultural sensitivity in all phases of the research project. First, they stress the need to verify the applicability of the concepts derived from studies with white middle-class samples to different contexts or groups. Other suggestions are ethnic heterogeneity in sampling, seeking information with privileged informants from the community, prolonged contact with the community, formulation of questions in daily-life language, including open questions, and being careful not to interpret difference as deficit or pathology.

Malley-Morrison and Hines [2007] add other suggestions, such as the need to “unpack” ethnic variables through detailed information on the respondents' cultural identification, country of origin, religion, and socioeconomic status, and the utility of oversampling ethnic minorities to have big enough samples to make within-group comparisons. Detailed proposals on how to conduct statistical analysis to analyze ethnicity both as an independent and as a moderator variable, as well as how to discuss findings in a culturally sensitive manner, are also offered by Malley-Morrison and Hines [2007].

5. Deconstructing “Culture”: Critical Reflections on Theory and Research

This chapter has tried to summarize the available theory and research about the cultural aspects of wife abuse, reflecting, as a result, the main assumptions in the field. However, these assumptions are not to remain unquestioned. In fact, several authors have endorsed critiques to the way culture and cultural influences on wife abuse have been conceptualized. We will next discuss some of these assumptions and the critiques that can be addressed to them.

5.1. The Assumption of the Reification of Culture

In a previous section, we invoked Dasgupta's [1998:217] question: “What do we mean by culture?” This is a very pertinent remark because very frequently cultural explanations and research tend to conceive culture as a coherent and static entity, composed of a given set of defined and homogeneous beliefs, values, and practices. This is the kind of perspective that allows explanations such as “people are violent because of their culture” or “culture makes women submissive.” Culture is, in this

sense, conceived as something similar to an internal trait people have (something that has been learned but that has become rigidly internalized) or as an external unit people are a part of [Levesque, 2001].

This assumption ignores three main facts. The first one is that culture changes with time [Crichton-Hill, 2001; Kasturirangan et al., 2004], being permanently transformed under the influence of factors such as contact with other cultures, migrations, media exposure, racism, and socio-political processes.

The second is that culture does not exist apart from each person's reconstruction of it. That is, each person interacts with culture; therefore, culture is constantly involved in a process of interpretation, negotiation, and redefinition [Levesque, 2001; Kasturirangan et al., 2004].

The third fact is that culture is not monolithic and that each culture has space for dissent, contradiction, and even resistance [Dasgupta, 1998; Volpp, 2006]. This is especially important because research has been focused on the majority's point of view, neglecting other perspectives inside the culture, some of them especially important in the fight against wife abuse. According to Dasgupta [1998], this has contributed to the neglect of important dimensions of culture that are empowering to women. She proceeds into asking "why beliefs and customs that oppress women gain recognition as 'culture' (...) and the aspects that enable women are doomed to obscurity" [p. 217]? According to Levesque [2001] this happens precisely because what we come to know as "culture" in fact represents the unstable outcome from a power confrontation between different groups inside that culture, in which the most powerful strive for their own values and interests being defined as "the culture."

5.2. The Assumption of Culture as a Phenomenon of the "Other"

Cultural explanations are usually invoked only to explain the violence perpetrated by ethnic minorities [Dasgupta, 1998; Pratt and Sokoloff, 2006], whereas the violence committed by members of the dominant culture tends to be explained through personality or family causes. This means that the deviance of minority members tends to be interpreted as an example of that group's usual behavior and culture, whereas the deviant behavior of dominant group members tends to be read as something exceptional, apart from the cultural rule, resulting from individual abnormality [Volpp, 2006].

This fact has contributed to a negative view of “Other” cultures and to their stigmatization as being violent, misogynistic, ignorant, and underdeveloped [Sokoloff and Dupont, 2006]. The superficial understanding of “Other” cultures also contributes to these stereotypes [Kasturirangan et al., 2004], reinforcing labeling processes that influence, as we have seen before, even the professionals who work with these groups.

In contrast, dominant groups tend to be portrayed as having no culture, except for “civilization” [Pratt and Sokoloff, 2006]. Differences between cultures are, in this process, maximized, and the fact that the Western culture and the Christian religion actually promote values and customs that enforce patriarchal dominance and violence against women becomes obscured [Dasgupta, 1998; Volpp, 2006].

5.3. The Assumption that Equates Culture with Race

Most empirical studies on cultural differences, namely, prevalence studies, tend to assume the equivalence between culture and race, supposing that when they compare different ethnic groups they are in fact comparing different cultures [Kasturirangan et al., 2004]. This neglects the fact that each person develops a personal relation with the cultural inheritance of its ethnic group, and that the degree of identification and appropriation of that cultural heritage greatly depends on many other factors, such as the person’s social class, resources, and interpersonal relationships outside that group. This can signify, for example, that a black, college graduate, professional woman can have more in common with her white colleagues than with the lifestyle, beliefs, and values of another black woman who lives in a ghetto and is unemployed.

5.4. The Assumption that Culture is a Discursive Resource for the Whitewashing of Structural Disadvantages

The intersection of culture with other problematic dimensions, such as racism, poverty, social isolation, and lack of access to community resources has already been pointed out. Therefore, there is the risk of confounding the causal role of culture with the impact of these other structural conditions, misattributing violence to culture [Kasturirangan et al., 2004; Malley-Morrison and Hines, 2007]. Thus, this hypervaluation of culture as *the* cause for violence can whitewash the role of other causal factors and contribute to the invisibility of structural disadvantage and inequality in our societies. Cross-cultural research has, as formerly explained, paradoxically reinforced the idea that structural conditions—such as financial autonomy of women,

sanctions against violence, and shelter for victims—provide important protections from violent relationships.

This is not to say that culture does not matter. Cultural research, especially deep oriented analysis of the way cultures are defined, perceived, appropriated, lived, and transformed by individuals and their communities, instead of mere comparisons between different ethnic or religious groups, is profoundly necessary in the field of wife abuse. But culture does not exist in a void. It is multiple, contradictory, changeable, and profoundly influenced by structural forces. Understanding this complex dance between structure and culture, as well as their transformations over time, is, in our perspective, the next main challenge for researchers in the area of wife abuse.

Acknowledgment

This study was conducted within the research project PTDC/PSI/65852/2006, financed by the Portuguese Foundation for Science and Technology.

References

- Abney, V. 2002. Cultural competency in the field of child maltreatment. In *The APSAC handbook on child maltreatment*, ed. J. Myers, L. Berliner, J. Briere, C. Hendrix, C. Jenny, and T. Reid, 477–85. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Ahmad, F., S. Riaz, P. Barata, and D. Stewart. 2004. Patriarchal beliefs and perceptions of abuse among South Asian immigrant women. *Violence Against Women* 10:262–82.
- Almeida, R. and K. Dolan-Delvecchio. 1999. Addressing culture in batterers' intervention: The Asian Indian community as an illustrative example. *Violence Against Women* 5:654–83.
- Almosaed, N. 2004. Violence against women: A cross-cultural perspective. *Journal of Muslim Affairs* 24:67–88.
- Anderson, S. A. and M. C. Schlossberg. 1999. Systems perspectives on battering: The importance of context and pattern. In *What causes men's violence against women?* ed. M. Harway and J. M. O'Neil, 137–52. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Archer, J. 2006. Cross-cultural differences in physical aggression between partners: A social-role analysis. *Personality and Social Psychology Review* 10:133–53.
- Barash, D. P. and C. P. Webel. 2002. *Peace and conflict studies*. Thousand Oaks, CA: Sage.

- Barnes, S. 1999. Theories of spouse abuse: Relevance to African Americans. *Issues in Mental Health Nursing* 20:357–71.
- Belsky, J. 1993. Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological approach. *Psychological Bulletin* 114:413–34.
- Bent-Goodley, T. 2005. Culture and domestic violence: Transforming knowledge development. *Journal of Interpersonal Violence* 20:195–203.
- Berns, N. 1999. My problem and how I solve it: Domestic violence in women's magazines. *The Sociological Quarterly* 40:85–108.
- _____. 2001. Degendering the problem and gendering the blame: Political discourse on women and violence. *Gender and Society* 15:262–81.
- Bowman, C. G. 2003. Domestic violence: Does the African context demand a different approach? *International Journal of Law and Psychiatry* 26:473–91.
- Bronfenbrenner, U. 1979. *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Brownridge, D. A. 2006. Violence against women post-separation. *Aggression and Violent Behavior* 11:514–30.
- Carll, E. K. 2003. News portrayal of violence and women: Implications for public policy. *American Behavioral Scientist* 46:1601–10.
- Carlson, B. E. 2005. The most important things learned about violence and trauma in the past 20 years. *Journal of Interpersonal Violence* 20:119–26.
- Carlson, B. E. and A. P. Worden. 2005. Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey: I. Definitions of domestic violence, criminal domestic violence, and prevalence. *Journal of Interpersonal Violence* 20:1197–218.
- Chiu, M. Y. 2004. Why Chinese women do not seek help: A cultural perspective on the psychology of women. *Counseling Psychology Quarterly* 17:155–66.
- Connell, R. W. 1987. *Gender and power*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Connell, R. W. 1987. *Gender and power*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Counts, D., J. Brown, and J. Campbell. 1999. *To have and to hit: Cultural perspectives on wife beating*. Urbana: University of Illinois Press.
- Crenshaw, K. 1994. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In *The public nature of private violence*, ed. M. Fineman and R. Mykitiuk, 93–118. New York: Routledge.

- Cribb, J. and R. Barnett. 1999. Being bashed: Western Samoan women's responses to domestic violence in Western Samoa and New Zealand. *Gender, Place and Culture* 6:49–65.
- Crichton-Hill, Y. 2001. Challenging ethnocentric explanations of domestic violence: Let us decide, then value our decisions—A Samoan response. *Trauma, Violence, & Abuse* 2:203–14.
- Dasgupta, S. D. 1998. Women's realities. Defining violence against women by immigration, race, and class. In *Issues in intimate violence*, ed. R. K. Bergen, 209–19. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dell, P. F. 1989. Violence and the systemic view: The problem of power. *Family Process* 28:1–14. Dias, A. R. and C. Machado. in press. Violência conjugal: Representações e significados no discurso mediático. *Psicologia* 22.
- Dias, A. R. and C. Machado, Forthcoming. Violência conjugal: Representações e significados no discurso mediático. *Psicologia* 22.
- Dobash, R. E. and R. P. Dobash. 1980. *Violence against wives: A case against patriarchy*. Shepton Mallet: Open Books.
- Dutton, D. G. 1995. *The domestic assault of women: Psychological and criminal justice perspectives*. Vancouver: University of British Columbia.
- Edelson, M. G., A. Hokoda, and L. Ramos-Lira. 2007. Differences in effects of domestic violence between Latina and Non-Latina women. *Journal of Family Violence* 22:1–10.
- Flake, D. F. and R. Forste. 2006. Fighting families: Family characteristics associated with domestic violence in five Latin American countries. *Journal of Family Violence* 21:19–29.
- Foreman, S. and R. Dallos. 1993. Domestic violence. In *Social problems and the family*, ed. R. Dallos and E. McLaughlin, 7–46. London: Sage.
- Gage, A. 2005. Women's experience of intimate partner violence. *Social Science & Medicine* 61:343–64.
- Gamson, W. 1992. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Garbarino, J. 1993. Childhood: What do we need to know? *Childhood* 1:3–10.
- Garcia, L., E. L. Hurwitz, and J. F. Kraus. 2005. Acculturation and reported intimate partner violence among Latinas in Los Angeles. *Journal of Interpersonal Violence* 20:569–90.

- Garcia-Moreno, C., H. Jansen, M. Ellsberg, L. Heise, and C. H. Watts. 2006. Prevalence of intimate partner violence: Findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *The Lancet* 368:1260–69.
- Gelles, R. J. 1997. *Intimate violence in families*. London: Sage.
- Gelles, R. J. and M. A. Straus. 1979. Determinants of violence in the family: Toward a theoretical integration. In *Contemporary theories about the family*, vol. 1, ed. W. R. Burr, R. Hill, F. I. Nye, and I. L. Reiss, 549–81. New York: Free Press.
- Gillum, T. 2008. The benefits of a culturally specific intimate partner violence intervention for African American survivors. *Violence Against Women* 14:917–43.
- Go, V. F., S. C. Johnson, M. E. Bentley, et al. 2003. Crossing the threshold: Engendered definitions of socially acceptable domestic violence in Chennai, India. *Culture, Health & Sexuality* 5:393–408.
- Goldner, V. 1999. The treatment of violence and victimization in intimate relationships. *Family Process* 37:263–86.
- Grandin, E. and E. Lupri. 1997. Intimate violence in Canada and the United States: A cross-national comparison. *Journal of Family Violence* 12:417–43.
- Greenspun, W. 2000. Embracing the controversy: A metasystemic approach to the treatment of domestic violence. In *Couples on the fault line*, ed. P. Papp, 154–77. New York: Guilford.
- Hagemann-White, C. 2001. European research on the prevalence of violence against women. *Violence Against Women* 7:732–59.
- Haj-Yahia, M. M. 2002. Beliefs of Jordanian women about wife-beating. *Psychology of Women Quarterly* 26:282–91.
- Haj-Yahia, M. M. and A. Uysal. 2008. Beliefs about wife beating among medical students from Turkey. *Journal of Family Violence* 23:119–33.
- Hassouneh-Phillips, D. 2001. American Muslim women's experiences of leaving abusive relationships. *Health Care for Women International* 22:415–32.
- Hearn, J. 1996. Men's violence to known women: Historical, everyday and theoretical constructions by men. In *Violence and gender relations: Theories and interventions*, ed. B. Fawcett, B. Featherstone, J. Hearn, and C. Toft, 22–37. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Hoeffel, J. 2006. Deconstructing the cultural evidence debate. *University of Florida Journal of Law & Public Policy* 17:303–45.
- Horne, S. 1999. Domestic violence in Russia. *American Psychologist* 54:55–61.

- Horsburgh, B. 2006. Lifting the veil of secrecy: Domestic violence in the Jewish community. In *Domestic violence at the margins*, ed. N. J. Sokoloff and C. Pratt, 206–26. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Hyman, I., T. Forte, J. Du Mont, S. Romans, and M. M. Cohen. 2006. Help-seeking rates for intimate partner violence (IPV) among Canadian immigrant women. *Health Care for Women International* 27:682–94.
- Jefferson, T. 1997. Masculinities and crime. In *The Oxford handbook of criminology*, ed. M. Maguire, R. Morgan and R. Reiner, 535–58. Oxford: Clarendon.
- Kasturirangan, A. and E. Williams. 2003. Counseling Latina battered women: A qualitative study of the Latina perspective. *Journal of Multicultural Counseling and Development* 31:162–78.
- Kasturirangan, A., S. Krishnan, and S. Riger. 2004. The impact of culture and minority status on women's experience of domestic violence. *Trauma, Violence & Abuse* 5:318–32.
- Kim, J. Y. and K. Sung. 2000. Conjugal violence in Korean American families: A residue of the cultural tradition. *Journal of Family Violence* 15:331–45.
- Kozu, J. 1999. Domestic violence in Japan. *American Psychologist* 54:50–55.
- Kurz, D. 1998. Old problems and new directions in the study of violence against women. In *Issues in intimate violence*, ed. R. K. Bergen, 197–208. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Kwiatkowska, A. 1998. Gender stereotypes and beliefs about family violence in Poland. In *Multidisciplinary perspectives on family violence*, ed. R. Klein, 129–152. London: Routledge.
- Latta, R. and L. Goodman. 2005. Considering the interplay of cultural context and service provision in intimate partner violence: The case of Haitian immigrant women. *Violence Against Women* 11:1441–64.
- Lee, C., M. Oh, and A. Mountcastie. 1992. Indigenous models of helping in Nonwestern countries: Implications for multicultural counselling. *Journal of Multicultural Counselling & Development* 20:3–10.
- Lee, E. 2007. Domestic violence and risk factors among Korean immigrant women in the United States. *Journal of Family Violence* 22:141–49.
- Lee, J., E. C. Pomeroy, and T. M. Bohman. 2007. Intimate partner violence and psychological health in a sample of Asian and Caucasian women: The roles of social support and coping. *Journal of Family Violence* 22:709–20.

- Levesque, R. J. 2001. *Culture and family violence. Fostering change through human rights law*. Washington: American Psychological Association.
- Levinson, D. 1989. *Family violence in cross-cultural perspective*. Newbury Park, CA: Sage.
- Locsin, R. and M. Purnell. 2002. Intimate partner violence, culture-centrism, and nursing. *Holistic Nursing Practice* 16:1–4.
- Machado, C. and A. R. Dias. 2008. Cultura e violência familiar: Uma revisão crítica da literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* 64:43–74.
- Machado, C., M. M. Gonçalves, M. Matos, and A. R. Dias. 2007. Child and partner maltreatment: Self-reported prevalence and attitudes in the North of Portugal. *Child Abuse and Neglect* 31:657–70.
- Machado, C., A. Martins, A. Santos, M. Dias, C. Antunes, and A. Rato. 2005. Crenças e atitudes policiais sobre a violência conjugal. *Revista do CEJ* 3:293–303.
- Malley-Morrison, K. (ed.). 2004. *International perspectives on family violence and abuse. A cognitive ecological approach*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Malley-Morrison, K. and D. Hines. 2004. *Family violence in a cultural perspective*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Malley-Morrison, K. and D. A. Hines. 2007. Attending to the role of race/ethnicity in family violence research. *Journal of Interpersonal Violence* 22:943–72.
- Margolin, G., L. G. Sibner, and L. Gleberman. 1988. Wife battering. In *Handbook of marital violence*, ed. V. B. Van Hasselt, A. S. Bellack, R. L. Morrison, and M. Hersen, 89–118. New York: Plenum.
- Marin, A. J. and N. F. Russo. 1999. Feminist perspectives on male violence against women: Critiquing O’Neil and Harway’s model. In *What causes men’s violence against women?* ed. M. Harway and J. M. O’Neil, 18–35. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Markowitz, F. E. 2001. Attitudes and family violence: Linking intergenerational and cultural theories. *Journal of Family Violence* 16:205–18.
- McConaghy, J. S. and R. R. Cottone. 1999. The systemic view of violence: An ethical perspective. *Family Process* 37:51–63.
- Mehrotra, M. 1999. The social construction of wife abuse experiences of Asian Indian women in the United States. *Violence Against Women* 5:619–40.

- Menjívar, C. and O. Salcido. 2002. Immigrant women and domestic violence: Common experiences in different countries. *Gender & Society* 16:898–920.
- Meyers, M. 1994. News of battering. *Journal of Communication* 44:47–63.
- Michalski, J. H. 2004. Making social sense out of trends in intimate partner violence - The social structure of violence against women. *Violence Against Women* 10:652–75.
- Narayanan, G. 2005. Theorizing police response to domestic violence in the Singaporean context: Police subculture revisited. *Journal of Criminal Justice* 33:429–39.
- Nayak, M., C. Byrne, M. Martin, and A. Abraham. 2003. Attitudes toward violence against women: A cross-nation study. *Sex Roles* 49:333–42.
- O’Keefe, M. 1997. Predictors of dating violence among high school students. *Journal of Interpersonal Violence* 12:546–68.
- Parke, R. and N. Lewis. 1981. The family in context: A multilevel interactional analysis of child abuse. In *Parent-child interaction*, ed. R. Henderson, 169–204. New York: Academic Press.
- Pratt, C. and N. J. Sokoloff. 2006. Introduction. In *Domestic violence at the margins*, ed. N. J. Sokoloff and C. Pratt, 15–23. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Romkens, R. and S. Mastenbroek. 1998. Budding happiness: Dynamics in relations of teenage girls who are abused by their boyfriends. In *Multidisciplinary perspectives on domestic violence*, ed. R. Klein, 58–75. London: Routledge.
- Rotimi, A. 2007. Violence in the family: A preliminary investigation and overview of wife battering in Africa. *Journal of International Women’s Studies* 9:234–52.
- Sacco, V. 1995. Media constructions of crime. *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 539:145–54.
- Saraga, E. 1996. Dangerous places: The family as a site of crime. In *The problem of crime*, ed J. Muncie and E. McLaughlin, 183–226. London: Sage.
- Schofield, K. 2004. Collisions of culture and crime: Media commodification of child sexual abuse. In *Cultural criminology unleashed*, ed. J. Ferrell, K. Hayward, W. Morrison, and M. Presdee, 121–31. London: Glasshouse.
- Segal, U. A. 1999. Family violence: A focus on India. *Aggression and Violent Behavior* 4:213–31.

- Shirwadkar, S. 2004. Canadian domestic violence policy and Indian immigrant women. *Violence Against Women* 10:860–79.
- Sokoloff, N. J. and I. Dupont. 2006. Domestic violence: Examining the intersections of race, class, and gender—an introduction. In *Domestic violence at the margins*, ed. N. J. Sokoloff and C. Pratt, 1–13. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Stith, S. M., D. B. Smith, C. A. Penn, D. B. Ward, and D. Tritt. 2004. Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behaviour* 10:65–98.
- Sugarman, D. B. and S. L. Frankel. 1996. Patriarchal ideology and wife assault: A meta-analytic review. *Journal of Family Violence* 11:13–40.
- Sumter, M. 2006. Domestic violence and diversity: A call for multicultural services. *Journal of Health and Human Services Administration* 29:173–90.
- Tam, S. and C. Tang. 2005. Comparing wife abuse perceptions between Chinese police officers and social workers. *Journal of Family Violence* 20:29–38.
- Tang, C. S. and B. P. Lay. 2008. A review of empirical literature on the prevalence and risk markers of male-on-female intimate partner violence in contemporary China, 1987–2006. *Aggression and Violent Behavior* 13:10–28.
- Tang, C., D. Wong, and F. Cheung. 2002. Social construction of women as legitimate victims of violence in Chinese societies. *Violence Against Women* 8:968–96.
- Taylor, B., M. Gambourg, M. Rivera, and D. Laureano. 2006. Constructing cultural competence: Perspectives of family therapists working with Latino families. *The American Journal of Family Therapy* 34:429–45.
- Vandello, J. A. and D. Cohen. 2003. Male honor and female fidelity: Implicit cultural scripts that perpetuate domestic violence. *Journal of Personality and Social Psychology* 84:997–1010.
- Volpp, L. 2006. Feminism versus multiculturalism. In *Domestic violence at the margins*, ed. N. J. Sokoloff and C. Pratt, 39–49. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Wolfgang, M. E. and F. Ferracuti. 1967. *The subculture of violence: Toward an integrated theory of criminology*. London: Travistock.
- World Health Organization. 2002. *World report on violence and health*. Geneva: WHO.
- Yick, A. 2007. Role of culture and context: Ethical issues in research with Asian Americans and immigrants in intimate violence. *Journal of Family Violence* 22:277–85.

- Yllo, K. 1983. Using a feminist approach in quantitative research. In *The dark side of families: Current issues in family violence research*, ed. D. Finkelhor, R. Gelles, G. Hotaling, and M. Straus, 277–88. Beverly Hills, CA: Sage.
- _____. 2005. Through a feminist lens. Gender, diversity, and violence: Extending the feminist framework. In *Current controversies on family violence*, ed. D. Loseke, R. Gelles, and M. Cavanaugh, 2nd ed., 19–34. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Yoshihama, M. 2002. The definitional process of domestic violence in Japan: Generating official response through action-oriented research and international advocacy. *Violence Against Women* 8:339–66.
- Yoshioka, M. R., L. Gilbert, N. El-Bassel, and M. Baig-Amin. 2003. Social support and disclosure of abuse: Comparing South Asian, African American, and Hispanic battered women. *Journal of Family Violence* 18:171–80.

CAPÍTULO 2

**AMOR E VIOLÊNCIA NA INTIMIDADE:
DA ESSÊNCIA À CONSTRUÇÃO SOCIAL^{5 6}**

⁵ Este capítulo deu origem a uma publicação, em coautoria: Dias, A. R. C. & Machado, C. (2011). Amor e violência na intimidade: da essência à construção social. *Psicologia & Sociedade*, 23 (3).

⁶ Este capítulo foi elaborado no âmbito do projeto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade” (PTDC/PSI/65852/2006), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

AMOR E VIOLÊNCIA NA INTIMIDADE: DA ESSÊNCIA À CONSTRUÇÃO SOCIAL

Amor e Violência na Intimidade: Da Essência à Construção Social

Resumo: No presente artigo procede-se à descrição e análise das abordagens teóricas sobre o amor nas Ciências Sociais, principalmente na Psicologia. O objetivo é proporcionar uma compreensão geral acerca de como o fenômeno tem sido conceptualizado e analisar como o amor e a violência têm sido articulados. Assinalando os principais contributos e limitações de cada abordagem, defende-se que o amor é um fenómeno sócio culturalmente construído e sugere-se a necessidade de adotar uma perspectiva construcionista para compreender como a violência e o amor se relacionam, no sentido de desconstruir discursos que possam contribuir para práticas relacionais violentas.

Palavras-chave: amor, violência, construcionismo social, cultura

Love and Intimate Violence: From Essence to Social Construction

Abstract: In this article we intend to describe and analyze theoretical approaches to love formulated by Social Sciences, namely Psychology. Our goal is to present a general understanding about how the phenomenon has been conceptualized and to analyze how love and violence have been articulated. Considering the main contributions and limitations of each theory, we sustain that love is a culturally constructed phenomenon and that the adoption of a constructionist approach is needed to understand how violence and love are related and to deconstruct discourses that may contribute to violent behaviors.

Keywords: love, violence, social constructionism, culture

1. Introdução

Os estudos sobre o amor no campo da Psicologia começaram a emergir apenas na década de 70 tendo este tema sido, até então, delegado a outras áreas (artes, filosofia) por se considerar que não poderia ser objeto de análise científica (cf. Weis, 2006). No entanto, sobretudo nas últimas duas décadas, começaram a desenvolver-se instrumentos para avaliar o fenómeno amoroso e, à medida que o tema foi tendo maior aceitação pela comunidade científica, a investigação e as teorias proliferaram. Ainda assim, o amor e a

violência na intimidade têm sido majoritariamente analisados pela investigação como objetos de estudo separados. No entanto, o desenvolvimento recente dos estudos culturais e feministas (Hatfield & Rapson, 2005), inspirados pelo construcionismo social, conduziu ao reconhecimento da sua interligação.

2. Do Fatalismo Inato à Formação Social do Amor: Teorias Biológicas/Evolucionistas e Desenvolvimentais vs. Teorias Estruturalistas

Na conceptualização teórica do amor há uma questão alvo de controvérsia - o que é que neste fenómeno é biológico e universal e o que é que nele é socialmente construído? Esta questão reflete os diferentes paradigmas científicos: por um lado os paradigmas positivista e pós-positivista (que continua a assumir uma realidade externa e objetiva mas assume que esta apenas pode ser apreendida de forma imperfeita e probabilística), que postulam a existência de uma realidade independente do sujeito, regulada por leis naturais que podem ser descobertas pela ciência através do experimentalismo (Burr, 1995; Gergen, 1999); por outro, as teorias críticas e o construcionismo social, que questionam a noção de “realidade”, postulando que esta não existe independentemente das práticas mediante as quais a objetivamos, privilegiando uma metodologia de investigação hermenêutica e dialética (Burr, 1995; Gergen, 1999).

O positivismo assume em termos ontológicos uma realidade externa e objetiva (realismo ingénuo) e em termos epistemológicos parte do pressuposto objetivista e dualista de que é possível determinar como as coisas realmente são ou funcionam, usando a metodologia experimental para verificar hipóteses previamente formuladas. O pós-positivismo, em termos ontológicos, continua a assumir uma realidade objetiva, mas postula que esta apenas pode ser apreendida de forma probabilística e imperfeita (realismo crítico) e, em termos epistemológicos, defende que é possível uma aproximação à realidade, embora não seja possível o conhecimento completo. Privilegia a metodologia experimental modificada, almejando produzir conhecimento através da falsificação das hipóteses. Desta forma, no positivismo e pós-positivismo, a investigação procura a explicação dos fenómenos, de forma a permitir a sua previsão e o controlo, tomando a validade interna, a validade externa (generalização), a fiabilidade (estabilidade) e a objetividade (observador distante e neutro) (Guba & Lincoln, 1989) como critérios de relevância dos estudos.

Partindo destes pressupostos ontológicos e epistemológicos, as teorias sobre o amor que se inscrevem nos paradigmas positivistas e pós-positivistas são abordagens de

carácter essencialista, na medida em que postulam a existência de um conjunto de traços, pulsões ou mecanismos (de natureza física e/ou psicológica) (Raskin & Neimeyer, 2007) que determinam e regulam a experiência do amor e as relações de intimidade. Neste contexto incluímos as teorias estritamente biológicas/evolucionistas (Weis, 2006), as desenvolvimentais, como as teorias do apego (Allison, Batholomew, Mayseless, & Dutton, 2008), e as perspectivas estruturalistas/funcionalistas, que analisam o amor como produto das estruturas sociais (Torres, 2001).

2.1. Teorias Biológicas/Evolucionistas e Desenvolvimentais

As teorias biológicas e evolucionistas consideram que a intimidade, a atração interpessoal e o amor são fenómenos naturais, instintivos e biologicamente motivados, sustentados por mecanismos hormonais, neuronais e fisiológicos (Weis, 2006). Defendem que o amor resulta de um conjunto complexo de adaptações (cognitivas, comportamentais e emocionais) chamadas a resolver problemas específicos relacionados com a sobrevivência, reprodução (Buss, 2006) e interesses genéticos da espécie (Kenrick, 2006).

Assim, Kenrick (2006) defende que o amor resulta de um conjunto de enviesamentos cognitivos que orientam a atenção, memória e tomada de decisão, atuando no sentido de adotar comportamentos que facilitem a reprodução e sirvam os interesses genéticos. A questão da violência não é diretamente abordada mas, no contexto desta teoria, poderíamos avançar a possibilidade de entender a violência como um comportamento “adaptativo” levado ao extremo, resultante de um conjunto de enviesamentos cognitivos para conseguir e/ou manter a relação.

Uma outra abordagem que enfatiza a funcionalidade, neste caso reprodutiva, do amor é a de Buss (2006), que defende que o amor é um mecanismo adaptativo para conseguir compromisso. Neste contexto, postula o ciúme como estratégia evolutiva para salvaguardar a relação de “intrusos”, já que tanto os homens como as mulheres interpretam tipicamente o ciúme como prova de amor e a sua ausência como a falta dele. Assim, o ciúme e a ameaça de rutura dos vínculos afetivos podem levar a comportamentos de assédio e controlo ou até ao homicídio, principalmente no caso dos homens, cujo *design* psicológico possui, segundo este autor, características que os motivam mais para manter a mulher que amam, levando-os a adotar comportamentos extremos. Buss (2006) conceptualiza a violência amorosa como um mecanismo com origens “adaptativas”, ao mesmo tempo que naturaliza as diferenças de género que

sustentam a violência e a assimetria nas relações: nomeadamente, a maior propensão do homem para fazer uso da agressão quando é rejeitado ou não correspondido e a restrição da sexualidade feminina a uma relação de amor e de longo prazo.

Mais complexa e aberta a contributos de outros saberes é a abordagem da teoria do apego, que enfatiza a dimensão desenvolvimental do fenómeno (Bookwala, 2002). Desenvolvida por Bowlby (1973), esta teoria postula que o comportamento de apego da criança é regulado por um sistema motivacional inato com a finalidade evolutiva de promover a sobrevivência através da manutenção da proximidade entre a criança e a figura de apego, particularmente em situações de ameaça ou perigo. As expectativas que se desenvolvem na infância acerca da segurança, transmitidas pelas figuras de apego primárias, são internalizadas como modelos de funcionamento que motivam o desenvolvimento de relações de proximidade e guiam as interações subsequentes com os outros, de uma forma particularmente evidente nas relações românticas adultas (e.g., Allison e cols., 2008; Bookwala, 2002).

Esta teoria e os modelos que nela assentam postulam a associação entre os estilos de apego e as dinâmicas relacionais entre os parceiros, conceptualizando a violência como uma forma disfuncional do comportamento de protesto (principalmente nos estilos de apego com elevados níveis de ansiedade), com o objetivo de manter a proximidade com a figura de apego (Allison e cols., 2008). No contexto das relações adultas de intimidade, a violência seria um meio através do qual os indivíduos tentam coagir o parceiro menos disponível a ficar mais próximo e acessível (Bookwala, 2002).

Partindo desta base teórica, Allison e colaboradores (2008), num estudo desenvolvido com casais com história de violência, indicam que esta pode ser utilizada quer para aumentar quer para diminuir a proximidade física e emocional, numa tentativa de alcançar/regular um nível ótimo de proximidade. Os autores associam a violência aos estilos de apego mais ansiosos e concluem ainda que as combinações dos perfis de apego dos parceiros podem levar a incompatibilidades, podendo a violência ocorrer quando comportamentos de apego funcionais (mas que não combinam entre si ou vão em sentidos opostos) falham em conseguir alcançar os níveis de proximidade desejados.

Numa análise crítica das teorias biológicas/evolucionistas e desenvolvimentais, verificamos que estas equacionam o amor e a violência de forma essencialmente intraindividual, considerando que a violência tem como função a prossecução dos objetivos a que as necessidades biológicas ou psicológicas impelem, sendo uma

estratégia “extrema”, produto da maior ativação ou pré-disposição do agressor para "amar" mais intensamente.

Estas teorias naturalizam as diferenças no modo como homens e mulheres vivenciam o amor, recorrendo a estas diferenças para afirmar que existe uma programação biológica da mulher para procurar relações a longo prazo e recusar sexo casual, uma maior afetividade da mulher e maior atividade do homem, e uma maior predisposição do homem para adotar comportamentos abusivos quando sente a relação ameaçada (e.g., Buss, 2006).

Por outro lado, estas abordagens defendem o carácter universal e inato do amor, considerando que este resulta de uma evolução adaptativa para resolver os problemas da reprodução. Este argumento apresenta algumas limitações, ignorando as variações na experiência do amor, como sejam as relações amorosas homossexuais, aquelas em que existe uma diferença “reprodutiva” entre os parceiros (diferentes idades, diferentes capacidades “reprodutivas”) e a própria experiência do amor quando os “mecanismos biológicos” já cumpriram, ultrapassaram o *timing* ou simplesmente não vão ao encontro da sua função (por exemplo, o amor na terceira idade, o recurso a métodos contraceptivos). Estas abordagens assumem sempre que o amor tem por objetivo estabelecer relações duradouras, com compromisso e exclusividade, não nos permitindo, assim, explicar fenómenos como sejam a poliamória.

Por outro lado, ao enfatizarem a consistência entre os vários tipos de relações (e.g., desde a estabelecida com as figuras de apego até, posteriormente, às várias relações de amor que os indivíduos podem estabelecer na idade adulta), estes modelos – ainda que desenvolvimentais e abertos à noção de mudança - falham em compreender o papel único, significados subjetivos e dinâmicas relacionais específicas a cada experiência amorosa. Embora estes modelos sustentem a variabilidade do fenómeno nas várias relações que um indivíduo possa estabelecer, esta variabilidade é usualmente explicada apenas pela combinação ou interação dos estilos de apego dos parceiros, negligenciando-se a possibilidade de mudança individual.

Finalmente, apesar da multiplicidade de estudos desenvolvidos sob estas perspetivas, os resultados não têm sido consistentes, havendo diferenças culturais e individuais nos resultados obtidos. Face a esta inconsistência, estas teorias reconhecem a existência de diferenças culturais na vivência do amor e conceptualizam-nas como adaptações a variações ecológicas físicas e/ou sociais. Neste contexto, acabam por reconhecer a “complexidade” do fenómeno e a dificuldade em identificar as

características mais determinantes para compreender o como e o porquê de tais diferenças (e.g. Kenrick, 2006).

2.2. Perspetivas Estruturalistas

As abordagens estruturalistas analisam o amor como sendo um componente da ação social, devendo ser entendido no âmbito das estruturas e sistemas sociais que organizam a sociedade e os indivíduos (Goode, 1959, citado por Torres, 2001). Estas abordagens predominam principalmente no campo da sociologia, afirmando que a afetividade constitui uma das dimensões das relações sociais e que o amor pode ser analisado como expressão destas (Torres, 2001). Assim, os trabalhos sociológicos sobre o amor, as emoções e a sua relação com o género, o casamento e condições socioeconómicas e históricas (Munk, 2004; Torres, 2001) começaram a proliferar em finais da década de 80 (Jackson, 1993), enfatizando-se o papel dos processos e estruturas sociais na formação e expressão das emoções e do amor (Jackson, 1993; Torres, 2001).

Goode (1959, citado por Torres, 2001), um dos primeiros sociólogos que se debruçou sobre o tema, considera que a experiência e a intensidade do amor se relacionam com a estrutura social, sendo constrangidas pela posição em que cada sociedade se situa no *continuum* entre os dois polos: amor como disruptivo (trágico e/ou ridículo) vs. amor como ideal (base para o casamento). Assim, o autor considera que o amor é regulado por padrões socio-estruturais (desde os casamentos arranjados pelos pais até ao controlo social indireto na sociedade ocidental atual) que visam manter os sistemas e estruturas sociais vigentes.

Num plano mais individual, Torres (2001) fala da articulação entre a escolha livre do parceiro (em que os sentimentos e a atração são fatores decisivos) e a escolha do “socialmente próximo”, procurando-se compatibilizar os sentimentos com as expectativas sociais (dos pares, familiares ou outros significativos). Desta forma, procura-se integrar as escolhas amorosas individuais na estrutura social alargada, regulando-se os aspetos potencialmente perturbadores do amor de forma a respeitar a ordem social. Os trabalhos que se inscrevem nesta perspetiva relacionam a posição que os indivíduos ocupam no campo social com as suas escolhas, sentimentos e desejos amorosos (Munk, 2004), defendendo que as mudanças e transformações estruturais no campo amoroso dependem de mudanças nas relações de poder entre os diferentes grupos sociais (e.g., género, classe social, estatuto).

Estas abordagens enfatizam principalmente os aspetos associados ao género, conceptualizado como um sistema de estratificação que coloca a mulher e o homem em posições, papéis e categorias diferentes, o que acarreta a sua diferenciação na forma como percebem e experienciam o amor. A forma como o amor e a violência são equacionados nestas abordagens centra-se quase exclusivamente na análise das diferenças de posicionamento dos indivíduos dentro da estrutura social, nomeadamente ao nível das diferenças de género e relações de poder (e.g. Anderson, 2005). Por exemplo, Chung (2005) refere que o amor romântico é uma instituição heterossexual, que reforça e mantém o sistema social patriarcal, permitindo que as mulheres não interpretem o comportamento violento dos parceiros como expressão de poder e controlo, mas como sinónimo de amor e intimidade.

Em síntese, ao conceptualizar o amor como uma forma de proceder à estruturação social, a perspetiva estruturalista pode ser útil para entender a forma como os sujeitos de diferentes categorias sociais (e.g., género, classe social, etnia) se deparam com diferentes padrões normativos e constrangimentos à vivência do amor e, conseqüentemente, face à violência nessas relações. No entanto, no nosso entender, esta perspetiva reduz o amor e a violência às condições socio-estruturais existentes e, embora procurem explorar alguns dos significados culturais associados a estes temas (como o compromisso, a pertença, os ciúmes ou a fidelidade), reduzem a sua análise à estrutura social patriarcal, negligenciando a forma como o próprio sujeito se posiciona e constrói sentido para estas vivências. Por outro lado, estas abordagens supõem, implicitamente, uma conceção romântica, heterossexual e conjugal do amor, obscurecendo experiências amorosas alternativas que não reproduzem, necessariamente, esta ordem social dominante.

3. Da Reificação à Construção Cultural: Abordagens Taxonómicas vs. Perspetivas Críticas e Construcionistas Culturais

Neste tópico apresentamos as abordagens que introduzem uma conceptualização mais cultural do amor mas que diferem claramente na forma como a equacionam. Incluímos neste ponto as teorias taxonómicas – que procuram identificar tipologias de amor universais, considerando a influência da cultura na forma de expressão de cada tipo amoroso – e as perspetivas críticas e construcionistas - que analisam o amor como intimamente dependente das práticas e discursos socioculturais, equacionando a

dimensão cultural, não como mera influência, mas como constitutiva e indissociável do fenômeno.

3.1. Abordagens Taxonômicas

As abordagens taxonômicas tentam categorizar as várias vivências, sentimentos e manifestações comportamentais associadas ao amor em diferentes estilos/tipos amorosos (Weis, 2006). Os estudos no âmbito destas teorias recorrem a metodologias quantitativas, utilizando questionários ou escalas, para quantificar o fenômeno em termos de atitudes, crenças, cognições, comportamentos (cf. Hendrick & Hendrick, 2006; Sternberg, 2006), partindo da assunção de que os diferentes estilos de amor se situam no espaço cognitivo do sujeito.

Por exemplo, Hendrick e Hendrick (2006) seguem a tipologia de Lee (1973) - *eros* ou amor apaixonado, *ludus* ou jogo/amor descomprometido, *storge* ou amor amizade, *pragma* ou amor calculado, *ágape* ou amor altruísta e *mania* ou amor obsessivo – e referem que cada estilo resulta da combinação de atitudes e crenças, sendo possível estabelecer o estilo característico de cada pessoa. Relacionam ainda os estilos com alguns traços de personalidade, bem como com diferenças de gênero (e.g. a maior tendência dos homens para se envolverem no jogo e no amor descomprometido; e a preferência das mulheres pelo amor amizade ou amor calculado), referindo que os estilos modelam a experiência de amar.

Por seu turno, Berscheid (2006) chama a atenção para os múltiplos significados que o amor pode assumir, referindo que é o contexto no qual a palavra amor é usada que estabelece o seu significado. Face à variabilidade contextual, a autora propõe que se estabeleçam tipologias tendo em conta a sua diferenciação comportamental (cada tipo estará associado a comportamentos diferentes) e causal (cada tipo tem diferentes causas), postulando quatro tipos de amor: amor apego, amor compaixão, amor companheiro/gostar e amor romântico. Refere que estes partilham uma causa histórica ancestral - a biologia e o processo evolutivo – e que todo o ser humano possui capacidade inata de os experienciar.

Outros autores (e.g. Fehr, 2006) têm-se debruçado sobre as concepções que os sujeitos possuem acerca do amor. Nesta linha de investigação, Fehr (2006) postula o conceito de “amor protótipo” (referindo-se à forma como as pessoas pensam tipicamente sobre o amor), indicando que este pode diferir consoante o contexto cultural. Assim, chama a atenção para a necessidade de fazer análises interculturais e

identificar aspetos que possam ser universais, bem como especificidades culturais nas concepções de amor. Dos seus estudos conclui que o amor companheiro e o amor apaixonado são os mais referenciados, mas que as características associadas ao amor companheiro são consideradas mais prototípicas do amor, em detrimento das que correspondem ao amor apaixonado, vistas como menos prototípicas. Mais uma vez, os estudos neste âmbito identificam diferenças de género, indicando que as mulheres apresentam uma concepção do amor mais próxima do amor companheiro, enquanto os homens sustentam um conceito mais passional (Fehr, 2006).

Por seu turno, Sternberg (2006) introduziu novos elementos na conceptualização do amor, reconhecendo a sua dimensão de construção e desenvolvimento. Começou por propor uma teoria triangular, na qual sugere que o amor inclui três componentes (intimidade, compromisso e paixão) que dão lugar, em função da sua existência numa relação específica, a oito tipos de amor diferentes (cf. Sternberg, 2006). Sternberg (1998) reconheceu, por outro lado, o papel das narrativas culturais a que os sujeitos estão expostos, defendendo que, como resultado da exposição a várias histórias que veiculam múltiplas concepções de amor, os indivíduos vão formando ao longo do tempo as suas próprias histórias acerca do que é ou como deve ser o amor. O autor salienta ainda a especificidade e os “constrangimentos” culturais veiculados através dessas histórias, afirmando que “as histórias que contamos são protótipos únicas – adequadas a um determinado tempo e local. As histórias enquadram-se numa matriz cultural. A cultura aprova certas histórias e desaprova outras” (Sternberg, 1998, pp. 42). Assim, o autor propõe aquilo que designa como “a dupla teoria do amor” (*The duplex theory of love*), que engloba as duas componentes: a estrutura (subteoria triangular) e o desenvolvimento (subteoria do amor como história), afirmando que a estrutura/tipo que o amor assume num dado momento deriva de histórias culturalmente construídas e diferentemente assimiladas ao longo da vida do sujeito (Sternberg, 2006). Essas histórias traduzem-se nas práticas relacionais, na medida em que os sujeitos procuram corroborar as histórias em que acreditam.

Nas abordagens taxionómicas que até aqui descrevemos, a violência e o amor não são equacionados diretamente. Trata-se de modelos centrados na conceptualização e categorização do fenómeno, apenas referindo globalmente as implicações que alguns tipos de amor (Hendrick & Hendrick, 2006) ou de protótipos (Fehr, 2006) poderão ter nas relações, nomeadamente ao nível da sua rutura/manutenção e satisfação.

Pela descrição dos vários tipos de amor, podemos ainda deduzir que alguns tipos de amor podem conduzir a vivências relacionais menos funcionais. Tal é o caso do amor maníaco, descrito como “sintomático” pela sua intensidade e labilidade emocional (entre o êxtase e o desespero) (Hendrick & Hendrick, 2006). Também Sternberg (1998, 2006) refere que a combinação dos triângulos de ambos os parceiros e que a compatibilidade das suas histórias determinam em parte o sucesso das relações, abordando, ainda que não de forma central, a questão da violência. De entre o conjunto de histórias que identificou, o autor descreve algumas que podem remeter para esta questão, tais como: a história “horror”, na qual a relação se torna mais aliciante quando se aterroriza ou se é aterrorizado pelo parceiro; a “adição”, caracterizada por um estilo de apego inseguro/ansioso, comportamentos de súplica e medo de perder o outro; e a “guerra”, em que o amor é percebido como envolvendo uma série de batalhas, sendo uma luta devastadora e contínua.

Este conjunto de teorias introduz uma abordagem mais dinâmica e interativa, ao reconhecer que a forma como o amor é compreendido e vivido é produto simultâneo das experiências dos indivíduos e da matriz sociocultural onde se inserem. Outro contributo importante provém do facto de não limitar o fenómeno a interesses biológicos nem reduzir a sua análise à estrutura social, chamando a atenção para a variedade de formas, comportamentos, conceções e significados que pode assumir. Este conjunto de teorias revela, pois, a natureza multifacetada e complexa do amor, transmitindo uma perspetiva policromática do fenómeno.

Sternberg é um dos autores que mais se destaca neste sentido, ao integrar na sua teoria triangular as componentes motivacional (paixão), emocional (intimidade) e cognitiva (compromisso), postulando que a sua combinação possibilita o estabelecimento de vários tipos de amor. Mesmo dentro de cada tipologia, não considera a existência de perfis estanques, referindo que não há casos puros, havendo diferenças em termos de “quantidade” em cada uma das componentes (Sternberg, 2006). Ainda assim, consideramos que o seu maior contributo provém da subteoria “o amor como história” (Sternberg, 1998), onde procede a uma leitura mais narrativa e cultural do fenómeno. Consideramos que esta teoria, ainda que neste artigo tivéssemos optado por a enquadrar dentro das abordagens taxonómicas, se encontra numa posição de transição: partilha alguns pressupostos do paradigma pós-positivista (recurso a questionários com escalas tipo *likert* para aceder às histórias, procura de validação quantitativa) mas tem subjacente uma leitura construcionista social do amor, já que não o concebe como um

produto, mas antes como uma construção contínua, em que as concepções dos indivíduos sobre o amor se vão transformando em função das experiências pessoais, sociais, culturais e históricas.

Neste sentido, a proposta de Sternberg permite ultrapassar algumas das limitações que, a nosso ver, as teorias taxonómicas encerram, nomeadamente a visão ainda essencialista do amor contida na maioria destas propostas. Globalmente consideradas, ainda que postulem que o amor é produto da interação contínua entre o indivíduo, as suas experiências e a matriz sociocultural, estas teorias situam os tipos de amor na esfera interna do sujeito (representações cognitivas, atitudes, crenças), concebendo estes tipos como dimensões estruturais que balizam as experiências de amor. Em síntese, embora abram caminho para o reconhecimento da variabilidade das concepções e vivências do amor – produto do indivíduo, experiência e contexto sociocultural – o seu processo construtivo não é analisado. Além disto, a preocupação em encontrar alguma coerência e estrutura ao nível do espaço interno do sujeito, através da identificação de tipos, minimiza a possibilidade de coexistência e/ou alternância entre várias construções antagónicas ou divergentes do amor.

3.2. Abordagens Críticas e Construcionistas Sociais

As concepções essencialistas do amor que temos estado a rever refletem a adesão das ciências sociais aos paradigmas positivista e pós-positivista, procurando descobrir os mecanismos ou padrões de funcionamento do amor, medi-lo e chegar a um conhecimento o mais verdadeiro e generalizável possível. Por contraponto, o pensamento pós-moderno é desconstrutivo face à crença na verdade, objetividade e imparcialidade do conhecimento científico. Rejeita o conceito de descoberta ou desocultação da verdade através da investigação, assim como a noção de que os fenómenos sociais podem ser compreendidos e explicados em termos de grandes teorias ou meta-narrativas (Lyotard, 1989), antes defendido que todo o conhecimento é construído, portanto parcial, imperfeito e mutável. Partindo destas premissas, surgem perspectivas alternativas às concepções essencialistas do amor, designadamente através das propostas construcionistas sociais (Burr, 1995) e oriundas da teoria crítica (Foucault, 1980 citado por Towns & Adams, 2000; Jackson, 1993).

Sob a influência de algumas correntes de pensamento marcantes, nomeadamente o interacionismo simbólico - que defende que a construção da identidade e dos fenómenos resulta do encontro dos indivíduos em interação social -, as abordagens

construcionistas procuram entender os processos pelas quais os sujeitos constroem a vida social e fazem sentido dela (logo, constroem o amor e fazem sentido dele) (Gergen, 1999). Procedendo a uma leitura do amor sob esta perspectiva, este passa a ser conceptualizado como uma construção social (Towns & Adams, 2000; Wood, 2001), um sistema de significados que se constrói e organiza continuamente através das interações e que tem repercussões nas práticas sociais (logo, nas relações de intimidade) (Wood, 2001).

Por exemplo, vários estudos revelam a existência de diferentes discursos sobre o amor que influenciam a forma como as relações de intimidade são experienciadas (Borochowitz & Eisikovits, 2002; Borochowitz, 2008; Wood, 2001). Especificamente, vários autores salientam a forma como os significados associados ao ciúme, à fidelidade (Vandello & Cohen, 2003), à feminilidade e à masculinidade (e.g. Perilla, 1999) sustentam relações abusivas, influenciando o modo como os sujeitos percebem a violência e legitimando a sua associação ao amor (Borochowitz, 2008; Perilla, 1999; Towns & Adams, 2000).

Assim, na leitura construcionista social, o amor é conceptualizado como sendo socialmente construído através das práticas e discursos dos sujeitos em interação (Towns & Adams, 2000), logo, diferindo em função do contexto social, cultural e histórico. Vários estudos comparativos entre diferentes culturas têm corroborado esta premissa (Hatfield & Rapson, 2005) e indicam que o amor difere culturalmente na forma e intensidade com que é experienciado (Schmitt, 2006). A cultura influencia por quem, quando e como nos apaixonamos (Hatfield & Rapson, 2005), não só pelos constrangimentos que as regras e expectativas a este nível impõem, mas também, acrescentamos nós, pelo seu efeito paradoxal - o desejo da quebra da norma, da transgressão.

Lieberman e Hatfield (2006), por exemplo, referem que o amor apaixonado parece ser culturalmente universal mas que os valores culturais influenciam o significado exato que é atribuído ao termo amor. O conceito de amor romântico, por exemplo, adequa-se à cultura individualista americana, mas menos à cultura coletivista chinesa, onde é esperado que as pessoas considerem não apenas os seus próprios sentimentos mas também as suas obrigações para com os outros. Numa análise da investigação intercultural desenvolvida sobre o fenómeno do amor e do “apaixonar-se”, Hatfield e Rapson (2005) concluíram que, embora existam características comuns a diferentes culturas no que diz respeito à forma como percebem o amor romântico e o

amor apaixonado (o que, no nosso entender, pode resultar – entre outras explicações - da globalização e trocas interculturais), a cultura regula a forma como os sujeitos se conhecem, por quem e como se apaixonam, a intensidade emocional com que experienciam o amor, a forma como conceptualizam o amor, bem como os comportamentos e práticas relacionais através dos quais expressam o amor.

Assim, os estudos e análises culturais vêm sustentar a leitura construcionista do amor, evidenciando que esta experiência corresponde a uma narrativa descrita e vivida de uma forma que é constrangida (potenciada e ao mesmo tempo limitada) pelos padrões culturais vigentes num dado tempo/espaço (Townes & Adams, 2002). Cabe agora discutir a forma como, a partir desta abordagem, tem sido conceptualizada a relação entre amor e violência.

4. Amor e Violência na Leitura Construcionista Social: Os Estudos Culturais e Narrativos

Como referimos no início deste texto, o amor e a violência na intimidade têm sido maioritariamente abordados - à exceção dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da teoria do apego (e.g., Allison e cols., 2008) - como fenómenos distintos ou reduzidos a uma mera associação contingente. Usualmente a violência surge como contingência/consequência associada a determinadas características, processos ou dinâmicas subjacentes ao fenómeno do amor (e.g., Riggs & O'Leary, 1989) ou, quando muito, o amor surge como mais uma variável que pode ter influência na violência (e.g., Black, Tolman, Callahan, Saunders, & Weisz, 2008). Por exemplo, o amor tem sido referido como um fator de risco para o *stalking* (Spitzberg & Cupach, 2007) e para a violência no namoro, embora com resultados empíricos inconsistentes no que se refere a este último domínio (Riggs & O'Leary, 1989). Por outro lado, o amor tem também sido analisado como fator explicativo das reações das vítimas após a ocorrência de violência, nomeadamente a sua manutenção na relação ou não denúncia do problema (Black e cols., 2008).

Numa leitura construcionista, são os estudos culturais – que analisam os discursos e práticas sobre o amor em contextos culturais/étnicos específicos - e as abordagens narrativas – sobretudo estudos qualitativos com vítimas ou agressores, centrados nas suas vivências e no significado que lhes atribuem - que mais têm procurado analisar a relação específica entre a violência e a forma como cada sociedade nos diz o que "é" ou "deve ser" o amor.

No âmbito dos estudos culturais, destacamos Hatfield e Rapson (2005) que procederam a uma revisão dos estudos que analisam o amor e as suas expressões mais intensas e/ou violentas (ciúme, rejeição, amor não correspondido) em várias culturas, concluindo que é a cultura - e não os genes - que determina o que é ou não perturbador numa relação e o que desencadeia reações negativas mais intensas, veiculando e modelando a adoção de práticas relacionais abusivas ou violentas.

Por outro lado, apesar dos contributos dos estudos culturais, são sobretudo as abordagens narrativas (nesta área, maioritariamente de enfoque feminista) que têm explorado a dimensão construída e cultural da articulação do amor e da violência, através de um conjunto de estudos que sugerem que as representações acerca do amor e das relações amorosas podem influenciar a perpetração da violência e constituir um fator que mantém as vítimas nas relações abusivas (Towns & Adams, 2000).

Wood (2001), num estudo com mulheres vítimas, identifica duas narrativas românticas: (i) o conto de fadas em que o príncipe encantado corteja a princesa e faz dela o centro do seu mundo; esta narrativa pode sustentar crenças que legitimam a violência, tais como a ideia de que o bom supera o mau na relação, que as mulheres podem controlar ou parar a violência se mudarem o seu comportamento de forma a aproximarem-se do estereótipo da mulher ideal, e ainda que os seus parceiros não são realmente eles próprios quando são violentos; e (ii) o romance negro, que retrata o homem como naturalmente controlador e por vezes violento e descreve as relações como tipicamente ou necessariamente dolorosas para a mulher, naturalizando o seu sofrimento. Estas histórias prototípicas prescrevem *scripts* genderizados que sustentam a violência do homem e a tolerância/passividade da mulher, contribuindo para que as mulheres achem as relações violentas como toleráveis ou preferíveis a não ter qualquer relação. Num estudo análogo, Towns e Adams (2000) identificaram construções culturalmente enraizadas do “amor-perfeito” (por exemplo, o amor como forma de alcançar a felicidade, o poder do amor da mulher transformar o marido violento) que contribuem significativamente para manter e silenciar as mulheres em situações abusivas.

Analisando especificamente os pares amorosos, Borochowitz e Eisikovits (2002) concluem que existe frequentemente uma narrativa marital conjunta, que permite ao casal dar um enquadramento emocional positivo à violência: (i) a violência é vista como uma expressão de amor, inadequada mas sem intenção negativa, e que tenderá a desaparecer com a maturação do parceiro e sua compreensão dos danos causados ou (ii)

o casal procede a uma completa separação entre o seu amor e violência ocorrida, preservando uma narrativa marital de tonalidade positiva, e menosprezando e minimizando os episódios violentos.

Por seu turno, Borochowitz (2008) procurou analisar os discursos dos agressores, identificando duas estratégias narrativas utilizadas por estes: (i) a construção da “narrativa do casal”, que descreve uma relação marital idealizada e de fusão, sem “espaço” para a história da mulher e (ii) a construção da história em torno do tema “ela não é a mesma mulher com quem casei”, que a retrata como “rebelde/indomável”, sendo a violência uma tentativa de a disciplinar. Assim, conclui que lado a lado com a idealização, admiração, dependência e amor pela mulher, surgem também emoções negativas intensas, como a raiva e sentimentos de traição, que desencadeiam tentativas de anular a individualidade daquela e de a forçar a regressar aos moldes prescritos.

5. Contributos, Limitações e Desafios às Abordagens Construcionistas Sociais

Da análise dos vários estudos, consideramos que a relação entre o amor e a violência na intimidade não pode ser equacionada sem ter em conta o seu enquadramento sociocultural. A violência persiste e é reforçada quando é legitimada por discursos socioculturais que dão forma aos comportamentos individuais e modelam as interpretações que os indivíduos fazem do seu próprio comportamento e do dos outros (Towns & Adams, 2000; Wood, 2001). Nesta lógica, os estudos culturais e narrativos vêm mostrar como os discursos sobre o amor que estão disponíveis num dado momento e num determinado contexto cultural constroem as opções a que os indivíduos têm acesso para fazer sentido da violência e das relações. A cultura fornece repertórios de compreensão, motivos e significados sobre o amor, aos quais os indivíduos recorrem para atribuir sentido à sua experiência “pessoal” do amor e da violência.

As abordagens narrativas de pendor feminista destacam-se nesta análise, explorando as funções e implicações que a adoção de determinadas construções do amor tem nas práticas relacionais e examinando criticamente as expectativas, crenças ou conceções do amor que podem sustentar e legitimar relações de intimidade violentas (e.g., Borochowitz & Eisikovits, 2002; Towns & Adams, 2000; Wood, 2001).

Apesar destes méritos, é nosso entendimento que estas abordagens apresentam algum reducionismo analítico, ao utilizarem o feminismo como grelha de leitura teórica quase exclusiva. Na verdade, embora identifiquem múltiplas e contraditórias formas de

construção do amor, acabam por enfatizar sempre os efeitos perversos do discurso genderizado tradicional (na maioria dos casos sem descreverem o que é afinal este discurso e as suas possíveis variações), lendo as relações unicamente sob a perspectiva da mulher (que é – de uma forma teoricamente bastante inconsistente – tida como representando "a verdade" sobre a relação) e posicionando a mulher como vítima, quer do seu parceiro, quer da sociedade em geral (esquecendo a sua capacidade de agência, resiliência e autossuperação).

Embora esta descrição represente, certamente, uma das faces do problema, o desafio é, a nosso ver, reconhecer a variabilidade do fenómeno da violência (e.g., violência mútua, agressão feminina, vitimação masculina) e perceber a sua relação com a multiplicidade também existente de discursos sobre o amor, frequentemente ambíguos e coexistentes dentro do mesmo contexto sociocultural e histórico. Para tal, há que atender à existência de identidades divergentes – identidades estas socioculturalmente construídas, que constroem os atores/co-construtores sociais (incluindo vítimas e agressores) - sem impor leituras apriorísticas. Os *media* (apesar da sua ênfase na convencionalidade) são um bom exemplo da diversidade emergente de modelos relacionais alternativos, nos quais as construções de género se modificam e oferecem novas possibilidades identitárias e relacionais (Wang & Ho, 2007). Apenas através da atenção a esta multiplicidade de construções sobre o amor e as relações podemos alcançar o objetivo último da investigação, numa perspectiva construcionista social: “consciencializar” a sociedade em geral do seu papel na sustentação e legitimação de relações abusivas, chamando a atenção para a necessidade de analisar criticamente os discursos de amor e violência que veicula, proporcionando construções desafiantes e alternativas às de “amar violentamente”. Tal não significa, contudo, aceitar que os sujeitos são recetores passivos das mensagens socioculturais; numa perspectiva construcionista, estes socialmente construídos mas também construtores ativos das práticas e discursos sociais (são simultaneamente produto e produtores). Assim, a mudança e transformação social/relacional da intimidade são da responsabilidade de todos.

6. Considerações Finais

A conceção do amor no âmbito do construcionismo social difere drasticamente da que é alimentada pelas perspectivas tradicionais. A nosso ver, esta leitura diferencia-se das anteriores por três razões essenciais: (i) a perspectiva antiessencialista do amor,

(ii) o foco nas interações e práticas sociais para a compreensão do fenómeno e, logo, a consciência da sua especificidade histórica e cultural, (iii) a capacidade crítica e o poder de transformação.

(i) Perspetiva antiessencialista - Ao postular que o mundo e o ser humano são produtos de processos sociais, o construcionismo social não aceita a existência de uma natureza determinada do mundo, dos fenómenos e do ser humano, assumindo uma visão antiessencialista. Assim, entende-se que a experiência do amor resulta dos processos sociais, não existindo de forma pré-determinada nos indivíduos nem como essência em si mesma.

(ii) Foco nas interações e nas práticas sociais/especificidade histórica e cultural - Neste referencial, as conceções acerca do amor são construídas em interação, resultando de algo partilhado numa interação dialética. Assim, o amor não existe dentro ou fora dos sujeitos, antes sendo construído “entre” as pessoas. Os próprios sujeitos são socialmente construídos, são produto de discursos históricos e culturalmente construídos, não podendo ser compreendidos sem considerar o sistema social, histórico, cultural e político onde se inserem. A experiência humana do amor e das relações está, assim, social, cultural, histórica e politicamente comprometida. Desta forma, numa perspetiva construcionista social, o foco desloca-se da dualidade individual vs. social para a interação e práticas sociais – ao considerar não somente o indivíduo que reconstrói em si, e para si próprio, o amor e a intimidade mas também, e principalmente, ao considerar a análise crítica de um conjunto de discursos e categorizações sociais que constroem e dão forma à experiência do amor e das relações de intimidade.

(iii) Capacidade crítica e possibilidade de transformação – Ao postular a linguagem como pré-condição para o pensamento e como uma forma de ação social, o construcionismo social potencia a capacidade crítica dos sujeitos e a possibilidade de transformação dos discursos socioculturais que condicionam o amor. Nesta abordagem, as formas e os termos pelos quais as pessoas compreendem o amor e se entendem a si próprios são artefactos sociais, produto de inter-relações entre as pessoas, dotadas de especificidade histórica e cultural. Os indivíduos surgem num mundo onde já existem categorias e mapas conceptuais (conceções sobre o amor, repertórios sobre o amor) que são usados pelas pessoas de uma dada cultura (Burr, 1995). Os conceitos sobre o amor,

a forma como é classificado ou categorizado são adquiridos pelos indivíduos à medida que desenvolvem o uso da linguagem, sendo assim reproduzidos (e modificados) todos os dias por todos os sujeitos que partilham de uma mesma cultura e linguagem. Assim, quando as pessoas falam umas com as outras sobre as suas relações e o amor, tais relações e o amor estão, nesse próprio ato, a ser construídas, já que a linguagem não é um veículo passivo de emoções ou pensamentos anteriores a si mesma, antes fornece um conjunto de significados partilhados que são veiculados, construídos e reconstruídos permanentemente no decurso das interações. Desta forma, a linguagem é ação e performance; falar do amor é "fazer" o amor, dar-lhe significado e sentido.

Em suma, são os discursos e práticas sociais que permitem que o amor “exista” da forma como “existe”, que seja sentido da forma como é sentido, que se expresse, violentamente ou não. Nesta lógica, o amor é construído e reconstruído continuamente nas interações, assumindo formas social, cultural e historicamente baseadas. Assumir tal construção social do amor e das relações torna possível a sua reconstrução – os sujeitos podem analisar criticamente as categorias e prescrições socioculturais associadas às construções do amor mais opressoras e assimétricas, reconstruindo o amor, a si próprios e às suas relações de formas mais libertadoras e equitativas.

Esta leitura construcionista social acarreta uma maior responsabilidade social: o amor e as práticas relacionais que lhe estão associadas não podem continuar a ser percecionadas como fora da alçada social e remetidas para a esfera meramente individual. Ao assumirmos a construção do amor através dos discursos e práticas socioculturais (das quais os sujeitos surgem como co-construtores ativos), o contexto social e cultural confronta-se com a responsabilidade de proporcionar significados sobre o amor que facilitem a co-construção de discursos e práticas relacionais mais igualitárias, abertas, livres e não violentas.

Referências

- Allison, C. J., Bartholomew, K., Mayseless, O., & Dutton, D. G. (2008). Love as a battlefield: Attachment and relationship dynamics in couples identified for male partner violence. *Journal of Family Issues*, 29, 125-150.
- Anderson, K. L. (2005). Theorizing gender in intimate partner violence research. *Sex Roles*, 52, 11/12, 853-865.

- Berscheid, E. (2006). Searching for the meaning of “love”. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 171-183). London: Yale University Press.
- Black, B., Tolman, R., Callahan, M., Saunders, D., & Weisz, A. (2008). When will adolescents tell someone about dating violence victimization? *Violence Against Women, 14*, 541-558.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol. 2. Separation, anxiety and anger*. New York: Basic Books.
- Bookwala, J. (2002). The role of own and perceived partner attachment in relationship aggression. *Journal of Interpersonal Violence, 17*, 84-100.
- Borochowitz, D. Y. (2008). The taming of the Shrew: Batterres’ constructions of their wives’ narratives. *Violence Against Women, 14*, 1166-1180.
- Borochowitz, D. Y. & Eisikovits, Z. (2002). To love violently: Strategies for reconciling love and violence. *Violence Against Women, 8*, 476-494.
- Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Buss, D. M. (2006). The evolution of love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 65-86). London: Yale University Press.
- Chung, D. (2005). Violence, control, romance and gender equality: Young women and heterosexual relationships. *Women’s Studies International Forum, 28*, 445–455.
- Fehr, B. (2006). A prototype approach to studying love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 225-246). London: Yale University Press.
- Gergen, K.J. (1999). *An invitation to social construction*. London: Sage.
- Guba, E & Lincoln, Y. (1989). *Fourth generation evaluation*. California: Sage Publications.
- Hatfield, E. & Rapson, B. L. (2005). *Love and sex: Cross cultural perspectives*. Oxford: University Press of America, Inc.
- Hendrick, C. & Hendrick, S. S. (2006). Styles of romantic love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 149-170). London: Yale University Press.
- Jackson, S. (1993). Even sociologists fall in love: An exploration in the sociology of emotions. *Sociology, 27*, 201-220.
- Kenrick, D. T. (2006). A dynamical evolutionary view of love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 15-34). London: Yale University Press.

- Lee, J. (1973). *The colors of love: An exploration of the ways of loving*. Don Mills, Ontario, Canada: New Press.
- Lieberman, D. & Hatfield, H. (2006). Passionate love: Cross-cultural and evolutionary. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 274-297). London: Yale University Press.
- Lyotard, J. F. (1989). *A condição pós-moderna* (2.^a Ed). Lisboa: Gradiva.
- Munk, B. D. (2004). Free choice, modern love, and dependence: marriage of minors and rapt de séduction in the Austrian Netherlands. *Journal of Family History*, 29, 183-205.
- Perilla, J. L. (1999). Domestic violence as a human rights issue: The case of immigrant Latinos. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 21, 107-133.
- Raskin, J. D., & Neimeyer, R. A. (2007). Coherent constructivism, a response to Mackay. *Theory & Psychology*, 13, 3, 397-409.
- Riggs, D. S. & O'Leary, K. D. (1989). A theoretical model of courtship aggression. In M. A. Pirog-Good & J. E. Stets (Eds.), *Violence in dating relationships: Emerging social issues* (pp. 53-71). New York: Praeger.
- Schmitt, D. P. (2006). Evolutionary and cross cultural perspectives on love: The influence of gender, personality, and local ecology on emotional investment in romantic relationships. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 249-273). London: Yale University Press.
- Spitzberg, B. & Cupach, W. (2007). The state of the art of stalking: taking stock of the emerging literature. *Agression and Violent Behavior*, 12, 64-86.
- Sternberg, R. J. (2006). A duplex theory of love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 184-199). London: Yale University Press.
- Sternberg, R. J. (1998). *Love is a story: A new theory of relationships*. Oxford: Oxford University Press.
- Torres, A. C. (2001). *Sociologia do casamento: A família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- Towns, A. & Adams, P. (2000). "If I really loved him enough, he would be okay": Women's accounts of male partner violence. *Violence Against Women*, 6, 558-585.
- Vandello, J. A. & Cohen, D. (2003). Male honor and female fidelity: Implicit cultural scripts that perpetuate domestic violence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, 997-1010.

- Wang, X. & Ho, S. (2007). My sassy girl: A qualitative study of women's aggression in dating relationships in Beijing. *Journal of Interpersonal Violence, 22*, 623-638.
- Weis, K. (2006). Introduction. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 1-11). London: Yale University Press.
- Wood, J. T. (2001). The normalization of violence in heterosexual romantic relationships: Women's narratives of love and violence. *Journal of Social and Personal Relationships, 18*, 239-261.

PARTE 2

ESTUDOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO III

**DISCURSOS SOCIOCULTURAIS SOBRE O AMOR EM PORTUGAL:
UM PERCURSO GERACIONAL? ^{7 8}**

⁷ Este capítulo foi submetido para publicação na Revista *Psicologia*, da Associação Portuguesa de Psicologia, em coautoria com Carla Machado, Rui Abrunhosa Gonçalves e Celina Manita.

⁸ Este capítulo foi elaborado no âmbito do projeto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade” (PTDC/PSI/65852/2006), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

DISCURSOS SOCIOCULTURAIS SOBRE O AMOR EM PORTUGAL: UM PERCURSO GERACIONAL?

Resumo: No presente estudo procuramos compreender a forma como os diferentes sujeitos conceptualizam e vivenciam o amor e as relações de intimidade. O estudo envolve 28 sujeitos, com os quais se conduziu uma entrevista individual sobre a história de amor da sua vida. Procedeu-se à contrastação do discurso dos jovens com o discurso dos adultos, de diferentes gerações, considerando também o estado civil e o sexo dos sujeitos. Identificam-se algumas especificidades, principalmente diferenças geracionais, que são discutidas sob o seu enquadramento histórico, social e político. Além das especificidades, identifica-se um discurso consensual sobre o amor, amplamente partilhado, bem como o retorno a concepções tradicionalistas e convencionais – com mais assimetrias e desigualdades relacionais, sobretudo, na população juvenil.

Palavras-Chave: repertórios; amor; relações; gerações; cultura

Sociocultural discourses about love in Portugal: a generational path?

Abstract: In the present study we aim to understand how people conceptualize and experience love and intimate relationships. The study involved 28 subjects, with whom we conducted an individual interview about their lives' love story. We compare the speech of young subjects and adults from different generations, also considering their civil status and sex. We found some generational differences and we discuss them under the different historical, social and political background. We conclude that there is a consensual discourse about love, widely shared, as well as a return to more traditional and conventional conceptions about love and relationships - more marked and with more asymmetry and inequality in the youngsters.

Keywords: repertoires; love; relationships; generations; culture

1. Introdução

A análise teórica e empírica do fenómeno do amor por parte da psicologia tem uma história recente, não sendo alvo de interesse até meados do século XX (Berscheid, 2010) por considerar-se não podia constituir objeto de análise científica e que deveria ser delegado a outras áreas - como a literatura ou a filosofia (Weis, 2006). Maslow (1954) foi o primeiro a chamar a atenção para a necessidade da psicologia atender ao fenómeno, considerando-o central na vida das pessoas. Harlow (1958) e Bowlby (1969) constituem exceções, sendo os primeiros teóricos e investigadores na área da psicologia, havendo também algumas incursões por parte de psicologia social sobre a atração interpessoal mas que acabaram por abordar muito pouco o fenómeno do amor (Lindzey & Byrne, 1968, Berscheid & Walster 1969, cit. in Berscheid, 2010).

Só a partir da década de setenta é que os estudos da área da psicologia avançaram de forma mais significativa (cf. Weis, 2006): começaram a desenvolver-se escalas e instrumentos para avaliar o fenómeno, bem como métodos biológicos e fisiológicos. Assim, à medida que o tema foi tendo maior aceitação pela comunidade científica, a investigação e as teorias proliferaram, sobretudo nas duas últimas décadas (Weis, 2006). Da análise da literatura sobre o tema (cf. Dias & Machado, no prelo), identificam-se várias abordagens teóricas e linhas de investigação:

(i) As abordagens inscritas nos paradigmas positivistas e pós-positivistas – que vão desde as teorias biológicas e evolucionistas (Weis, 2006), que defendem que o amor é uma componente instintiva da natureza humana e que é regulado por necessidades de reprodução, segurança e sobrevivência, passando pelas teorias estruturalistas/funcionalistas, que enfatizam o papel dos processos e estruturas sociais na formação e expressão das emoções e do amor (Cancian & Gordon, 1988; Torres, 2001), devendo este ser analisado como expressão das relações sociais (Torres, 2001), até às teorias taxonómicas, que postulam tipologias de amor universais recorrendo a metodologias quantitativas (questionários ou escalas) para “medir” ou quantificar o fenómeno em termos de atitudes, crenças, cognições e comportamentos (e.g. Fehr, 2006; Sternberg, 1986, 1988a, 1998b, 1997, 1998a, cit. in Sternberg, 2006).

(ii) As abordagens que se inscrevem no paradigma pós-moderno, as perspetivas críticas e construcionistas, que conceptualizam o fenómeno do amor como intimamente dependente das práticas e discursos socioculturais, equacionando a dimensão cultural como constitutiva e indissociável do fenómeno (e.g. Hatfield & Rapson, 2005; Wetherell, 1995). Estas abordagens recorrem, por um lado, a estudos socioculturais

comparativos e, por outro, a estudos qualitativos com amostras mais específicas e reduzidas.

De uma forma global, o amor tem suscitado cada vez mais maior interesse por parte dos investigadores na área da psicologia, nomeadamente, a análise e determinação do papel do amor nas relações. Assim, assistimos a estudos que indicam o amor como condição essencial para o estabelecimento de relações de compromisso, nomeadamente, o casamento (Simpson e cols., 1986 cit. in Berscheid, 2010), a ausência ou o declínio do amor como a principal causa (e.g. Gigy & Kelly 1992) ou o fator mais preditivo da dissolução das relações (Gottman & Levenson, 2000) ou ainda a procurarem analisar a possibilidade de - e em que condições – o amor permanece em relações a longo prazo (e.g. Acevedo & Aron, 2009).

Assim, tem havido um investimento na análise do desenvolvimento do fenómeno, de compreender o seu processo, evolução e trajetórias. Berscheid (2010), por exemplo, defende a necessidade de novas abordagens no estudo do amor, referindo que, para uma melhor compreensão do fenómeno, há que atender ao seu processo de mudança e ao facto das relações serem temporais, sugerindo uma abordagem temporal do amor através de estudos longitudinais. Neste âmbito, destaca-se o estudo longitudinal de Huston (2009), desenvolvido nos Estados Unidos, que procura analisar as relações “românticas” avaliando o papel do amor no namoro, no casamento e no divórcio (*PAIR Project – Processes of Adaptation in Intimate Relationships*). O investigador concluiu que é o amor que leva ao namoro e à trajetória do casamento, referindo que a diminuição do amor ou, pelo contrário, o seu incremento/manutenção durante os primeiros dois anos constitui um importante indicador para a dissolução ou manutenção do casamento, respetivamente.

Além disto, verifica-se também o interesse pela análise do amor e das relações amorosas ao longo das várias etapas da vida (e.g. Antonucci, Akiyama, & Takahashi, 2004). Por exemplo, Reeddy e colaboradores (1981), num estudo com casais entre os 22 e os 83 anos, concluíram que os casais mais velhos apresentavam índices mais elevados de segurança emocional, lealdade e menores índices de intimidade sexual, enquanto os mais novos apresentavam índices mais elevados de comunicação (cit. in Antonucci e cols., 2004). Akiyama e colaboradores (2004), num estudo comparativo entre os Estados Unidos e o Japão, com sujeitos entre os 13 e os 96 anos, concluíram que em ambos os países as interações positivas nas relações tendem a manter-se estáveis ao longo da vida, enquanto as interações negativas tendem a diminuir, referindo que tal se

deve ao incremento da maturidade social, da familiaridade e da frequência dos contactos (cit. in idem).

No entanto, é a fase da adolescência que tem sido alvo de maior investigação, sendo considerada uma etapa fulcral para o desenvolvimento de competências que determinarão a qualidade das relações na vida adulta (Haugen, Welsh, & McNulty, 2008). Assim, investigadores de diferentes tradições metodológicas têm-se dedicado nas últimas décadas a analisar a dimensão desenvolvimental das relações amorosas - os processos específicos envolvidos no estabelecimento, desenvolvimento e qualidade das relações românticas dos adolescentes, o seu significado e funcionamento (e.g. Furman & Shomaker, 2008; Galliher, Enno, & Wright, 2008).

Apesar da conclusão partilhada de que existem especificidades nas interações românticas dos adolescentes comparativamente às outras relações que estabelecem (e.g. Furman & Shomaker, 2008) e continuidade entre as experiências relacionais adolescentes e as adultas (Raley, Crissey, & Muller, 2007), os resultados são díspares: alguns apontam para interações que se caracterizam pela maior conflitualidade, menor responsividade afetiva face ao parceiro e menores competências comunicais (Furman & Shomaker, 2008); outros indicam interações globalmente positivas e com evitamento de tópicos potencialmente conflituosos e sentimentos negativos nas suas interações (Galliher, Enno, & Wright, 2008). No entanto, a maioria aponta para uma minimização das interações negativas e para uma tendência dos adolescentes para avaliar positivamente as suas relações amorosas e os comportamentos do parceiro (Furman e cols., 2008; Galliher e cols., 2008), na tentativa de “proteger” as suas relações, principalmente os adolescentes mais novos (Galliher e cols., 2008).

Assim, apesar da vasta investigação, consideramos que a análise do fenómeno em si tem sido negligenciada, centrando-se na sua “formalização”, analisando-o no contexto da constituição, manutenção, sucesso/insucesso e qualidade das relações, principalmente as maritais (no caso dos adultos) e as de namoro (no caso dos adolescentes) – o amor é apenas considerado como variável que leva à união/casamento ou cuja diminuição/ ausência acarreta a dissolução das relações/divórcio.

Além disso, mesmo quando se procura analisar o fenómeno ao longo das várias etapas da vida ou se focam fases específicas (como a adolescência), a dimensão sociocultural do fenómeno tem sido obscurecida – os poucos estudos existentes procedem a uma abordagem comparativa ou referem especificidades mas, na sua maioria, sem uma análise aprofundada do seu enquadramento cultural que contribui

para as diferenças ou especificidades encontradas. Em nossa opinião, não basta caracterizar os sujeitos em função das suas características sociodemográficas e situá-los num contexto social e cultural, é necessário atender ao modo como as forças e discursos culturais podem influenciar forma como o amor é significado, vivenciado e praticado. Mesmo nos estudos feministas sobre o amor, a questão cultural é, normalmente, analisada de forma superficial, recorrendo à exemplificação de determinados ideais de romantismo e aos papéis de género associados, reduzindo a dimensão cultural à estrutura social genderizada pelo foco exclusivo das desigualdades de género.

Assim, no presente artigo, pretendemos colmatar algumas lacunas assinaladas, estudando os discursos culturais sobre o amor veiculados nos discursos de sujeitos com diferentes *backgrounds* geracionais, não nos centrando nas suas significações pessoais mas procurando explicitamente articular o plano pessoal com a dimensão cultural do amor. Tal articulação assenta na conceção de que a realidade, tal como a experienciamos, é construída nas nossas práticas linguísticas, influenciadas pela cultura, mas também pelo contexto histórico e político específico em que nos movemos. Isto significa que as nossas construções do mundo são mutáveis, embora dentro dos limites que a cultura estabelece (Potter & Wetherell, 1992).

2. Metodologia

O conceito que nos parece melhor operacionalizar a forma anteriormente explicitada de conceber a relação entre cultura e subjetividade, e que utilizaremos neste estudo, é o de “repertório interpretativo” (Potter & Wetherell, 1992). Este conceito parte da premissa de que as significações pessoais "são construídas a partir de uma variedade de recursos linguísticos preexistentes" (p.33), dos quais é feita uma "seleção ativa" (p.34) - não necessariamente consciente - pelos sujeitos. Adotando esta conceptualização, o presente estudo procura determinar quais são os recursos culturais disponíveis para significar o amor e de que forma esses repertórios são apropriados e reconstruídos no discurso dos sujeitos.

2.1. Processo de amostra e amostragem

Considerando que a adolescência/juventude tem sido apontada como uma etapa fulcral onde se iniciam e desenvolvem as primeiras interações e interesses românticos (Haugen, Welsh, & McNulty, 2008), definimos como principal critério para o processo de amostragem o *contexto histórico e social em que os sujeitos vivenciaram esta fase,*

procurando abranger as diferentes fases significativas do recente percurso histórico e político de Portugal e conseqüentes transformações nas práticas e discursos culturais. Assim, os nossos participantes foram selecionados de acordo com os seguintes parâmetros:

- Sujeitos que vivenciaram a juventude na época ditatorial, antes de Abril de 1974 (faixa etária 53 anos ou mais); sujeitos que vivenciaram a juventude na época pós-ditatorial, no período de transição (de 1975 a finais de anos 80, faixa etária 40-52); sujeitos que vivenciaram a adolescência nos anos 90, época de grandes e rápidas transformações sociais e culturais (faixa etária 26-39) e os jovens atuais (faixa etária 15-25), numa época ainda de transformação e de grande multiplicidade e, até, ambigüidade nos discursos e práticas.

- Para conseguirmos uma estrutura de participantes mais equilibrada em termos de *sexo*, dado que as *questões de género* têm sido consideradas relevantes no estudo dos discursos e mudanças culturais (Dias & Machado, 2008), incluímos o mesmo número de homens e mulheres em cada grupo etário estabelecido.

- Por outro lado ainda, dado tratar-se de um processo de amostragem teórica – cujo processo de seleção dos sujeitos não se baseia nos critérios da representatividade mas de acordo a expectativa de poderem gerar novas ideais e perspectivas - tivemos em consideração os diferentes estados civis dos participantes adultos (casados/união de facto, divorciados e solteiros).

Tabela 1 – Estrutura da amostra (participantes)

		Sexo	
Faixa Etária		Feminino	Masculino
Jovens	15-25 Anos	5	5
Adultos	26-39 Anos	3	3
	41-52 Anos	3	3
	53 ou + Anos	3	3
Totais		14	14

2.2. *Objetivos e questões de investigação*

Dado que partimos do princípio teórico, anteriormente explicitado, de que os sujeitos constroem as suas versões do mundo a partir da “seleção do leque de grelhas interpretativas disponíveis na cultura” (Sasson, 1995, p.10), o **principal objetivo** do

estudo prende-se com a identificação e compreensão das grelhas interpretativas culturalmente disponíveis para conferir significado às experiências amorosas.

Sendo os discursos simultaneamente constitutivos e construídos dentro das práticas sociais (Potter, Edwards & Wetherell, 1993), o **segundo objetivo** pretende identificar de que forma as grelhas interpretativas são aprofundadas e transformadas pelos diferentes sujeitos e de que forma tais significações se relacionam ou constroem as experiências de amor que os sujeitos vivenciam. Para tal, procederemos à contrastação do discurso dos jovens atuais com o discurso dos adultos de diferentes contextos geracionais, considerando também os diferentes estados civis e o sexo dos sujeitos.

Finalmente, dado que acreditamos que o discurso tem um papel constitutivo da “realidade”, com consequências ao nível da ação (Sasson, 1995), pretendemos refletir criticamente sobre as implicações da construção sociocultural dos discursos sobre o amor na vivência da intimidade dos diferentes grupos de sujeitos.

Para uma melhor definição do âmbito e foco do presente estudo, procedemos à formulação das questões mais específicas que orientaram a análise dos dados. Convém mencionar que, no sentido de conseguirmos uma maior profundidade na exploração da temática, a formulação das questões foi feita de modo a permitir flexibilidade e liberdade na sua abordagem.

Questões orientadoras:

1. Quais os repertórios interpretativos sobre o amor que os jovens e adultos utilizam para significar a experiência do amor e das relações de intimidade? Podemos identificar diferenças entre a população juvenil e a população adulta? O estado civil dos participantes adultos, constrange o seu discurso? Se sim, em que sentido – aproxima-o ou distancia-o do discurso dos jovens?

2. Podemos identificar diferenças geracionais específicas entre a população adulta? Se sim, em que gerações e em que consistem essas diferenças? Aproximam ou distanciam os discursos dos da população juvenil?

3. Podemos identificar diferenças entre os discursos apresentados pelos homens e pelas mulheres? Existindo discursos significativamente diferentes entre os homens e as mulheres, são transversais em termos de gerações ou variam?

De uma forma global, pretendemos compreender se existe multiplicidade de construções discursivas sobre o amor e as relações de intimidade e, a existir, o que

diverge nas construções e se há pontos de consenso; ou, pelo contrário, se existe marcadamente uma construção discursiva consensual.

3. Procedimentos

Com cada participante foi realizada uma entrevista semiestruturada (“A história de amor da sua vida”), adaptada do guião da entrevista de McAdams (1995), *The Life Story Interview*. Após o consentimento informado, foi pedido que identificassem e contassem a história de amor da sua vida, focando todos os tópicos do guião (resumo e fases da história, momentos importantes, desafios, futuros possíveis, valores e crenças pessoais). Apesar desta estrutura prévia e de se ter abordado todos os tópicos do guião, as questões foram formuladas de forma a permitir que a narrativa fluísse de acordo com os interesses das participantes, pelo que a ordem e organização do material variou de entrevista para entrevista.

Todas as entrevistas foram conduzidas pela investigadora responsável pelo estudo, variando o tempo de duração entre os quarenta e cinco minutos e as duas horas e meia. Foram gravadas e transcritas na *íntegra*, no sentido de preservar a *integridade* dos relatos, e todas as entrevistas foram analisadas separadamente, codificando-se todo o seu conteúdo. Utilizou-se o *NVivo 9.0 software* (QSR, 2010) para organizar, codificar e analisar os dados, aplicando a abordagem da análise do discurso, como indicada por Potter and Wetherell (1992).

4. Análise e Resultados

No sentido de facilitar a leitura e compreensão dos resultados, procedemos, em primeiro lugar, à descrição global dos repertórios interpretativos e, de seguida, passamos à descrição e discussão dos resultados, seguindo as questões orientadoras, anteriormente definidas. Recorremos a extratos dos relatos dos participantes para ilustrar a análise e discussão e destacamos, ainda, que, dada a natureza e características do estudo, se assume a natureza local e específica dos resultados, sem a ambição de os generalizar. Apesar de identificarmos a utilização de repertórios interpretativos específicos por determinados participantes, sob determinadas formas, tal não significa que estes resultados sejam partilhados por todos os sujeitos que possuam características idênticas.

(i) *Repertórios Interpretativos sobre o Amor e Temas associados*

Nas entrevistas selecionou-se todo o discurso dos sujeitos referente ao amor e às relações de intimidade, identificando-se cinco Repertórios Interpretativos: 39.27%⁹ do discurso sobre o amor remete para o Amor Companheiro, 29.47% para o Amor Romântico, 18.94% para o Amor Pragmático, 6.99% para o Amor Apaixonado e 5.32% para o amor *Game-Playing*. Procedendo a uma análise global, verificamos que o repertório amor companheiro é o mais utilizado, seguindo-se o amor romântico.

O **repertório amor companheiro** associa o amor às noções da amizade (“*Uma relação tem que ter uma forte componente de amizade, as pessoas têm que ser amigas e respeitar os valores da amizade.*”) e do companheirismo (“*Acho que o companheirismo entre os dois. O amor pode ter muita força mas sem o companheirismo...*”), em que a relação assenta na cumplicidade (“*A relação de amor é uma relação de cumplicidade, é uma relação de solidariedade, é uma relação de honestidade, é uma relação que nos faz sentir bem, que nos sentir confortáveis.*”), na afinidade (“*Conseguir estar muito próximos e ter uma afinidade muito boa um com o outro.*”), na ajuda e compreensão mútuas (“*Cada um deve estar para ajudar o outro*”; “*Além do amor, acho que tem de haver compreensão e ajuda mútua, é indispensável.*”), na aceitação e na procura de entendimento através do diálogo (“*Respeitar a opinião, mesmo não concordando mas temos que respeitar. Respeitar em todas as situações, deixar falar, saber ouvir, dialogar*”). Enfatiza a importância da comunicação, do conhecimento entre os parceiros e da partilha comum de experiências, de emoções e de valores básicos (“*Espero e acredito na partilha de sentimentos, na partilha das emoções, boas ou más. Acho que o casal existe para poder... cada um deve estar para ajudar o outro e partilhar com ele os momentos bons, os momentos maus, as alegrias, as tristezas, a dor, situações complicadas relacionadas com trabalho.*”; “*Partilha de valores, terem valores comuns.*”). Como valores básicos, surgem a sinceridade, a confiança, a honestidade e, principalmente, a fidelidade e o respeito, que não devem ser quebrados para manter a relação (“*Acho que o primeiro valor é a confiança. Se calhar está ligado à confiança o respeito.*”; “*Acredito na fidelidade, de ambas partes, porque, quer eu quer ela criamos... não deixamos muito espaço para que existam outras pessoas.*”).

Neste repertório, o amor é conceptualizado como uma construção (“*Quando tu amas alguém, o amor é algo mais processual, que se vai construindo aos poucos.*”) e,

⁹ Valores calculados automaticamente no *Nvivo*, utilizando as matrizes que contabilizam a percentagem dos relatos de todos os participantes codificados em cada repertório.

até, doação (“*Exige uma maturidade da relação, uma grande disponibilidade e uma grande doação.*”) ao longo da vida relacional, na qual os filhos e a família surgem como um projeto comum.

O **repertório amor romântico** remete para o guião tradicional, que associa o amor a uma relação de compromisso e duradoira, que se inicia no namoro e culmina no casamento - conceptualizado como o percurso normal, a consumação do amor e uma fonte de felicidade - (“*O momento mais feliz, para mim, foi o dia do nosso casamento. Foi o resultado do nosso amor e acho que veio solidificar ainda mais a nossa relação, acho que sim.*”) e prescreve a iniciativa masculina (“*A melhor coisa a fazer é agarrar o boi pelos cornos e, nestas questões sentimentais, amorosas, é não deixar andar no chove e não molha. Temos que partir logo... partir logo. É ela que eu quero, vou lutar por isto, vou agarrar, não vou cá «Será que é? Será que não é?».*”) e a passividade feminina (“*Nós tivemos uma conversa onde ele se declarou. Mas eu, também, já sabia... estava à espera que ele desse o primeiro passo, é assim que deve ser.*”) no estabelecimento da relação. Este guião tradicional inclui a fase cor-de-rosa (“*Olhe, eu digo-lhe, o momento feliz: foram todos! Todos os minutos que eu estava com ele parece que tinha o mundo aos meus pés. Parece que tudo brilhava à minha frente*”), onde há uma extrema idealização do parceiro e da relação, bem como a expectativa do final feliz: ficar juntos, casar e constituir família (“*Olhe, o melhor futuro possível, na minha ótica da altura, seria nós ficarmos juntos.*”; “*Eu, essencialmente, gostava, apesar de ser uma história com cinco meses e meio, é uma história que eu gostava que durasse, pelo menos, cinco séculos e meio, não é! Porque. E ser feliz! Gostava imenso de fazer uma vida com ela, ter um filhote.*”). Destaca-se ainda o “imperativo do amor”, caracterizado globalmente pela expectativa e pressão social para ter uma relação e pelo estigma de não ter uma relação, ou alguém, em termos românticos (“*Com a idade a gente começa a sentir alguns problemas de solidão ou de desajustamento social. Embora eu, socialmente, não deixe isso transparecer muito.*”; “*Há momentos que imagino, se eu tivesse alguém, as coisas seriam super diferentes. Especialmente em épocas festivas. Por exemplo, esse dia do 14 de Fevereiro, já houve alturas em que pensei: vai acontecer alguma coisa especial, vou receber alguma mensagem de telemóvel, alguma declaração mas depois apercebo-me «Que pateta!»*”).

Este repertório veicula a crença “fatalista” do amor verdadeiro e da existência da pessoa certa (“*O amor, quando é amor, é para sempre.*”; “*Era ter alguém ao meu lado, o chamado amor verdadeiro, o amor para toda a vida.*”; “*Acredito que existe o*

verdadeiro amor. Acho que existe uma pessoa para cada pessoa.”), em que as anteriores relações são conceptualizadas como “tentativas de ensaio e erro” (“A história de amor da minha vida é, somente, esta relação que eu tenho. Houve outros que apareceram, mas não foram importantes. E agora estou feliz, estou bem, sinto-me bem, sinto-me realizada”; “Pronto, a história de amor que eu tive foi com a minha atual mulher. Quando era solteiro era namorado até que conheci a minha mulher e me apaixonei a sério.”) até encontrar a cara-metade, conceptualizada como complemento e fonte de equilíbrio (“Acho que ele é a minha cara metade. Acaba por ser, um bocadinho, metade daquilo que eu sou.”; “Têm que estar os dois a par e têm que estar os dois emparelhados. Como temos duas pernas, é mais fácil andar com duas pernas do que andar a coxear.... Dá-nos um equilíbrio”).

Verifica-se, neste repertório, uma valorização do “romantismo”, do sentimento “amor”, enfatizando o amor como o mais importante e a base da felicidade (“*Eu sou romântico por natureza, enquanto homem sou muito romântico. Isso caracteriza muito a minha forma de amar, do meu romantismo. Porque eu quando gosto vou até ao fim do mundo para fazer feliz a pessoa que está comigo...*”).

Por fim, destacam-se ainda duas metáforas: (i) a metáfora do amor vencedor, em que, perante os obstáculos ou problemas, os parceiros conseguem ultrapassá-los porque é enfrentada juntos e com amor (“*Houve muitos problemas... mas nós estávamos sempre os dois a apoiar-nos mutuamente e, corresse como corresse, não íamos dar tanta importância. O que importava era o que sentíamos.*”); e a metáfora “efeito cupido”, no sentido de, quando ou com quem menos se espera, o amor surge naturalmente, sendo capaz de unir, ou esbater, as diferenças (“*E, de facto, ali é uma maneira de estar diferente, de ver como os sentimentos podem nascer e ser autênticos e genuínos apesar de ser num contexto totalmente improvável, não é!*”; “*Havia alguma antipatia e uma dissonância muito grande. Se quiser procurar duas pessoas muito diferentes é o que nós éramos. Duas pessoas muito diferentes, com objetivos diferentes na vida, características diferentes e, portanto, que nunca pensariam que poderia entre elas haver um entendimento a outro nível.*”).

O **repertório amor pragmático** apresenta uma conceptualização do amor e das relações mais racional, ponderada e, até, calculada, sendo maioritariamente utilizado como contraponto a outros repertórios, mais “idealistas”, e após o balanço das experiências relacionais. O amor é conceptualizado de forma mais fluida e flexível, considerando a possibilidade de vários amores ao longo da vida, a vulnerabilidade do

amor e das relações às contingências, bem como a possibilidade do amor acabar e da dissolução das relações (“*Não acho que haja o grande amor, nem acho que tenha que ser para sempre. Aquela expressão do Vinícius, «O amor é eterno enquanto dura» é uma expressão que, em mim, faz muito sentido enquanto uma pessoa está muito envolvida. Portanto, é eterno enquanto dura.*”).

Inclui, principalmente, a noção de aprendizagem, insight ou amadurecimento, resultante das experiências relacionais, prescrevendo a prudência e precaução no âmbito relacional e afetivo (“*As pessoas estarem sempre com alertas, estudar bem a pessoa.*”; “*O modo como vejo as relações foi 90% marcada pelo que se passou. E perdi completamente, perdi completamente os ideais românticos. Acho que as coisas são práticas, o dia-a-dia é prático, e tudo na vida funciona assim.*”).

A iniciação e investimento na relação surgem neste repertório como o resultado de uma análise ponderada das condições pessoais e materiais dos parceiros (“*E passado pouco tempo, de facto, tanto ele como eu, percebemos que era aquilo que queríamos... e, lá está, casámos! Aquela fase de apalpar um bocadinho o terreno e perceber se, de facto, é aquela pessoa. Depois analisar as condições para um projeto de vida, de toda aquela fase que se prolongou durante bastante tempo, de termos condições para o fazer.*”), da listagem de atributos desejáveis no parceiro (“*Nas vertentes pessoais, era uma pessoa brilhante do ponto de vista intelectual, uma pessoa que tinha sempre assunto para conversar ...*”; “*Depois com o meu marido, como era um pessoa muito reta, eu achei que tinha ali o meu porto seguro. E foi mesmo isso que me levou a casar.*”), bem como a manutenção ou término da relação depende do balanço das vantagens e das desvantagens da relação, para o próprio (“*Perceber que não era uma relação saudável nem era uma relação que, algum dia, pudesse tornar-se numa coisa saudável. Perceber «isto é muito forte, muito intenso, mas o mal que provoca é superior ao bem que alguma vez na vida tirarei daquilo», até, de facto, se tomar a decisão de interromper este relacionamento porque estava a tornar-se complicado de gerir.*”).

O **repertório amor apaixonado** é menos frequente, surgindo muito pontualmente ou em sujeitos muito específicos (como os jovens e os adultos solteiros). O amor é conceptualizado como uma alteração do estado normal, em termos cognitivos, emocionais e físicos (“*Aquela coisa... assim... aquele calor a subir por nós acima! O coração a bater muito forte! Foi emocionante mesmo!*”), associando-se às noções do “amor-cego” (“*acho que grande paixão é um encantamento. De repente, o pessoal fica cego para tudo o que está na periferia e só vê aquele objeto de interesse de desejo e,*

durante um período de tempo, está tudo concentrado.”) e do amor “à primeira vista” (“até ter encontrado agora uma miúda que eu pensei que ia ser ocasional e que houve um “clique” e, atualmente, é minha namorada”). Valoriza a aparência física (“ela também era extremamente bonita, uma pessoa extremamente física - ela tinha sido modelo, loira, muito vistosa - e a relação iniciou-se e solidificou-se numa parte física.”), enfatiza a ativação física e sexual (“em qualquer relacionamento, a atração física é a primeira coisa. Tem que haver logo algum... tem que haver aquele magnetismo, aquela química.”) e a noção da paixão “incontrolável” (“Porque tu podes sentir aquela atração completamente louca e obstinada por uma pessoa. Em que tu não consegues explicar por que é que aquilo acontece, não consegues explicar.”).

Por fim, o **repertório amor game-playing** é o menos frequente, concebendo as relações como um jogo, sem investimento emocional e sem compromisso. Surge maioritariamente associado às relações fugazes, volúveis e passageiras (“Comecei a ter mais uma vida de «não quero namorar», tudo o que tinha era passageiro, ocasional”; “Nestas pequenas relações, não são relações, são apenas momentos em que uma pessoa tem aquela parte física, aquela parte sentimental mais distanciada. E depois voltamos ao nosso espaço, que é porreiro: uma pessoa chega a casa a que horas quer, fala com quem quer, não deve explicações a ninguém e não há cá controlos, não há cá responsabilidades com nada. Isso é espetacular!”) conceptualizando-as como relações de “não amor”, limitadas ao jogo da sedução e da conquista. Inclui a prescrição de aproveitar o momento e evitar o compromisso (“Eu, neste momento, o que eu faço: não tenho qualquer relação porque quero curtir a vida ao máximo, quero aproveitar de tudo para, um dia, mais tarde, sossegar um bocadinho e acalmar. E, depois, então conseguir manter algum tipo de relação”), veiculando, até, até a objetificação do parceiro em prol da satisfação pessoal (“Neste momento, quero é curtir a vida, aproveitar ao máximo, tirar o máximo possível da mulher.”).

(ii) *Contrastação do discurso da população juvenil com o da população adulta*

Tabela 2 – Comparação percentual¹⁰ dos repertórios utilizados pela população juvenil e pela população adulta

Repertórios	Jovens	Adultos
<i>Amor Companheiro</i>	24,61%	42,53%
<i>Amor Romântico</i>	39,62%	27,22%
<i>Amor Pragmático</i>	11,71%	20,55%
<i>Amor Apaixonado</i>	14,52%	5,32%
<i>Amor Game- Playing</i>	9,53%	4,39%

Tanto os jovens como os adultos fazem uso de todos os repertórios, anteriormente descritos, mas, no entanto, os repertórios assumem padrões de relevância e utilização diferentes. Assim, o repertório amor romântico é o mais utilizado pelos jovens (39,62%), seguindo-se o companheiro (24,61%) e o apaixonado (14,62%). Os jovens, na sua maioria, utilizam o repertório romântico ao longo de toda a sua história: como ponto de partida para a história (fase cor-de-rosa, idealização da relação), na conceptualização/superação das dificuldades ao longo da história (metáfora “amor vencedor” e minimização/negação dos problemas), como prescrição para a manutenção da relação (noção de que o amor basta) e como projeção no futuro (expectativa do “final feliz”). Alternam com o repertório amor companheiro, nomeadamente na descrição do aprofundar/melhorar a relação, recorrendo à noção do entendimento e diálogo, que reforça a crença na mudança da relação. O repertório amor apaixonado está mais presente nos jovens, principalmente a noção da alteração do seu estado normal devido à intensidade do amor, servindo para justificar/aceitar comportamentos menos ponderados ou mais impulsivos quando confrontados com problemas relacionais, tais como “*cometia uma loucura, ficava fora e mim*”, no caso de ser alvo de infidelidade, ou “*são ciúmes, ele não estava a pensar bem*”, no caso de comportamentos de controlo sobre a parceira.

Por seu turno, o repertório amor companheiro (42,53%) está amplamente disseminado nos adultos, seguindo-se o romântico (27,22%) e o pragmático (20,55%).

¹⁰ Valores calculados automaticamente no Nvivo, utilizando as matrizes que contabilizam a percentagem dos relatos codificados em cada repertório, em função dos atributos “jovem” e “adulto”.

Os adultos utilizam, maioritariamente, o repertório companheiro como prescrição para manter e gerir a relação, recorrendo ao romântico como ponto de partida e como projeção no futuro (a crença no “verdadeiro amor/pessoa certa” e a noção do “efeito cupido”). Como contraponto do romântico, alternam com um discurso mais ponderado e racional, nomeadamente no que diz respeito à listagem de atributos desejáveis para a escolha do parceiro e à análise das condições para o estabelecimento/consolidação da relação. Por fim, apesar do repertório *game-playing* ser o menos utilizado por ambos, está mais presente nos jovens (9,53%) do que nos adultos (4,39%), principalmente a noção de *aproveitar o momento e adiar o compromisso*.

No que diz respeito a aspetos mais específicos do discurso, verifica-se que existe um maior número de significados que são específicos da população adulta, não surgindo nos jovens, havendo outros que também só estão presentes nos jovens, nomeadamente: os adultos veiculam no repertório romântico a valorização das manifestações de “romantismo” e, no repertório companheiro, defendem a noção da reciprocidade na relação, procedem à conceptualização do amor como construção e enfatizam a noção da partilha de experiências, emoções e valores para alicerçar e manter a relação; por sua vez, específicas nos jovens é a crença romântica de que “o amor basta/fonte de felicidade” e a expectativa de “abdicar/ceder por amor” (principalmente no feminino).

Tabela 3 – Comparação percentual¹¹ dos repertórios utilizados em função do seu estado civil/relacional

Repertórios	Solteiros	Casados/ União de Facto	Separados/ Divorciados
<i>Amor Companheiro</i>	24,75%	56,4%	49,2%
<i>Amor Romântico</i>	30,67%	25%	25,53%
<i>Amor Pragmático</i>	25,01%	13,97%	21,42%
<i>Amor Apaixonado</i>	10,61%	2,24%	2,46%
<i>Amor Game-Playing</i>	8,96%	2,39%	1,38%

Por fim, no que diz respeito ao estado civil dos participantes adultos, verifica-se que tem algum impacto na forma como conceptualizam o amor. Os participantes

¹¹ Valores calculados automaticamente no Nvivo, utilizando as matrizes que contabilizam a percentagem dos relatos dos adultos codificados em cada repertório, em função dos atributos “solteiro”, “casado/união de facto”, “divorciado/casado”, que compõem a classificação “estado civil/relacional”.

casados ou em união de facto são os que possuem uma perspectiva mais “companheira” e “romantizada” – veiculam a noção de que estão numa relação porque encontraram a “pessoa certa” e o “amor verdadeiro”, referindo os valores do amor companheiro como estando presentes na relação e que lhes permite gerir/ultrapassar as dificuldades, mantendo-os na relação.

Os que mais se aproximam do padrão juvenil são os solteiros (ver tabelas 2 e 3), diferenciando-se apenas no maior recurso ao amor pragmático, em vez do apaixonado, dado que enfatizam a análise racional das condições relacionais e dos atributos desejáveis (por enquanto omissos) no parceiro para justificar o não terem, ainda, uma relação. Os divorciados, por seu turno, também recorrem mais ao amor pragmático, comparativamente aos casados, cujos significados lhes permite conceptualizar a história relacional que “falhou” e integrá-la como fonte de aprendizagem e amadurecimento.

(iii) *Contrastação geracional dos discursos*

Tabela 4 – Comparação percentual¹² dos repertórios utilizados pela população adulta, em função da sua faixa etária específica

Repertórios	Grupo etário: 26-39	Grupo etário: 40-52	Grupo etário: 53 ou mais
<i>Amor Companheiro</i>	40,35%	40,93%	48,57%
<i>Amor Romântico</i>	38,08%	18,49%	27,13%
<i>Amor Pragmático</i>	17,15%	24,11%	19,08%
<i>Amor Apaixonado</i>	1,86%	9,32%	3,14%
<i>Amor Game- Playing</i>	2,57%	7,15%	2,07%

Há uma similaridade transversal nos vários grupos geracionais que constituem a população adulta, no que diz respeito ao padrão de utilização dos diferentes repertórios: por um lado, o repertório companheiro como principal grelha interpretativa utilizada para dar sentido ao amor e às diferentes experiências amorosas, sendo amplamente partilhado, e, por outro, os repertórios apaixonado e *game-playing* como as grelhas

¹² Valores calculados automaticamente no *Nvivo*, utilizando as matrizes que contabilizam a percentagem dos relatos dos adultos codificados em cada repertório, em função dos atributos “26-39 anos”, “40-52 anos”, “53 ou mais anos” que compõem a classificação “grupos etários”.

preteridas, usadas, na sua maioria, para enquadrar o passado ou fases de transição da história relacional dos sujeitos.

Apesar desta homogeneidade, encontramos algumas especificidades que distinguem a faixa etária que viveu a juventude no período pós 25 de Abril (40-52 anos): os participantes oscilam entre o repertório companheiro e o repertório pragmático, enquanto os das outras faixas oscilam entre companheiro e o romântico, sendo também os que, comparativamente aos restantes, fazem mais uso do repertório apaixonado e do repertório *game-playing*.

De um modo geral, verificamos que os sujeitos “pós 25 de Abril” se distinguem pelo uso mais diversificado e distribuído dos diferentes repertórios, revelando maior ambiguidade na forma como conceptualizam o amor e as relações: por um lado, apresentam uma perspetiva tradicional do amor, que veicula a deseabilidade do casamento/durabilidade da relação, associada à constituição da família e investimento no projeto comum da vida a dois, defendendo a fidelidade como condição essencial (sendo o tema mais focado nesta faixa etária); e, por outro, quando confrontados com a frustração ou não concretização deste arquétipo relacional (situações de infidelidade, rutura, rejeição, conflitualidade), abandonam o ideal da vida a dois e adotam uma perspetiva mais “calculista” do amor. Posicionam-se como mais individualistas, em termos afetivos e relacionais, na medida em que a vivência do amor a dois faz sentido quando é favorável ao próprio (repertório pragmático), quando acarreta emoções fortes de prazer (repertório apaixonado) ou quando não implica compromisso e investimento (repertório *game-playing*), como se pode observar nos exemplos que seguem.

Caso P, divorciado, 45 anos: *“Porque quando a escolhi para me casar tinha a certeza que era a pessoa que queria mas, pelo vistos... Sinceramente, ao longo destes anos todos, penso que, realmente, aquilo não era para mim. Eu estava ali, mas estava ali enganado. E ainda bem. Porque, de facto, não seria tão feliz como sou agora neste momento, independentemente de estar sozinho. Neste momento, prefiro estar assim... tenho a minha namorada, que me dá pica... já tive outras relações, só físicas e que não davam chatices...”*

Esta ambiguidade discursiva pode relacionar-se, em parte, com o facto de serem sujeitos que vivenciaram a sua juventude na época pós-ditatorial - período de transição entre um regime muito fechado e tradicional para um regime democrático e de maior

“liberdade”. Como indicam Dias e Machado (2010), tratou-se de um contexto histórico e político único, que se caracterizou pela veiculação de um discurso de reivindicação de liberdades e de crítica social, em todos os âmbitos, assente numa ideologia de esquerda, que acarretou transformações no discurso sobre a conjugalidade. Verifica-se, na geração de Abril, um discurso “de oposição” ao Estado Novo, representando um ponto de rutura com a repressão da época ditatorial.

Por sua vez, os participantes que viveram a juventude na época ditatorial, veiculam nas suas histórias concepções conservadoras e tradicionalistas, próprias do Estado Novo, com valores e conceitos morais tidos como inquestionáveis (a família, o casamento, a fidelidade, a limitação da mulher ao papel de esposa, mãe e dona de casa, o homem como elemento de autoridade no núcleo familiar, austero e rígido). A título de exemplo:

Caso B, 62 anos, casada: *“A nossa história de namoro até ao casamento não foi muito longa. Depois a fase do casamento e os filhos. Para constituir família.”*; *“Tive de ter aquela fase de adaptação ao casamento. A mim, bastava-me olhar para ver que o olhar dele era um olhar de reprovação. Ele é assim muito sério. Eu acho que, para mim, é correto de mais.”*

Caso L, 62 anos, divorciada: *“O sonho de casar, de nos amarmos e respeitarmos, de sermos fieis, até que a morte nos separasse.”*

Caso J, divorciado, 62 anos: *“Ela fazia-me tudo o que eu queria. Dava-me coragem para ir trabalhar, quando chegava a casa ia-me logo preparar o bifezinho. Era uma alegria. Porque eu tinha de me levantar muito cedo e chegava muito tarde a casa, era responsável por 10 homens que trabalhavam para o meu patrão.”*

No entanto, quando falam no presente e se projetam no futuro, agora já distanciados no tempo e com outras vivências, já tecem alguma reflexão e análise crítica daqueles valores (repertório pragmático), principalmente quando têm uma história relacional que não se enquadrou no guião convencional.

Caso L, divorciada, 62 anos: *“Hoje nada me pesa porque eu era uma excelente dona de casa, uma excelente cozinheira, eu fazia-lhe todos os possíveis para o trazer sempre bem vestido. Era uma mulher que me esmerava muito nele e eu achava que ele não me respeitava como mulher que sou. E eu, então... A relação chegou ao fim. Agora,*

antes divorciada que casada e infeliz, como vejo a maioria das mulheres por aí! Agora já não é como antigamente, ainda bem que os tempos mudaram e, sinceramente, não me importo que falem de mim.”

Ao contrário do que seria expectável, dado o distanciamento geracional e o diferente enquadramento histórico e político, os participantes que viveram a adolescência nos anos 90, já na segunda década do regime democrático (26-39 anos), têm um discurso mais próximo dos sujeitos que vivenciaram a juventude na época do Estado Novo (faixa etária 53 anos ou mais), do que da geração que os antecedeu, a geração de Abril.

Quase 80% dos relatos, quer da geração “democrática”, quer da geração do “Estado Novo”, remete para o repertório amor companheiro e para o repertório romântico, caracterizando-se, globalmente, por um discurso mais fechado e hegemónico: (i) no repertório companheiro veiculam essencialmente a expectativa da vida a dois e da construção de um projeto comum, assente nos valores do “companheirismo”, invioláveis e rígidos; (ii) no repertório romântico está patente a desejabilidade da durabilidade da relação, o ideal do “amor único e verdadeiro” e a primazia do casamento e da constituição de família; e (iii) a “desvalorização” do repertório apaixonado que, sendo associado à intensidade emocional, à ativação física e à erotização, é conceptualizado como “imaturo” e “menor”, ou inferior, quando comparado ao verdadeiro amor (sendo usual a distinção entre “paixão” e “amor”).

Caso B, 37 anos, divorciado: *“Há um casal que eu admiro imenso, têm 4 filhos fantásticos. E disse muitas vezes a este casal: quando um dia eu tiver família gostava que fosse assim. Não é só pelo número de filhos mas pela capacidade que têm em gostar um do outro, que se vê, que se sente e que transpira. E os filhos, são miúdos extremamente educados, sem nada que ver com aquilo que nós hoje encontramos. É o meu modelo de relação, a história viva de uma relação que dura há anos, de um amor genuíno.”*; *“Na relação que eu tenho agora, gostava, apesar de ser uma história com cinco meses e meio, eu gostava que durasse, pelo menos, cinco séculos e meio, não é! Há aspetos que ainda nem falámos, de ter um filhote ou não. Mas confesso que gostava de ter mais um filhote, pelo menos. Mas gostava imenso que a nossa história não tivesse um final antes dos próximos 500 anos.”*

Caso R, solteiro, 28 anos: *“Ser honesto e fiel. Não infringir as regras, as normas estabelecidas.”*

Caso A, divorciada, 30 anos: *“Esta história que estou a viver, agora sim, é uma história de amor. Não tem nada a ver com fogachos, com ideias sem fundamento, com paixões. Portanto, a história de amor que considero é esta que estou a viver. Foi uma pessoa que ganhou o meu respeito, ganhou a minha afeição.”; “A lealdade é o mais importante. Lealdade, na minha opinião, é deixar sempre bem claro que existe uma relação com outra pessoa e, pronto, que essa pessoa existe e que tem de ser respeitada. Respeito, tem que haver muito respeito. Quando não houver respeito, acabou!”*

Caso S, solteira, 28 anos: *“Queremos casar e casamento, para mim, apesar de ele ser divorciado, quando há amor e nos entendemos bem, é para ser para sempre.”*

Embora recorram, também, ao repertório pragmático, a geração do Estado Novo e a geração “democrática” fazem-no de forma diferente da geração de Abril: usam-no fundamentalmente como complemento “racional” do “projeto a dois” (do amor companheiro) ou para sustentar a crença da “pessoa certa” (do amor romântico), procedendo à análise das condições “logísticas” para a relação a dois e à listagem dos atributos desejáveis no parceiro.

Caso F, casada, 28 anos: *“Foi o culminar de vários meses de preparação, de ponderar se tínhamos ou não condições para avançar, em termos económicos e profissionais. Pronto, o casamento é o expoente máximo de tudo aquilo.”*

Caso L, divorciada, 62 anos: *“Se eu visse um homem educado, respeitador. Toda a mulher, antes da coabitação com um homem, devia ver se, na realidade, aquele homem seria um bom marido e um bom pai para os seus filhos.”*

Os aspetos diferenciadores, introduzidos pela geração de Abril, que se mantêm na geração democrática e nos permite distingui-la da geração do Estado Novo, dizem respeito à formalização “desinstitucionalizada” do amor (permitindo outras formas de formalização, como a união de facto), à consideração da possibilidade das relações terminarem (embora não seja desejável e seja de evitar) e ao alargamento (que se traduz num acréscimo) dos papéis associados à mulher.

Fazendo uma análise holística, verificamos que o guião romântico e os valores/prescrições do “companheirismo” assumem destaque nos discursos dos

participantes de todas as gerações, inclusive na população juvenil, o que indica haver uma continuidade discursiva transgeracional. É a geração de Abril que introduz “descontinuidade” nesta continuidade discursiva, ainda que o faça de um forma ambígua, ao apresentar significados mais flexíveis e formas relacionais mais diversificadas e alternativas às convencionais – algo inexistente no discurso da geração que a antecedeu e que se dissipa, também, na geração que a sucede.

Assim, analisando transversalmente os discursos geracionais, consideramos que há um “retorno” às concepções tradicionais do amor, às formas relacionais conservadoras e, até, a um certo “moralismo” e “estigmatização” dos que não seguem o padrão convencional. A geração “democrática” (e mesmo a juvenil) aspira à “segurança”, à “estabilidade” e à “certeza” do “amor verdadeiro e para toda a vida”, de “constituir família” e do “projeto a dois” da geração do Estado Novo – embora já não subjugada à “institucionalização”, característica do Estado Novo, mas, do nosso ponto de vista, subjugado à “fusão” afetiva/relacional.

Caso B, divorciado, 37 anos: *“As pessoas têm um envolvimento, pode até ser um só um namoro, não ser ainda uma vida consumada a dois mas, no namoro, também tem que haver esse respeito. Quer dizer, nós, felizmente, distinguimo-nos dos cães, não é (risos)! De facto, os cães em qualquer sítio da rua fazem. Portanto, eu sei que isso hoje acontece. Nós andamos na rua e, de facto, as coisas acontecem como se fosse tudo muito natural – a televisão e as novelas, por exemplo, esta geração dos Morangos é uma geração completamente inútil. Expõe-se ali o corpo feminino... que acho que é uma obra muito bem-feita para que possa ser entregue assim “sem rei e sem rock”, sem regra, não é! Sem qualquer pudor. E, portanto, quando nós chegamos a este ponto, alguma coisa está errada.*

Caso S, solteira, 28 anos: *E, portanto, hoje se calhar também atingimos situações que, para mim, são completamente anormais – troca de casais e coisas do género. E acho que precisávamos de voltar, não diria, voltar há 40 ou 50 anos, mas acho que precisávamos de voltar um bocadinho ao tradicional. Hoje é tudo um bocadinho mais impessoal. As pessoas vivem, assim, como se fosse tudo ao monte no supermercado.”*

Verifica-se, assim, que, enquanto a geração do Estado Novo assume estas concepções tradicionais sob o discurso dos constrangimentos contextuais que, na data, limitaram o seu leque de alternativas e possibilidades de conceptualizar e viver o amor,

os da geração “democrática” fazem-no sob o discurso da “escolha” - no sentido que, face ao vasto leque de opções, em que tudo é permitido, escolhem o guião convencional.

Por sua vez, a população juvenil atual tende também a seguir o padrão de retorno ao “tradicional”, revelando, até, discursos mais extremados e genderizados, que veiculam relações assimétricas e desiguais. Como vimos anteriormente, quando comparados com a população adulta em geral, recorrem mais aos repertórios apaixonado e *game-playing* mas, no entanto, tal não significa que apresentem conceções sobre o amor mais abertas, igualitárias ou flexíveis. Pelo contrário, na adoção destes repertórios, é notória a conotação moral, a crítica negativa, o duplo padrão sexual (“Começar com alguma rapariga e depois vir a saber histórias! Que anda com todos, isso é difícil! Já trás defeito: nos rapazes “pegar” muitas é bom. Agora, saber que uma rapariga é marada, é mau. Pode ser um bocado machista, mas uma pessoa tem de pensar na imagem, não é!”), a instrumentalização da mulher (“Quanto mais se pega as raparigas, mais se aprende! Essas, as maradas, servem para curtir e... para coisa séria, não!”), bem como a legitimação de comportamentos de controlo e exercício de poder no masculino (“Arranjar alguém que não seja fiel, acho que me passo da cabeça, cometo uma loucura. Nem sei o que faria....Por isso é que não podemos dar muita liberdade, temos de estar atentos e controlar.”) e a “submissão”/tolerância a tais comportamentos pelo lado feminino (“Quando as coisas vieram ao de cima, tentei fazer com que ele confiasse mais em mim, fiz coisas para recuperar a confiança: acabei com os hi-5, com o MSN, acabei com tudo, mudei o número de telemóvel, para que ninguém tivesse o meu número, e tentei mostrar que estava empenhada nisto.”), veiculando a dominância masculina e a submissão feminina.

(iv) *Repertórios interpretativos sobre o amor - o discurso feminino e o discurso masculino*

Tabela 5 – Comparação percentual¹³ entre os repertórios utilizados pelas mulheres e pelos homens

Repertórios	Mulheres	Homens
<i>Amor Companheiro</i>	40,61%	37,72%
<i>Amor Romântico</i>	31,56%	27,07%
<i>Amor Pragmático</i>	20,3%	17,38%
<i>Amor Apaixonado</i>	6,02%	8,11%
<i>Amor Game- Playing</i>	1,51%	9,72%

Tanto as mulheres, como os homens, apresentam o perfil discursivo já descrito na análise geracional, não havendo diferenças de gênero nos padrões identificados. Como podemos constatar na análise do quadro 5, o padrão de utilização dos repertórios é muito similar, sendo apenas de destacar o facto do repertório *game-playing* (volubilidade, relações passageiras, descomprometimento) ser mais utilizado no masculino. Dentro deste padrão comum, o que verificamos é a existência de significações específicas e usos diferenciados de algumas construções.

A noção de “aproveitar o momento e adiar o compromisso”, presente no repertório *game-playing*, é exclusiva do discurso masculino, principalmente nos homens jovens e nos solteiros da população adulta. Também no repertório *game-playing*, o envolvimento em relações volúveis e passageiras, bem como a objetificação do parceiro no contexto dessas relações, é mais característica do masculino. Quando surge no feminino, tem uma componente de emocionalidade – no sentido da expectativa romântica do “amor impossível” ou no sentido de esquecer/ultrapassar desilusões amorosas, e não, apenas, na mera instrumentalização de obtenção de prazer pelo prazer, (“*Já que isto também é uma relação que já estava a acabar, então deixa-me arranjar outro desgraçado que ajude a aclarar o processo. Comecei a envolver-me noutra relação que, à partida, era uma relação que também não tinha outro objetivo se não a pessoa entreter-se e andar junto. (...) Depois a situação de ter tido coisas pontuais mas,*

¹³ Valores calculados automaticamente no *Nvivo*, utilizando as matrizes que contabilizam a percentagem dos relatos codificados em cada repertório, em função dos atributos “feminino” e “masculino” que compõem a classificação “sexo”.

essas, claramente e meramente, instrumentais: ora deixa-me conhecer outros corpos, outros homens para ver se o meu corpo se descola da pele, do cheiro e das marcas.”).

No âmbito de alguns temas abordados, há uma diferenciação no que se refere ao tópico da infidelidade, tolerável e desculpável quando é perpetrada no masculino, inaceitável e condenável quando é perpetrada no feminino. Assim, enquanto os homens tendem a responsabilizar e, até, “demonizar” a mulher infiel (*“Relacionei-me com uma pessoa que, de facto, não tinha carácter nenhum. Tive para aí uns 6 meses em que ela estava a preparar eventualmente a saída, digo eu, estaria no início da relação com o outro fulano. Confrontei-a e disse-lhe tudo o que tinha na cabeça para lhe dizer. que não tinha carácter nenhum.”*), as mulheres são tolerantes com a infidelidade masculina, tendendo a desresponsabilizar o parceiro, recorrendo às necessidades físicas do homem ou, ainda, culpabilizando a mulher com quem foi cometida a infidelidade (*“Quando me traiu, foi um momento infeliz. Mas eu já lhe tinha dito que relações sexuais comigo, só quando me sentisse muito segura e confiasse nele. Para mim só faz sentido numa relação de amor, mas os homens... Por isso, disse-lhe que compreendia que ele procurasse noutra sítio. Mas... chateou-me a fulana! Ela era assim um bocado... ele fazia parte de uma lista de gajos com quem ela queria ir para a cama, ela queria ir para a cama com ele e acabou por ir!”*)

Estas especificidades refletem, por um lado, a conceptualização da sexualidade feminina como inerentemente afetiva, limitando a sua expressão ao contexto de relações de amor, e, por outro, a conceptualização da sexualidade masculina como maioritariamente “fisiológica” e separada do afeto, permitindo ao homem maior liberdade sexual. Assim, verifica-se uma clara diferenciação de género na associação afetividade/sexualidade, partilhada por homens e mulheres, que continua a sustentar a desejabilidade da maior reserva e inibição da sexualidade feminina e da maior impulsividade e expressão da sexualidade masculina. Esta diferenciação genderizada sustenta também a expectativa da maior restrição e exclusividade relacional no feminino e a aceitação/tolerância da amplitude e “não-exclusividade” relacional no masculino.

Por fim, no âmbito do repertório pragmático, tanto os homens como as mulheres procedem à listagem de atributos desejáveis no parceiro mas, no entanto, diferenciam-se no tipo de atributos que valorizam: enquanto a mulher valoriza características psicológicas e de carácter afetivo, no sentido que o parceiro seja possuidor de atributos que as faça sentir seguras, o homem valoriza o aspeto físico, a imagem social e as características tradicionalmente associadas aos papéis considerados naturalmente

femininos – de mãe, esposa, prestadora de cuidados. Ainda neste âmbito, é notória a diferenciação da geração do Estado Novo, que valoriza, de forma mais explícita e marcada, essas características tradicionais (“*Um homem sério, respeitador, cavalheiro... muito trabalhador, não faltou com nada aos filhos*”; “*Uma boa esposa, dona de casa exemplar, boa mãe, excelente cozinheira!*”).

5. Considerações finais

No presente estudo, identificaram-se cinco repertórios interpretativos sobre o amor (o companheiro, o romântico, o pragmático, o apaixonado e o *game-playing*) mas verificámos que, apesar desta multiplicidade, há uma homogeneidade no padrão de utilização dos diferentes repertórios: o repertório companheiro e o repertório romântico constituem as principais grelhas interpretativas que os sujeitos utilizam para conferir significado às suas experiências amorosas, em detrimento do apaixonado e do *game-playing*, considerados como “amores menores” ou “não amor”, sendo o pragmático utilizado como complemento para conferir alguma “racionalidade” à vivência das relações amorosas. Este padrão é culturalmente partilhado, tanto por homens como por mulheres, independentemente do seu estado civil, atravessando as diferentes gerações.

No entanto, são de destacar algumas diferenças geracionais, que podem ser compreendidas à luz do seu diferente enquadramento histórico, social e político, nomeadamente: (i) na geração que viveu a juventude na época ditatorial identificaram-se significados marcadamente mais conservadores e tradicionalistas, com valores e regras de conduta rígidos, próprios do Estado Novo (primazia da família e do casamento, papéis tradicionais genderizados); (ii) na geração pós-25 de Abril que, tendo vivido a juventude num período único da nossa história recente, apresenta significações mais flexíveis e uma maior abertura a formas relacionais alternativas (apesar da ambiguidade, oscilando com as conceções tradicionais); e (iii) na geração “democrática” e, inclusive, na população juvenil atual, que “retomam” as conceções tradicionais do amor e as formas relacionais conservadoras, sendo os jovens que adotam posicionamentos mais extremados e genderizados, veiculando maior assimetria e desigualdade na conjugalidade.

Assim, consideramos que a geração pré-25 de Abril, hoje distanciada temporalmente dessa época, conserva na memória os constrangimentos e o leque limitado de opções relacionais, havendo uma certa resignação “refletida” ao contexto que os condicionou (“*Naqueles tempos, os pais controlavam tudo. Era namorar à porta*

de casa e não havia oportunidades para conhecer, até ao casamento”). Por seu turno, a geração pós 25 de Abril, ambígua no discurso, revela a necessidade de expressar a sua individualidade e liberdade, por oposição à repressão e censura da época ditatorial (“O namoro é um tempo de descoberta e cumplicidade. Ver se se entendem ou não, se é o que querem, ter liberdade para conhecer outras pessoas e ter outras experiências. Se funcionar, muito bem! Se não, partir para outra e amigos na mesma.”). Por fim, as gerações posteriores, que não vivenciaram os constrangimentos às liberdades pessoais e a repressão do Estado Novo, e se deparam com uma multiplicidade de percursos relacionais possíveis e, até, paradoxais, recuperam os valores “tradicionais” e “rígidos” da conjugalidade, como estratégia de conseguir algum sentido de identidade, segurança e estabilidade, numa sociedade cada vez mais globalizada, instável e incerta em vários âmbitos (“É importante ter uma relação. E, para mim, quando acontecer, quero que seja para toda a vida. É importante ter um suporte emocional, ter uma base, uma base que.... Eu vou avançar, mas sei se alguma coisa correr mal temos aquela base que está ali para me amparar na queda. Acho que é isso.”).

Assim, observamos a tendência atual para o retorno às concepções mais tradicionalistas e convencionais do amor, mais marcadas e assimétricas, sobretudo, na população juvenil. A forma como o amor tem sido conceptualizado vem permitir, atualmente, a colagem do modelo relacional “associativo”, introduzido pela geração de Abril, ao modelo relacional “fusional” (patente na geração do Estado Novo e recuperado pelas gerações mais recentes): embora se considerem os projetos, interesses e objetivos individuais, perspetivando-se a vida em conjunto ou o casamento como uma associação entre os parceiros, passível de dissolubilidade, o amor, se for verdadeiro ou com a pessoa certa, é conceptualizado como “indissolúvel” e passa a ser, não uma associação, mas uma fusão de dois projetos num só.

As ruturas continuam a ser conceptualizadas e vivenciadas pelos sujeitos das diferentes gerações de forma negativa (tanto no feminino como no masculino), estando patente nos seus relatos a descrição da desorganização subjetiva e da perturbação afetiva que tal acarreta. Por outro lado ainda, o estar só/não ter uma relação é conceptualizado como “algo em falta”, “estar incompleto”, o que reflete a forte disseminação e partilha do modelo relacional “fusional”.

Assim, consideramos que estas concepções acabam por constringir a forma como os sujeitos se posicionam nas relações e vivenciam o amor: apesar de estar presente a possibilidade do término das relações e de conceptualmente os parceiros não estarem

subjugados ou ao serviço da relação, parece haver um receio da abertura e da flexibilidade que tal acarreta, criando a sensação subjetiva de insegurança ou incerteza – pelo que os sujeitos recuperam a noção de “amor verdadeiro” e o ideal do projeto comum com formas de recuperar algum sentido de segurança, estabilidade, previsibilidade e controlo, numa sociedade em constante mutação.

A tendência para as concepções mais tradicionais, fechadas e convencionais, mais notórias no discurso juvenil, leva-nos a refletir criticamente, não só sobre os discursos veiculados na atualidade acerca do amor e das relações, mas também sobre o “*mainstream*” ideológico subjacente – dado que os relatos dos participantes apontam para um retrocesso na paridade, simetria e igualdade de género na conjugalidade, bem como para um retrocesso na abertura e aceitação de formas ou estilos de vida relacionais alternativos. Este “retorno” ao conservadorismo e esta “nostalgia” dos valores tradicionais e “seguros” do passado, não podem deixar de ser entendidos sem considerar o contexto histórico-político atual, tanto em Portugal como na Europa: período de crise generalizada, em que ideologias mais à direita têm conquistado terreno na esfera política e social, cujos valores de austeridade e o conservadorismo dos costumes tendem a fortalecer-se e reafirmar-se em períodos de crise e instabilidade (como é o período atual).

Assim, não podemos deixar de nos questionar, por um lado, se começamos a assistir à inoculação de um discurso que tende a associar à liberdade e à paridade nos usos e costumes as noções de “anarquia”, caos social e crise de valores, utilizadas como “bodes expiatórios” dos problemas sociais atuais; ou, por outro, se observamos, da parte das gerações mais novas, uma subvalorização dos direitos, garantias e liberdades individuais, conquistados pelas gerações que as antecederam.

Referências

- Acevedo, B., & Aron, A. (2009). Does a long-term relationship kill romantic love? *Review of General Psychology, 13*, 1, 59-65.
- Antonucci, T, Akiyama, H., & Takahashi, K. (2004). Attachment and close relationships across the life span. *Attachment & Human Development, 6*, 4, 353-370.
- Berscheid, E. (2010). Love in the fourth dimension. *Annual Review of Psychology, 61*, 1 – 25.

- Bowlby J. (1969). *Attachment and Loss. Volume 1: Attachment*. New York: Basic Books.
- Cancian, F. M., & Gordon, S. L. (1988). Changing emotion norms in marriage: love and anger in U. S. women's magazines since 1900. *Gender & Society*, 2, 308-342.
- Dias, A. R. & Machado, C. (2010). Violência conjugal: Representações e significados no discurso mediático. *Psicologia*, XXIV (1),17-47.
- Dias, A. R. & Machado, C. (2008). Gênero e violência conjugal – uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 4 (XXVI), 571-586.
- Dias, A. R., & Machado, C., (no prelo). Amor e Violência na Intimidade: Da Essência à Construção Social. *Psicologia & Sociedade* (data prevista de publicação, 2012)
- Fehr, B. (2006). A prototype approach to studying love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 225-246). London: Yale University Press.
- Furman, W., & Shomaker, L. B. (2008). Patterns of interaction in adolescent romantic relationships: Distinct features and links to other close relationships. *Journal of Adolescence*, 31, 6, 771–788.
- Gallagher, R., Enno, A., & Wright, R. (2008). Convergence and divergence among multiple methods for assessing adolescent romantic relationships. *Journal of Adolescence*, 31, 6, 747-769.
- Gigy, L., & Kelly, J. (1992). Reasons for divorce: Perspectives of divorcing men and women. *Journal of Divorce and Remarriage*, 18, 169–187.
- Gottman, J. M., & Levenson, R. W. (2000). The timing of divorce: Predicting when a couple will divorce over a 14-year period. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 737–745.
- Harlow, H. F. (1958). The nature of love. *American Psychology*, 13,673–85
- Hatfield, E. & Rapson, B. L. (2005). *Love and sex: Cross cultural perspectives*. Oxford: University Press of America, Inc.
- Haugen, P., Welsh, D., & McNulty, J. (2008). Empathic accuracy and adolescent romantic relationships. *Journal of Adolescence*, 31, 6, 709-727.
- Huston, T. D. (2009). What's love got to do with it? Why some marriages succeed and others fail. *Personal Relationships*, 16, 301-327.
- Maslow A. H. (1954). *Motivation and Personality*. New York: Harper
- McAdams. A. (1995) *The Life Story Interview*. Disponível em: <http://www.sesp.northwestern.edu/docs/LifeStoryInterview.pdf>

- Potter, J., Edwards, D., & Wetherell, M. (1993). A model of discourse in action. *American Behavioural Scientist*, 36, 383-401.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1992). *Discourse and social psychology. Beyond attitudes and behaviour*. London: Sage.
- QSR International (2010). NVivo9. Disponível em: www.qsrinternational.com/nvivo9.
- Raley, R. K., Crissey, S., & Muller, C. (2007). Of sex and romance: Late adolescent relationships and young adult union formation. *Journal of Marriage & Family*, 69, 5, 1210–1226.
- Sasson, T. (1995). *Crime talk. How citizens construct a social problem*. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.
- Sternberg, R. J. (2006). A duplex theory of love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 184-199). London: Yale University Press.
- Torres, A. C. (2001). *Sociologia do casamento: A família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- Weis, K. (2006). Introduction. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 1-11). London: Yale University Press.
- Wetherell, M. (1995). Romantic discourse and feminist analysis: Interrogating investment, power and desire. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse* (pp. 128-144), London: Sage.

CAPÍTULO IV

**RELAÇÕES DE INTIMIDADE JUVENIS E ADULTAS, UMA ANÁLISE
COMPARATIVA: DAS NARRATIVAS DE AMOR ÀS CONJUGALIDADES
VIOLENTAS^{14 15}**

¹⁴ Este capítulo foi aceite para publicação no livro *Violência nas relações juvenis de intimidade*, coordenado por Carla Machado e Sónia Caridade, em coautoria: Dias, A. R., Machado, C., Gonçalves, R. A., & Manita, C. (no prelo). Relações de intimidade juvenis e adultas, uma análise comparativa: das narrativas de amor às conjugalidades violentas. In C. Machado & S. Caridade (Coords.). *Violência nas relações juvenis de intimidade*. Data prevista de publicação, segundo semestre de 2012.

¹⁵ Este capítulo foi elaborado no âmbito do projeto “Vitimação múltipla de mulheres socialmente excluídas: intersecção de significados e trajetórias para a mudança” (PTDC/PSI-APL/113885/2009), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

RELAÇÕES DE INTIMIDADE JUVENIS E ADULTAS, UMA ANÁLISE COMPARATIVA: DAS NARRATIVAS DE AMOR ÀS CONJUGALIDADES VIOLENTAS

Resumo: No presente estudo faz-se uma análise comparativa entre o discurso dos sujeitos com história de violência nas relações de intimidade e o discurso dos sujeitos sem história de violência, tanto na população juvenil como na população adulta. O estudo inclui 24 sujeitos com história de violência e 28 sujeitos sem historial de violência, com os quais se conduziu, individualmente, uma entrevista sobre a história de amor da sua vida. Identificam-se cinco repertórios interpretativos sobre o amor, partilhados por todos os sujeitos, e verificam-se, também, diferenças no padrão de utilização e na amplitude dos repertórios. Discute-se de que forma os repertórios interpretativos são usados, pelos diferentes sujeitos, para facilitar/limitar a violência na intimidade. Por fim, partindo das especificidades identificadas, discutimos potenciais pontos de intervenção, diferenciada, principalmente com os jovens.

1. Introdução

O amor e a violência na intimidade têm sido analisados, maioritariamente, de forma separada, como fenómenos distintos, ou escassamente associados, não se considerando a sua interligação (Dias & Machado, no prelo). No entanto, o desenvolvimento recente dos estudos culturais (Hatfield & Rapson, 2005) e narrativos (Fraser, 2003; Maxwell, 2007), inspirados pelo construcionismo social, conduziu ao reconhecimento da dimensão cultural dos fenómenos e da sua interligação. Vários estudos procuram identificar os discursos culturais dominantes sobre o amor, veiculados pela cultura (media, população em geral, narrativas populares) (Carpenter, 1998; Wilding, 2003), analisam os discursos e significados sobre o amor e a violência em contextos culturais/etnias específicos (e.g. Perilla, 1999; Puente & Cohen, 2003) ou em populações especiais, como as vítimas e os agressores (e.g. Wood, 2001; Borochowitz, 2008; Borochowitz & Eisikovits, 2002) ou, ainda, os jovens (e.g. Jackson, 2001; Wood, Maforah & Jewkes, 1998).

No âmbito dos estudos culturais, Hatfield e Rapson (2005), numa vasta revisão dos estudos que analisam o amor e algumas das suas expressões mais intensas e/ou violentas (tais como, o ciúme, a rejeição, o amor não correspondido e alguns tipos de violência), concluem que há diferenças culturais na interpretação, intensidade e

expressão das experiências emocionais amorosas e que é a cultura que determina o que é, ou não é, perturbador numa relação, o que desencadeia reações negativas mais intensas, bem como modela a adoção de práticas relacionais abusivas ou violentas.

Outros autores referem que, em muitas culturas, a violência é percebida como uma manifestação ou prova de afeto (McWhirter, 1999; Puente & Cohen, 2003; Romkens & Mastenbroek, 1998; Wood, Maforah, & Jewkes, 1998) e indicam que há determinadas “idealizações” sobre o amor que reforçam a perpetração e desvalorização dos maus-tratos, tanto pelas vítimas como pelos agressores (Henton et al., 1983 cit. in Jackson, 2001; Romkens & Mastenbroek, 1998; Wood, Maforah, & Jewkes, 1998).

Vários estudos, desenvolvidos em culturas específicas, procuram explorar a relação entre a violência e os significados, as normas e os valores associados ao amor e às relações de intimidade, nomeadamente, a fidelidade e lealdade (e.g. Puente & Cohen, 2003; Vandello, Cohen, Grandon, & Franiuk, 2009; Vandello & Cohen, 2003). Por exemplo, Puente e Cohen (2003) referem que o ciúme extremo e a violência são considerados manifestação de amor nas culturas de “honra”, como a cultura brasileira, mas que, também na cultura americana, a violência masculina, quando enquadrada pelo ciúme, é interpretada como um sinal de amor.

Na cultura chinesa, Tang, Wong e Cheung (2002) identificaram, também, scripts sociais sobre o amor que legitimam a violência conjugal. Num estudo com *focus-groups*, concluíram que a vitimação é dissolvida pelo *script* social do amor, no qual as mulheres batidas não são percebidas como vítimas mas como mulheres que são amadas e educadas pelos seus maridos. Segundo os autores, este *script*, não só justifica os atos de violência, como, por vezes, os romantiza, considerando que, por amor, os homens disciplinam as mulheres e, também por amor, as mulheres tendem a aceitar os maus-tratos.

Além dos estudos culturais, os estudos centrados nas narrativas têm salientado a dimensão construída e cultural da interligação do amor e da violência, indicando que há significações sobre o amor e as relações de intimidade que influenciam a perpetração da violência e que contribuem para a tolerância, a legitimação e a manutenção de relações abusivas (Jackson, 2001; Fraser, 2003, 2005; Towns & Adams, 2000; Wood, 2001). Referem que a cultura proporciona narrativas românticas (através das histórias infantis, da música, das séries televisivas, dos filmes e das revistas) que veiculam normas, valores, expectativas e guiões de comportamento que constroem o modo como as pessoas fazem sentido das relações e se posicionam nas relações de intimidade (Fraser,

2003, 2005; Jackson, 2001). A maioria destes estudos indica que se trata de narrativas culturais genderizadas (Fraser, 2005), que reforça a fusão entre amor e violência (Jackson, 2001) e que veicula relações de poder (Towns & Adams, 2000; Wood, 2001).

Wood (2001), por exemplo, num estudo com mulheres vítimas de violência, identificou duas narrativas românticas principais: a narrativa do conto de fadas, do príncipe encantado que corteja a princesa, em que a relação é descrita de forma idealizada, pelo que os atos abusivos devem ser desvalorizados; e a narrativa do romance negro, em que a relação de amor é descrita como tipicamente dolorosa para a mulher, sendo expectável que o homem que ama a mulher seja controlador e, até, violento. Conclui, ainda, que se trata de narrativas culturalmente enraizadas e reforçadas, que conceptualizam as relações violentas como toleráveis ou, mesmo, preferíveis à situação de não ter qualquer relação, prescrevendo guiões genderizados, que facilitam a violência do homem e a tolerância da mulher aos maus-tratos.

Towns e Adams (2000), na Nova Zelândia, num estudo com mulheres vítimas de violência, identificaram o discurso do “amor-perfeito”, referindo a sua forte disseminação e enraizamento cultural. Concluíram que as mulheres dão sentido à violência recorrendo a construções discursivas (amor possessivo, amor redenção, amor cuidado, amor incondicional) que lhes permitam integrá-la no guião do “amor-perfeito”.

Num estudo com agressores, Borochowitz (2008) identificou a forte presença da noção do amor fusão, através da qual os homens incorporam a mulher na sua identidade e anulam a individualidade da parceira, surgindo a violência como estratégia de a “moldar” ou “disciplinar”, na tentativa de alcançar o guião relacional que idealizaram. Também num estudo com casais com história de violência, Borochowitz e Eisikovits (2002) concluíram, também, que o amor é central nas narrativas do casal, permitindo a sua coexistência com a violência: as vítimas usam o amor como motivo para se manterem na relação e os agressores referem-se ao amor como a forte emoção que os leva à violência.

No que diz respeito aos jovens, só a partir da década de 80, com o estudo de Makepeace (1981), o fenómeno da violência no namoro começou a ser alvo de atenção por parte da comunidade científica, ao nível internacional (e.g., Pirog-Good & Stets, 1989) e, mais recentemente, ao nível nacional (e.g., Caridade & Machado, 2006; Caridade, 2011), revelando a ampla disseminação da violência nas relações de intimidade juvenis. Assim, apesar do grande desenvolvimento de estudos de prevalência do fenómeno e de estudos atitudinais dos jovens face à violência (cf. Caridade, 2011), a

sua conexão aos discursos ou significações sobre o amor só, muito recentemente, tem começado a ser foco de análise.

Jackson (2001), por exemplo, indica que as raparigas adolescentes, na fase da construção da sua identidade, são particularmente vulneráveis às narrativas culturais românticas e que estas narrativas invocam a dependência, passividade e submissão feminina à relação, veiculam guiões genderizados e reforçam a fusão entre o amor e a violência. A autora, num estudo com adolescentes vítimas de violência no namoro, concluiu que as jovens se apropriavam das narrativas românticas para contar a sua história, nomeadamente, a expectativa do “conto de fadas”, a idealização do “príncipe” que as salva e que, simultaneamente, precisa ser amado e cuidado por elas, prescrevendo, assim, a submissão das jovens à relação e sustentando a sua tolerância a comportamentos abusivos.

Wood, Maforah e Jewkes (1998), num estudo sobre a iniciação e vida sexual das adolescentes sul-africanas, referem que a recusa às exigências sexuais do namorado é vista como sinal de infidelidade, legitimando a adoção de comportamentos abusivos e, até, a violação. Concluem que, na cultura sul-africana, a violência masculina é percecionada como expressão de amor, promovendo a tolerância feminina e a legitimação masculina face à violência no namoro, incluindo a sexual.

Por sua vez, Romkens e Mastenbroek (1998), num estudo com adolescentes alemãs, referem que há construções socioculturais sobre o amor que as colocam numa situação de vulnerabilidade à violência. Identificam interpretações românticas da violência, tais como, o ciúme e o controlo como sinal de amor, a extrema idealização inicial do parceiro e da relação, bem como as noções de entrega e de pertença como componentes fundamentais das relações de amor.

No âmbito das relações de intimidade juvenis, a literatura indica que a adolescência se trata de uma fase desenvolvimental decisiva, sendo o período em que se estabelecem as primeiras interações e práticas amorosas e se desenvolvem atitudes, valores e significações sobre a intimidade e as relações amorosas (Caridade, 2011; Wekerle & Wolfe, 1999; Matos, Machado, Caridade, & Silva, 2006). Os estudos indicam que os jovens, pelo período desenvolvimental em que se encontram, podem formar e consolidar significados e construções “míticas” sobre o amor e sobre as relações afetivas, tais como a associação do ciúme ao amor, a violência como manifestação de amor, a indissolubilidade das relações (Black & Weiz, 2003), que

promovem e sustentam a tolerância e legitimação de práticas relacionais abusivas, confundindo violência e amor (Caridade, 2011; Caridade & Machado, 2006).

Da análise dos estudos, consideramos que o fenômeno da violência, tanto nas relações adultas como nas relações juvenis, não pode ser analisado sem se considerar os discursos sobre o amor e a intimidade. Adotando uma perspectiva construcionista social, conceptualizamos o fenômeno do amor como sendo socialmente construído através dos discursos e práticas dos sujeitos em interação (Jackson, 2001; Towns & Adams, 2000; Wetherell, 1995, 1998), discursos, estes, que constroem a forma como os sujeitos vivenciam as relações de intimidade e, logo, o seu envolvimento em relações disfuncionais e abusivas ou em relações mais funcionais e não abusivas. Assim, entendemos que é necessário compreender como os discursos socioculturais sobre o amor podem ser usados e transformados, tanto para facilitar ou sustentar a violência na intimidade, como para limitar ou inibir o seu uso.

Neste âmbito, apesar do vasto leque de estudos que indicam que os sujeitos em relações abusivas (vítimas e agressores) apresentam discursos e significações sobre o amor que legitimam e sustentam a violência na intimidade, analisando-os em profundidade, não encontramos estudos que procedam à análise comparativa com o discurso dos sujeitos em relações não abusivas. O mesmo se verifica nos estudos desenvolvidos com jovens, não havendo uma análise comparativa entre o discurso dos jovens com historial de violência e o discurso dos jovens em relações “normativas”. Além disso, mesmo os estudos desenvolvidos com vítimas jovens ou com agressores jovens, dada a especificidade desta fase desenvolvimental, não há estudos que procedam à sua contrastação com vítimas adultas e agressores adultos.

Na nossa opinião, consideramos que a investigação cultural sobre a violência e o amor não deve limitar-se à análise, ainda que aprofundada, dos discursos dos sujeitos com histórias de violência. Além da identificação e análise dos discursos que facilitam e sustentam a violência na intimidade, é necessário analisar, também, os discursos que a podem limitar e que promovam relações mais “funcionais”. Neste sentido, torna-se indispensável, a par com as vítimas e agressores, dar voz a homens e a mulheres sem histórias relacionais violentas, procedendo à sua contrastação.

Assim, no presente artigo, pretendemos colmatar algumas destas lacunas. Adotando uma perspectiva sociocultural, procuraremos explorar de que forma a adoção de determinadas construções do amor se articulam com as práticas relacionais dos sujeitos e a sua implicação no tipo de relações que estabelecem: analisar os discursos e

concepções do amor que podem sustentar/legitimar relações de intimidade violentas e analisar os discursos e concepções do amor que podem dificultar/reprovar a violência, explorando se existem, ou não, especificidades que distingam os sujeitos com historial de violência dos sujeitos sem historial de violência e, mais especificamente, se existem particularidades que distingam os discursos dos jovens.

2. Metodologia

2.1. Objetivos do estudo

O presente estudo procura identificar as grelhas culturais disponíveis para significar o amor e as relações de intimidade e proceder à análise comparativa da sua utilização pelos sujeitos com historial de violência e pelos sujeitos sem historial de violência, quer da população juvenil quer da população adulta. O objetivo central é compreender de que forma os discursos sobre o amor pode facilitar ou, pelo contrário, limitar, o estabelecimento e a vivência de relações de intimidade violentas.

Mais detalhadamente, orientamos a nossa análise pelas seguintes questões:

- Quais os discursos sobre o amor e a intimidade veiculados pelos sujeitos com história de violência e pelos sujeitos sem história de violência? Como se caracterizam? Há diferenças?

- Havendo diferenças, em que grupos são mais evidentes? Quais os grupos que mais se aproximam e/ou se distanciam nos discursos que adotam? Quais os pontos de divergência e/ou de consenso?

- Focando mais especificamente os sujeitos com história de violência, há diferenças entre o discurso dos jovens com história de violência e os adultos com história de violência? Se sim, em que consistem? Há aspetos consensuais?

- Focando mais especificamente os jovens, há diferenças entre o discurso dos jovens com historial de violência e o discurso dos jovens em relações “normativas”? Se sim, em que consistem? Há aspetos consensuais?

2.2. Participantes

Participaram no estudo 24 sujeitos com historial de violência nas relações de intimidade - relatada pelos próprios ou sinalizada pelo sistema judicial – e 28 sujeitos sem historial de violência.

Dos 24 sujeitos com historial de violência, 12 são agressores do sexo masculino (9 adultos e 3 jovens) e 12 são vítimas do sexo feminino (9 adultos e 3 jovens). Para conseguirmos histórias de vitimação e de perpetração mais salientes e significativas, adotamos como critério a existência de violência física (e não, unicamente, a violência verbal e a violência psicológica).

Dos 28 sujeitos sem historial de violência, 14 são mulheres (5 jovens e 9 adultas) e 14 são homens (5 jovens e 9 adultos), considerando-se nos adultos a sua distribuição por diferentes faixas etárias (desde os 26 até aos 62 anos) e estados civis (solteiros, casados/união de facto, divorciados/separados).

Nenhum dos participantes apresentava diagnóstico de psicopatologia ou deficiência mental, nem foi alvo de intervenção psicoterapêutica.

Tabela 1 – Participantes

	Sem história de violência		Com história de violência	
	Sexo Feminino	Masculino	Vítimas	Agressores
Jovens	5	5	3	3
Adultos	9	9	9	9
Totais	14	14	12	12
	28 Sujeitos		24 Sujeitos	

2.3. Recolha de dados

Com cada participante foi realizada uma entrevista semiestruturada (“A história de amor da sua vida”), adaptada do guião da entrevista de McAdams (1995), *The Life Story Interview*. Após o consentimento informado, pediu-se aos sujeitos que identificassem e contassem a história de amor da sua vida, focando todos os tópicos do guião (resumo e fases da história, momentos importantes, desafios, futuros possíveis, valores e crenças pessoais). Apesar desta estrutura prévia, as questões foram formuladas de forma a permitir que a narrativa fluísse de acordo com os interesses dos participantes, pelo que a ordem e organização variam de entrevista para entrevista mas todos os tópicos do guião foram abordados.

As entrevistas foram conduzidas pelo investigador responsável do estudo, variando o tempo de duração entre os quarenta e cinco minutos e as duas horas e meia. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra.

2.4. Metodologia de análise

Todas as entrevistas foram analisadas individualmente, codificando-se todo o seu conteúdo. Foi utilizado o *software NVivo 9.0* (QSR, 2010) para organizar, codificar e analisar os dados, aplicando-se a metodologia da análise do discurso, como indicada por Potter e Wetherell (1988). A identificação e análise de repertórios interpretativos são a principal componente metodológica da análise do discurso que realizamos (Wetherell, 1998). Potter e Wetherell (1988, pág. 172) descrevem os repertórios interpretativos como *“building blocks speakers use for constructing versions of actions, cognitive processes, and other phenomena (...) basically a lexicon or register of terms and metaphors drawn upon to characterise and evaluate actions and events”*. Em conformidade, centrando-nos, essencialmente, no plano do significado, atendemos ao conjunto de termos, metáforas e outras figuras de estilo que os sujeitos utilizam para fazer sentido, caracterizar e avaliar a sua vivência do amor e das relações de intimidade.

Assim, procuramos identificar os repertórios interpretativos que os sujeitos utilizam para relatar as suas experiências e que tipos de posições subjetivas apropriam, para eles próprios e para os outros, a partir dos discursos culturais dominantes. A partir daqui, um outro nível da nossa análise prende-se com a orientação para a ação, onde procuramos relacionar o discurso com a prática: exploramos como os repertórios interpretativos e as posições dos sujeitos assumidas nos relatos abrem ou fecham possibilidades de ação (Potter & Wheterell, 1988). Quando os sujeitos constroem diversas versões do amor e das relações de intimidade, posicionando-se a si próprios, e aos outros, dentro dessas versões, isso constrange (simultaneamente, possibilita e limita) os seus argumentos, pensamentos, sentimentos e ações (Wheterell, 1995).

3. Descrição dos resultados

Para facilitar a leitura, apresentamos os resultados seguindo as questões, já explanadas, que orientam a nossa análise.

3.1. *Quais os discursos sobre o amor e a intimidade veiculados pelos sujeitos com história de violência e pelos sujeitos sem história de violência?*

Tabela 2 – Comparação percentual¹⁶ entre os repertórios utilizados pelos sujeitos com história de violência e pelos sujeitos sem história de violência

Repertórios	Com história de violência	Sem história de violência
<i>Amor Companheiro</i>	29,65%	39,27%
<i>Amor Romântico</i>	39,97%	29,47%
<i>Amor Pragmático</i>	13,02%	18,94%
<i>Amor Apaixonado</i>	16,51%	6,99%
<i>Amor Game-Playing</i>	0,85%	5,32%

Identificam-se cinco repertórios interpretativos sobre o amor: o repertório amor companheiro, o repertório amor romântico, o repertório amor pragmático, o repertório amor apaixonado e o repertório amor *game-playing* - partilhados tanto pelos sujeitos com história de violência na intimidade, como pelos sujeitos sem qualquer histórico de violência (sofrida ou perpetrada). Como podemos verificar na análise da tabela 2, o que os distingue, não é a existência de repertórios específicos ou exclusivos, mas o diferente padrão de utilização e de relevância que os repertórios assumem nos seus discursos.

Os sujeitos com histórico de violência recorrem mais ao repertório amor romântico (39,97%), seguindo-se o companheiro (29,65%) e o apaixonado (16,51%), surgindo em quarto lugar o pragmático (13,02%) e, por último, escassamente, o *game-playing* (0,85%). Na sua maioria, utilizam o repertório romântico ao longo de toda a sua história: como ponto de partida para a história (guião tradicional, fase cor-de-rosa e idealização da relação), no desenvolvimento da história (prescrição dos valores românticos e das metáfora do “amor vencedor” e do “amor sacrifício” para manter a relação), incluindo a conceptualização dos problemas e a frustração dos ideais românticos (sub-repertório desencantado), bem como, até, como projeção no futuro (expectativa do “final feliz”). Alternam com o repertório amor companheiro para reforçarem a permanência/recuperação da relação, recorrendo às noções do entendimento, aceitação e diálogo, que sustentam a crença na mudança do parceiro/a e

¹⁶ Valores calculados automaticamente no Nvivo, utilizando as matrizes que contabilizam a percentagem dos relatos codificados em cada repertório, em função dos atributos “com história de violência” e “sem história de violência”.

da relação. O repertório amor apaixonado assume, também, maior relevância no grupo com história de violência, principalmente a noção da alteração do seu estado normal pela intensidade do amor, servindo para justificar/aceitar comportamentos abusivos.

Por seu turno, nos sujeitos sem histórico de violência, o repertório amor companheiro (39,27%) é o mais utilizado, seguindo-se o romântico (29,47%) e o pragmático (18,94%) e, muito pontualmente, o repertório apaixonado (6,99%) e o *game-playing* (5,32%). Utilizam, maioritariamente, o repertório companheiro como prescrição para manter e gerir a relação, recorrendo apenas ao romântico como ponto de partida e como projeção no futuro (em termos de expectativa, e não como prescrição). Significativo é o facto de usarem, bastante mais, o repertório pragmático, em detrimento do apaixonado, veiculando um discurso mais ponderado e cauteloso, nomeadamente no que diz respeito à listagem de atributos desejáveis para a escolha do parceiro e à análise das condições para o estabelecimento/consolidação da relação – inclusive na fase inicial da relação e não apenas no final, como sucede nos sujeitos com histórico de violência.

Por fim, apesar do repertório *game-playing* ser pouco utilizado por ambos os grupos, assume maior relevo nos sujeitos sem histórico de violência, dado que é quase inexistente no discurso dos sujeitos com histórico de violência, que o usam como antítese do “verdadeiro” amor, inscrito no repertório romântico. Isto, no nosso entender, prende-se com a maior vinculação dos sujeitos com história de violência aos ideais do repertório amor romântico, que sustenta formas relacionais mais convencionais e de comprometimento, o que resulta na maior dificuldade em adotar conceptualizações do amor mais abertas e formas relacionais alternativas.

Procedendo a uma análise mais detalhada dos repertórios, verifica-se que, além dos diferentes padrões de utilização e relevância dos repertórios, a amplitude dos significados que constituem os repertórios difere.

Repertório amor companheiro

Este repertório é partilhado por ambos os grupos e assenta na associação entre o amor e a amizade/companheirismo, no conhecimento mútuo, na noção da necessidade de adequação dos parceiros, de ajuda, de compreensão e do entendimento entre ambos, bem como na importância da comunicação e do diálogo. A sinceridade, a confiança, a honestidade surgem como valores importantes e essenciais neste repertório, em que a fidelidade e o respeito são hipervalorizados por ambos os grupos.

No âmbito deste repertório, os sujeitos sem historial de violência apresentam um maior leque de significações, integrando noções que não estão presentes nos sujeitos com histórico de violência, nomeadamente: o conceito de cumplicidade (“*A cumplicidade é essencial. Seremos cúmplices em tudo, um do outro.*”) e, principalmente, a noção da partilha comum de experiências, de emoções e de valores básicos (“*Partilhar dos mesmos gostos, interesses e fazermos muitas coisas juntos. Principalmente, defendermos os mesmos valores.*”).

Neste repertório, o tema da infidelidade é muito focado por ambos os grupos, sendo conceptualizada como uma violação dos valores e expectativas do repertório amor companheiro (honestidade, respeito, sinceridade) e, logo, usada como motivo para a emergência de conflitos. Neste âmbito, a linha que separa os sujeitos com conjugalidade violenta dos sujeitos “normativos” é muito ténue, dado que as situações de infidelidade são conceptualizadas como uma “ferida” na relação. O que se verifica nos sujeitos com histórico de violência, principalmente nos agressores, é a sua conotação negativa mais extremada e a dificuldade em aceitar e superar, dado que é percebida como irremediável por colocar em causa a sua autoimagem e a masculinidade. Assim, nos agressores, a construção da infidelidade como violação “irreparável” dos valores “companheiros”, associada à percepção da ausência dos ingredientes essenciais que defendem neste repertório (compreensão, acordo, entendimento, comunicação), são usadas como argumentos para a perpetração de violência sobre a parceira. Por outro lado, no caso das vítimas, os mesmos ingredientes (compreensão, acordo, entendimento, comunicação, ajuda mútua) sustentam a crença na mudança do parceiro e da relação, sendo usados para justificar a sua permanência na relação e a tolerância à violência.

Repertório amor romântico

O repertório amor romântico é usado, quase sempre, por todos os participantes, como o ponto de partida das histórias que nos relatam, onde descrevem o guião tradicional das relações: a associação do amor a uma relação de compromisso e duradoura, preferencialmente que culmine no casamento e que seja para sempre, havendo uma idealização da relação e do parceiro (fase cor-de-rosa) e a expectativa de um final feliz. Tanto os sujeitos com o historial de violência como os sujeitos sem historial de violência partilham as noções de amor verdadeiro, de pessoa certa e de necessidade de vivenciar e estar numa relação de amor para alcançar a felicidade. Este

repertório inclui ainda a metáfora do amor vencedor, partilhado por ambos os grupos, no qual está patente a crença de que o amor vencerá todos os obstáculos e dificuldades.

Além da partilha comum destes significados, os sujeitos sem histórico de violência integram ainda outros, ampliando o leque de significações, comparativamente aos sujeitos com história de violência, nomeadamente: na noção de “verdadeiro amor”, consideram as anteriores relações como “tentativas de ensaio e erro” (“*Houve outras relações, outras histórias, mas não... foram experiências, tentativas, até ter encontrado o H. Com ele foi completamente diferente, é um amor verdadeiro.*”); a conceptualização do parceiro como complemento e fonte de equilíbrio (“*Completamo-nos. Somos o complemento e o equilíbrio um do outro.*”); a valorização do “romantismo” e do sentimento “amor” (“*É importante manter o romantismo, basta uma palavra, um elogio, um olhar*”; “*Amar é a coisa mais bonita do mundo, o melhor que nos pode acontecer.*”); e a metáfora “efeito cupido”, no sentido de, quando ou com quem menos se espera, o amor surge naturalmente e é capaz de esbater as diferenças (“*O amor surgiu ali, entre dois seres completamente diferentes e que jamais se olhariam.*”)

Por outro lado, verifica-se que os sujeitos com história de violência, além do menor leque de significados, os significados que partilham assumem nestes sujeitos um carácter mais extremado e rígido, adotando posicionamentos menos flexíveis que fecham/limitam as possibilidades de ação no âmbito relacional: na expectativa do “final feliz” sustentam a crença romântica de que “o amor basta” para resolver os problemas e a relação ser bem-sucedida, bem como alicerçam mais as noções da indissolubilidade da relação e do imperativo da primazia da relação e da pessoa amada para que tal aconteça (este, atribuído, tanto pelas vítimas como pelos agressores, à condição feminina).

Além disto, tanto as vítimas como os agressores, apesar do leque mais restrito de significados, apresentam duas especificidades no seu discurso, uma metáfora e um sub-repertório, que não se verificam nos sujeitos sem histórico de violência: (i) a metáfora do “amor sacrifício”, nomeadamente a noção de abdicar e ceder por amor, fazendo sacrifícios pessoais em prol da relação – que, nas vítimas, é usada para sustentar a sua permanência na relação violenta e a tolerância aos maus-tratos e, nos agressores, é usada para reforçar o seu investimento na relação e fundamentar a imagem de “ingratidão” da parceira; e (ii) a construção discursiva do amor desencantado que constitui um sub-repertório do amor romântico, sob o qual descrevem o desencanto/desilusão dos ideais e sonhos românticos e fundamentam a noção do

sofrimento e mal-estar psicológico face à frustração dos sonhos românticos e a descrença no amor e nas relações.

Recorrendo à imagem do desencanto/desilusão dos sonhos românticos, principalmente com base no confronto com os problemas do quotidiano (problemas financeiros, problema aditivos, fatores externos de stress), tanto os agressores como as vítimas justificam a emergência de conflitos. Neste âmbito, o que distingue o discurso das vítimas é o facto de integrarem, também, a violência sofrida como a principal fonte de desencanto/desilusão. Por sua vez, os agressores, neste repertório, não abordam diretamente o tema, somente a emergência de conflitualidade - talvez pela imagem idealizada de si próprios e pela visão “cor-de-rosa” da relação que constroem neste repertório, o que colidiria com a perpetração de violência.

Repertório amor apaixonado

No repertório amor apaixonado, ambos apresentam a noção de que o amor constitui uma alteração do seu estado normal (em termos cognitivos, emocionais e físicos), assente na intensidade afetiva e que pode levar a comportamentos ou atitudes que escapam ao seu controlo. Neste âmbito, enquanto os sujeitos “normativos” se limitam à incontrolabilidade emocional, os sujeitos com histórico de violência generalizam à componente comportamental, associando os comportamentos de violência à intensidade emocional e, até, irracional, do amor. Isto sucede tanto nas vítimas como nos agressores, havendo uma desresponsabilização do agressor em nome da incontrolabilidade do amor que, por um lado, sustenta a tolerância aos maus-tratos por parte das vítimas e, por outro, sustenta a legitimação da violência por parte dos agressores. Embora o ciúme seja um tema central neste repertório em ambos os grupos, sendo conceptualizado como prova de amor, nos sujeitos com histórico de violência este assume a sua expressão mais extremada: obsessão e comportamentos violentos. Na tentativa de dar sentido à violência, as justificações prendem-se essencialmente com a impulsividade decorrente da forte intensidade emocional do amor, o querer extremo, o amar “de mais”, que leva aos ciúmes e à violência (“*Era muito intenso. Começou a tornar-se uma relação com níveis de emocionalidade muito agressivos, até se tornar numa relação fisicamente agressiva. E era uma coisa que era vivida pelos dois, mas que tinha a ver com impulsividades, que tinha a ver com ciúme e com agressividade*”).

Repertório amor pragmático

O repertório amor pragmático é, também, partilhado por ambos os grupos, ainda que menos frequente no discurso dos sujeitos com história de violência, que o usam exclusivamente no final das narrativas. Neste repertório, conceptualizam o amor e as relações sob uma perspectiva mais prática e calculada, sendo utilizado para contrabalançar significações mais “idealistas” e proceder a uma reflexão ponderada das experiências relacionais. A ideia de aprendizagem/ amadurecimento, após o balanço das suas experiências relacionais, é amplamente partilhada, bem como a listagem de vantagens/desvantagens da relação e a listagem dos atributos desejáveis do parceiro, que acarretem ganhos para o próprio. Além disto, inclui uma visão mais flexível das relações, como a noção da vulnerabilidade do amor às contingências da vida.

Um aspeto diferenciador no âmbito deste repertório é que os sujeitos sem história de violência usam-no ao longo da sua história, em que referem a análise ponderada das condições pessoais e materiais de ambos os parceiros para avançarem e investirem na relação, ao contrário dos sujeitos com história de violência, que o usam exclusivamente no final para proceder ao balanço do que falhou na relação.

No caso dos agressores, é usado exclusivamente para dar sentido à rutura, emergindo apenas nos que foram deixados pelas companheiras: a rutura da relação é avaliada como sendo a melhor opção e há um foco nos benefícios que trouxe para o próprio. Esta estratégia da ponderação dos ganhos permite-lhes aceitar a rutura e manterem-se emocionalmente distanciados (*Olhe, o melhor momento que tive na vida é agora! Sinto-me livre! Era só “discutimentos”! Agora é um sossego.*). Também nas vítimas é usado para conceptualizar a saída ou equacionar essa possibilidade, sendo o repertório que permite desconstruir a crença na mudança do parceiro e/ou da relação e a tomar a decisão (ou equaciona a possibilidade) de sair da relação.

Repertório amor game-playing

É o repertório menos recorrente no discurso dos dois grupos (embora, menos ainda, no discurso dos sujeitos com história de violência), associado essencialmente à agência masculina, em que as relações são concebidas como um jogo, envolvendo menor investimento emocional, intimidade e compromisso. Esta forma relacional é conceptualizada por todos os participantes como “não amor”, sendo associado essencialmente às conquistas sexuais, a relações fugazes e passageiras, à noção de aproveitar o momento e adiar o compromisso. É de notar que, embora muito escasso

nos **sujeitos com história de violência**, é mais usado pelos agressores do que pelas vítimas e, exclusivamente, utilizado como contraponto do “verdadeiro” amor, no sentido de reforçarem o seu amor pela parceira como sendo o “verdadeiro” (“*Tive várias relações, mas só de um dia ou dois, para passar tempo. Mas sem importância, sem compromisso. E elas sabiam, não pedi nenhuma. Esta é que me agarrou, com ela foi diferente e pedi-a.*”)

3.2. *Quais os grupos que mais se aproximam e/ou se distanciam nos discursos sobre o amor? Quais os pontos de divergência e/ou de consenso?*

Tabela 3 – Comparação percentual ¹⁷ dos repertórios utilizados pelos sujeitos com história de violência e pelos sujeitos sem história de violência, considerando a etapa da vida (Jovens vs. Adultos)

Repertórios	Com história de violência		Sem história de violência	
	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos
<i>Amor</i>				
<i>Companheiro</i>	31,68%	29,24%	24,61%	42,53%
<i>Amor</i>	34,58%	41,05%	39,62%	27,22%
<i>Romântico</i>				
<i>Amor</i>	14,74%	12,68%	11,71%	20,55%
<i>Pragmático</i>				
<i>Amor</i>	17,67%	16,27%	14,52%	5,32%
<i>Apaixonado</i>				
<i>Amor Game-playing</i>	1,33%	0,76%	9,53%	4,39%

Como se pode observar na tabela 3, contrastando os discursos dos sujeitos com história de violência e os discursos dos sujeitos sem história de violência, considerando, mais especificamente, se se tratam de jovens ou de adultos, verifica-se uma similaridade discursiva entre três grupos - os jovens com história de violência, adultos com história de violência e os jovens sem história de violência - e uma clara demarcação do grupo dos adultos sem história de violência. A proximidade discursiva verifica-se no âmbito do padrão de utilização/relevância dos diferentes repertórios, bem como na amplitude e diversidade dos significados que compõem os repertórios.

Naqueles grupos, o repertório amor romântico é o mais utilizado, seguido do companheiro e do apaixonado. Recorrem, mais pontualmente, ao repertório pragmático e, menos ainda, ao *game-playing*. O repertório romântico é utilizado pelos três grupos ao longo da toda a narrativa, não só como ponto de partida (fase cor-de-rosa e

¹⁷ Valores calculados automaticamente no Nvivo, utilizando as matrizes que contabilizam a percentagem dos relatos dos sujeitos com história de violência e dos sujeitos sem história de violência, em função dos atributos “jovens” e “adultos”

idealização da relação) e como projeção no futuro (expectativa do final feliz), mas, principalmente, na gestão da relação – a crença de que o “amor basta”, a metáfora do “amor vencedor” e, principalmente, a defesa do ideal do guião tradicional como modelo, limita a adoção de estratégias ativas, diversificadas e adequadas para lidar com as dificuldades relacionais.

Embora alternem entre o repertório romântico e o repertório companheiro, este último é usado, principalmente, para descrever a ausência ou a violação dos valores incluídos neste repertório (honestidade, compreensão, comunicação, entendimento), acabando por fundamentar a dificuldade de resolução dos problemas e servir para legitimar o uso da violência.¹⁸ Assim, mantendo inabalável a crença romântica do poder do amor como solução e o modelo do guião tradicional romântico, acabam por não perspetivar estratégias de *coping* adequadas, nem iniciar qualquer processo de mudança ou, mesmo, nem considerar a possibilidade de dissolução da relação.

Por outro lado, o repertório apaixonado, sendo o terceiro mais utilizado, serve para justificar/aceitar a adoção de comportamentos menos adequados e menos funcionais quando confrontados com problemas relacionais, sustentada na construção “passional” da impossibilidade de controlar a intensidade do amor.

O repertório pragmático, por seu turno, é usado muito pontualmente e, exclusivamente, no final das narrativas e como balanço das experiências relacionais negativas. É exclusivamente utilizado para dar sentido à rutura das relações ou ao facto de estarem atualmente sozinhos. Por fim, o repertório *game-playing*, é muito escasso nos jovens e, principalmente, nos adultos com história de violência. Aqui, os jovens sem história de violência destacam-se, sendo os que mais recorrem a este repertório, comparativamente a todos os grupos (incluindo os adultos sem história de violência).

Por fim, os adultos sem história de violência constituem o único grupo que se distingue pelo diferente padrão de utilização e de relevância dos diferentes repertórios, recorrendo maioritariamente ao amor companheiro. Diferenciam-se, não só, pela visão menos romantizada e mais “companheira” mas, principalmente, pela adoção de uma perspetiva mais pragmática e muito menos “apaixonada”.

Os adultos sem história de violência recorrem muito pontualmente ao repertório apaixonado, quase exclusivamente na fase inicial da relação ou na descrição da ativação

¹⁸ Este aspeto é particularmente evidente nos agressores, principalmente os agressores adultos, pelo que a análise específica e aprofundada do discurso dos agressores (Dias, Machado, Gonçalves & Manita, submetido para publicação) revela que o repertório companheiro sobrepõe-se ao romântico, sendo o mais utilizado por estes para legitimar a violência.

física e emocional. Por sua vez, o repertório romântico não é utilizado na gestão/desenvolvimento da relação mas, exclusivamente, como ponto de partida na relação e como projeção no futuro. Muito focados na gestão das dinâmicas relacionais, recorrem ao repertório companheiro para lidar com as dificuldades e problemas, descrevendo a adoção dos valores inscritos neste repertório (compreensão, diálogo, procura de entendimento, companheirismo, amizade, reciprocidade), descrevendo a adoção de estratégias ativas de resolução.

Por outro lado, são os únicos que utilizam o repertório pragmático ao longo de toda a história, articulando-o com o repertório companheiro: além de o utilizarem no balanço das experiências negativas e na conceptualização da rutura (à semelhança dos outros grupos) procedem, também, à análise prévia das condições necessárias ao seu envolvimento/investimento na relação e à ponderação das vantagens/desvantagens para monitorizar o desenvolvimento/manutenção da relação.

Há a referir, ainda, que este grupo se distancia dos jovens, com e sem história de violência, e dos adultos com história de violência, pela maior amplitude e diversidade de significados que inclui em cada repertório. Assim, à semelhança do que foi descrito na comparação global dos sujeitos com história de violência e dos sujeitos sem história de violência, verifica-se que, especificamente, tanto os adultos e os jovens com história de violência, como os jovens “normativos”, incluem um menor número de significados, e mais restritos, na composição dos repertórios, quando comparados com adultos sem história de violência.

3.3. Focando mais especificamente os sujeitos com história de violência, há diferenças entre o discurso dos jovens e o dos adultos?

Contrastando o discurso dos jovens com história de violência com o dos adultos com história de violência, verifica-se que os jovens apresentam algumas especificidades que os diferenciam dos adultos.

No âmbito do repertório romântico, como já foi referido, identificou-se o sub-repertório desencantado como específico dos sujeitos com história de violência. No entanto, os jovens constituem a exceção, não estando presente nem nas vítimas, nem nos agressores jovens. Os jovens, provavelmente por se encontrarem na fase do estabelecimento das primeiras interações e práticas amorosas, mantêm-se “imunes” ao desencanto e à desilusão dos sonhos românticos. Contrariamente aos adultos, muito focados na desilusão das expectativas românticas, os jovens estão mais centrados na

idealização da relação e na expectativa da vivência de um grande amor e do “final feliz”, mantendo a crença no “encantamento” do amor, apesar das más experiências e das situações de violência.

Outro aspeto diferenciador é o facto de os jovens agressores integrarem, no repertório romântico, o tema da violência, aspeto que não se verifica nos agressores adultos. Assim, no nosso entender, enquanto a perpetração da violência nos agressores adultos parece colidir com a imagem idealizada do “herói” romântico, pelo que o tema não é incluído quando recorrem a este repertório, nos jovens a perpetração da violência não é dissonante com os sonhos “românticos” (exclusividade/fidelidade, amor união/fusão): os jovens integram a violência quando confrontados com a violação dos ideais românticos (como as situações de infidelidade), que, por ter quebrado o guião do “conto de fadas”, é legitimada e tolerada (*“Ela estava com outro, eu vi-a. O meu mundo acabou, fiquei de rastos, chocado. Foi difícil vê-la a trair-me... quando eu a amava tanto. Discutimos e, na dor, bati-lhe”*).

Assim, nos jovens, a associação entre o amor e violência surge essencialmente no repertório amor romântico (quando não são corroboradas as expectativas românticas da exclusividade/prioridade da relação, da fidelidade, do amor união/fusão) e, também, no repertório apaixonado (recorrendo às noções do amor cego/irracional e da forte intensidade emocional). Nos adultos, mais do que no repertório apaixonado (sob o argumento da elevada intensidade emocional) e no repertório romântico (descrição da violência como fonte de desencanto/desilusão, no caso das vítimas), a associação amor/violência está mais patente no repertório companheiro: recorrem à prescrição dos valores companheiros (procura de entendimento, compreensão, aceitação, persistência na relação até chegar a “acordo”, crença na mudança) para tolerar a violência e legitimar a manutenção/recuperação da relação.

O repertório amor pragmático, pelos significados que inclui (modelo economicista da relação, ponderação de vantagens e desvantagens, listagem de atributos), é o menos compatível com a violência, sendo essencialmente utilizado para conceptualizar a rutura e considerar o processo de tomada de decisão acerca da permanência *versus* abandono da relação violenta. Neste âmbito, os jovens distinguem-se pela maior ambiguidade entre o sair e ficar/recuperar a relação, enquanto os adultos revelam posições mais restritas e rígidas no processo de tomada de decisão e na consideração da rutura.

Por outro lado ainda, de uma forma geral, os jovens com história de violência conseguem revelar maior versatilidade e flexibilidade no uso dos diferentes repertórios, o que indica que ainda não apresentam discursos tão restritos e cristalizados, ao contrário dos adultos, que restringem o seu discurso em torno dos repertórios mais “convencionais” e integram os significados e modelos relacionais mais rígidos e extremados, dificultando exponencialmente a alternância entre os diferentes repertórios e a aceitação de perspectivas alternativas.

3.4. Focando mais especificamente os jovens, há diferenças entre o discurso dos jovens com história de violência e os jovens “normativos”?

Os jovens com história de violência e os jovens sem história de violência partilham do mesmo padrão de utilização e relevância dos repertórios mas, no entanto, os jovens sem história de violência usam de forma mais flexível e distribuída os diferentes repertórios. Isto é notório, por exemplo, no repertório *game-playing* que, sendo o menos utilizado por ambos os grupos, está mais presente nos jovens “normativos” (9,53%) do que nos jovens com história de violência (1,33%).

Por outro lado, no que diz respeito às especificidades dos repertórios, verifica-se que os jovens com história de violência se diferenciam, não pela amplitude e especificidade de significados (ambos revelam um leque de significados mais restrito e partilham as mesmas significações), mas pela sua maior vinculação aos significados que mais concorrem para a rigidez, inflexibilidade e intransigência na vivência das relações amorosas: os ideais românticos da exclusividade/prioridade da relação, da fidelidade, do amor verdadeiro, do amor união/fusão; as construções “apaixonadas” do ciúme e da violência como prova de amar de mais, do amor cego e irracional.

Por outro lado ainda, é de referir que os jovens com história de violência tendem a recorrer mais aos significados que promovem uma atitude passiva e, até disfuncional, na resolução dos problemas relacionais, tais como: a noção de que o “o amor basta” para manter a relação, a expectativa que, principalmente a rapariga, abdique e ceda por amor, e a noção do amor “transformador” que sustenta a crença na mudança sem a adoção de estratégias ativas de mudança.

Por seu lado, os jovens “normativos” também fazem uso destes significados mas de forma menos rígida e menos dominante. Há que referir, no entanto, que a intolerância à frustração dos ideais românticos e a ênfase na incontabilidade das atitudes e ações pela intensidade do amor é similar. O que distingue os jovens sem

histórico de violência dos jovens com historial de violência é o facto de não descreverem situações limite que os tenha levado à adoção de comportamentos violentos. No entanto, verificamos que, quando estes jovens perspetivam essa hipótese (como a situação de infidelidade), não descartam a possibilidade de ocorrer violência.

4. Discussão dos resultados

Dos resultados descritos, há dois aspetos centrais que consideramos essenciais discutir: (i) de que forma os repertórios interpretativos sobre o amor são usados para facilitar e/ou para limitar o estabelecimento e a vivência de relações de intimidade violentas; e (ii), considerando as particularidades discursivas que distinguem os diferentes grupos de sujeitos, explorar potenciais pontos de intervenção (preventiva e remediativa), diferenciados, principalmente com os jovens.

(i) Repertórios Interpretativos sobre o amor - da facilitação à limitação da violência

No presente estudo procedemos à análise comparativa entre o discurso dos sujeitos com historial de relações abusivas e o discurso dos sujeitos em relações não abusivas, procurando, mais especificamente, investigar se haveria, ou não, um discurso marcadamente distinto. Através da análise do discurso dos sujeitos, procurou-se compreender as grelhas interpretativas culturalmente disponíveis para significar o amor e as relações de intimidade, identificando-se cinco repertórios interpretativos (romântico, companheiro, pragmático, apaixonado e o *game-playing*).

Como vimos, todos os participantes recorrem, em maior ou menor grau, aos cinco repertórios interpretativos sobre o amor, o que indica, por um lado, que se trata de grelhas interpretativas consensuais e culturalmente partilhadas e, por outro lado, que os repertórios, por si só, não determinam o estabelecimento de relações de intimidade violentas ou não violentas, dado que estão presentes tanto nos sujeitos que têm, como nos sujeitos que não têm, história de violência.

No entanto, identificámos diferenças no padrão de utilização e na amplitude dos repertórios, pelo que consideramos que, não sendo os repertórios, em si, que potenciam ou inibem a violência, há padrões de conjugação e estruturação dos repertórios que podem facilitá-la ou, pelo contrário, dificultá-la.

Da análise dos resultados, concluímos que a conjugação entre o repertório romântico, o companheiro e o apaixonado, em concomitância com a escassez do

repertório pragmático, parece ser a que mais **facilita a legitimação e a tolerância a práticas relacionais abusivas**.

Verificou-se que o repertório romântico, quando utilizado ao longo da toda a narrativa - como ponto de partida, como projeção no futuro e, principalmente, como referência na gestão da relação -, limita os sujeitos a formas relacionais convencionais, reforça expectativas românticas “idealizadas”, restringe a identificação das dificuldades relacionais e dificulta a adoção de estratégias adaptadas para as gerir/solucionar (pela sustentação da crença de que o “amor basta” e da metáfora do “amor vencedor” e, principalmente, pela persecução do guião tradicional como modelo).

Paralelamente, o repertório companheiro, quando usado essencialmente na fase final da narrativa, e quando as dificuldades relacionais são significativas, centra os sujeitos na “adulteração” ou na “ausência” dos valores que o repertório prescreve (compreensão, acordo, entendimento, comunicação, honestidade). Ainda que seja prescrito para manter/aprofundar o amor e a relação, quando focado na “adulteração” e referido pela sua “ausência”, limita a adoção de estratégias ativas de resolução e a aplicação dos valores/comportamentos que prescreve. Além disto, sendo usado como prescrição, mantém a crença na mudança e preconiza a manutenção/investimento na relação, mesmo que insatisfatória ou violenta.

Em articulação com estes repertórios, o repertório apaixonado, ao acrescentar a componente “passional” do amor à relação (a noção de amar “de mais” e intensamente, alteração do estado normal) sustenta a exasperação emocional e facilita, exponencialmente, a adoção de práticas relacionais abusivas e violentas, legitimadas e toleradas sob a conotação de “manifestações de amor”.

Concomitantemente, a escassez do repertório pragmático, que é o menos conciliável com as relações insatisfatórias e com a violência, aumenta a vulnerabilidade dos sujeitos ao envolvimento e à manutenção de relações violentas ou abusivas. Delegado exclusivamente para o final das narrativas (após a vivência de más experiências) e inexistente nas fases inicial e de investimento na relação amorosa, não é utilizado para contrabalançar as construções mais idealistas e extremadas dos outros repertórios, pelo que não há uma análise e monitorização das condições dos parceiros e das vantagens/desvantagens de estar na relação, desde o ponto de vista do próprio.

Por seu turno, os resultados apontam que a conjugação, entre o repertório companheiro, o romântico e o pragmático, em concomitância com a menor relevância

do repertório apaixonado, parece ser a que mais **restringe e dificulta a adoção de práticas relacionais abusivas** (logo, a legitimação e tolerância face à violência).

O repertório companheiro, sendo dominante ao longo de toda a narrativa e, principalmente, na fase de desenvolvimento/aprofundamento da relação amorosa, permite o foco na gestão das práticas e das dinâmicas relacionais de ambos os parceiros, nomeadamente quando confrontados com dificuldades. Assim, facilita a adoção, na prática, dos valores inscritos neste repertório (compreensão, diálogo, procura de entendimento, companheirismo, amizade, reciprocidade), diminuindo a probabilidade de conflitualidade, e promove a aplicação de estratégias de resolução mais funcionais, minimizando os focos de conflito e dificultando o recurso a comportamentos abusivos.

Paralelamente, o repertório romântico, usado exclusivamente como ponto de partida e projeção no futuro, permite que, na gestão da relação, os “ideais” românticos não dêem lugar ao desencanto quando confrontados com dificuldades, permitindo espaço às estratégias ativas de entendimento e de resolução possibilitadas pelos outros repertórios (companheiro e pragmático), sem cair na frustração extrema das expectativas românticas nem na exasperação emocional do repertório apaixonado.

Um repertório fulcral, nesta conjugação que mais limita a violência, é o pragmático, que, como vimos, pelas suas características, é o menos compatível com a vivência/manutenção de relações insatisfatórias e com situações abusivas ou de violência. O uso deste repertório na fase inicial ou no desenvolvimento da relação amorosa (e não só no final, como balanço das experiências negativas), por implicar uma análise e monitorização das condições e das vantagens/desvantagens da relação, parece permitir a deteção de eventuais problemas, possibilitando a adoção de estratégias de resolução mais “funcionais” ou, havendo aspetos inconciliáveis, possibilitando a tomada de decisão de abandonar a relação. Assim, este repertório assume extrema relevância ao funcionar como balizador da relação amorosa e por não contemplar significados que promovam a legitimação e tolerância à violência, diminuindo, assim, a vulnerabilidade dos sujeitos a relações abusivas.

Concomitantemente, a escassez do repertório apaixonado, por incluir significados que mais potenciam o começo e o recurso à violência (é de notar que, os sujeitos com história de violência, quando abordam o primeiro episódio de violência recorrem, maioritariamente, a este repertório), pode contribuir para diminuir a probabilidade de envolvimento em dinâmicas violentas ou, em última análise, dificulta a desresponsabilização pela violência perpetrada. Usado apenas como ponto de partida, a

par do romântico, para descrever a ativação física e emocional, e excluído na gestão/desenvolvimento da relação, a sua expressão mais “intensa” e “alterada” não tem lugar quando há o confronto com problemas relacionais, dificultando, assim, a adoção de comportamentos menos ponderados (entre os quais, os violentos).

Além destas conjugações, os resultados indicam que os repertórios, principalmente o romântico e o companheiro, quando se circunscrevem num leque mais reduzido de significados, limitando a versatilidade, adaptação e flexibilidade na forma como os sujeitos significam e vivenciam o amor e as relações, potenciam posições mais rígidas e práticas mais extremadas quando os valores, inscritos naqueles repertórios, são quebrados ou quando surgem problemas relacionais.

Pelo contrário, um leque mais alargado de significados, possibilita maior versatilidade, capacidade de adaptação e flexibilidade nos posicionamentos que os sujeitos assumem no amor, aumentando a funcionalidade e satisfação relacionais. Por exemplo, a ênfase, pela positiva, das manifestações de romantismo, a noção de reciprocidade na relação, a conceptualização do amor como construção, bem como a noção da partilha de experiências, emoções e valores para alicerçar e manter a relação, parecem promover o estabelecimento de relações mais funcionais e satisfatórias.

Por fim, há que referir que, apesar do repertório game-playing não surgir explicitamente associado à violência, tal não significa que dificulte a emergência de violência nas relações de intimidade. Pelo contrário, trata-se de um repertório que reforça a assimetria de género e a objetificação do parceiro, principalmente a mulher, possibilitando um contexto facilitador de situações abusivas. Em nosso entender, como já referido, por ser conceptualizado como “não-amor”, devido à ausência de compromisso e à sua vivência no contexto de relações fugazes, veicula a crença cultural de que não há espaço para a violência em relações não investidas de afeto.

(ii) Repertórios interpretativos sobre o amor – possibilidades de ação e potenciais pontos de intervenção

De um modo geral, concluímos que, quando os sujeitos se confrontam com contingências e dificuldades relacionais, a conjugação entre o repertório romântico, o repertório companheiro e o repertório apaixonado, associada ao uso insuficiente do repertório pragmático, parece concorrer para a facilitação da emergência de comportamentos menos funcionais e abusivos nas relações amorosas, legitimando e tolerando a violência “por amor”. Pelo contrário, uma perspetiva menos romantizada e

mais companheira, conjugadas com uma perspectiva mais pragmática e muito menos “apaixonada”, parece contribuir para a adoção de comportamentos mais funcionais e dificultar o recurso, legitimação e tolerância à violência.

Em nosso entender, estes resultados fornecem pistas importantes para a intervenção, quer remediativa quer preventiva. No âmbito da intervenção remediativa, quer com vítimas como com agressores, consideramos que a significação do amor e das relações amorosas deve constituir um tópico central, sendo essencial perceber quais os repertórios que mais utilizam, em que momentos da história e como os conjugam. Como os resultados indicam, um leque mais reduzido de significados, principalmente nos repertórios romântico e companheiro, contribui para a adoção de posições mais rígidas e práticas mais extremadas quando os valores, inscritos naqueles repertórios, são quebrados ou quando surgem problemas relacionais, dando espaço à violência “passional” e incontrolável, inscrita no repertório apaixonado.

Assim, a desconstrução das significações românticas e companheiras mais “extremadas” não deve ser negligenciada, bem como a desmistificação da construção “passional” da violência. Só desconstruindo estas noções base, se poderá reconstruir novos significados e dar lugar ao uso de grelhas interpretativas mais funcionais, não compatíveis com práticas abusivas e violentas no contexto da intimidade e do afeto.

Um repertório fulcral parece ser o pragmático, que, como vimos, pelas suas características, é o menos compatível com as relações insatisfatórias e com situações abusivas ou de violência. Assim, este repertório deve ser trabalhado, tanto com as vítimas como com os agressores, dado que assume extrema relevância ao funcionar como balizador da relação e por não incluir significados que promovam a legitimação e tolerância à violência, dificultando a sustentação de práticas abusivas.

Além desta análise global, procedemos a contrastações mais específicas, em função da fase desenvolvimental dos sujeitos, e identificámos diferenças entre os jovens com história de violência e os adultos com história de violência. Estas diferenças, apesar de subtis, são significativas e chamam a tenção para a necessidade de desenvolver intervenções diferenciadas, específicas para a população juvenil e específicas para a população adultas.

As diferenças indicam que o repertório romântico e o repertório apaixonado são os mais utilizados pelos jovens para conciliar a violência com o amor, enquanto nos adultos, embora estes repertórios também sejam utilizados para o mesmo efeito, o

repertório companheiro é o que mais contribui para sustentar a tolerância à violência e perpetuar a relação abusiva.

Assim, os resultados indicam a necessidade de, nos jovens, focar a desconstrução dos “significados românticos” (exclusividade/prioridade da relação, fidelidade, amor união/fusão) e das noções “apaixonadas” do amor (ciúme e violência como prova de amor, incontrolabilidade do amor intenso), sendo os que mais sustentam práticas relacionais abusivas, conciliando a violência e o amor. Por seu lado, nos adultos, os resultados remetem para a necessidade de desconstruir e clarificar os valores “companheiros”, não negligenciando a desmistificação do guião “romântico” como modelo, bem como a desconstrução do “desencanto/desilusão” e do “amor passional” como estratégias discursivas de desresponsabilização/tolerância perante a violência.

No âmbito do repertório pragmático, verificámos que os jovens revelam maior ambiguidade na opção de sair ou ficar/recuperar a relação, enquanto os adultos revelam posições mais fixas. Esta ambiguidade dos jovens pode indicar a maior probabilidade de se manterem ou regressarem à relação violenta, pelo que se torna essencial trabalhar o processo de tomada de decisão e, se for o caso, o processo da rutura.

Por fim, o facto dos jovens com história de violência, quando comparados com os adultos com história de violência, revelarem maior diversidade e flexibilidade no uso dos diferentes repertórios, indica que os jovens, mesmo envolvidos em relações violentas, ainda não apresentam discursos muito rígidos e cristalizados, maximizando o potencial da intervenção. Provavelmente, por se encontrarem na fase da descoberta, exploração, desenvolvimento e aprendizagem no âmbito emocional e relacional (daí a maior volubilidade e ambiguidade na forma como significam o amor e as relações), constituem-se um público-alvo mais maleável e recetivo à mudança.

Assim, a fase da adolescência/juventude, período privilegiado de aprendizagem (Saavedra, 2011), deve ser alvo prioritário das ações preventivas e interventivas. Destacamos, particularmente, a urgência das ações interventivas, com as vítimas e os agressores jovens, dado que, além da maior probabilidade de mudança nesta fase, na ausência de qualquer intervenção, há a elevada probabilidade das dinâmicas abusivas se replicarem ao longo da vida (Burt, 2002), pelo que é urgente intervir. As ações preventivas, de igual modo, devem ser prioritárias. O facto dos jovens, com e sem história de violência, se diferenciarem apenas no grau de vinculação às significações mais extremadas, indica que, de facto, também os jovens “normativos” partilham os mesmos significados “idealizados” e “passionais” que concorrem para a rigidez,

inflexibilidade e intransigência na vivência das relações amorosas (exclusividade/prioridade da relação, intolerância à infidelidade, amor união/fusão, ciúme e violência como prova de amor). Além disto, a intolerância à frustração dos ideais românticos e a noção da perda do controle do “amor apaixonado” são comuns nos dois grupos de jovens e que, mesmo os jovens “normativos”, quando perspetivam a possibilidade da frustração dos ideais românticos (como a infidelidade), não descartam a possibilidade de ocorrer violência.

Assim, estes resultados indicam que os jovens, de um modo geral, começam por usar as construções mais convencionais, idealizadas e rígidas, e, tratando-se de uma fase com grande potencial de exploração, experimentação e aprendizagem no âmbito das relações de intimidade (Saavedra, 2010), há que proporcionar-lhes oportunidades para co-construírem grelhas interpretativas e guiões relacionais que promovam relações funcionais, igualitárias e saudáveis.

Em suma, apesar dos adultos com história de violência revelarem discursos mais cristalizados, tal não significa que não sejam passíveis de mudança. Em nosso entender, tendo sido possível identificar algumas especificidades discursivas, principalmente as que mais facilitam a legitimação e tolerância à violência, torna-se necessário considerar na intervenção, de forma mais expressiva, os significados e valores associados ao amor, e não, apenas, focar os aspetos diretamente relacionados com a violência em si.

No que diz respeito aos jovens, conclui-se o imperativo de intervir remediativamente, no sentido de circunscrever as trajetórias violentas e limitar a sua replicação na vida adulta (Cornelius & Resseguie, 2007), bem como a necessidade de ações preventivas, no sentido de permitir a construção de significações e valores sobre o amor mais funcionais e flexíveis, que contribuam para dinâmicas relacionais saudáveis, mais igualitárias e não abusivas/violentas.

5. Considerações finais

Há uma diversidade de recursos culturalmente disponíveis para dar sentido ao amor e à intimidade e a sua associação à violência é mais complexa do que, habitualmente, a literatura supõe. A literatura na área tem enfatizado o papel do amor romântico e do amor apaixonado para a associação amor/violência (Fraser, 2003, 2005; Jackson, 2001; Wood, 2001). No entanto, o nosso estudo indica que, além do amor romântico e do amor apaixonado, outras grelhas de significação podem facilitar aquela associação (como é o caso do amor companheiro ou, ainda, o caso do amor *game-*

playing que, como vimos, inclui noções que remetem para a objetificação do parceiro e pode ocultar a violência pelo facto das relações passageiras não serem, usualmente, consideradas relações de “intimidade” ou de “amor”).

Além disto, verificámos que não são os repertórios em si, considerados isoladamente, que promovem a violência mas a conjugação entre os diferentes repertórios e os momentos em que são usados. Apesar das diferenças no padrão de utilização/conjugação e na amplitude de significados, consideramos pertinente realçar que, tanto os sujeitos com histórico de violência, como os sujeitos sem este historial, partilham as mesmas grelhas interpretativas para significar o amor e as relações de intimidade. Fazendo uma análise holística, verificamos que as grelhas interpretativas são comuns, em que o guião romântico e os valores/prescrições do amor companheiro assumem extrema relevância, e a componente “passional”, ainda que mais expressiva nos sujeitos com história de violência, não se dissipa, surgindo pontualmente.

Em nosso entender, as conceptualizações românticas e apaixonadas funcionam como pedras basilares, onde os sujeitos começam por edificar as suas histórias – o que é corroborado pela nossa análise, verificando-se que as idealizações românticas e as reações “apaixonadas” são partilhadas por todos os sujeitos como ponto de partida. Por seu turno, o companheirismo, sob a forma de valores básicos, funciona como elemento de desenvolvimento e manutenção, sem deixar de preservar a estrutura romântica e de, pontualmente, recuperar o “colorido” apaixonado (principalmente em fases de transição da vida relacional, como o divórcio ou o estabelecimento de uma nova relação).

Assim, concluímos que, apesar das diferenças já descritas, há uma partilha consensual transgeracional (jovens e adultos) e trans-historial (sujeitos com história de violência e sem história de violência na intimidade), principalmente do guião romântico e dos valores “invioláveis” do companheirismo, cuja frustração é conceptualizada como fraturante. Por exemplo, a questão da infidelidade/ser enganado é um tema “crítico”, transversal a todos os sujeitos, o que nos indica a construção cultural partilhada do valor da “fidelidade” e da expectativa de “exclusividade” nas relações amorosas. Embora de forma menos vincada, também os sujeitos “normativos” revelam conceções míticas e idealizadas sobre o amor, procuram formas relacionais conservadores e defendem a “inviolabilidade” de determinados valores.

Assim, concluímos que os discursos sobre o amor que podem facilitar, legitimar e tolerar a violência não estão circunscritos à “anormalidade”, aos sujeitos “disfuncionais”, aos perpetradores ou aos vitimizados. Pelo contrário, em maior ou

menor grau, estão presentes nos discursos de todos os sujeitos, nas histórias comuns do cotidiano e são culturalmente partilhados. Isto implica que nós, enquanto sociedade, temos que reconhecer, e refletir criticamente, sobre o nosso papel na co-construção do fenómeno de “amar violentamente”, obrigando-nos a sair da “zona de conforto” - de que a violência na intimidade é algo que só diz respeito aos outros e que está nos outros, isto é, nos que agredem e nos que são vitimizados. O “amor violento” faz parte do discurso social e acarreta várias funções dentro dos discursos públicos e privados (como a manutenção da estrutura social convencional, a preservação da família tradicional, o reforço de relações de conjugalidade genderizadas e assimétricas, a instrumentalização dos afetos para exercer dominação e controlo). A sociedade em geral não pode demitir-se do seu papel, sendo necessário desconstruir muitos dos discursos sobre o amor, partilhados e veiculados no dia-a-dia que, como vimos, têm utilidades específicas e podem ser utilizados para legitimar e tolerar práticas abusivas e violentas na intimidade.

Referências

- Black, M., & Weiz, N. (2003). Dating violence. Help-seeking behaviors of African American middle schoolers. *Violence Against Women, 9*, 187-206.
- Borochowitz, D. Y. (2008). The taming of the Shrew: Batterres' constructions of their wives' narratives. *Violence Against Women, 14*, 1166-1180.
- Borochowitz, D.Y. & Eisikovits, Z. (2002). To love violently: Strategies for reconciling love and violence. *Violence Against Women, 8*, 476-494.
- Burt, M. (2002). Reasons to invest in adolescents. *Journal of Adolescent Health, 31*, 136-152.
- Caridade, S. (2011). *Vivências íntimas violentas. Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica, 4*, 485-493.
- Carpenter, L. (1988). From girls into women: Scripts for sexuality and romance in Seventeen magazine, 1974-1994. *Journal of Sex Research, 35*, 158-168.
- Cornelius, T. L. & Resseguie, N. (2007). Primary and secondary prevention for dating violence: a review of the literature. *Aggression and Violent Behavior, 12*, 364-375.
- Dias, A. R., & Machado, C., (no prelo). Amor e Violência na Intimidade: Da Essência à Construção Social. *Psicologia & Sociedade*.

- Dias, A., Machado, C., Gonçalves, R., & Manita, C. (submetido para publicação). *Interpretative repertoires about love and intimate relationships: Narratives of those who "love" violently.*
- Fraser, H. (2005). Women, love, and intimacy “gone wrong”: fire, wind, and ice. *Affilia*, 20, 10-20.
- Fraser, H. (2003). Narrating love and abuse in intimate relationships. *British Journal of Social Work*, 33, 273-290.
- Galliher, R., Enno, A., & Wright, R. (2008). Convergence and divergence among multiple methods for assessing adolescent romantic relationships. *Journal of Adolescence*, 31, 747-769.
- Hatfield, E. & Rapson, B. L. (2005). *Love and sex: Cross cultural perspectives*. Oxford: University Press of America, Inc.
- Hydén, M. (2005). “I must have been an idiot to let it go on”: Agency and positioning in battered women’s narratives of leaving. *Feminism & Psychology*, 15, 169-188.
- Jackson, S. (2001). Happily never after: young women’s stories*s of abuse in heterosexual love relationships. *Feminism Psychology*, 11, 305-321.
- Makepeace, J. M. (1981). Courtship violence among college students. *Family Relations*, 30, 97-102.
- Matos, M., Machado, C. Caridade, S. & Silva, M.J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 8, 55-76.
- Maxwell, C. (2007). “Alternative” narratives of young people’s heterosexual experiences in the UK. *Sexualities*, 10, 539-558.
- McAdams. A. (1995). *The Life Story Interview*. Disponível em: <http://www.sesp.northwestern.edu/docs/LifeStoryInterview.pdf>
- McWhirter, P. (1999). Domestic violence in Chile. *American Psychologist*, 54, 37-40.
- Pirog-Good, M.A. & Stets, J. E. (1989). *Violence in dating relationships: Emerging social issues*. New York: Praeger.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1992). *Discourse and social psychology. Beyond attitudes and behaviour*. London: Sage.
- QSR International (2010). NVivo9. Disponível em: www.qsrinternational.com/nvivo9.
- Romkens, R. & Mastenbroek, S. (1998). Budding happiness: Dynamics in relations of teenage girls who are abused by their boyfriends. In R. Klein (Ed.),

- Multidisciplinary perspectives on domestic violence* (pp. 58-75). London: Routledge.
- Saavedra, R. (2010). *Prevenir antes de remediar: Prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis*. Dissertação de Doutorado em Psicologia, na especialidade de Psicologia da Justiça. Braga: Escola de Psicologia, Universidade do Minho.
- Tang, C. S., Wong, D., & Cheung, F. M. (2002). Social construction of women as legitimate victims of violence in Chinese societies. *Violence Against Women, 8*, 968-996.
- Towns, A. & Adams, P. (2000). "If I really loved him enough, he would be okay": Women's accounts of male partner violence. *Violence Against Women, 6*, 558-585.
- Vandello, J. A. & Cohen, D. (2003). Male honor and female fidelity: Implicit cultural scripts that perpetuate domestic violence. *Journal of Personality and Social Psychology, 84*, 997-1010.
- Vandello, J. A., Cohen, D., Grandon, R., & Franiuk, R. (2009). Stand by your man: indirect prescriptions for honorable violence and feminine loyalty in Canada, Chile, and the United States. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 40*, 81-104.
- Wekerle, C., & Wolfe, D. A. (1999). Dating violence in mid-adolescence: Theory, significance, and emerging prevention initiatives. *Clinical Psychology Review, 19*, 435-456.
- Wetherell, M. (1995). Romantic discourse and feminist analysis: Interrogating investment, power and desire. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse* (pp. 128-144), London: Sage.
- Wetherell, M. (1988). Positioning and interpretative repertoires: conversation analysis and post-structuralism in dialogue. *Discourse & Society, 9*, 387-412.
- Wetherell, M., & Potter, J. (1988). Discourse analysis and the identification of interpretive repertoires. In C. Antaki (Ed.), *Analysing everyday explanation: A casebook of methods* (pp. 168-183). Newbury Park, CA: Sage.
- Wood, J. T. (2001). The normalization of violence in heterosexual romantic relationships: Women's narratives of love and violence. *Journal of Social and Personal Relationships, 18*, 239-261.

- Wood, K., Maforah, F., & Jewkes, R. (1998). He forced me to love him: Putting violence on adolescent sexual health agendas. *Social Science Medicine*, 47, 233-242.
- Wilding, R. (2003). Romantic love and “getting married”: Narratives of the wedding in and out of cinema texts. *Journal of Sociology*, 39, 373–389.

CAPÍTULO V

**INTERPRETATIVE REPERTOIRES ABOUT LOVE AND INTIMATE
RELATIONSHIPS: NARRATIVES OF THOSE
WHO “LOVE VIOLENTLY”¹⁹ ²⁰**

¹⁹ Este capítulo foi submetido para publicação na *SAGE Open*, em coautoria com Carla Machado, Rui Abrunhosa Gonçalves e Celina Manita.

²⁰ Este capítulo foi elaborado no âmbito do projeto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade” (PTDC/PSI/65852/2006), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

INTERPRETATIVE REPERTOIRES ABOUT LOVE AND INTIMATE RELATIONSHIPS: NARRATIVES OF THOSE WHO “LOVE VIOLENTLY”

Abstract: The present study aimed at identifying and analyzing the interpretative repertoires on love and intimate relationships used by wife batterers, exploring how these repertoires may influence the development and experience of violent intimate relationships. Twelve subjects from different age groups and life trajectories participated in the study, answering to an individual interview on their lives' love story. Through a discourse analysis of the data, five distinct interpretative repertoires were identified - romantic love, companion love, passionate love, pragmatic love and game-playing love - and their meaning construction was analyzed. We found differences between young offenders and adults as well between their different relationship situations. We concluded that companion and passion love are the most used to legitimate violence, and that they match repertoires and specific themes to contextualize violence. We also discussed alternative meaning making tools that do not equate love with violence and we explored topics for intervention.

1. Introduction

Several studies indicate that in many cultures violence is perceived as an expression and proof of affection (Puente and Cohen, 2003) and that certain "ideals" of love and relationships legitimize partner abuse (Romkens and Mastenbroek, 1998). That means that culturally constructed expectations, beliefs or ideas about love influence the way violence is interpreted, emotionally experienced and responded by those involved in these relationships (e.g., Borochowitz and Eisikovits, 2002; Towns and Adams, 2000; Wood, 2001).

For example, one study with adolescent's girls (Wood, Maforah and Jewkes, 1998) refers that particular constructions of love (violence and control as being an expression of love, woman's submission to partner demands if they love them) legitimate violence and keep girls on violent relationships. Another study conducted by Jackson (2001) point that the expectations of women to live a romantic story, to find a "prince" to "rescues" them, and to have someone to love and to care make women to accept and tolerate violence, as well difficult them form ending the relationship.

Most of these studies were influenced by a feminist framework of analysis (Hird & Jackson, 2001; Jackson, 2001) and, therefore have mainly been centered on the

perspective of female victims. Although that is something to be expected, given the necessity of giving voice to those who have been oppressed, we believe that now is the time to understand the viewpoint of the other actors involved in the conflict – namely, male aggressors - and the way violence relates to their own constructions of intimacy and love.

2. Aims

This study is part of a broader research project, aimed at identifying the cultural discourses available to make meaning of love and intimate relationships and at analyzing their use by different groups of subjects, of different ages and with or without a history of violent relationships. The main goal of the project is to understand how cultural discourses about love influence the experience of intimate relationships, particularly those characterized by dissatisfaction and violence.

Within this general goal, this paper will focus on batterers, hoping to characterize the ways they make meaning about love and violence, how do they legitimize it and how the discursive tools they use to make sense of their intimacy experiences constrain and/or promote their actions. We also expect – by analyzing the multiplicity of discourses about love these men resort to – to discuss alternative meaning making tools that do not equate love with violence and to explore topics for intervention, namely deconstructing the discourses that keep some men in the experience of "loving violently".

3. Participants

Participants in this study have a history of perpetration of violence in intimate relationships, which was disclosed by them or notified by the legal system. As shown in table 1, the group consists of 12 men, whose ages range between 16 and 57 years. In order to obtain a theoretically relevant sample, we selected individuals whose relational history was marked by recurring conflict, including physical violence. However, severity and frequency of violence varies among the participants and none has been charged with threats or attempts of murder. The participants were not diagnosed as suffering from psychopathology or mental disabilities and they did not undergo psychotherapeutic interventions.

Despite sharing a history of violence, we tried to achieve variety regarding the subjects' current involvement in the violent relationship. Thus, the abusive relationship

has ended for five of the subjects (they were left by the victim), three are still in it (not considering the possibility of ending the relationship) and four are in an ambiguous situation (leaving and returning to the relationship, while accepting both the possibility of reconciliation or permanent separation). Two of these subjects are temporarily apart from their partners by court order, while the other two, although temporarily not living with their partners, maintain close contacts with them. In all cases, at the time of data collection, physical violence had ceased (due to the end of the relationship, efforts of reconciliation or social scrutiny).

Table 1 – Participants

Cases	Qualifications	Social status	Marital status	Age	Sex	In the violent relationship
1	9th grade	Low	Living together	21	Male	Yes
2	PhD	Medium-high	Living together	31	Male	No
3	4th grade	Medium	Married	52	Male	Yes
4	9th grade	Low	Divorced	46	Male	No
5	4th grade	Low	Married	46	Male	Ambiguous
6	4th grade	Low	Married	34	Male	Yes
7	4th grade	Medium	Divorced	33	Male	Ambiguous
8	Graduate	Medium	Living together	45	Male	Ambiguous
9	4th grade	Medium	Married	43	Male	Ambiguous
10	12th grade	Medium-high	Divorced	57	Male	No
11	8th grade	Low	Single	16	Male	No
12	12 th grade	Low	Single	17	Male	No

4. Data Collection

A semi-structured interview ("Your life's love story"), adapted from McAdams (1995) "The Life Story Interview", was carried out with each participant. We asked subjects to identify and tell their lives' love story, focusing all themes of the script (summary and chapters, important moments, challenges, possible futures, personal

values and beliefs). Despite this structure, questions were formulated in a way that allowed the narrative to flow according to the interests of the participants.

All interviews were conducted by the main researcher and their length ranged from forty-five minutes to two hours. The interviews were audio-taped and transcribed verbatim, including hesitations, laughter, inflections, etc.

5. Theoretical Background

Adopting a social constructionist approach, we conceptualize love and intimate relationships as built through socio-cultural practices and discourses. Therefore, violence can persist and be reinforced by social discourses that shape individual behavior and the interpretations individuals make of their own and others' conduct (Towns and Adams, 2000; Wood, 2001). Thus, the discourse analysis approach adopted in this study derives from three major theoretical contributions (described in detail in Potter and Wetherell, 1987; Potter, 1996):

- i. Linguistic philosophy, which posits the performative nature of language, the notion that discourse is actively used with different and multiple purposes, rather than being a mere description of phenomena;
- ii. Post-structuralism, which posits that language must be understood as something that emerges from and is simultaneously constitutive of discourses and social practices, considering discourses are forms of action since they guide how people act, think and feel;
- iii. Ethnographic methodology, which addresses participants' discourse, not as a resource for the construction of explanations of phenomena, but as a theme of analysis in itself.

Within this theoretical background, discourse is not understood as a transparent representation of individuals' attitudes and beliefs. Rather, discourse is the object of analysis in itself, since it is through discourse that individuals make sense of their lives and position themselves in the interpersonal world.

Although there are several points of view about how do discourse relates to culture and to individual practices, in Potter and Whetherell's (1987) perspective, which we share, culture provides subjects with prearranged (but not stable) sets of meanings – interpretative repertoires – about love and violence, and individuals use them to

construct their "personal" experiences (Borochowitz, 2008; Borochowitz and Eisikovits, 2002). That means that cultural discourses are not hegemonic and also that individuals purposely use a variety of these repertoires, selecting them in each moment, in order to signify and justify their practices (Wheterell and Edley, 1999).

6. Method of analysis

Given this theoretical background, the identification and analysis of interpretative repertoires was the methodological tool chosen to conduct the discursive analysis of the interviews. Potter and Wetherell (1987:138) describe interpretative repertoires as *building blocks speakers use for constructing versions of actions, cognitive processes, and other phenomena (...) basically a lexicon or register of terms and metaphors drawn upon to characterise and evaluate actions and events*. In this line, the process analysis was made following some steps:

1. Searching interpretative repertoires - Focusing primarily in the meaning, we attended to the set of terms, metaphors and other figures of speech that subjects used to make sense, characterize and evaluate their experience of love and intimate relationships. We identified the main meanings that participants tend to put together across their reports and we analyzed how these means are shared by the different participants. In this way, we saw the construction patterns in discourse.

2. Along with this process, we identified other themes (and their connection with each repertoire) that individual's referred to tell their love story.

3. After this process, we returned to data and, inside each repertoire, we also tried to identify the diverse identities (of oneself and others) connected with each repertoire. "Identities" refer to the way people describe and place themselves (Antaki et al., 1996) within and across repertoires (Wetherell, 1998). Thus, we focus on the various conflicting, changing or problematic identities - that emerge in the reports without the researcher's active imposition (Antaki et al., 1996).

4. Finally, our last level of analysis was to explore and to discuss how interpretative repertoires and subject's positions create or restrain alternatives for action for the men in this sample. When subjects construct different versions of love and intimate relationships and placed themselves and others within those versions, we looked for understanding how this influences (both enabling and constraining) their thoughts, feelings and actions.

6.1. Codification and analysis procedures

Given the need in qualitative research for systematic and explicit analysis, with theories and methods properly articulated and supported (Van Dijk, 1990), we will describe in detail the coding and data analysis procedures. The basic procedures for an accurate discourse analysis suggested by Antaki and colleagues (2003) were adopted, namely:

- i. Self-critical and uncompromised attitude during the process of data collection, analysis and discussion, in order to avoid stereotypical analysis that would promote and strengthen certain interpretations, restraining and marginalizing others. Therefore, we analyzed in detail all reports, as well as the discursive and rhetorical strategies that participants adopt to address or avoid certain themes throughout their narrative.
- ii. Entire analysis of subjects' reports and not merely its summarization. The initial data coding process was done inductively, and the constructed categories were defined and refined systematically throughout the categorization process, with each new interview. Besides the identification of meanings about love and intimate relationships, we also proceeded to identify all other discursive issues addressed in each interview.
- iii. Identification and discourse analysis of interpretative repertoires. After the initial coding of all interviews, we organized and assembled the coding in "units of meaning" that constitute the interpretative repertoires.
- iv. In order to avoid the circular identification of repertoires - when a set of statements or coding is used to show the existence of a particular repertoire and the repertoire itself is used to explain the subjects' reports (Widdicombe cit. in Antaki et al., 2003) – we sought to demonstrate the rhetoric and functional basis for its identification:
 - a. Rhetoric – subjects' arguments were analyzed rhetorically (how they express their points of view, contradictions, provide explanations, and evaluate their arguments) to show in detail the commonalities that constitute the repertoires;
 - b. Functional – we sought to examine what sustains subjects' reports, also demonstrating the commonalities in the use and mobilization of different repertoires – how they are used and for what purpose, which functions and positions they share.

- v. Besides the identification and description of repertoires, we subsequently tried to show how repertoires are used depending on the discursive context. We focused on variations in the ways in which discourse is constructed, both within each specific repertoire and between different repertoires, in order to understand the subjective positions and guidelines for action contained in participants' different versions.
- vi. Extracts from the interviews were used as a resource to illustrate the analysis and discussion.
- vii. The local and specific nature of results was recognized, without the ambition to generalize the findings. Although we identified the utilization of specific repertoires in certain ways by certain participants that does not mean these results are shared by all individuals with identical characteristics.

7. Analysis

In this section we describe analysis' results in order to attend at our main goals: to characterize the ways offenders make meaning about love and violence; to explore if they legitimize violence and how they do it; and to understand how the discursive tools they use to make sense of their intimacy experiences constrain and/or promote their actions.

7.1. The ways offenders make meaning about love and violence

From the analysis of the stories told by each participant, we identified the interpretative repertoires on love and intimate relationships that individuals use, and we explore how violence come out and is differently conceptualize under each repertoire.

To describe and give meaning to their experiences, subjects used five main repertoires: "companion love" (40.18%²¹ of participants' discourses refer to this repertoire), "romantic love" (35.9%), "passionate love" (13.1%), "pragmatic love" (8.97%) and "game-playing love" (1.84%).

²¹ Values calculated automatically in NVivo, through the matrix that compare codings

a. Companion love repertoire

This repertoire conveys the association between love and mutual knowledge, the need for partners to adapt to each other, mutual help, understanding and acceptance, and the importance of communication and dialogue.

C1: “There must be companionship between both, there must be love and... understanding.”

C9: “To get along, to like each other... agreement between the couple. Sincerity, trust and honesty emerge as important and essential values in this repertoire.”

C7: “That there is trust.”

C8: “... if there's no honesty in a relationship, whether in dating or marriage, there is... no marriage, no dating.”

It must be noticed that this repertoire tends to be used at the end of the participants' narratives, when subjects are asked about the values they defend in relationships. Therefore, participants make a prescriptive use of this repertoire, in order to maintain love and intimate relationships functional and long-lasting.

In this repertoire, conflict/violence and infidelity emerge as the main discursive themes²². Most participants use the fact that partners supposedly tampered with the values and expectations included in this repertoire - lack of understanding, reciprocity and openness of the partner, as well as disagreement, misunderstanding and communication problems - to legitimize violence.

C6: “I lost patience with her! I thought it was also her fault. She even escaped at night and I sometimes woke up a bit bewildered! And I was very angry with this.”

²² Throughout participants' reports, a set of main themes were addressed. To assess the relevance of each theme we considered the following criteria: (i) the number of participants that talked about the theme and its dominance among all reports, (ii) and its within-participant dominance that is, when a theme is addressed by few participants but it stands out in individual discourse. So, we identified “conflict and violence” (9 participants) and “separation” (7 participants) because they were themes addressed by more than half of the participants. “Infidelity” and “jealousy and possession” were focus too, because both are dominate themes in four individual interviews (more than 40% of the report surrounded the theme).

C3: "Sometimes I reacted in a way, for the children's sake, that she didn't like and everything! She thought it would help and decided to report me for abuse! Because I reacted that way! And I just wanted the best for my children! And for her!"

Infidelity is also constructed as a violation of the values of companion love - lack of respect, honesty and sincerity -, being used as justification for the beginning of conflicts and the adoption of violent behaviors. However, what stands out in participants' reports is the shame and the masculinity wound brought up by infidelity. That injury is, in the participants' discourse, somewhat minimized through the punishment of the partner:

C5: "I felt it too deep because of the shame... shame when facing other people. I mean, since she did it, now they say that she [makes gesture of putting horns], you see? They say it indirectly."

C8: "I saw her with another man, right there, kissing! This ends up leaving us very, very, very humiliated."

As we can see from the example, when crucial aspects to masculinity are damaged (like having a woman who is unfaithful), the participants refer to "us", us man as a social group who was injured in his image – so, violence is the strategy to "cleaning" man's image, social and culturally legitimated.

b. Romantic love repertoire

The romantic love repertoire, in turn, tends to appear earlier in the narrative, as the starting point of the stories reported by participants. It reminds the traditional "fairy tale script", combining love with long-lasting and committed relationships. It also translates an idealization of the relationship as well as of the partner, and the expectation of a happy ending.

C9: "And all was well, we were very happy. Everything wonderful... It's easy to explain: it had love and affection."

The notion of an eternal and true love and the belief on the existence of the "right person" emerge associated with this script.

C1: "I had found the woman of my life and I felt very happy."

C5: "If it's not forever than it's not love."

This repertoire includes two metaphors:

(i) "Love will overcome" – participants' narrate forbidden or socially unaccepted romantic relationships, these obstacles being defeated by love and the couple's force.

C10: I was still married... I left home and rented alone another house. Meanwhile I went after her. I was threatened. Her parents were against.

(ii) The sacrificing love – love is associated with giving up, since personal and professional changes are made in order to maintain the relationship

C9: "I left my little daughter and emigrated. With tears in my eyes for leaving my daughter and wife, and I went to get us a house. All for her..."

and, there is the expectation of the partner's voluntary restriction as proof of love

C2: "It is only one true love if you have to make a choice and you choose me."

Despite this, all of the participants describe a profound disenchantment with these romantic ideals, particularly by the effect of dealing with routine and daily problems. Participants use these problems as a justification for conflict, emphasizing the burden caused by economic problems and family responsibilities, as well as by occupational stress.

C1: When I met M. it was a good phase, the problem was when we decided to live together. There was more responsibility on me, more responsibility on her, and that also kind of lead to these discussions.

C6: The economic part ends up causing a lot of confusion. It often leads people to despair. I don't have work... I can't support family.

To reinforce the idea of disappointment, participants" describe their suffering and psychological distress, due to the frustration of their romantic dreams

C5: "I suffered a lot with it! I suffered a lot, thinking... well, working and thinking! I feel miserable about these things."

and to their current disbelief in love and relationships

C2: "So, a lot of romanticism... about being "forever" and the eternity of things... was quickly shattered... Several characteristics of romanticism that I had were destroyed."

In this repertoire, jealousy is an important theme. This emotion is conceptualized as a proof of love, at the same time exclusivity is seen as an expression that this "true love" is mutual.

C2: "There is only one true love when you have a real choice and you choose me... Therefore, jealousy in my opinion can only be healthy."

The failure of the partner to correspond to this or to other prescriptions is seen as the motive that underlies another important theme - the disenchantment of the participants' romantic ideals -, which is used to justify conflicts. Given this disappointment, it is not surprising that the main discursive theme in this repertoire is separation, something the participants avoid and deny.

C1: "I can't even imagine! I don't know what would be the worst... I don't know... I really... maybe breaking up... but that... I don't know!"

Interestingly, violence is not directly addressed in this repertoire, being the younger offenders that only had dating relationships the only exception (case 11 e 12). Accordingly, one important finding is that only in those participants infidelity appears as a central theme in romantic repertoire, being conceptualized as a violation of the romantic expectations – exclusiveness, love as union/fusion. So, infidelity is something unexpected and shocking in the "fairy tale" context, being these feelings of "shock" used to allow violence against girlfriends.

C11: "She was with other boy, I saw her. My life was finish. I was devastated... Was so hard to see her betraying me... I love her so much."

c. Passionate love repertoire

The passionate love repertoire (13.1%) occurs more sporadically in the participants' reports, being more relevant in the youngsters (case 11 e 12). It conveys the notion that love is a disturbance of the individuals' normal condition (cognitively, emotionally, and physically), characterized by its intensity and metaphorized as "blind". Obsession and jealousy are perceived as expressions of this form of love.

C2: "It's an exhaustion that I think has to do with being imprisoned in a very intense relationship... it was magical! With a great chemistry!"

C11: "It's extraordinary... you do not walk in this world... you walk in the clouds."

C12: "It is something that we can't explain... we are in heaven... we do not see anything else."

In this repertoire conflict/violence is a predominant theme. Violence is mostly justified through the impulsiveness derived from the emotional intensity of love, which leads to ownership and jealousy.

C2: "It was very intense. This relationship and then, because of flaws... it started becoming a relationship... with very aggressive emotional levels, until it became a physically aggressive relationship. Though it was experienced by the two, it had to do with my impulsiveness... it had to do with jealousy and aggressiveness."

C11: "I always felt that feeling of anger. ... because I love her so much and I wanted her to be just mine. So we had a discussion... I began to insult... I call her XXX."

C12: "I told her that she had been stupid. I had already told her that I did not want her to talk with the other guy. It was a struggle she came after me but I pushed it ... And if I knew that she betrayed me I do not know what could happen ... I would lose control."

In this context of extreme passion, violence is also minimized, through a discursive strategy that simultaneously describes violence as something negative and intolerable and emphasizes that the participant has "only" engaged in "less severe" acts of aggression.

C2: "And it was mostly verbal abuse... it's not like pushing someone... and then..., my experiences of physical violence have always been things... always been momentarily..."

C11: "I just grabbed her, shake her, and pushed her. But was more a discussion, there was no violence. I had that anger, I was devastated ... anger."

d. Pragmatic love repertoire

The pragmatic love repertoire (8.97%) is even less frequent, appearing close to the end of narratives. It refers to a realistic and rational love, sustained by the perceived advantages of the relationship and desirable attributes of the partner. It integrates a

flexible conception of relationships, incorporating notions of instability and unpredictability,

C1: "There is not 'a right' woman! Because I can never say that M. is mine. She can be mine today but not tomorrow..."

as well as a conception of love as a rational choice.

C8: "People have to know how to choose. When we choose one thing and we're wrong we can change again. A person has to choose! It's the same in love."

This repertoire integrates learning, insight and maturity due to bad romantic experiences

C5: "I have experienced many things that made me open my eyes."

C11: "The relationship ended there, and for me sometimes it makes me open my eyes to relationships. It makes me think if I should get involved with someone or not. I need to know the person very well first."

This is almost an economic model of love, in which the advantages and disadvantages of the relationship are considered, taking into account a set of personal rights the relationship must preserve (e.g., personal freedom) and a desired set of attributes the partner must bring to the relationship (e.g., being a good mother, a good wife, a source of help). Traditional conceptions of gender roles are obvious in this attempt to articulate what to expect from men and women in a relationship.

C3: "A woman should be a mother, a good educator, a good wife, a... collaborator of her husband. A good husband... he just needs to be a man with discipline, a man... without addictions, for instance. A good leader in terms of education, of... organization, of what is really necessary. A good wife must have the characteristics of... a tidy woman, a woman with skills and abilities to guide the domestic life the way I like it! A woman who lives an entire life with her husband has to be aware of what he likes and what he doesn't. Not mentioning other things! Like respecting her husband, responsibilities, discipline."

C12: "Girl should be nice, should love me and tell me everyday that she loves me. Should be faithful to me and never betray me."

It should be underlined that this repertoire is, at several moments, used to make a contrast and mark the distance of the subject from other repertoires. For example, the notion of eternal love (from the romantic repertoire) is used in the beginning of the story, to describe the past, whereas this pragmatic discourse is used in the present or as

a projection of the future, conveying an image of insight, learning and "loss of innocence".

Violence is not conceptualized in this repertoire, being just used to give meaning to separation, emerging only in participants that are not in the violent relationship. Here separation is evaluated as the best option and participants focus on the benefits it brought to themselves. This strategy allows participants to accept the separation and to keep emotional distance towards the partner.

C4: "The best time of my life is now! I feel free! She kept wasting money and sometimes we argued! Now everything's ok."

C12: "I reached a saturation point. She started to get boring and I hate boring people. Because she was always going after me. If I wanted to go to lunch with my friends I could not go because she was always after me. Now I'm free."

e. Game-playing love repertoire

The game-playing love repertoire (1.84%) is the least frequent. It conceives relationships as a game, involving low emotional investment and the absence of commitment. They are described as brief and occasional sexual conquests, whose objective is just to seize the moment and to postpone commitment. In fact, these relationships are conceptualized by participants as "non-love", as the opposite of the "true" love described by the romantic repertoire.

C1: "My advice is to enjoy life as long as possible. To get married at 40! Because I'm 21 and, with my age, it's obvious that I still liked going out, being with my friends, going to the disco... "

One important finding is that subjects' permanence on the violent relationship constrains their use of repertoires on love. We noticed that the romantic love repertoire is strongly shared by all participants, confirming the power and pervasiveness of romantic meanings. However, it appears that subjects who remain in the relationship and those who are in an ambiguous situation use companion love (54.46% and 57.12%, respectively) to justify staying or trying to recover the relationship. This is related to the culturally shared construction that the continuity of relationships is achieved through the prescriptions of companion love. It is particularly interesting that the offenders who were left by their wives or girlfriends are those who use the various repertoires more evenly, and who use pragmatic love the most, in order to justify separation.

Table 2 – Utilization of the repertoires according to subjects' current situation in the violent relationship (%)²³

Repertoires	In the violent relationship	Not in the violent relationship	Ambiguous Situation
Companion love	54.46	24.52	57.12
Romantic love	35.44	37.72	32.61
Passionate love	1.51	23.59	4.01
Pragmatic love	5.99	12.12	5.68
Game-playing love	2.60	2.05	0.58

7.2. Violence legitimization - how they do it.

Companion and passionate love repertoires are those who most legitimate violence in intimate relationships. In companion love repertoire, participants consider quarrels normal, as a part of the process of mutual understanding and conflict resolution. So, in this context, they devalue the verbal abuse that discussions frequently bring about, and physical violence is undervalued or reinterpreted.

C9: “There was a time when we quarreled, which was normal.”

C6: “I admit that often, given her issues, I was a bit aggressive! Physically... I lost control. Well, I never harmed her a lot too... And it was just once or twice.”

Another discursive strategy that allows the minimization of violence is its description as a response to the partner's provocations. In a society where women are understood as passive, non-aggressive caretakers (Andrews, 2003; Skevington and Baker, 1989), a discourse that describes women differently, may contribute to a less asymmetric image of the violent situation, where participants can describe themselves as "disciplinarians" (not "batterers").

C4: “She raised her voice and I hit her immediately. And she wanted to hit me and I hit her even more. She does not have education and needed to learn.”

C12: “I told her that she was stupid: I already had advised her that I did not want that she talks to the other guy. I reached a saturation point and I kicked her. She didn't learn. She was stupid.”

²³ Values calculated automatically in NVivo, through the matrix that compare codings considering the participants' current situation in the violent relationship

Furthermore, when partners leave (or try to leave) the relationship, adult participants describe this as a form of entrapment, revenge or retaliation, once again a betrayal of the values held by the companion love repertoire. This idea allows participants to place themselves as victims, describing the partners as manipulative villains, and to minimize the severity of violence when compared to their partners' "manipulation".

C10: "I started to notice something was different. But she never said anything; I waited to see what was coming. And this is it! Because everything was a trap made by her."

The concepts of equality and sharing that are fundamental to the companion love repertoire are also used to create an image of symmetry and parity in the relationship. This image allows, once again, to minimize violence (because there is no power imbalance) and to strengthen the narrative of partners' ingratitude. The emphasis on ingratitude arises through the comparison of the participant's and other men's behavior.

C3: "My wife has always been free to do anything! Believe me, this is true, I can prove to anybody with the document I have at home attesting my first salary. I never hid it from my wife... I have colleagues who do that, they take the receipt and tear it. And I say «It's wrong! Because you have a life together...». I always tried to be the best possible husband."

In contrast to those notions of provocation and ingratitude, participants convey an image of effort and investment in the relationship, as prescribed by the companion love repertoire

C6: "I made everything for her... I help her because she has psychiatric problems, and she does not understand that I was tired ... she attempted to run and to complain when I had beat her one night."

Finally, when participants are faced with the impossibility of denying violence any longer, they try to demonstrate some insight on the issue, conveying self-criticism, change and regret.

C1: When I started hitting her was most unfortunate moment (of the relationship). I don't remember much but... there is always a moment when a person knows that is screwing up...

C3: *If I could go back, I'd change a lot of what happened, but there's no chance, no chance and... and maybe I'm paying... but I've learned from mistakes, a lot. And maybe before I didn't even realize.*

Passionate love repertoire is mostly used to excuse man for their violent behavior and aggressive attitudes, legitimating violence through the emotional intensity of love (passion and impulsiveness).

C2: *“Love was too much ... feelings are so intense that you can't control them, and you became physically aggressive. I loosed control and I beaten her.”*

Curiously, violence is not directly addressed in romantic love repertoire - probably because his violent behavior against partner don't matches with the “romantic” hero ideal and don't fits in “romantic” expectations and norms about men. However, the disenchantment of the participants' romantic ideals about their partner and relationship is used to justify conflicts. As we saw, the only exception is the younger offenders, which conceptualized infidelity as a socking violation of love, and react violently

C11: *“I found her with other guy. I was devastated. I could not even look at her face. I turned back and came away. After when I spoke with her... anger... pain... We discuss ... we started to fight.”*

Pragmatic love repertoire is the one where violence doesn't have location in offenders discourse. In opposite, this repertoire is used to recognize the disturbance and disadvantages in the violent relationship and helps offenders to achieve some emotional detachment from their partner and accept the to give an end to relationship.

Finally, other important finding is that subjects' current situation in the relationship affects how subjects make sense of violence. Companion love is the repertoire most used by all participants, and the corruption of its values justifies the perpetration of violence. This is even more obvious in subjects who remain in the abusive relationship (74.1% of the discourse on violence relies on this repertoire) and in those who are in an ambiguous situation (90.31%).

The subjects that remain in a violent relationship are those who rely the most on romantic love to conceptualize the appearance of conflict, without explicitly addressing violence (25.38% of their discourse is based on the disenchantment of romantic ideals), when compared to those in an ambiguous situation (9.69%) and to those who left the

relationship (1.24%). This repertoire is used to legitimize staying in the relationship and to reject responsibility for the appearance of problems (justified through external factors that contributed to the disappointment of romantic ideals).

Table 3 – Violence in the context of repertoires according to the subjects’ current situation in the violent relationship (%)²⁴

Repertoires	In the violent relationship	Not in the violent relationship	Ambiguous situation
Companion love	74.10	58.80	90.31
Romantic love	25.38	21.24	9.69
Passionate love	0.52	19.96	0
Pragmatic love	0	0	0
Game-playing love	0	0	0

7.3. How the discursive tools they use to make sense of their intimacy experiences constrain and/or promote their actions

We found that, in the context of their interpretative repertoires, participants concentrate on a range of love notions and specific themes that helps them to structure and give coherence to their violent experiences.

Conflict emerges as the predominant discursive theme on the participant's discourse, showing their necessity to integrate violence in their history and their efforts to preserve a positive image of themselves and to the world. Therefore, conflict is described as something bad but as something that participants could not avoid, given the partners' faults and their disillusionment with companion and romantic love ideals. In particular, infidelity is addressed as the utmost attack to romantic and companion love ideals and jealousy, described as the main reason for conflict, being justified by romantic notions of fusion and belonging or as the consequence of the intensity of passion.

Given this, separation is also a pervasive theme in the participants' discourse, being described as a rupture of romantic ideals (romantic love repertoire), an experience of intense pain (passionate love). Separation is address both to those participants who have been abandoned and to those that somehow the relationship. While the firsts try to explain the reasons for separation in order to exonerate their fault and makes effort to

²⁴ Values calculated automatically in NVivo, through the matrix that crosses the codification of violence among the different repertoires, considering the participants’ current situation in the violent relationship

reconceptualize it as something positive through a pragmatic love repertoire, those who remain in the relationship or that are in an ambiguous situation, describe it as something to keep on avoiding and emphasize their efforts in this sense, mainly using a companion love discourse on commitment.

While articulating repertoires and discursive themes, subjects create and recreate their identities and construct their (and others) positions in the relational world (Gergen, 1997; Shotter, 1993). This means that participants define themselves as husbands, partners and lovers, often by comparison with others. The main others used in this process sometimes are other male batterers, but most of the times men define themselves in contrast with their wives (both the "real" woman "discovered" after the conflict and the "ideal" woman they desired).

When participants characterize themselves in comparison with other men, they invoke the image of what they describe as "bad" men, those who do not fulfill their duties and that (unlike themselves) abuse women without reason. This is easily observed when we look into the strategies of comparison and minimization of violence used in the companion love repertoire. These are "bad" partners not only because they do not meet the social expectations on their role as husbands, but also because their wives are "good", according to this repertoire: understanding, tolerant, helpful, honest, and faithful. What's more, these other men are "bad" because (also unlike the participants) they have not faced circumstances in life that frustrated their romantic dreams (romantic love repertoire).

The comparison with these "bad" partners, together with the negative characterization of their own wives or girlfriends, are the main discursive strategies used by the participants to justify their violent behavior (companion love repertoire) or the decline of the relationship (the disappointment with the romantic love ideal), while preserving a positive identity or image.

This discourse raise from the cultural context that constructs what means "to be a man" and "to be a woman", influencing man's actions and attitudes in their intimate relationship. As we saw, the repertoires carry on different expectations about man and woman, revealing the gendered nature and the asymmetry in intimate relationships, and making easy the association between love and violence.

So, repertoires about love and their articulation with the specific themes (that carry on gendered expectations and norms) constitute discursive tools that they use to make sense of their intimacy experiences – which endorse their actions and could

constrain some relational behaviors and promote others. As we saw, the explanations described above show how some love meanings (e.g. intense emotion, true and one love, exclusivity, understanding) associated to specific issues (e.g. infidelity, life difficulties, disagreement) could promote and reinforce violent behaviors.

Making a transversal analysis, we conclude that participants discursively recognize violent behaviors under shared social and cultural meanings that “prescribe” or “allowed” conflict and violence in some situations:

- Conflict is "allowed" in the context of a difficult life, which destroys dreams and romantic ideals (romantic love);

- Violence is "allowed" or deserves less social disapproval when the partner does not have characteristics traditionally valued in women, related to the idealized feminine identity (passive, understanding, submissive) (companion love).

- Violence is "allowed" when the woman is unfaithful (romantic and companion love)

- Violence is "allowed" when love is too intense to be controlled (passionate love).

8. Discussion and conclusions

We noticed that the romantic love repertoire is strongly shared by all participants, confirming the power and pervasiveness of romantic meanings, specifically in the beginning of the relationships and in the projection for future (happy ending). However, it appears that companion love assumes more relevance to justify the maintenance of violence, as well to justify staying or trying to recover the relationship. We think that this is related to the culturally shared construction that the continuity of relationships is achieved through the prescriptions of companion love (understanding, comprehension, persist in relationships until achieve “agreement”). Thus, our findings show that companion love seems to be the repertoire that best facilitates subjects’ reasoning to justify/minimize violence, followed by passionate love (high emotional intensity) and romantic love (disenchantment/disappointment).

From our analysis we also find that none of the participants use game-playing love and pragmatic love to give meaning to conflict/violence. We believe that game-playing is not used because it is considered as almost non-love, and participants express the cultural belief that there is no room for violence in contexts without affection. For other hand, pragmatic love conveys a more calculated and rational perspective of the

relationship, appearing to be more incompatible with the perpetration of violence (violence has been conceptualized in the participants' discourses as being beyond their responsibility, resulting from other factors).

So, pragmatic love repertoire seems to be the repertoire where love and violence are less combined and could constitute an alternative meaning making tool that do not equate love with violence – and, if worked and reinforced, could restrict violence and could promote that offenders leave or change the experience of "loving violently". It is mainly used to conceptualize the separation, facilitating the recognition that it is better not to have a partner than being in an unsatisfactory relationship. Beyond this use, this repertoire may bring important resources for the conceptualization of other dimensions of the relationship, as it conveys more flexible meanings about love and incorporates personal satisfaction as a vital dimension to attend. The further development of this repertoire – namely through psychological interventions - may be relevant for batterers (and also for victims).

So, we consider essential to deconstruct and reconstruct with batterers (as well with victims) the set of interpretative repertoires available in culture for subjects to understand and negotiate the meanings of their intimate experiences (Potter and Wetherell, 1987; Wetherell and Edley, 1999). This may create starting point for the development of alternative relational models, more egalitarian and in which love does not equate with violence. As we saw, one of the repertoires that we consider particularly relevant because of its potential for intervention is pragmatic love.

Finally, it should also be noted the distinct pattern of young offenders (who only had dating relationships), in which the association between love and violence comes mainly in the romantic and passionate love repertoires. Recourse to violence emerges when their girlfriends do not meet their romantic expectations (focus and priority of the relationship, exclusivity, fidelity, union/two as one), considering this as a breach of their love relationship and a violation of their “romantic” ideals. This leads us to consider the need of differentiated interventions for young people and for dating relationships in order to deconstruct "romantic meanings" and to establish equalitarian and healthy relational dynamics. In youth is urgent to prevent violence and intervene early - given the high rates of violence in dating relationships and the tendency of abusive patterns remain lifelong (Scott and Straus, 2007; Straus, 2004; Sugarman and Hotaling, 1989).

However, on the other side, making a transversal analysis, we found that young offenders are those who reveal a greater diversity and flexibility in the use of different

repertoires, not presenting very strict and crystallized discourses. Therefore, this may indicate that the youth might be a stage more receptive to change, increasing the probability of gains from interventive and preventive actions against the development and maintenance of abusive dynamics.

Final Considerations

There is a multiplicity of culturally available resources to make sense of love and intimacy, though its association with the legitimization of violence is more complex than the literature usually assumes. Research on women has emphasized the role of romantic and passionate love on the combination love/violence (Fraser, 2005; Jackson, 2001; Wood, 2001). However, as we saw, in male discourses, companion love (and its "corruption") is most often used to legitimize violence, contributing to men's permanence (or attempts of permanence) in abusive relationships – being important to deconstruct “companion” meanings in intervention (more than romantic).

The cultural constructions about what it means "to be a man" can't be neglected, because they have some influence in the constructions of love and intimacy. We cannot ignore the gendered nature (Fraser, 2005) of the identified repertoires, which represent intimate relationships as naturally asymmetric (Wood, 2001), therefore reinforcing and legitimizing the association between love and violence (Jackson, 2001). Similarly to what the research reveals about female victims, the batterers' narratives incorporate traditional gender discourses prescribing dominance and aggression, especially when they feel their “masculinity” threatened - when are unable to assure economic stability, when they are betrayed, or when their authority is in danger.

In this context, we consider essential to intervene with batterers and, at a preventive level, to culturally deconstruct this hegemonic representation of masculinity, conveying alternative identity constructions (Connell and Messerschmidt, 2005; Hearn, 2004). Increasing individuals' awareness to the constraints imposed by traditional discourses about what it means "to be a man" would encourage them to take a critical perspective, making relational change possible (Connell and Messerschmidt, 2005; Wetherell and Edley, 1999).

References

Andrews, M. (2003) ‘Calendar Ladies: Popular Culture, Sexuality and the Middle-Class, Middle-Aged Domestic Woman’, *Sexualities*, 6 (3-4): 385-403.

- Antaki, C., Billig, M., Edwards, D. and Potter, J. (2003) 'Discourse Analysis Means Doing Analysis: A Critique of Six Analytic Shortcomings', *Discourse Analysis Online*, 1(1), available at: www.shu.ac.uk/daol/articles/v1/n1/a1/antaki2002002-paper.html
- Antaki, C., Condor, S., and Levine, R. (1996) 'Social Identities in Talk: Speakers Own Orientations', *British Journal of Social Psychology*, 35 (4): 473-492.
- Borochowitz, D. (2008) 'The Taming of the Shrew: Batterres' Constructions of their Wives' Narratives', *Violence Against Women*, 14 (10): 1166-1180.
- Borochowitz, D. and Eisikovits, Z. (2002) 'To Love Violently: Strategies for Reconciling Love and Violence', *Violence Against Women*, 8 (4): 476-494.
- Connell, R. and Messerschmidt, J. (2005) 'Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept', *Gender & Society*, 19 (6): 829-859.
- Fisher, W. (1987) *Human Communication as Narration: Toward a Philosophy of Reason, Value, and Action*. Columbia: University of South Carolina Press.
- Fraser, H. (2005) 'Women, Love, and Intimacy "Gone Wrong": Fire, Wind, and Ice', *Affilia*, 20 (10): 10-20.
- Gergen, K. J. (1997) *Realities and relationships*. Cambridge: Harvard University Press
- Hearn, J. (2004) 'From Hegemonic Masculinity to the Hegemony of men', *Feminist Theory*, 5 (1): 49-72.
- Hydén, M. (2005), 'I Must Have Been an Idiot to Let it Go On: Agency and Positioning in Battered Women's Narratives of Leaving', *Feminism & Psychology*, 15 (2): 169-188.
- Jackson, S. (2001) 'Happily Never After: Young Women's Stories of Abuse in Heterosexual Love Relationships', *Feminism Psychology*, 11 (3): 305-321.
- McAdams, A. (1995) 'The Life Story Interview', available at: <http://www.sesp.northwestern.edu/docs/LifeStoryInterview.pdf>
- Potter, J. (1996) 'Discourse Analysis and Constructionist Approaches: Theoretical Background", in Richardson, J.E., (Ed), *Handbook of Qualitative Research Methods for Psychology and the Social Sciences* (pp.125 -140). Leicester: British Psychological Society.
- Potter, J. and Wetherell, M. (1987) *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour*. London: Sage.
- Puente, S. and Cohen, D. (2003) 'Jealousy and the Meaning (or Nonmeaning) of Violence', *Personality and Social Psychology*, 29 (4): 449-460.

- Romkens, R. and Mastenbroek, S. (1998) 'Budding Happiness: Dynamics in Relations of Teenage Girls Who are Abused by Their Boyfriends'. In R. Klein (Ed.), *Multidisciplinary Perspectives on Domestic Violence* (pp. 58-75). London: Routledge.
- Scott, K. and Straus, M. (2007) 'Denial, Minimization, Partner Blaming, and Intimate Aggression in Dating Partners', *Journal of Interpersonal Violence*, 22 (7): 851-871.
- Shotter, J. (1993) *Conversational Realities: Constructing Life through Language*. London: Sage Publications.
- Skevington, S. and Baker, D. (1989) *The Social Identity of Women*. London: Sage.
- Straus, M. (2004) 'Prevalence of Violence Against Dating Partners by Male and Female University Students Worldwide', *Violence Against Women*, 10 (7): 790-811.
- Sugarman, D. B. and Hotaling, G. T. (1989) 'Dating Violence: Prevalence, Context, and Risk Markers'. In A. A. Pirog-Good and J. E. Stets (Eds.), *Violence in Dating Relationships: Emerging social issues* (pp. 3-31). New York: Praeger.
- Towns, A. and Adams, P. (2000) 'If I Really Loved Him Enough, He Would Be Okay: Women's Accounts of Male Partner Violence', *Violence Against Women*, 6 (6): 558-585.
- Van Dijk, T. (1990) 'Discourse & Society: a new journal for a new research focus', *Discourse & Society*, 1: 5-16
- Wang, X. and Ho, S. (2007) 'My Sassy Girl: A Qualitative Study of Women's Aggression in Dating Relationships in Beijing', *Journal of Interpersonal Violence*, 22 (5): 623-638.
- Wetherell, M. (1988) 'Positioning and Interpretative Repertoires: Conversation Analysis and Post-structuralism in Dialogue', *Discourse & Society*, 9 (3): 387-412.
- Wetherell, M., and Edley, N. (1999) 'Negotiating Hegemonic Masculinity: Imaginary Positions and Psycho-discursive Practices', *Feminism and Psychology*, 9 (3): 335-56.
- Wetherell, M., Taylor, S. and Yates, S. (2001) *Discourse theory and practice: A Reader*. London: Sage.
- Wood, J. (2001) 'The Normalization of Violence in Heterosexual Romantic Relationships: Women's Narratives of Love and Violence', *Journal of Social and Personal Relationships*, 18 (2): 239-261.

CAPÍTULO VI

**REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS SOBRE O AMOR E AS RELAÇÕES DE
INTIMIDADE DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: AMAR E SER
AMADO VIOLENTAMENTE?²⁵ ²⁶**

²⁵ Este capítulo foi aceite para publicação na Revista *Psychologica*, em coautoria com Carla Machado, Rui Abrunhosa Gonçalves e Celina Manita. Dias, A. R., Machado, C., Gonçalves, R. A., & Manita, C. (no prelo). Repertórios interpretativos sobre o amor e as relações de intimidade de mulheres vítimas de violência: Amar e ser amando violentamente? *Psychologica*. Data prevista de publicação, primeiro trimestre de 2012.

²⁶ Este capítulo foi elaborado no âmbito do projeto “Vitimação múltipla de mulheres socialmente excluídas: intersecção de significados e trajetórias para a mudança” (PTDC/PSI-APL/113885/2009), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

CAPÍTULO VI

REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS SOBRE O AMOR E AS RELAÇÕES DE INTIMIDADE DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: AMAR E SER AMADO VIOLENTAMENTE?

Resumo: O presente estudo procura compreender como as mulheres vítimas de violência falam sobre o amor e as relações de intimidade e como experienciam e significam o fenômeno da violência sofrida. Explora-se também o recurso à violência por parte destas mulheres, em que contextos o fazem e como significam a violência perpetrada. O estudo envolve 12 mulheres vítimas de violência, de diferentes grupos etários e com diferentes trajetórias de vida, com as quais se conduziu uma entrevista individual acerca da história de amor da sua vida. Conclui-se que tanto os relatos de vitimação como os de perpetração se inscrevem em discursos socioculturais mais amplos sobre o amor e as relações de intimidade – que sustentam a vitimação sofrida no feminino e limitam a agressividade feminina. Concluímos que a violência feminina assume características idiossincráticas e tem implicações práticas diferentes, relacionadas com as desigualdades e assimetria de género, não havendo similaridade na violência entre homens e mulheres na intimidade. A agressividade feminina surge como estratégia para lidar com a adversidade, no sentido de conseguir algum controlo sobre a relação e o sentido de si próprias, revelando a capacidade de luta, sobrevivência e resiliência destas mulheres.

Palavras-Chave: Discursos socioculturais; Violência na intimidade; Amor; Vitimação feminina; Agressividade feminina;

Abstract: The present study focus both women's victimization experience and on women's violence against partner. We aim at addressing their discourse about love and intimacy and at understanding how women conceptualize and experience violence. The study involved 12 women with whom we conducted an individual interview about their lives' love story. We conclude that both the reports of victimization and perpetration fall on broader socio-cultural discourses about love and intimate relationships that support female victimization and restrict female aggressiveness. We conclude that female violence had idiosyncratic characteristics and different practical implications, related to gender inequalities and asymmetry, differentiating male and female intimate violence. Female aggression emerges as a strategy to deal with adversity in order to gain some

control over the relationship and some sense of themselves, revealing the capacity to struggle, survival and resilience of these women.

Keywords: Sociocultural discourses; Intimate violence; Love; Female victimization; Female aggressiveness

1. Introdução

O amor e a violência na intimidade têm sido maioritariamente abordados - à exceção dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das teorias da vinculação (e.g., Allison, Bartholomew, Mayseless, & Dutton, 2008) - como fenómenos distintos ou reduzidos a uma mera associação contingente. Usualmente, a violência surge como contingência/consequência associada a determinadas características, processos ou dinâmicas subjacentes ao fenómeno do amor (e.g., Riggs & O'Leary, 1989) ou, quando muito, o amor surge como mais uma variável que pode ter influência na violência (e.g., Black, Tolman, Callahan, Saunders, & Weisz, 2008). Por exemplo, o amor tem sido referido como um fator de risco para o *stalking* (Spitzberg & Cupach, 2007) e para a violência no namoro, embora com resultados empíricos inconsistentes no que se refere a este último domínio (Riggs & O'Leary, 1989). Por outro lado, o amor tem também sido analisado como fator explicativo das reações das vítimas após a ocorrência de violência, nomeadamente a sua manutenção na relação ou não denúncia do problema (Black e cols., 2008).

Numa leitura construcionista, são os estudos culturais - que analisam os discursos e práticas sobre o amor em contextos culturais/étnicos específicos - e as abordagens narrativas - sobretudo estudos qualitativos com vítimas ou agressores, centrados nas suas vivências e no significado que lhes atribuem - que mais têm procurado analisar a relação específica entre a violência e a forma como cada sociedade nos diz o que "é" ou "deve ser" o amor.

No âmbito dos estudos culturais, destacamos Hatfield e Rapson (2005) que procederam a uma revisão dos estudos que analisam o amor e as suas expressões mais intensas e/ou violentas (ciúme, rejeição, amor não correspondido) em várias culturas, concluindo que é a cultura que determina o que é ou não perturbador numa relação e o que desencadeia reações negativas mais intensas, veiculando e modelando a adoção de práticas relacionais abusivas ou violentas.

Por outro lado, apesar dos contributos dos estudos culturais, são sobretudo as abordagens narrativas (nesta área, maioritariamente de enfoque feminista) as que têm

explorado a dimensão construída e cultural da articulação do amor e da violência, através de um conjunto de estudos que sugerem que as representações acerca do amor e das relações amorosas podem influenciar a perpetração da violência e constituir um fator que mantém as vítimas nas relações abusivas (Towns & Adams, 2000).

Por exemplo, Wood (2001), num estudo com mulheres vítimas, identifica duas narrativas românticas: (i) o conto de fadas do príncipe encantado que “venera” a princesa, sustentando crenças que legitimam a violência (e.g., que o melhor da relação supera o pior, que a mulher pode parar a violência se se aproximar do estereótipo da mulher ideal); e (ii) o romance negro, que retrata o homem como naturalmente controlador e descreve as relações como tipicamente dolorosas para a mulher, naturalizando o seu sofrimento. Estas histórias prototípicas prescrevem *scripts* genderizados que sustentam a violência do homem e a tolerância/passividade da mulher, contribuindo para que as mulheres considerem as relações violentas como toleráveis ou preferíveis a não ter qualquer relação. Num estudo análogo, Towns e Adams (2000) identificaram construções culturalmente enraizadas do “amor-perfeito” (por exemplo, o amor como forma de alcançar a felicidade, o poder do amor da mulher transformar o marido violento) que contribuem significativamente para manter e silenciar as mulheres em situações abusivas.

No entanto, é nosso entendimento que estas abordagens apresentam algum reducionismo analítico, ao utilizarem na análise amor/violência como grelha teórica quase exclusiva o discurso genderizado tradicional, posicionando a mulher como vítima, quer do seu parceiro quer da sociedade em geral. Embora esta descrição represente, certamente, uma das faces do problema, o desafio é, a nosso ver, reconhecer a variabilidade do fenómeno da experiência da vitimação, de modo a não negligenciar na vítima a sua capacidade de agência, resiliência e auto-superação. Assim, procuramos no presente estudo explorar outras perspetivas, nomeadamente, a agressividade feminina e o recurso à violência por parte da mulher no contexto da intimidade.

A investigação sobre a violência perpetrada pela mulher na intimidade é ainda diminuta mas, através da revisão da literatura (c.f. Dasgupta, 2002), verifica-se que a análise do fenómeno tem incidido bastante no debate e discussão da simetria *versus* neutralidade de género no fenómeno. Procedemos a uma breve descrição das linhas de investigação sobre o fenómeno, defendendo, uma vez mais, a necessidade de assumir, também aqui, uma perspetiva sociocultural, sem cair no reducionismo analítico já referido.

Através da análise da literatura e dos vários estudos desenvolvidos, podemos identificar 4 principais linhas de investigação: (i) a que defende a neutralidade ou a simetria de género; (ii) a que postula a violência da mulher como autodefesa ou ação de retaliação; (iii) a ecológica, que destaca o enquadramento geral e as múltiplas causas da violência da mulher; (iv) e a cultural, que analisa a forma como os discursos socioculturais constroem a identidade da mulher e a violência feminina no contexto da intimidade (e.g. Gilbert, 2002).

(i) A linha que defende a neutralidade ou a simetria de género assenta essencialmente em metodologias quantitativas que indicam níveis similares de violência entre homens e mulheres na intimidade. Os defensores desta perspetiva desafiam as teorias feministas, destacando, que tanto a mulher como o homem, recorrem de forma similar à violência, propondo uma análise neutra de género na análise da violência na intimidade. (e.g., see Cook, 1997; Dutton, 1994). No entanto, estes estudos têm sido alvo de críticas, nomeadamente ao nível metodológico, dado que a maioria se baseia no *Conflict Tactics Scale* (CTS) (Currie, 1998). A discussão centrou-se na validade desta escala, tendo-lhe sido apontadas várias limitações, nomeadamente a de que, ao basear-se num *ranking* ordenado de tipos de abuso, negligencia o contexto, a interpretação e o impacto dos atos abusivos. Assim, a principal crítica reside no facto de a CTS se basear numa abordagem empirista que se limita a contabilizar a frequência do abuso, mas que nada nos refere acerca da etiologia ou natureza da violência conjugal (Breines & Gordon, 1983 cit. in Currie, 1998; Anderson, 2005).

(ii) A linha de investigação que remete para a violência feminina como autodefesa e comportamento de retaliação tem como base os pressupostos das teorias feministas, que salientam que a violência é mais sofrida no feminino, tanto em termos de prevalência como em termos de impacto e amplitude. Defendem que a violência na intimidade tem por base diferenças genderizadas de poder e de estatuto no contexto das quais as dinâmicas violentas têm como objetivo dominar a mulher através do uso de várias ações de controlo e de coerção, tanto na esfera pública como na esfera privada, para manter o sistema patriarcal atual (Dasgupta, 1999). Nesta linha, vários estudos indicam que as mulheres que usam violência física contra o parceiro são, elas próprias, vítimas de violência e que agredem para parar ou escapar à violência dos parceiros (e.g., Barnett, Lee, & Thelen, 1997; Dasgupta, 1999; Miller, 2001; Straus, 1999), defendendo

que o fenómeno está relacionado com a vitimação continuada de que as mulheres são alvo.

(iii) A linha de investigação ecológica e da multicausalidade - os autores que se situam nesta linha (e.g. Dasgupta, 2002) referem que limitar a compreensão da violência feminina à análise dos seus motivos – como a autodefesa ou a retaliação – é negligenciar a complexidade do fenómeno e da vida da mulher. Assim, defendem a necessidade de compreender o enquadramento geral e de proceder à análise interativa dos múltiplos fatores que podem concorrer para que a mulher adote comportamentos violentos no contexto da intimidade, desde um nível mais macro (que inclui valores e crenças culturais, estruturas sociais formais e informais, instituições, etc.), até a um nível mais micro (características mais imediatas do contexto onde a violência ocorre, dinâmica da relação) e individual (história desenvolvimental, características psicológicas da mulher).

Por exemplo, o estudo de Dasgupta (1999) apresenta uma grande variedade de fatores que podem levar a mulher a ser violenta na intimidade: reivindicar a perda de respeito próprio, proteger os membros da família, manter a imagem de uma mulher forte, o historial das experiências de abuso (que pode ter influência na forma como a mulher percebe o perigo), a ausência de respostas adequadas por parte dos sistemas e instituições sociais (que cria o sentimento de impotência e desamparo, criando a percepção de que não há outra forma de parar o abuso que não seja o recurso à violência). Consideramos, no entanto, que, apesar de esta linha já reconhecer o papel dos fatores culturais e procurar integrá-los na sua análise, postula modelos causais bastante complexos e de difícil operacionalização.

(iv) As abordagens culturais e narrativas – destacam a dimensão sociocultural e enfatizam a análise crítica da dimensão histórica, cultural, social, económica e política do fenómeno da violência feminina. Ao introduzirem estas dimensões, conduziram também à adoção de novas e diversificadas metodologias de análise, nomeadamente, o recurso às metodologias qualitativas. Assim, vários estudos procuram analisar a forma como os discursos socioculturais constroem a identidade da mulher e a violência feminina no contexto da intimidade (e.g. Gilbert, 2002; Miller & Meloy, 2006; Pearson, 1997). De uma forma global, os resultados indicam que grande parte das mulheres agressoras é ou foi também vítima (Miller, 2001; Saunders, 2002) e enfatizam que a

agressão feminina é vivenciada e experienciada de uma forma distinta da agressão masculina, com implicações práticas diferentes (Gilbert, 2002; Miller & Meloy, 2006). Neste contexto, concluem que o fenômeno da violência feminina na intimidade tem um enquadramento social completamente diferente da agressão masculina, sendo desaprovada social e culturalmente porque colide com as prescrições, expectativas e papéis historicamente atribuídos à mulher (passiva, submissa, não violenta) (idem).

Com base nesta análise, consideramos que a análise sociocultural do fenômeno da violência na intimidade não pode ser negligenciada. Os discursos socioculturais sobre as relações de intimidade, os seus atores e a violência têm implicações nas práticas relacionais, na medida em que constroem o posicionamento e ações na relação. Assim, não é possível compreender a violência na intimidade sem proceder à análise crítica do enquadramento sociocultural da violência e, mais especificamente, sem considerar as relações no contexto das quais a violência ocorre. Para uma melhor compreensão do fenômeno é necessário atender às histórias das mulheres que o vivenciam, analisando criticamente a forma como constroem discursivamente a sua experiência e ações.

2. Metodologia

2.1. Objetivos e Questões de Investigação

O presente estudo procura compreender a forma como as mulheres vítimas de violência falam sobre o amor e as relações de intimidade e como experienciam e significam o fenômeno da violência – a sofrida e a perpetrada. Neste sentido, procuramos explorar como é que dão sentido à violência no contexto da intimidade - identificar os repertórios interpretativos culturais sobre o amor e a intimidade que utilizam e de que forma tais repertórios constroem a experiência da violência nas relações de intimidade – nomeadamente, a experiência de vitimação e o uso de violência por parte das próprias. A partir daqui, e numa perspectiva construcionista social, discutimos a necessidade da transformação social, analisando criticamente as grelhas interpretativas sobre o amor e a violência em que as mulheres são socializadas, permitindo a sua desconstrução e a possibilidade de tomarem posições alternativas àquelas que as mantêm na experiência de “ser amadas/amar violentamente”.

Para tal, procuramos dar resposta a três questões de investigação: (a) que repertórios interpretativos sobre o amor e as relações de intimidade são utilizados pelas mulheres vítimas de violência quando nos relatam a sua história? (b) a experiência da vitimação surge no seu discurso? Se sim, como é significada e de que forma os seus discursos sobre o amor e a intimidade constroem a sua vivência?; e (c) o uso da violência por parte destas mulheres surge no seu discurso? Se sim, como é significada e de que forma os seus discursos sobre o amor e a intimidade constroem a sua vivência?

Por fim, discutem-se os discursos socioculturais mais alargados veiculados nas narrativas destas mulheres, as possíveis implicações destes discursos nas práticas relacionais e no posicionamento das mulheres na relação e os possíveis constrangimentos à experiência da vitimação e da perpetração femininas que os discursos acarretam.

2.2. Participantes

O grupo é constituído por doze mulheres vítimas de violência, relatada pelas próprias ou sinalizadas pelo sistema judicial, cuja história relacional se caracteriza pela conflitualidade constante e vitimação física. Com o objetivo de obter uma amostra teoricamente relevante, procurou-se selecionar mulheres com *backgrounds* diferentes, pelo que considerámos a variedade ao nível da faixa etária (jovens *vs.* adultas), nível educacional e social, estado civil e permanência/saída da relação (ver Quadro 1). Nenhuma das participantes apresenta diagnóstico de psicopatologia ou deficiência mental, nem foi alvo de intervenção psicoterapêutica.

Tabela 1 – Participantes

Casos	Escolaridade	Classe social	Estado civil	Idade	Permanência na relação violenta
1	12.º Ano	Média/baixa	União de facto	45	Sim
2	4.º Ano	Média/baixa	Divorciada	43	Não
3	4.º Ano	Média	Divorciada	29	Não
4	4.º Ano	Baixa	Divorciada	40	Não
5	12.º Ano	Média	Divorciada	32	Sim
6	4.º Ano	Média/Baixa	Casada	52	Sim
7	4.º Ano	Média	Divorciada	45	Não
8	Doutoramento	Média/Alta	Solteira	30	Não
9	12.º Ano	Média/Baixa	União de Facto	30	Sim
10	1.º Ano (Univers.)	Média/Alta	Solteira	20	Sim
11	2.º Ano (Univers.)	Média	Solteira	20	Sim
12	11.º Ano	Média/Baixa	Solteira	17	Não

2.3. Procedimentos

No presente estudo foram analisadas narrativas de mulheres sobre o amor, procurando compreender como conceptualizam e atribuem sentido à conflitualidade e à violência no contexto da intimidade e das relações amorosas.

Com cada participante foi realizada uma entrevista semiestruturada (“a história de amor da sua vida”), adaptada do guião da entrevista de McAdams (1995), *The Life Story Interview*. Após o consentimento informado, advertindo para as possíveis consequências emocionais da situação de entrevista, foi pedido que identificassem e contassem a história de amor da sua vida, focando todos os tópicos do guião (resumo e fases da história, momentos importantes, desafios, futuros possíveis, valores e crenças pessoais). Apesar desta estrutura prévia, as questões foram formuladas de forma a permitir que a narrativa fluísse de acordo com os interesses das participantes (e.g., “e o que é que pensa sobre o que acabou de me contar?”; “como se sentiu face a isso?”),

explorando-se os pensamentos, comportamentos, emoções e contextos situacionais dos relatos. Assim, apesar de se inquirirem todas as participantes sobre todos os tópicos do guião, a ordem e organização do material do material variou de entrevista para entrevista.

É de referir ainda que a temática da violência não foi inquirida diretamente, de forma a podermos perceber se a violência era ou não espontaneamente abordada nas histórias. Nos casos em que a violência foi abordada, analisámos se referiam ou não o uso da violência por parte das próprias contra os parceiros e, neste caso, como é que esta era significada e contextualizada. O objetivo foi o de compreender como é que as mulheres experienciavam, recordavam e falavam sobre a violência.

Todas as entrevistas foram conduzidas pela investigadora responsável do estudo, variando o tempo de duração entre os quarenta e cinco minutos e as duas horas e meia. Foram gravadas e transcritas na íntegra, no sentido de preservar a integridade dos relatos, e todas as entrevistas foram analisadas separadamente, codificando-se todo o seu conteúdo. Posteriormente, identificaram-se os diferentes temas abordados pelas participantes e focámos a nossa análise nos relatos referentes ao amor e à violência (sofrida e/ou perpetrada) nas relações de intimidade.

Utilizou-se o *NVivo 9.0 software* (QSR, 2010) para organizar, codificar e analisar os dados, aplicando a abordagem da análise do discurso, como indicada por Potter e Wetherell (1987):

(i) O processo inicial de codificação foi feito indutivamente e a construção das categorias foi definida e redefinida sistematicamente em cada entrevista, ao longo de todo o processo de categorização;

(ii) Após a codificação inicial de todas as entrevistas, organizaram-se e agruparam-se as codificações em “unidade de significado” que constituem os repertórios interpretativos, considerando como as participantes usam padrões partilhados de compreensão sobre o amor e a intimidade;

(iii) Paralelamente à identificação e descrição dos repertórios, procurou-se mostrar como os repertórios são utilizados para fazer sentido e compreender a violência;

(iv) Recorreu-se a extratos dos relatos das participantes para ilustrar a análise e discussão, atendo aos padrões de significados usados nesses exemplos;

Dada a natureza e características do estudo, assume-me a natureza local e específica dos seus resultados, sem a ambição de os generalizar. Apesar de identificarmos a utilização de repertórios interpretativos específicos, sob determinadas

formas e por determinadas participantes, tal não significa que estes resultados sejam partilhados por todas as mulheres que possuam características idênticas.

3. Análise

A partir da análise das histórias narradas por cada participante, procuramos dar resposta às nossas questões de investigação. Assim, para facilitar a leitura dos resultados, procederemos à sua descrição e discussão tendo por base as questões de partida.

a) Que repertórios interpretativos sobre o amor e as relações de intimidade são utilizados pelas mulheres vítimas de violência quando nos relatam a sua história?

Nas entrevistas selecionou-se todo o discurso das vítimas referente ao amor e às relações de intimidade, identificando-se cinco Repertórios Interpretativos: 45.89%²⁷ do discurso sobre o amor remete para o Amor Romântico, 18.3% para o Amor Apaixonado, 18.39% para o Amor Companheiro, 16.3% para o Amor Pragmático e 0.59% para o amor *Game-Playing*. Procedendo a uma análise global, verificamos que o repertório amor romântico é o mais utilizado pelas vítimas.

Repertório amor romântico

O Repertório amor romântico tende a surgir no início das narrativas, sendo o ponto de partida das histórias que as participantes nos relatam. Remete para o *script* tradicional, que associa o amor a uma relação duradoira e de compromisso (namoro e casamento) e destaca-se a noção do amor eterno/verdadeiro ou a existência da pessoa certa (**Caso 7:** ... eu só tive um amor na vida... para mim só há um amor na vida). É de notar que neste script se veicula a noção da turbulência/zangas iniciais e, ainda assim, existe uma extrema idealização da relação e do parceiro (**Caso 11:** foi um namoro que no início foi um bocado atribulado – começávamos, acabávamos. Agora estamos há 3 anos juntos e a coisa até agora tem corrido bem. **Caso 12:** ...foi aquele tempo em que não havia problemas, em que tudo era cor-de-rosa, tudo estava muito bonito, risinhos para ali, risinhos para aqui, risinhos para ali e ia sendo assim).

Este repertório inclui ainda duas metáforas:

²⁷ Valores calculados automaticamente no Nvivo, utilizando as matrizes que comparam as codificações.

(i) A metáfora do amor vencedor, aquele que é proibido ou não aceite socialmente mas cujos obstáculos, enfrentados em conjunto e com amor, serão ultrapassados (**Caso 2:** *Até é interessante haver problemas e ultrapassarmos juntos, unidos, ultrapassar os problemas e a relação ficar mais forte.... De poder dizer que houve problemas, que houve crises no casamento e conseguir ultrapassar*).

(ii) A metáfora do amor sacrifício, nomeadamente, a noção de abdicar e ceder por amor, em prol do companheiro e da relação (**Caso 2:** *... eu pensar mais nos outros do que em mim, aguentar tudo por pensar mais nele, no nosso casamento, do que em mim. Isso fez a relação durar... aguentar tudo*).

Paralelamente, uma construção discursiva presente no amor romântico e que constitui um sub-repertório deste é o **amor desencantado**, surgindo em todas as participantes (à exceção das participantes jovens). Esta construção veicula a imagem do desencanto/desilusão dos ideais e sonhos românticos, em que surge a noção do sofrimento e mal-estar psicológico face à frustração dos sonhos românticos (**Caso 2:** *Mal-estar... uma ansiedade, um mal-estar que não conseguimos explicar...*) e a descrença no amor e nas relações (**Caso 6:** *A gente casa, faz um sonho mas nada acontece como nos sonhos. Tudo o que eu sonhei foi tudo por água abaixo, nada se realizou. O amor da minha vida... olhe, morreu!*). Como veremos na análise da experiência da violência, as participantes recorrem bastante a este sub-repertório para darem sentido à conflitualidade e à violência.

Repertório amor companheiro

O repertório amor companheiro veicula a associação entre o amor e a amizade/companheirismo, defendendo como valores essenciais a sinceridade, a honestidade e a confiança (**Caso 5:** *amor é o companheirismo, amizade, interajuda;* **Caso 12:** *O amor é isso: compreensão, sinceridade, amizade, carinho.*). O respeito mútuo e a tomada de decisão a dois surgem enfatizados, assentes no diálogo e na comunicação (**Caso 1:** *Para mim o verdadeiro amor é haver respeito, essencialmente. Haver diálogo com a pessoa e respeitar. Quando se tomar uma decisão, acho que se deve tomar a dois*), bem como a necessidade da adequação dos parceiros, da aceitação, compreensão e entendimento entre ambos (**Caso 2:** *Não há dois seres iguais. Aceito que as pessoas tenham de se moldar um ao outro, também temos de ceder, aceitar que temos de mudar.* **Caso 5:** *As cedências, compreendermo-nos um ao outro*).

É no notar que este repertório tende a ser mais utilizado no final das narrativas, quando as participantes são questionadas sobre os valores que defendem numa relação, fazendo uso prescritivo deste repertório para conseguir manter uma relação de amor funcional e feliz ao longo do tempo.

Repertório amor apaixonado

O repertório amor apaixonado surge quase de forma equitativa ao amor companheiro. Veicula a noção de que o amor constitui uma alteração do estado normal dos indivíduos, em termos cognitivos, emocionais e físicos (**Caso 3:** *Eu naquela altura fiquei sem palavra. Senti-me muito feliz, assim por dentro! Ah... não sei explicar (suspiro)! O meu coração batia, batia, batia! Ali não lhe sei explicar o que é que foi!*), associando-se a esta alteração também a sua expressão mais violenta e o ciúme como manifestações de amor (**Caso 5:** *Eu sentia-me bem. Ele gostava de mim porque eu sabia que ele tinha ciúmes... ele ficava muito zangado, muito bravo!*).

Dois aspetos específicos presentes neste repertório são a noção ambivalente do amor/ódio (**Caso 8:** *aquilo foi uma relação muito complexa, muito difícil de gerir e de amor-ódio. Não é propriamente uma história de amor, é uma história de amor-ódio*) e a conceptualização do amor como prisão - de não poder viver sem a pessoa amada, de não conseguir libertar-se devido à intensidade e profundidade do amor (**Caso 2:** *Eu querer libertar-me e não conseguir. Eu pensava que não conseguia viver sem ele, que a vida não era possível sem ele*).

Repertório amor pragmático

O repertório amor pragmático surge habitualmente no final das narrativas, como balanço da história relacional das vítimas. Remete para uma perspetiva mais racional e ponderada do amor, com uma noção da finitude, temporalidade e contingências das relações (**Caso 9:** *Também não acho que o amor tem de durar a vida inteira, não, não tem. Que o amor seja para sempre, não!* **Caso 12:** *quando chegar ao ponto em que vir que a coisa não dá ou que o amor está a acabar, seja da parte dela ou seja da parte dele, que é desnecessário lutar quando o outro não quer*).

Integra a imagem de aprendizagem, *insight* e amadurecimento resultantes das más experiências amorosas (**Caso 2:** *Porque agora estar a criar uma relação de fazer vida, para mim é difícil, já fui burra uma vez.* **Caso 11:** *teve impacto na forma como eu vejo as relações, deixei-as de ver, se calhar, de uma forma tão inocente...*).

Repertório amor *game-playing*

O repertório amor *game-playing* surge numa reduzida percentagem na nossa amostra (0,59%), sendo o que concebe as relações como um jogo, envolvendo menor investimento emocional e compromisso. Sendo mais utilizada no passado, esta forma relacional é associada, essencialmente, às relações fugazes e passageiras e é conceptualizada como “não amor” (**Caso 10:** *E foi só esse namoro que foi mesmo um namoro a sério. Os outros foi mais curtes, mas namoro a sério foi só esse*). É de notar que apenas uma participante o utiliza no presente, associando-o à noção de aproveitar o momento e à prescrição de evitar o compromisso (**Caso 2:** *Neste momento da minha vida, preferia ter uma amizade colorida, não sei se me entendes.... Porque agora estar a criar uma relação de fazer vida, para mim é difícil, já fui burra uma vez, agora vai-se vivendo*).

b) A experiência da vitimação surge no discurso? Se sim, como é significada e de que forma os discursos sobre o amor e a intimidade constroem a sua vivência?

Considerando todo o discurso presente nas entrevistas, apenas 19% se refere à violência no contexto da intimidade e, considerando especificamente o discurso sobre a violência, 68% deste discurso refere-se à experiência de vitimação e 32% ao relato da perpetração de violência sobre os parceiros. O tema da violência, tanto a sofrida como a perpetrada, surge no contexto dos diferentes repertórios – à exceção do “*game-playing*” um repertório que, como já foi referido, surge com reduzida frequência. Vejamos então como é abordada a violência no contexto dos diferentes repertórios sobre o amor e as relações de intimidade, apresentando os repertórios pela ordem decrescente: romântico (53,85%), companheiro (20,4%), apaixonado (17,88%) e pragmático (7,87%).

O **repertório amor romântico** é o mais utilizado pelas vítimas adultas para dar sentido à experiência da vitimação, mais precisamente o amor desencantado, em que descrevem a conflitualidade/violência para justificar a frustração das idealizações/expectativas românticas e o desencanto para com as relações e o amor. Assim, como motivos para o “desencanto” face às expectativas românticas surge principalmente a infidelidade por parte do companheiro (**Caso 2:** *O mais infeliz foi quando tive a certeza de que existia outra pessoa*), o investimento unidirecional da mulher na relação (**Caso 7:** *A maior dificuldade foi quando ele deixou de trabalhar*

porque eu tive de criar os filhos e ainda mantê-lo a ele, dar-lhe de comer... Foi muito difícil, que eu trabalhava mas tinha que pagar casa, tinha que pagar tudo e o dinheiro não chegava) e a desilusão do dia-a-dia associada à violência física e verbal (Caso 7: foi tudo muito bom, nos primeiros tempos, era muito meu amigo, ele não tinha mais que me fazer! Depois ele começou-me a tratar mal, a encher-me de nomes, e depois veio a violência. Batia-me, chamava-me todos os nomes, dizia-me que eu andava metida com todos os homens).

Na consequência deste “desencanto”, relatam a descrença no amor e nas relações, bem como o extremo sofrimento e trauma psicológico que as faz rejeitar novas relações (Caso 4: *Eu não confio em mais homem nenhum. Ficar sozinha, é a melhor solução. Caso 7: Para mim os homens são todos iguais. Eu estou cansada... Para mim, um homem chegou*). Verifica-se também a tentativa de justificarem o comportamento violento por parte do parceiro, usando fatores externos que o “transformaram” e o levaram ao uso da violência: o consumo de álcool (Caso 1: *Começou a beber, ele tem um muito mau beber. Quando chegava bêbado a casa, desancava-me e chamava-me do piorio. Até que me bateu, deu-me um biqueiro...*), as dificuldades do dia-a-dia (Caso 9: *Ele tornar-se violento foi, sem dúvida, toda a situação económica porque nós passámos*) e a infidelidade (Caso 4: *Sempre que a gente se zangava ele batia-me, tinha a ver com as amantes dele*).

De salientar que as vítimas jovens não recorrem a este repertório para significar a experiência de vitimação – no nosso entender porque os seus relatos românticos se centram na idealização da relação e na expectativa da vivência de um grande amor no futuro e de um final feliz, que não lhes permite o “desencanto” dos sonhos românticos, apesar da experiência de vitimação.

As mulheres recorrerem também ao **repertório amor companheiro** para dar sentido à violência sofrida, conceptualizando-a como consequência da falta de entendimento/desacordo e da incompatibilidade do modo de ser/estilos de vida entre os parceiros (Caso 8: *...e foram dias de manipulação, de ameaça... eu na altura compreendia que ele não se identificava com o meu estilo de vida e contextos. E apesar dele saber que eu me identificava, ele... nunca houve tolerância por essas práticas*).

Há que destacar que são as mulheres que se mantêm na relação violenta as que mais utilizam o repertório amor companheiro, como forma de justificar a sua permanência na relação, nomeadamente através da crença da consciencialização, arrependimento e mudança por parte do parceiro, que ocorrerá do entendimento futuro

entre ambos, adiando, dessa forma, a ruptura (**Caso 6:** *O que eu gostava é que ele compreendesse. Eu estou a tentar... Se ele dizer “Eu realmente falhei, eu realmente reconheço que errei”, se houver este reconhecimento, eu ainda lhe dou uma chance*).

No caso das mulheres jovens, a expectativa de conseguir o entendimento, a crença de que ocorreu uma mudança e, principalmente, a percepção de uma imagem de “paridade” entre ambos no que respeita a restrições mútuas, permite-lhes justificar a tolerância e a permanência na relação abusiva (**Caso 11:** *Houve ali uma mudança porque eu ali consegui perceber que estava a ser repressiva com ele e ele também conseguiu perceber aquilo que estava a fazer mais mal. Houve mudança*).

O **repertório amor apaixonado** é maioritariamente utilizado pelas vítimas juvenis, em relações em que a violência surge associada à noção de ciúmes, possessão e dificuldades de controlo por parte do companheiro. Neste repertório, a violência do companheiro é significada como manifestação de ciúmes, prova do seu amor e “querer”/obsessão, não conseguindo controlar a intensidade do afeto (**Caso 10:** *começou a ser possessivo ele queria-me ter à força toda, entre aspas. (...) Ciúmes, era muito possessivo. Tinha medo de me perder.... Caso 12:* *Começou a sofrer um bocado daquela obsessão. Ele começou a ser um bocadito agressivo por amar de mais, acho eu... violento*).

Neste contexto, a violência surge como sinónimo de amor e tende a ser minimizada ou a não ser conceptualizada como tal, responsabilizando-se a si próprias por provocarem o parceiro (**Caso 10:** *Ele começou a tornar-se possessivo e, por vezes, também agressivo. E eu entrava também mais ou menos no jogo dele, porque também o “picava” e ele A primeira vez que ele me agrediu... não é bem agredir...).*

De notar, ainda, que são também as mulheres mais jovens que mais recorrem a este repertório para justificar a sua tolerância à violência - à noção de que o amor “cega” ou interfere na percepção que fazem do parceiro e da relação (**Caso 10:** *O primeiro amor, a primeira paixão, não é! Assim, aquela magia... Porque eu só o via a ele. Ele era a minha vida e não via mais nada!*).

A experiência da vitimação parece ser menos compatível com o **repertório amor pragmático** – pelas próprias características deste repertório – sendo este utilizado essencialmente na descrição do processo de tomada de decisão acerca da permanência vs. abandono da relação violenta. Este repertório inclui um modelo racional (quase economicista) da relação, em que são ponderadas as suas vantagens e desvantagens, pelo que lhes permite equacionar os ganhos e as perdas de permanecer ou abandonar a

relação. Aqui, identificamos diferenças na forma como a ponderação é feita pelas mulheres que se mantêm na relação e pelas que saíram, identificando-se também características específicas nas vítimas juvenis.

Verifica-se que a maioria das mulheres adultas (tanto as que saíram como as que estão na relação) partilha o desejo de sair da relação (**Caso 1:** *O melhor futuro possível era eu separar-me dele, completamente. E ficar sozinha com os meus filhos*) e que são os constrangimentos económicos, sociais e familiares que dificultam ou dificultaram a rutura, nomeadamente: a falta de recursos económicos e habitacionais, a ausência de respostas judiciais e sociais adequadas, a crítica social e a ausência de uma rede de suporte e apoio familiar (**Caso 1:** *Neste momento não tenho situação financeira estável que possa sair de casa, só tenho o meu trabalho, e não tenho família nenhuma que me dê apoio. Estou com ele por causa do miúdo, o caso foi parar a tribunal!* **Caso 6:** *O meu medo é a falta de dinheiro para criar os meus dois filhos. Porque eu não trabalho. E eu sujeito-me é por causa disso, porque é o dinheiro dele que entra em casa.... E eu sujeito-me*).

O que se verifica no caso das mulheres que saíram da relação é que a rutura se efetivou quando sentiram o bem-estar e/ou a vida dos filhos em causa (**Caso 2:** *Senti que era um basta quando ele começou também a ser mau com a filha...*) em concomitância com a obtenção de suporte e apoio externos (**Caso 2:** *Foi bom perceber que o médico entendeu e dizer-me que já tinha ouvido histórias como a minha. Ajudou-me muito*).

No caso das vítimas juvenis, verifica-se que a ambiguidade entre sair e permanecer é maior, sendo a falta de liberdade pessoal e a restrição das suas atividades/relações um fator essencial na sua ponderação (**Caso 11:** *porque me sentia sem liberdade. E fiquei a pensar “como é que vou aturar assim uma pessoa para o resto da minha vida?”*), ao contrário das vítimas adultas, onde a integridade física e psicológica recebe maior relevo.

(c) O uso da violência por parte destas mulheres surge no seu discurso? Se sim, como é significada e de que forma os seus discursos sobre o amor e a intimidade constroem a sua vivência?

O recurso à violência por parte destas mulheres também surge no seu discurso mas, como já foi referido, assume menor relevância (no âmbito da violência, apenas 32% do relato se refere à perpetração de atos violentos sobre os parceiros). À

semelhança do que sucede na experiência da vitimação, também a perpetração é abordada no contexto dos diferentes repertórios: romântico (47,28%), apaixonado (28,76%), companheiro (14,93%) e pragmático (9,03%).

O **repertório amor romântico-desencantado** continua a ser o mais utilizado pelas vítimas adultas, num discurso em que o recurso à violência emerge da frustração extrema de determinados ideais românticos: a fidelidade e a expectativa de “cuidado/proteção”. Assim, o uso da agressão verbal e física é justificado principalmente pela infidelidade do parceiro, numa tentativa de salvaguardar uma autoimagem positiva e recuperar respeito próprio (*Caso 4: mas depois andava com outra. Eu andava sempre a ver onde é que ele andava e discutia com ele porque sabia que andava com outra. Dizia-lhe: «Ouve lá seu Cxxxx, tiveste com a Pxxx?» e pegávamo-nos...*).

Quando não conseguem encontrar um motivo para a violência do parceiro, o que aumenta a dissonância face à expectativa de receber cuidados e proteção do companheiro, as mulheres relatam reagir de forma agressiva. A violência surge como estratégia de expressar a sua frustração e desencanto dos sonhos/ideais românticos que as levaram à relação (*Caso 7: Já não acredito em nada, desiludida é o que estou. Batia-me constantemente, rasgava-me a roupa e enchia-me de nomes. E sem explicação! Mas eu, agora, já não me deixava ficar. Ele insultava-me e eu respondia-lhe. Quando vinha para me bater desviava-me e defendia-me*).

O **repertório amor apaixonado** é usado quase exclusivamente pelas vítimas juvenis e principalmente no âmbito da violência física. A violência é conceptualizada como fazendo parte da dinâmica dos ciúmes excessivos e do amor extremo e como manifestação da ambiguidade amor-ódio decorrente da intensidade do afeto e da relação. Surge no sentido de restaurar alguma simetria/paridade na relação, ainda que violenta, e como forma de “provar” a sua “integridade” e fidelidade face aos ciúmes excessivos do namorado (*Caso 11: Discutimos. Ele acusou-me de dar trela a outros, de andar com outros e eu, como já estava farta, respondi-lhe mal. Senti-me insultada e também o insultei... Caso 12: Tivemos uma pequena discussão. Ele ficou agressivo e eu dei-lhe uma bofetada... porque ele me insultou... chamou-me... que era uma “vai com todos”*).

A agressividade feminina, ainda que com menor frequência, é conceptualizada também no contexto do **amor companheiro**, surgindo como estratégia de resolução de desentendimentos/desacordo, havendo um discurso de “normalização” da violência

verbal na resolução de conflitos (**Caso 9:** *Ou enervo-me e expludo, começo a discutir com ele. Mas acho que eu tenho o direito de ter um dia de má disposição*).

Por fim, a violência feminina surge também conceptualizada no contexto do **repertório amor pragmático**, em que, na ponderação de ganhos e perdas face à vitimação reiterada, as mulheres postulam a defesa da sua integridade física e a dos filhos como prioritária, reagindo violentamente como último recurso (**Caso 2:** *Foi quando ele me agrediu... eu andei marcada na rua e isso eu não aceitei. E depois ele começou a tratar mal a minha filha. E aí tive de me impor... tive de me defender a mim e a ela*).

Da análise dos relatos sobre a violência e a agressividade destas mulheres, resulta que, em todos os repertórios, a violência surge essencialmente num contexto de defesa face à violência continuada e reiterada que sofreram por parte dos parceiros. No caso das mulheres adultas, todas fazem referência ao uso de violência (tanto verbal como física) num contexto de defesa da sua integridade física e/ou psicológica e/ou quando percecionam perigo para os filhos.

No caso das mulheres jovens, a violência surge em todas como uma resposta pontual e isolada face à manifestação violenta e extrema de ciúmes por parte dos namorados (como vimos no repertório amor apaixonado) – o que nos leva a concluir que se procede a uma “normalização” da violência (tanto a masculina como a feminina) no contexto do namoro, não sendo esta concebida como violência (**Caso 10:** *A primeira vez que ele me agrediu... não é agredir, pronto.... Eu cheguei a um ponto que respondia, mas claro que um murro meu, ou uma bofetada, não tem nada a ver com os dele. Caso 11:* *Não foi bem violência... agarrou-me e deu-me um safanão. E dei-lhe outro e empurrei-o*).

No caso das participantes adultas, é de notar que, mesmo no caso das que agridem por ciúmes ou devido à infidelidade dos companheiros, já existia um historial de vitimação física e verbal anterior. Parece-nos que as mulheres, nesta situação, tomam a iniciativa de agir violentamente porque existe um enquadramento sociocultural que lhes “permite” fazê-lo em determinadas situações (usando formas de “violência menor”, como a bofetada), sendo a infidelidade uma delas. Por outro lado, consideramos que a manifestação de violência neste contexto de ciúme pode funcionar como estratégia protetora face a eventuais retaliações dos parceiros – neste contexto a agressão tenderá a não ser percecionada pelo companheiro como uma afronta à sua autoridade/poder mas como manifestação de afeto e de amor. Aliás, verifica-se pelo relato das vítimas adultas

que, quando a agressão ocorre neste contexto, as reações do parceiro são menos violentas, comparativamente às que ocorrem no contexto da defesa da integridade física ou de uma discussão motivada por outras razões. Um bom exemplo disto ocorre no caso 6.

Caso 6: Eu segui-o e vi-o lá com ela, ao fundo de umas escadas, aos beijos e aos abraços. E eu agarrei-me a ela aos cabelos! E ele ficou a ver, ficou a ver. Tentou separar... mas também levou.... Ele também já me batia.... Mas agarrei-me a ele também (Contexto infidelidade); Eu já estava assim habituada com a vizinhança e conversava e ele veio um dia e bateu-me! E eu assim “Ah, seu cabrão!” Ai o que eu disse! Foi a primeira vez e a última, ele tratou-me logo da saúde! Levou-me para dentro de casa e bateu-me (Contexto de defesa da integridade física e a afronta à autoridade masculina).

4. Conclusão

A partir do exercício de integração das respostas às nossas questões de investigação e procedendo a uma leitura transversal dos resultados obtidos, há três ideias centrais que consideramos importantes destacar:

(i) Os discursos socioculturais sobre o amor e a intimidade veiculam uma associação entre amor e violência

É notória nos relatos das nossas participantes a associação entre a violência e as dinâmicas relacionais amorosas, havendo um discurso “romantizado”, “passional” e de “companheirismo” sobre as relações de amor/conjugais que acaba por “normalizar” a violência, sustentar uma posição de tolerância face a esta e manter a vítima na relação violenta (ou retardar a sua saída).

Verifica-se, no relato destas mulheres, no que diz respeito à experiência de vitimação, uma tentativa de encontrar uma justificação para a violência do parceiro, recorrendo a fatores externos (problemas do dia-a-dia/, álcool, infidelidade), à intensidade dos afetos ou a desentendimentos conjugais, permitindo-lhes, dessa forma, desresponsabilizar o parceiro e dissociar o parceiro “violento” do “verdadeiro” parceiro.

Os repertórios que sustentam a permanência numa relação onde sofreram vitimação continuada (romântico e companheiro) refletem, em nosso entender, os discursos socioculturais mais alargados que veiculam a associação da felicidade/realização feminina ao contexto da conjugalidade e, simultaneamente,

responsabilizam a mulher pelo êxito das relações (Dias & Machado, 2007). Tal constrange a atuação da vítima, na medida em que a faz manter-se na relação abusiva, sujeitando-se aos maus-tratos, não só para sustentar a relação mas também pela responsabilidade social que recai sobre si quando uma relação fracassa. Um estudo sobre a representação da mulher nos *media* em Portugal (Dias & Machado, 2007) revela a prescrição da necessidade da mulher ter uma relação estável e de compromisso, no sentido de constituir família e conseguir alcançar a felicidade/bem-estar emocional. Tais discursos reforçam a crença de que a mulher terá como principal objetivo ter uma relação estável e veiculam a expectativa de que a mulher adote uma atitude de submissão quando o consegue (mesmo que isso implique suportar ou tolerar situações de violência e de assimetria). No nosso entender os repertórios que promovem a permanência das mulheres nas relações insatisfatórias relacionam-se com uma representação sociocultural idealizada do amor prescrita no feminino - encontrar o verdadeiro amor e, encontrando-o, cuidar e manter a relação.

No que diz respeito ao recurso à violência por parte das mulheres, no caso das participantes adultas é essencialmente o **sub-repertório** “desencantado” que associa o amor à violência feminina (frustração das expectativas românticas – fidelidade, cuidado) e, no caso das jovens, é exclusivamente o repertório amor apaixonado que associa a violência feminina à defesa da “integridade moral” da jovem e como forma de enfatizar o seu amor e fidelidade perante os ciúmes e a desconfiança do namorado.

(ii) *Os discursos socioculturais sobre o amor e a intimidade sustentam a “tolerância” à vitimação feminina e restringem amplamente a agressão feminina*

O facto do discurso das mulheres incidir maioritariamente na experiência de vitimação, com descrições longas e pormenorizadas, comparativamente com a experiência da perpetração de violência contra os parceiros (descrições breves e vagas), leva-nos a concluir a existência de um enquadramento sociocultural que, por um lado, “compreende” melhor a vitimação feminina/violência masculina e, por outro, que restringe amplamente a agressividade feminina/vitimação masculina.

Vários estudos indicam a existência de normas, expectativas e padrões de conduta *genderizados*, no contexto dos quais a mulher é socializada para ser dócil e não agressiva, para prestar cuidados, para ser gentil, carinhosa e compreensiva, preparando-a, assim, para o seu papel de mãe e companheira, suporte do lar e do marido (Cancian & Gordon, 1988; Williams, 2002). Pelo contrário, o homem é socializado para ser

ativo, agressivo, competitivo e líder/chefe (Boonzaier & De La Rey, 2003; Totten, 2003).

Outros estudos indicam ainda um tratamento diferencial, em função do gênero, das situações de violência (Carll, 2003; Dias & Machado, 2007). Carll (2003), por exemplo, refere a existência de estereótipos de gênero na representação mediática da violência doméstica - quando a mulher é a vítima, os casos são tratados como crimes menores, mas quando a mulher é a agressora, são tratados como crimes hediondos – sendo a mulher descrita de forma muito negativa. Um estudo desenvolvido em Portugal (Dias & Machado, 2007) revela que os *media* tendem também a desresponsabilizar o agressor masculino, perspetivando a violência como um ato emocional e de descontrolo, e a sobrerresponsabilizar a mulher agressora, descrita como maquiavélica/perversa. Assim, à semelhança do panorama internacional (Carll, 2003), também em Portugal existem, no discurso mediático, diferenças *genderizadas* relativamente à violência na conjugalidade (Dias & Machado, 2007) - uma maior tolerância da agressão masculina e uma clara desaprovação da agressão feminina, também presentes no discurso das participantes do presente estudo.

As narrativas das nossas participantes revelam que estas fazem uso da violência mas não recorrem a ela de forma similar aos companheiros. Remetem para os *standards* em que a violência feminina no contexto conjugal é permitida, revelando-se em situações muito específicas e com contornos muito limitados: surge contextualizada em situações de defesa, como último recurso e só depois de se terem esgotado todas as outras possibilidades; e tende a ser discursivamente construída dentro dos limites considerados socialmente razoáveis (violência física menor e violência verbal).

Assim, o nosso estudo parece indicar que a violência feminina assume características e tem implicações práticas diferentes, relacionadas com diferenças de gênero. Enquanto a violência masculina vai ao encontro dos papéis de gênero masculinos, que postulam a agência, a supremacia e a autoridade (Barnett e cols., 1997; Dasgupta, 2002), a violência feminina vai contra o que é socialmente esperado da mulher (passiva, dócil, prestadora de cuidadosos) (Dasgupta, 1999; Straus, 1999). Implicitamente, as mulheres parecem reconhecer o seu comportamento agressivo (principalmente a violência física) como uma violação ou transgressão dos papéis de gênero prescritos, pelo que tendem a construir a sua “transgressão” dentro dos limites que o contexto sociocultural postula como aceitáveis e/ou razoáveis: contexto de defesa, situações de infidelidade, violência física menor e violência verbal.

(iii) Os relatos da violência perpetrada no feminino veiculam um discurso genderizado tradicional mas, simultaneamente, revelam a capacidade de agência, resiliência e autossuperação da mulher

Verifica-se que as nossas participantes são mulheres que, na sua maioria, foram vítimas de violência continuada e, num processo de escalada em termos de severidade e frequência, acabam por agredir os parceiros para parar ou escapar à sua violência (corroborando o que vários estudos indicam - e.g., Barnett, Lee, & Thelen, 1997; Dasgupta, 1999, 2002; Miller, 2001; Miller & Meloy, 2006).

Numa primeira análise, o discurso das nossas participantes indica que a sua violência tem por base a assimetria de poder e estatuto que, no contexto da vitimação continuada, tem como objetivo diminuir a sua posição de vulnerabilidade e a sua impotência face às ações de controlo e de coerção do companheiro. Assim, a violência feminina surge com características específicas e diferentes da violência masculina: além de se tratar maioritariamente de violência menor (“bofetada”, “agarrei-me a ele”), surge em episódios isolados e/ou únicos, com reduzido impacto no parceiro, quer em termos psicológicos quer em termos físicos. Além disto, verificamos que a violência das nossas participantes tem também implicações práticas diferentes: em vez de lhes possibilitar algum controlo ou dominância na relação (como ocorre na violência masculina) acaba por desencadear retaliações severas por parte do parceiro e com maior violência – remetendo para a tentativa do parceiro restabelecer e reforçar a sua autoridade e dominância. Como vimos, a violência das participantes em situações de ciúme constitui a única exceção, sendo, provavelmente, significada pelo parceiro como manifestação de amor e não como desafio à sua autoridade ou poder.

No entanto, consideramos que o uso da violência por parte das mulheres surge também como estratégia para lidar com a adversidade, no sentido de conseguir algum controlo sobre a relação e o sentido de si próprias - revelando a capacidade de luta, sobrevivência e resiliência destas mulheres. Alguns autores (e.g. Werner-Wilson, Zimmerman, & Whalen, 2000) referem como elementos da resiliência a capacidade de mudar ou se adaptar a circunstâncias de vida negativas, a capacidade de “lutar” e ser bem-sucedido face a expectativas negativas e a capacidade de lidar ativamente com os problemas, em vez de utilizar estratégias de evitamento ou de fuga.

5. Considerações finais

No nosso estudo verificamos que, de facto, tanto as narrativas de vitimação como as de perpetração produzidas pelas mulheres se inscrevem em discursos socioculturais mais amplos sobre o amor e as relações de intimidade – discursos que promovem a vitimação sofrida no feminino e limitam a agressividade feminina.

Os discursos “romantizados” ocultam da perceção das vítimas a dimensão intencional e instrumental da violência masculina, obscurecem o exercício de poder e controlo da violência e perpetuam as desigualdades de género que persistem na nossa sociedade e cultura. Todos os repertórios, à exceção do pragmático, que é utilizado para enquadrar a rutura (quando todos os outros recursos já se esgotaram), veiculam claramente esta associação entre violência e relações de “amor”, desresponsabilizam o agressor e mantêm as vítimas na relação – seja por contingências externas que concorrem para o “desencanto” da imagem do amor romântico, seja pela dimensão “passional” no repertório amor apaixonado, seja pela “incompatibilidade”/desentendimento e desacordo no repertório amor companheiro.

No caso específico da perpetração/violência das nossas participantes, constata-se que a violência feminina emerge da expressão da frustração e da dor pela vitimação continuada (amor desencantado), para expressar a sua frustração e obter respeito emocional (amor apaixonado), para lidar com os desentendimentos e problemas da relação (amor companheiro) e, por fim, como recurso último para escapar à violência e sair da relação, quando não percecionam apoio externo nem possibilidade de mudança (amor pragmático).

Alguns autores (e.g. Holtzworth-Munroe, 2005) têm procurado estudar a violência feminina e chamar a atenção para a necessidade de clarificar os modelos de explicação para o fenómeno - compreender se a violência feminina e masculina podem partilhar modelos teóricos ou se requerem modelos diferentes de explicação (dado que tal terá implicações práticas em termos de ações de prevenção e tratamento). Além disto, alertam também para a distorção ou enviesamento da leitura de alguns resultados sobre a violência feminina em função dos interesses “políticos” de diferentes grupos (Holtzworth-Munroe, 2005), tanto no sentido da desvalorização como da sobrevalorização.

Neste contexto, há que referir que não é objetivo do presente estudo proceder à comparação da violência masculina com a feminina, ou procurar explicar a violência feminina em si. Numa perspetiva construcionista social, procurámos compreender como

as práticas e discursos socioculturais dão forma à vivência da violência (tanto a sofrida como a perpetrada) e como constroem as práticas relacionais. No entanto, ao concluirmos que as narrativas das mulheres veiculam discursos socioculturais mais alargados que sustentam a vitimação sofrida no feminino e limitam a agressividade feminina, entendemos que – existindo um enquadramento sociocultural *genderizado* e assimétrico da violência e das relações onde esta ocorre - a grelha de leitura ou da compreensão/explicação da violência masculina vs. feminina não pode ser a mesma.

Referências bibliográficas

- Allison, C. J., Bartholomew, K., Maysless, O., & Dutton, D. G. (2008). Love as a battlefield: Attachment and relationship dynamics in couples identified for male partner violence. *Journal of Family Issues, 29*, 125-150.
- Anderson, K. L. (2005). Theorizing gender in intimate partner violence research. *Sex Roles, 52*, 853-865.
- Barnett, O.W., Lee, C. Y., & Thelen, R. E. (1997). Gender differences in attributions of self-defence and control in interpartner aggression. *Violence Against Women, 3*, 462-481.
- Black, B., Tolman, R., Callahan, M., Saunders, D., & Weisz, A. (2008). When will adolescents tell someone about dating violence victimization? *Violence Against Women, 14*, 541-558.
- Boonzaier, F. & De La Rey, C. (2003). “He’s a man, and I’m a woman”: Cultural constructions of masculinity and femininity in South African women’s narratives of violence. *Violence Against Women, 9*, 1003-1029.
- Cancian, F. M., & Gordon, S. L. (1988). Changing emotion norms in marriage: love and anger in U. S. women’s magazines since 1900. *Gender & Society, 2*, 308-342.
- Carll, E. K. (2003). Introduction. Psychology, news media, and public policy: Promoting social change. *American Behavioral Scientist, 46*, 1591-1593.
- Cook, P. W. (1997). *Abused men: The hidden side of domestic violence*. New York: Praeger.
- Currie, D. H. (1998). Violent men or violent women? Whose definition counts? In R. K. Bergen (Ed.), *Issues in intimate violence* (pp. 97-111). London: Sage Publications.
- Dasgupta, S. D. (1999). Just like men? A critical view of violence by women. In M. F. Shepard & E. L. Pence (Eds.), *Coordinating community response to domestic*

- violence: Lessons from Duluth and beyond* (pp. 195-222). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dasgupta, D. S. (2002). A Framework for Understanding Women's Use of Nonlethal Violence in Intimate Heterosexual Relationships. *Violence Against Women*, 8, 1364-1389.
- Dias, A.R., & Machado, C. (2007). Representações da mulher no discurso mediático, de 1965 à actualidade. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 12, 193-216.
- Dutton, D. G. (1994). Patriarchy and wife assault: The ecological fallacy. *Violence and Victims*, 9, 167-182.
- Gilbert, P. R. (2002). Discourses of female violence and societal gender stereotypes. *Violence Against Women*, 8, 1275-1304.
- Hatfield, E. & Rapson, B. L. (2005). *Love and sex: Cross cultural perspectives*. Oxford: University Press of America, Inc.
- Holtzworth-Munroe, A. (2005). Female perpetration of physical aggression against an intimate partner: A controversial new topic of study. *Violence and Victims*, 20, 253-261.
- Miller, S. L. (2001). The paradox of women arrested for domestic violence. *Violence Against Women*, 7, 1339-1376.
- Miller, S. L., & Meloy, M. L. (2006). Women's use of force: Voices of women arrested for domestic violence. *Violence Against Women*, 12, 89-115
- McAdams. A. (1995) *The Life Story Interview*. Disponível em: <http://www.sesp.northwestern.edu/docs/LifeStoryInterview.pdf>
- Pearson, P. (1997). *When she was bad: Violent women and the myth of innocence*. New York: Viking.
- Potter, J. and Wetherell, M. (1987). *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour*. London: Sage.
- QSR International (2010). *NVivo9*. Disponível em: www.qsrinternational.com/nvivo9.
- Riggs, D. S. & O'Leary, K. D. (1989). A theoretical model of courtship aggression. In M. A. Pirog-Good & J. E. Stets (Eds.), *Violence in dating relationships: Emerging social issues* (pp. 53-71). New York: Praeger.
- Saunders, D. G. (2002). Are Physical Assaults by Wives and Girlfriends a Major Social Problem? A Review of the Literature. *Violence Against Women*, 8, 1424-1448.
- Spitzberg, B & Cupach, W. (2007). The state of the art of stalking: taking stock of the emerging literature. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 64-86.

- Straus, M. A. (1999). The controversy over domestic violence by women: A methodology, theory, and sociology of science analysis. In X. B. Arriaga & S. Oskamp (Eds.), *Violence intimate relationships* (pp. 17-43). London: Sage Publications.
- Totten, M. (2003). Girlfriend abuse as a form of masculinity construction among violent, marginal male youth. *Men and Masculinities*, 6, 70-92.
- Towns, A. & Adams, P. (2000). "If I really loved him enough, he would be okay": Women's accounts of male partner violence. *Violence Against Women*, 6, 558-585.
- Werner-Wilson, R. J., Zimmerman, T. S., & Whalen, D. (2000). Resilient response to battering. *Contemporary Family Therapy*, 22, 161-188.
- Williams, L. S. (2002). Trying on gender, gender regimes, and the process of becoming women. *Gender & Society*, 16, 29-52.
- Wood, J. T. (2001). The normalization of violence in heterosexual romantic relationships: Women's narratives of love and violence. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18, 239-261.

CONCLUSÃO INTEGRADORA

CONCLUSÃO INTEGRADORA

Ao longo desta dissertação procurámos analisar e compreender o fenómeno do amor, mais precisamente, a sua articulação com as práticas relacionais amorosas, entre as quais, com especial destaque, as que se caracterizam pela violência (a violência na intimidade).

A análise teórica desenvolvida levou-nos a adotar uma perspetiva sociocultural, assente nos pressupostos construcionistas sociais, tanto para a análise do fenómeno da violência na intimidade como para a análise do fenómeno do amor. No que diz respeito à violência na intimidade, a revisão das teorias e da investigação que procuram integrar a dimensão cultural permitiu-nos concluir que há fatores socioculturais que fornecem racionais e justificações para a violência, incluindo significados associados ao amor e à conceptualização das relações, e que contribuem para a aceitação e legitimação de práticas violentas como aceitáveis em determinadas sociedades e culturas. Assim, dado que a dimensão sociocultural fornece o contexto experiencial e interpretativo para a violência, ela não pode ser negligenciada na compreensão deste fenómeno.

No que diz respeito ao amor, procedeu-se a uma revisão exaustiva das várias e diferentes abordagens teóricas sobre o fenómeno, bem como dos estudos desenvolvidos no âmbito dessas abordagens, e constatámos que, na sua maioria, em maior ou menor grau, reconhecem a existência de variações culturais na experiência do fenómeno do amor. No entanto, são as abordagens construcionistas e críticas, onde se inscrevem os estudos culturais e os estudos narrativos, as que mais têm aprofundado e analisado a dimensão cultural do fenómeno. Na leitura construcionista social, o amor é conceptualizado como sendo socialmente construído, através das práticas e discursos dos sujeitos em interação (Towns & Adams, 2000), logo, diferindo em função do contexto social, cultural e histórico. Vários estudos comparativos entre diferentes culturas têm corroborado esta premissa (Hatfield & Rapson, 2005), indicando que o amor difere culturalmente na forma e intensidade com que é experienciado (Schmitt, 2006). Assim, concluímos que os estudos e análises culturais vêm sustentar a leitura construcionista do amor, evidenciando que a experiência do amor é constrangida (potenciada e, ao mesmo tempo, limitada) pelos padrões culturais vigentes num dado tempo/espaço (Towns & Adams, 2002), onde se inclui a experiência “violenta” do fenómeno.

Assim, e em resultado do percurso teórico que fizemos, há três ideias centrais a salientar e que orientaram os nossos estudos:

A interligação dos fenómenos da violência na intimidade e do amor - concluímos que o amor e a violência na intimidade não devem ser analisados separadamente, dado que, por um lado, no âmbito da violência na intimidade, se verifica que há fatores culturais que legitimam e potenciam o seu uso, entre os quais os significados associados ao amor e à sua expressão relacional e, por outro lado, no âmbito do fenómeno do amor, verificámos que há construções que concorrem para a sua expressão ou vivência mais “violenta”, legitimando práticas relacionais violentas.

A importância da dimensão sociocultural na análise da interligação entre estes dois fenómenos - a violência na intimidade e o amor são fenómenos dependentes das práticas e dos discursos socioculturais, pelo que a dimensão cultural deve ser considerada na sua análise como constitutiva e indissociável dos fenómenos (e não, apenas, como influência). Como vimos, a cultura fornece repertórios de compreensão, motivos e significados acerca do amor e da violência na intimidade, aos quais os indivíduos recorrem para atribuir sentido à sua experiência “pessoal” do amor e da violência.

A reconstrução da noção de “cultura” na investigação - como discutimos no capítulo 1, há que desconstruir a noção de “cultura”, considerando a sua mutabilidade, a sua permanente construção e redefinição pelos sujeitos, a sua multiplicidade e diversidade (não só entre diferentes culturas, mas também intracultural) e a sua transversalidade grupal. Assim, ao falarmos da dimensão cultural na análise da violência na intimidade e do amor, tivemos em consideração quatro aspetos essenciais, no que diz respeito à conceptualização da “cultura”:

- (i) a cultura muda com o tempo (Crichton-Hill, 2001; Kasturirangan et al., 2004), sendo permanentemente transformada, sob a influência de vários fatores, como o contacto com outras culturas, a migração, os *media*, os processos sociopolíticos, condições socioeconómicas, etc.;
- (ii) a cultura não existe separadamente da reconstrução de cada pessoa, ou seja, cada sujeito interage com a cultura e, desta forma, os sujeitos estão envolvidos constantemente no processo de interpretação, negociação e redefinição (Kasturirangan et al., 2004; Levesque, 2001);
- (iii) a cultura não é monolítica, havendo em cada cultura espaço para dissidência, contradição e, até, resistência (Dasgupta, 1998; Volpp, 2006);

(iv) a cultura é transversal, não é um fenómeno do “outro”. As explicações culturais, normalmente, invocam a violência como prevalente nas minorias (e.g., étnicas, economicamente desfavorecidas, classes sociais baixas) (Dasgupta, 1998; Pratt & Sokoloff, 2006), tendendo esta a ser interpretada como um comportamento típico da cultura “característica” dos grupos minoritários. Pelo contrário, a violência identificada na “cultura dominante” tende a ser explicada e interpretada como excecional, resultando da anormalidade ou patologia individual (Volpp, 2006). Isto tem contribuído para uma visão enviesada e negativa da cultura dos “outros” e para a estigmatização estereotipada de determinados grupos, principalmente os mais desfavorecidos (Sokoloff & Dupont, 2006), remetendo a “violência” para os “outros” e ocultando a violência do *mainstream* (Dasgupta, 1998; Volpp, 2006).

Atendendo a estas questões e considerando que os discursos socioculturais balizam as opções a que os sujeitos têm acesso para atribuir sentido ao fenómeno do amor e às práticas e formas relacionais (incluindo as violentas), levando a que o discurso dos sujeitos acabe por refletir os discursos sociais envolventes, considerámos que esse discurso deveria constituir, por si só, o objeto de análise central na abordagem cultural do amor e da violência na intimidade.

Assim, pedimos a sujeitos de diferentes grupos sociais que nos relatassem a história de amor da sua vida (nunca sendo sugerida, por nós, a temática da violência, incluindo com os sujeitos com historial de violência) e procedemos à análise crítica do seu discurso.

Utilizando a metodologia qualitativa da análise do discurso (Potter & Wheterell, 1998), procurámos, então, compreender quais as grelhas interpretativas culturais disponíveis para significar o amor e analisar de que forma essas grelhas/repertórios se manifestam no discurso dos sujeitos, tanto o dos envolvidos em relações violentas, como o dos envolvidos em relações não violentas, procedendo, também, à sua contrastação.

Começámos por analisar o discurso dos sujeitos sem história de violência, de diferentes grupos geracionais (primeiro estudo empírico) e, seguidamente, procedemos à análise comparativa do seu discurso com o dos sujeitos com história de violência (segundo estudo empírico). Por fim, partimos, então, para uma análise mais

aprofundada do discurso dos sujeitos com história de violência, analisando especificamente o discurso dos agressores (terceiro estudo empírico) e o discurso das vítimas (quarto estudo empírico).

Dos vários estudos resultou a identificação de cinco repertórios interpretativos sobre o amor (o companheiro, o romântico, o pragmático, o apaixonado e o *game-playing*), que são partilhados por todos os sujeitos (com e sem história de violência, homens e mulheres, jovens e adultos, adultos de diferentes grupos geracionais, adultos de diferentes estados civis), o que indica que estes constituem grelhas interpretativas culturais sobre o amor amplamente partilhadas:

- O repertório amor companheiro - assenta na associação entre o amor e a amizade/companheirismo, no conhecimento mútuo, na noção da necessidade de adequação dos parceiros, de ajuda, de compreensão e do entendimento entre ambos, bem como na importância da comunicação e do diálogo. A sinceridade, a confiança, a honestidade surgem como valores essenciais neste repertório, em que a fidelidade e o respeito são hipervalorizados.
- O repertório amor romântico - remete para o guião tradicional das relações, isto é, para a associação do amor a uma relação de compromisso e duradoura (preferencialmente, que culmine no casamento e que seja para sempre), havendo uma idealização da relação e do parceiro (fase cor-de-rosa) e a expectativa de um final feliz. Inclui as noções de amor verdadeiro, de pessoa certa e de necessidade de vivenciar e estar numa relação de amor para alcançar a felicidade.
- O repertório amor apaixonado - remete para a noção de que o amor implica uma alteração do estado normal dos sujeitos (em termos cognitivos, emocionais e físicos), assente na intensidade afetiva e que pode levar a comportamentos ou atitudes que escapam ao controlo dos sujeitos. O ciúme é conceptualizado como prova de amor e os comportamentos menos ponderados são conceptualizados como resultado da forte intensidade emocional, do querer/amar “de mais”.
- O repertório amor pragmático - o amor e as relações são conceptualizados sob uma perspetiva mais prática e calculada, sendo utilizado para contrabalançar significações mais “idealistas” e proceder a uma reflexão

ponderada das experiências relacionais. Inclui a ideia de aprendizagem/amadurecimento, após o balanço das suas experiências relacionais, bem como a listagem de vantagens/desvantagens da relação e a listagem dos atributos desejáveis do parceiro que acarretem ganhos para o próprio. Contém uma visão mais flexível das relações, como a noção da vulnerabilidade do amor às contingências da vida.

- O repertório amor *game-playing* - é o menos recorrente, associado essencialmente à agência masculina, em que as relações são concebidas como um jogo, envolvendo menor investimento emocional, intimidade e compromisso. Esta forma relacional é conceptualizada como estando na fronteira do “não amor”, sendo associada, essencialmente, às conquistas sexuais, a relações fugazes e passageiras, à noção de aproveitar o momento e adiar o compromisso.

De um modo global, a grelha romântica e a grelha “companheira” do amor são as dominantes no relato das histórias da maioria dos sujeitos nos diferentes grupos. É de destacar que, apesar do repertório *game-playing* ser a grelha preterida, considerado quase como um “não-amor” ou como a antítese do “amor verdadeiro” (por implicar descomprometimento e relações de curta duração), ele revela a disseminação de um discurso sociocultural que veicula a desvalorização, a conotação negativa ou, mesmo, a estigmatização das relações passageiras e sem compromisso.

Vejamos, agora, as principais conclusões de cada um dos estudos.

No grupo dos sujeitos sem história de violência, analisámos o discurso de diferentes grupos geracionais: (i) jovens atuais; (ii) sujeitos que viveram a juventude nos anos 90 (“geração democrática”), sujeitos que viveram a juventude na época pós-ditatorial (“geração de Abril”) e sujeitos que viveram a juventude na época ditatorial (“geração do Estado Novo”). Verificou-se que todos os grupos geracionais partilham os cinco repertórios, já referidos, mas que há diferenças nos padrões de utilização e relevância dos diferentes repertórios:

Da contrastação dos jovens com os adultos, resultou que os jovens adotam um discurso mais “romantizado” (ao longo de toda a história), alternando com o “companheiro” (aprofundamento/melhoria da relação) e que revelam uma componente mais “apaixonada” (alteração do seu estado normal devido à intensidade do amor,

servindo para justificar/aceitar comportamentos menos ponderados ou mais impulsivos quando confrontados com problemas relacionais). Por seu lado, os adultos adotam um discurso mais “companheiro”, alternando com o “romântico”, mas está presente a componente mais “pragmática” e menos “apaixonada”, o que lhes permite proceder a uma análise mais ponderada da relação e das práticas relacionais.

Considerando apenas os grupos geracionais que constituem a população adulta, embora se verifique uma homogeneidade transversal no padrão de utilização dos diferentes repertórios (o repertório companheiro como principal grelha interpretativa, alternada, essencialmente, com a grelha romântica e, mais escassamente, com a grelha pragmática), há um grupo geracional que se distingue – a “geração de Abril”. Esta geração, embora oscile também entre o repertório companheiro e o repertório romântico, apresenta um discurso mais “pragmático” e faz mais uso do repertório apaixonado e do repertório *game-playing*. De um modo geral, verificamos que a “geração de Abril” se distingue pelo uso mais diversificado e distribuído dos diferentes repertórios, revelando maior ambiguidade na forma como conceptualiza o amor e as relações. Pelo contrário, a “geração do Estado Novo” e a “geração democrática” parecem aproximar-se nos seus discursos, adotando um discurso mais fechado, tradicional e hegemónico. Além disto, são os jovens atuais que revelam as significações mais extremadas e genderizadas que veiculam as relações mais assimétricas e desiguais.

Da contrastação do discurso dos sujeitos sem história de violência com o discurso dos sujeitos com história de violência, resultou que ambos recorrem, em maior ou menor grau, aos cinco repertórios interpretativos sobre o amor. No entanto, identificámos diferenças no padrão de utilização e na amplitude dos repertórios, concluindo que não são os repertórios em si, considerados isoladamente, que promovem a violência, mas a conjugação dos diferentes repertórios (e os momentos em que são usados) que pode facilitá-la ou, pelo contrário, dificultá-la.

Assim, concluímos que a conjugação entre o repertório romântico (utilizado, ao longo de toda a narrativa, essencialmente como referência na gestão da relação), o repertório companheiro (usado mais frequentemente na fase final da narrativa, quando as dificuldades relacionais são significativas, centrando os sujeitos na frustração das expectativas e dos valores “companheiros”) e o repertório apaixonado (ao acrescentar a componente “passional” à relação, sustenta e facilita, exponencialmente, a adoção de práticas relacionais abusivas e violentas, assentes na exasperação emocional), em concomitância com a escassez do repertório pragmático (sendo o menos conciliável

com as relações insatisfatórias e com a violência, a sua ausência ou escassez aumenta a vulnerabilidade dos sujeitos ao envolvimento e à manutenção de relações violentas ou abusivas), parece ser a que mais facilita a legitimação e a tolerância a práticas relacionais abusivas.

Pelo contrário, a conjugação, entre o repertório companheiro (quando usado ao longo de toda a história e, principalmente, na fase de desenvolvimento/aprofundamento da relação amorosa, permite o foco na gestão das práticas e das dinâmicas relacionais de ambos os parceiros), o romântico (quando usado, exclusivamente, como ponto de partida e projeção no futuro, não interferindo na gestão da relação) e o pragmático (por funcionar como balizador da relação amorosa e por não contemplar significados que promovem a legitimação e tolerância à violência, diminui a vulnerabilidade dos sujeitos a relações abusivas), em concomitância com a menor relevância do repertório apaixonado (usado apenas como ponto de partida, a par do romântico, para descrever a ativação física e emocional) parece ser a que mais restringe e dificulta a adoção de práticas relacionais abusivas.

Além destas conjugações, verificou-se que os sujeitos com história de violência apresentam, principalmente nos repertórios romântico e companheiro, um leque mais reduzido de significados, limitando a versatilidade, adaptação e flexibilidade na forma como significam e vivenciam o amor e as relações. Esta combinação potencia posições mais rígidas e práticas mais extremadas quando os valores, inscritos naqueles repertórios, são quebrados ou quando surgem problemas relacionais. Pelo contrário, os sujeitos sem história de violência apresentam um leque mais alargado de significados, possibilitando-lhes maior versatilidade, capacidade de adaptação e flexibilidade nos posicionamentos que assumem no amor, aumentando a funcionalidade e satisfação relacionais.

Além disto, através da contrastação mais específica entre jovens e adultos, verifica-se uma maior proximidade discursiva entre os adultos com história de violência e os jovens (com e sem história de violência), partilhando um padrão de utilização idêntico e apresentando, também, um leque mais restrito de significados na composição dos repertórios.

No estudo desenvolvido com os agressores, verificou-se que o tema da conflitualidade/violência é central no seu discurso (surgindo espontaneamente, dado que não foi sugerido pela entrevistadora), o que remete para a tentativa de integrarem na sua

história de amor, de forma coerente e salvaguardando uma imagem positiva, a perpetração de violência contra a parceira. Identificaram-se diferenças entre os agressores juvenis e os agressores adultos, assim como diferenças decorrentes da situação relacional dos sujeitos (os que ainda estão na relação violenta, os que saíram da relação violenta e os que se encontram em situação de ambiguidade).

No caso dos jovens, a associação entre o amor e a violência surge essencialmente no repertório amor romântico (quando não são corroboradas as expectativas românticas da exclusividade/prioridade da relação, da fidelidade, do amor união/fusão) e, também, no repertório apaixonado (recorrendo às noções do amor cego/irracional e da forte intensidade emocional). Nos adultos, ainda que a violência seja, também, conceptualizada no repertório apaixonado (sob o argumento da elevada intensidade emocional), a associação amor/violência está mais patente no repertório companheiro: recorrem à prescrição dos valores companheiros (procura de entendimento, compreensão, aceitação, persistência na relação até chegar a “acordo”, crença na mudança) para promover a tolerância à violência e legitimar a manutenção/recuperação da relação. É de notar que, no caso dos agressores adultos, o tema da violência não é diretamente abordado no contexto do repertório romântico (talvez, por colidir com a imagem do “herói” romântico), sendo usado para conceptualizar a emergência de conflitos ou problemas (remetendo-os para fatores externos que terão contribuído para a desilusão dos ideais e expectativas românticas).

Por outro lado, ainda, os jovens com história de violência conseguem revelar maior versatilidade e flexibilidade no uso dos diferentes repertórios, o que indica que não apresentam discursos tão restritivos e cristalizados. Pelo contrário, os adultos restringem o seu discurso em torno dos repertórios mais “convencionais” e integram os significados e modelos relacionais mais rígidos e extremados, dificultando exponencialmente a alternância entre os diferentes repertórios e a aceitação de perspetivas alternativas. Restritos

Por fim, os repertórios pragmático e *game-playing* não são utilizados pelos agressores para dar sentido à conflitualidade/violência: o *game-playing* porque, sendo considerado quase um não-amor, ausência de compromisso e relações fugazes, veicula a crença cultural de que não há espaço para a violência em espaços não investidos de afeto; o pragmático porque, ao veicular uma visão mais calculada e racional da relação, não parece ser compatível com a perpetração de violência (que é conceptualizada no

discurso dos participantes como estando fora do seu controlo, resultante de outros fatores, sem responsabilização do próprio).

No que diz respeito à situação relacional dos agressores, isto é, a sua permanência, saída ou ambiguidade na relação violenta, verificámos que há algumas especificidades no uso dos repertórios. Os que permanecem na relação e os que se encontram em situação de ambiguidade recorrem essencialmente ao repertório amor companheiro, no sentido de sustentar a permanência ou recuperação da relação. Tal remete para a construção culturalmente partilhada de que serão os valores e ideais do amor companheiro os que contribuem para a sustentação das relações. Por seu turno, os que saíram da relação violenta são os que usam de forma mais distribuída os diferentes repertórios, bem como recorrem mais ao repertório amor pragmático, no sentido de justificar a rutura da relação.

Há a referir, ainda, que no discurso dos agressores estão presentes discursos de género tradicionais que prescrevem as ideias de dominância e de agressão, principalmente quando sentem a sua “masculinidade” ameaçada – isto é, quando não são capazes de garantir a estabilidade económica, quando são traídos ou quando a sua autoridade/autoimagem é posta em causa. Assim, verificamos que reconhecem a adoção de comportamentos violentos mas que o fazem recorrendo a situações “limite” que, socioculturalmente, “justificam” ou “permitem” a violência: (i) no contexto de uma vida difícil que destrói os sonhos e ideais românticos; (ii) quando a companheira não possui as características tradicionalmente valorizadas na mulher, associadas ao que deve ser a identidade feminina (passiva, compreensiva, submissa); (iii) quando a mulher é infiel; e (iv) quando o amor é demasiado intenso para que se possa controlar.

O estudo desenvolvido com as mulheres vítimas permitiu-nos concluir que apresentam um discurso marcadamente mais romantizado na descrição da sua história (sendo o repertório amor romântico o mais dominante). Comparativamente aos agressores, verifica-se que o tema da violência não assume o mesmo destaque, surgindo a par com outros temas, o que, em nosso entender, pode relacionar-se com o facto de a mulher se deparar com a necessidade de conciliar vários papéis e responsabilidades relacionais (maternidade, gestão do lar, tarefas domésticas, trabalho - no caso das vítimas adultas; gestão das relações com os pares, estudos - no caso das jovens).

Através da análise dos seus relatos concluímos que a experiência de vitimação é, essencialmente, integrada e significada na grelha “romantizada”, “passional” e de

“companheirismo” do amor e das relações – cujos significados sustentam a “normalização” da violência e promovem a tolerância da vítima à violência sofrida, bem como a sua manutenção na relação violenta. Verificou-se que as mulheres vítimas procuram discursivamente encontrar uma justificação para a violência do parceiro: (i) recorrem a fatores externos, como problemas do dia-a-dia, álcool ou infidelidade, factos que concorrem para o desencanto dos ideais românticos (repertório amor romântico); (ii) recorrem à intensidade dos afetos do parceiro (repertório apaixonado); e (iii) recorrem ao desentendimento/desacordo relacional (repertório companheiro). Desta forma, conseguem desresponsabilizar o parceiro pela violência e, ainda, dissociar o parceiro “violento” do “verdadeiro” parceiro que as ama/amou, conseguindo manter o “script” romântico.

Verificou-se, ainda, que, além da violência sofrida, surgem referências à violência perpetrada pelas próprias contra o parceiro. No caso das participantes adultas é essencialmente o sub-repertório “desencantado” que associa o amor à violência feminina (frustração das expectativas românticas – fidelidade, cuidado, proteção) e, no caso das jovens, é exclusivamente o repertório amor apaixonado que associa a violência feminina à defesa da “integridade moral” da jovem, como forma de enfatizar o seu amor e fidelidade perante os ciúmes e a desconfiança do namorado.

Concluimos que as mulheres fazem uso da violência mas fazem-no em situações muito específicas e com contornos muito limitados: surge contextualizada em situações de defesa, como último recurso e só depois de se terem esgotado todas as outras possibilidades, e circunscrevem-se aos limites da violência física menor e da violência verbal.

Por fim, há a referir que, no caso dos agressores, a experiência da vitimação masculina no contexto da intimidade não é abordada – surgem apenas breves referências à violência verbal por parte da parceira, conceptualizada como uma afronta à sua autoridade e usada para legitimar a escalada de violência. No nosso entender, isto resulta do facto da violência feminina ser subvalorizada e do facto de colocar em causa a masculinidade do homem.



Tendo em conta a análise teórica e empírica a que procedemos, consideramos importante debater as implicações destes resultados a três níveis, nomeadamente: (i) o que os nossos resultados traduzem quanto aos processos histórico, sociais e políticos da

cultura portuguesa; (ii) as possibilidades que abrem/fecham enquanto recursos culturais para a construção do amor e das práticas/formas relacionais (e em que medida podem constranger/influenciar a vivência de relações violentas, abusivas e assimétricas); e (iii) mais especificamente, as pistas para a intervenção preventiva e remediativa, numa perspectiva cultural, que deles derivam.

Partindo da noção de que o discurso dos sujeitos traduz os discursos socioculturais mais salientes, consideramos que as especificidades identificadas no discurso dos diferentes grupos geracionais funcionam como barómetros dos processos sociais e de mudança, traduzindo os diferentes períodos histórico, político e sociais vividos em Portugal nas últimas décadas:

A “geração do Estado Novo” apresenta, nas suas histórias, concepções sobre o amor e as relações muito conservadoras e tradicionalistas, assentes numa ideologia patriarcal que veicula valores e conceitos morais tidos como inquestionáveis, característicos do contexto ditatorial em que viveram a sua juventude (a família, o casamento, a fidelidade, a limitação da mulher ao papel de esposa, mãe e dona de casa, o homem como elemento de autoridade no núcleo familiar, austero e rígido). No entanto, é de notar que quando se posicionam no presente e se projetam no futuro, agora já distanciados da época ditatorial e tendo outras vivências, já tecem alguma reflexão e análise crítica daqueles valores, principalmente, quando têm uma história relacional que não se enquadrou no guião convencional. Isto revela que, embora mantenham como ideal o modelo tradicional, já o questionam, principalmente, quando o modelo “falhou” e quando são confrontados com as transformações que, entretanto, ocorreram no âmbito da conjugalidade (a possibilidade do divórcio, a mudança de estatuto e condições da mulher, a realização pessoal em outras esferas que não a conjugal).

A “geração de Abril” é a que mais se distingue, tanto pelo padrão mais volúvel e distribuído no uso diferentes repertórios, como pela ambiguidade na forma como conceptualiza o amor e as relações. Os sujeitos oscilam entre uma perspectiva muito tradicional, sob a grelha “romântica” (desejabilidade do casamento/durabilidade da relação, associada à constituição da família e investimento no projeto comum da vida a dois, defendendo a fidelidade como condição essencial) e uma abordagem mais flexível e menos convencional (a vivência do amor a dois faz sentido quando é favorável ao próprio, a ênfase nas emoções fortes e de prazer, o evitamento de compromisso e, até, o desinvestimento relacional). No nosso entender, esta ambiguidade discursiva reflete o período histórico único em que viveram a sua juventude, caracterizado pelo clima

contestatário e crítico típico de uma revolução, onde ocorreram grandes transformações sociais e políticas (a passagem para o sistema democrático, a liberdade de expressão, a legalização do divórcio, a luta por liberdades, direitos e garantias em diversas áreas, a crítica social no que diz respeito a assimetria de classes e, também, evoluções no âmbito do estatuto e condições da mulher) que tiveram implicações no discurso e nas práticas relacionais íntimas. A “geração de Abril” apresenta um discurso “de oposição” ao Estado Novo, representando um ponto de rutura com a repressão da época ditatorial.

A “geração democrática” (que viveu a juventude nos anos 90, já na segunda década do regime democrático), ao contrário do que seria expectável, dado o distanciamento geracional e o diferente enquadramento histórico e político, tem um discurso mais próximo dos sujeitos que vivenciaram a juventude na época do Estado Novo do que da geração que os antecedeu, a “geração de Abril”.

Os aspetos diferenciadores (introduzidos pela “geração de Abril”) que nos permitem distingui-la da “geração do Estado Novo”, dizem respeito à formalização “desinstitucionalizada” do amor (permitindo outras formas de formalização, como a união de facto), à consideração da possibilidade das relações terminarem (embora não seja desejável e seja de evitar) e ao alargamento (que se traduz num acréscimo) dos papéis associados à mulher. À exceção destes aspetos, que os diferenciam, recuperam um discurso mais fechado, hegemónico e tradicional: o ideal do “amor único e verdadeiro”, a durabilidade da relação, a primazia do casamento e da constituição de família, a realização pessoal pelo ideal da vida a dois e na construção de um projeto comum, assente nos valores do “companheirismo”, invioláveis e rígidos.

Por fim, o que é distintivo nos jovens atuais é a componente mais “apaixonada” no seu discurso e o maior recurso à grelha “*game-playing*”. No entanto, tal não significa que apresentem conceções sobre o amor mais abertas, igualitárias ou flexíveis. Pelo contrário, na adoção destes repertórios é notória a conotação moral, a crítica negativa, o duplo padrão sexual, a instrumentalização da mulher, bem como a legitimação de comportamentos de controlo e exercício de poder (no masculino) e a “submissão”/tolerância a tais comportamentos (no feminino), veiculando a dominância masculina e a submissão feminina. Assim, os jovens da atualidade tendem a seguir o padrão de retorno ao “tradicional”, revelando, até, discursos mais extremados e genderizados, que veiculam relações assimétricas e desiguais.

Fazendo uma análise global, observamos a tendência atual para o retorno às conceções mais tradicionalistas e convencionais do amor, mais marcadas e assimétricas,

sobretudo, na população juvenil. Consideramos que, quer a “geração democrática” quer os jovens atuais, por não terem a experiência/memória dos constrangimentos à liberdade pessoal e da repressão e, desde sempre, se depararem com uma multiplicidade de percursos relacionais possíveis e, até, paradoxais, tendem a recuperar os valores “tradicionais” e “rígidos” da conjugalidade, como estratégia para conseguir algum sentido de identidade, segurança e estabilidade, numa sociedade cada vez mais instável e insegura em vários âmbitos.

Ora, consideramos que este “retorno” ao conservadorismo e esta “nostalgia” dos valores tradicionais e “seguros” do passado, não podem deixar de ser entendidos sem considerar o contexto histórico-político atual, tanto em Portugal como na Europa: período de crise generalizada, em que ideologias mais à direita têm conquistado terreno na esfera política e social e em que os valores de austeridade e o conservadorismo dos costumes tendem a fortalecer-se e reafirmar-se.

No segundo nível de análise, verificámos que, apesar da diversidade de grelhas interpretativas para significar o amor e as relações, há uma continuidade discursiva transgeracional e uma continuidade discursiva trans-historial (isto é, comum aos sujeito com e sem história de violência). Vimos que as conceptualizações românticas e apaixonadas funcionam como pedras basilares, onde os sujeitos começam por edificar as suas histórias, e que o “companheirismo”, sob a forma de valores básicos, funciona como elemento de desenvolvimento e manutenção da relação (sem deixar de preservar a estrutura romântica e de, pontualmente, recuperar o “colorido” apaixonado).

Não desconsiderando as especificidades e pontos de rutura nos discursos, verifica-se que, globalmente, as conceções tradicionais do amor e as formas relacionais conservadoras continuam a prevalecer (culminando, até, em alguns casos, no “moralismo” e na “estigmatização” dos que não seguem o padrão convencional). Há a partilha consensual do guião romântico e dos valores “invioláveis” do companheirismo, cuja frustração é conceptualizada como fraturante. Relembramos que a questão da infidelidade/ser enganado é um tema “crítico”, transversal a todos os sujeitos, o que nos indica a construção cultural partilhada do valor da “fidelidade” e da expectativa de “exclusividade” nas relações amorosas.

Assim, consideramos que estas conceções acabam por restringir a forma como os sujeitos se posicionam nas relações e vivenciam o amor, havendo, ao contrário do que seria expectável perante a diversidade e multiplicidade discursiva, um discurso

mainstream que restringe, de forma sutil e implícita, a abertura à diferença e a possibilidade de formas ou estilos de vida relacionais alternativos. “Sutil” e “implícita” porque esta restrição do leque de alternativas e possibilidades surge sob o discurso da liberdade e da “escolha” (no sentido em que, face ao vasto leque de opções em que tudo é permitido, escolhem o guião convencional), obscurecendo os constrangimentos contextuais e culturais que restringem o leque de alternativas e possibilidades ao modelo convencional (e.g., escassez de políticas educacionais que estimulem o pensamento crítico, desigualdades sociais, o peso histórico de valores patriarcais e genderizados, menores recursos económicos, etc.)

Relembramos que, apesar das diferenças no padrão de conjugação e utilização, os sujeitos sem história de violência e os sujeitos com história de violência, partilham as mesmas grelhas interpretativas para significar o amor e as relações de intimidade. Embora de forma mais vincada nos sujeitos com história de violência, também os sujeitos “normativos” revelam concepções míticas e idealizadas sobre o amor, procuram formas relacionais conservadores e defendem a “inviolabilidade” de determinados valores, sendo ténue o limiar entre a flexibilidade e a rigidez, entre a “negociação” e a conflitualidade/violência relacional.

Assim, concluímos que os discursos sobre o amor que podem facilitar, legitimar e tolerar a violência não estão circunscritos à “anormalidade”, aos sujeitos “disfuncionais”, aos perpetradores ou aos vitimizados. Pelo contrário, em maior ou menor grau, estão presentes nos discursos de todos os sujeitos, nas histórias comuns do quotidiano e são culturalmente partilhados. Assim, os nossos resultados indicam que não há uma cultura dos “outros”, mas a “nossa” cultura, partilhada por todos - rígida nos limites que estabelece à diversidade e à diferença, que tende para um retrocesso na paridade, simetria e igualdade de género na conjugalidade e que, no seu extremo, pode facilitar a legitimação e a tolerância à violência.

No terceiro nível de análise, os resultados dos vários estudos fornecem pistas importantes para a intervenção, quer remediativa quer preventiva. Considerando as especificidades discursivas identificadas nos sujeitos com história de violência, concluímos que os significados “romantizados” e “passionais”, associados à “inviolabilidade” de determinados valores, principalmente os associados ao “companheirismo” (e.g. a fidelidade) devem ser alvo prioritário na intervenção - e não apenas os aspetos diretamente relacionados com a violência e as dinâmicas abusivas. Os

comportamentos violentos não devem ser considerados fora do seu contexto relacional e afetivo e, como vimos, há significações sobre o amor, amplamente partilhadas, que concorrem para a facilitação de tais comportamentos.

Um repertório que, no nosso estudo, se reveste de grande potencial é o pragmático, dado que, pelas suas características, é o menos compatível com as relações insatisfatórias e com situações abusivas ou de violência. Assim, consideramos que este repertório pode ser trabalhado e maximizado, tanto na intervenção remediativa (com vítimas e ofensores) como na preventiva (principalmente com os jovens), na medida em que permite contrabalançar as significações mais “idealistas” e “rígidas”.

Além disto, as especificidades identificadas no discurso dos jovens e no discurso dos adultos revelam, também, a necessidade de desenvolver intervenções diferenciadas, tanto ao nível remediativo como ao nível preventivo. Destacamos, particularmente, as ações dirigidas aos jovens, no sentido de circunscrever as trajetórias violentas e limitar a sua replicação na vida adulta (intervenção remediativa), e, principalmente, no sentido de lhes permitir a construção de significações e valores sobre o amor mais funcionais e flexíveis que contribuam para dinâmicas relacionais saudáveis. Relembramos que são os jovens quem, na globalidade, revela os significados mais “idealizados” e “passionais” que concorrem para a rigidez, inflexibilidade e intransigência na vivência das relações amorosas (exclusividade/prioridade da relação, intolerância à infidelidade, amor união/fusão, ciúme e violência como prova de amor), não deixando de considerar a possibilidade de recorrer à violência quando perspetivam a frustração dos ideais românticos ou dos valores “companheiros” (como a infidelidade).

Por fim, a tendência atual para o retorno às conceções mais tradicionalistas e convencionais do amor, que veiculam formas relacionais conservadoras e a inviolabilidade de determinados valores (ainda que mais marcadas nos jovens e nos sujeitos com história de violência), leva-nos a refletir sobre a real dimensão das transformações no âmbito relacional e sobre a “visibilidade” de discursos alternativos, num aparente contexto de diversidade e multiplicidade.

Não desconsiderando algumas transformações, consideramos que o retorno à “segurança” do modelo relacional tradicional/conservador, no contexto da diversidade e multiplicidade discursiva, revela uma certa carga cultural e estrutural que delimita a “diversidade”. Ainda que possa haver uma plataforma cultural de significação e de confronto entre diferentes grelhas de interpretação (Machado, 2004), consideramos que

não possuem uma posição ou visibilidade equivalentes, havendo o favorecimento de umas em detrimento de outras.

Relembramos o contexto atual de crise generalizada e instabilidade, no qual as ideologias mais à direita têm conquistado terreno na esfera política e social, contexto em que os valores de austeridade e o conservadorismo dos costumes tendem a fortalecer-se e reafirmar-se. Em nosso entender, isto indica que o discurso tradicional (e, até, hiper-tradicional) continua a constituir uma fonte significativa de controle informal das relações sociais e a manter e/ou recuperar uma certa ordem/estrutura social: parece haver uma leitura dos direitos, garantias e liberdades individuais, alcançados em vários domínios, como fonte de instabilidade, insegurança e fragilidade, surgindo o conservadorismo (com todos os retrocessos sociais que implica) como a solução para os problemas sociais atuais.

Como já foi referido ao longo da dissertação, isto implica que nós, enquanto sociedade, temos que reconhecer, e refletir criticamente, sobre o nosso papel na co-construção dos discursos e práticas socioculturais. A desigualdade, a assimetria, bem como as práticas violentas, não são pertença de minorias que sustentam discursos e práticas “pró-violentas”. A desigualdade, a iniquidade e a violência fazem parte do discurso social “dominante” e acarretam várias funções dentro dos discursos públicos e privados (como a manutenção da estrutura social convencional, a preservação da família tradicional, o reforço de relações de conjugalidade genderizadas e assimétricas, a instrumentalização dos afetos para exercer dominação e controle).

Assim, consideramos que a intervenção não pode negligenciar a sociedade em geral, sendo essencial consciencializar a sociedade (opinião pública, media, política, instituições educativas e sociais, etc.) do seu papel e desconstruir muitos dos discursos sobre o amor e as relações, partilhados e veiculados no dia-a-dia que, como vimos, têm utilidades específicas e podem ser utilizados para legitimar e tolerar práticas abusivas e violentas na intimidade. Numa ótica construcionista social, embora socialmente construídos, não somos meros recetores passivos mas co-construtores ativos, pelo que a mudança e transformação social/relacional é da responsabilidade de cada um e de todos.



Antes de terminar, julgamos importante referir algumas limitações do presente estudo, assim como algumas questões que o mesmo deixa em aberto.

Como limitações, destacamos o facto do grupo de agressores ser constituído exclusivamente por homens e do grupo das vítimas ser constituído exclusivamente por mulheres. No entanto, tal não significa que não se reconheça a perpetração exercida no feminino e a vitimação sofrida no masculino. A composição destes grupos decorre, não apenas de uma opção teórica, assente nos estudos que indicam que se trata de uma forma de violência mais sofrida, e com maior impacto, no feminino, mas, também, da dificuldade em conseguir aceder a vítimas do sexo masculino e a agressoras do sexo feminino. Assim, no sentido de evitar o reducionismo analítico do uso exclusivo do género como grelha de leitura que, usualmente, reforça a imagem da mulher como vítima passiva, procurámos reconhecer a variabilidade do fenómeno da violência e explorar, também, a possibilidade do recurso à violência por parte da mulher no contexto da intimidade. Como já foi referido, também se atendeu à experiência da vitimação no discurso dos agressores mas esta não surgiu como tópico de análise no nosso estudo porque se verificou que o tema não assumia qualquer destaque no seu discurso.

Outro aspeto que é importante referir prende-se com a validação dos resultados, sendo pouco adequado, no caso do presente estudo, de natureza qualitativa, adotar os critérios tradicionais das investigações quantitativas (fidelidade e validade). Assim, adotámos cuidados redobrados para assegurar a confiança e credibilidade dos nossos resultados, destacando, em particular, dois procedimentos: a “*descrição densa*” dos significados identificados, com uma apresentação detalhada dos mesmos e a sua ilustração textual (como vimos na descrição dos resultados); e a “consulta aos participantes”, através da devolução de uma síntese dos principais resultados a elementos representantes de cada um dos grupos, discutindo-se, individualmente, o nível de correspondência e de identificação dos participantes com a nossa análise. É de notar que poucas alterações foram introduzidas, dadas as reações de “aceitação” e concordância. No entanto, embora possamos afirmar que esta validação nos permite maior segurança no processo de redução de erros ou de interpretações desfasadas, não podemos deixar de considerar a relação investigador-participante que, apesar do contexto de partilha e negociação, poderá ter influenciado a “aceitação”.

Como questões que ficaram em aberto, podendo constituir focos de análise em estudos posteriores, destacamos o interesse que poderá ter a análise do discurso do casal, com e sem história de violência, procedendo também à sua contrastação. Isto

poderia permitir compreender melhor as dinâmicas relacionais, explorando de que modo as grelhas são apropriadas e transformadas na díade.

Especialmente relevante seria, também, o estudo dos *media* que, mais diretamente, concorrem para a construção do fenómeno do amor (como séries televisivas, telenovelas ou filmes) - no sentido de identificar os repertórios interpretativos sobre o amor que veiculam e de analisar em que medida encontraríamos, ou não, paralelismo com os nossos resultados e conclusões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abney, V. (2002). Cultural competency in the field of child maltreatment. In J. Myers, L. Berliner, J. Briere, C. Hendrix, C. Jenny, & T. Reid (Eds.), *The APSAC handbook on child maltreatment* (pp. 477–485). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Acevedo, B., & Aron, A. (2009). Does a long-term relationship kill romantic love? *Review of General Psychology, 13*, 59-65.
- Ahmad, F., Riaz, S., Barata, P., & Stewart, D. (2004). Patriarchal beliefs and perceptions of abuse among South Asian immigrant women. *Violence Against Women, 10*, 262–282.
- Allison, C. J., Bartholomew, K., Mayseless, O., & Dutton, D. G. (2008). Love as a battlefield: Attachment and relationship dynamics in couples identified for male partner violence. *Journal of Family Issues, 29*, 125-150.
- Almeida, R., & Dolan-Delvecchio, K. (1999). Addressing culture in batterers' intervention: The Asian Indian community as an illustrative example. *Violence Against Women, 5*, 654–683.
- Almosaed, N. (2004). Violence against women: A cross-cultural perspective. *Journal of Muslim Affairs, 24*, 67–88.
- Anderson, K. L. (2005). Theorizing gender in intimate partner violence research. *Sex Roles, 52*, 11/12, 853-865.
- Anderson, S. A., & Schlossberg, M. C. (1999). Systems perspectives on battering: The importance of context and pattern. In M. Harway & J. M. O'Neil (Eds.), *What causes men's violence against women?* (pp.137–152). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Andrews, M. (2003). Calendar ladies: Popular culture, sexuality and the middle-class, middle-aged domestic woman. *Sexualities, 6*, 385-403.
- Antaki, C., Billig, M., Edwards, D., & Potter, J. (2003). Discourse analysis means doing analysis: A critique of six analytic shortcomings. *Discourse Analysis Online, 1*, available at: www.shu.ac.uk/daol/articles/v1/n1/a1/antaki2002002-paper.html.
- Antaki, C., Condor, S., & Levine, R. (1996). Social identities in talk: Speakers own orientations. *British Journal of Social Psychology, 35*, 473-492.
- Antonucci, T., Akiyama, H., & Takahashi, K. (2004). Attachment and close relationships across the life span. *Attachment & Human Development, 6*, 353-370.
- Archer, J. (2006). Cross-cultural differences in physical aggression between partners: A social-role analysis. *Personality and Social Psychology Review, 10*, 133–153.

- Barash, D. P. & Webel, C. P. (2002). *Peace and conflict studies*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Barnes, S. (1999). Theories of spouse abuse: Relevance to African Americans. *Issues in Mental Health Nursing, 20*, 357–371.
- Barnett, O.W., Lee, C. Y., & Thelen, R. E. (1997). Gender differences in attributions of self-defence and control in interpartner aggression. *Violence Against Women, 3*, 462-481.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological approach. *Psychological Bulletin, 114*, 413–434.
- Bent-Goodley, T. (2005). Culture and domestic violence: Transforming knowledge development. *Journal of Interpersonal Violence, 20*, 195–203.
- Berns, N. (1999). My problem and how I solve it: Domestic violence in women’s magazines. *The Sociological Quarterly, 40*, 85–108.
- Berns, N. (2001). Degendering the problem and gendering the blame: Political discourse on women and violence. *Gender and Society, 15*, 262–281.
- Berscheid, E. (2010). Love in the fourth dimension. *Annual Review of Psychology, 61*, 1 – 25.
- Berscheid, E. (2006). Searching for the meaning of “love”. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 171-183). London: Yale University Press.
- Black, B., Tolman, R., Callahan, M., Saunders, D., & Weisz, A. (2008). When will adolescents tell someone about dating violence victimization? *Violence Against Women, 14*, 541-558.
- Black, M., & Weiz, N. (2003). Dating violence. Help-seeking behaviors of African American middle schoolers. *Violence Against Women, 9*, 187-206.
- Bookwala, J. (2002). The role of own and perceived partner attachment in relationship aggression. *Journal of Interpersonal Violence, 17*, 84-100.
- Boonzaier, F. & De La Rey, C. (2003). “He’s a man and I’m a woman”: Cultural constructions of masculinity and femininity in South African women’s narratives of violence. *Violence Against Women, 9*, 1003-1029.
- Borochowitz, D. Y. (2008). The taming of the Shrew: Batterres’ constructions of their wives’ narratives. *Violence Against Women, 14*, 1166-1180.
- Borochowitz, D.Y. & Eisikovits, Z. (2002). To love violently: Strategies for reconciling love and violence. *Violence Against Women, 8*, 476-494.

- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol. 2. Separation, anxiety and anger*. New York: Basic Books.
- Bowlby J. (1969). *Attachment and Loss. Volume 1: Attachment*. New York: Basic Books.
- Bowman, C. G. (2003). Domestic violence: Does the African context demand a different approach? *International Journal of Law and Psychiatry*, 26, 473–491.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Brownridge, D. A. (2006). Violence against women post-separation. *Aggression and Violent Behavior*, 11, 514–530.
- Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Burt, M. (2002). Reasons to invest in adolescents. *Journal of Adolescent Health*, 31, 136-152.
- Buss, D. M. (2006). The evolution of love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 65-86). London: Yale University Press.
- Cancian, F. M., & Gordon, S. L. (1988). Changing emotion norms in marriage: Love and anger in U. S. women's magazines since 1900. *Gender & Society*, 2, 308-342.
- Caridade, S. (2011). *Vivências íntimas violentas. Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4, 485-493.
- Carll, E. K. (2003). Introduction. Psychology, news media, and public policy: Promoting social change. *American Behavioral Scientist*, 46, 1591-1593.
- Carll, E. K. (2003). News portrayal of violence and women: Implications for public policy. *American Behavioral Scientist*, 46, 1601–1610.
- Carlson, B. E. (2005). The most important things learned about violence and trauma in the past 20 years. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 119–126.
- Carlson, B. E. & Worden, A. P. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey: I. Definitions of domestic violence, criminal domestic violence, and prevalence. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1197–1218.
- Carpenter, L. (1988). From girls into women: Scripts for sexuality and romance in Seventeen magazine, 1974-1994. *Journal of Sex Research*, 35, 158-168.

- Chiu, M. Y. (2004). Why Chinese women do not seek help: A cultural perspective on the psychology of women. *Counseling Psychology Quarterly*, *17*, 155–166.
- Chung, D. (2005). Violence, control, romance and gender equality: Young women and heterosexual relationships. *Women's Studies International Forum*, *28*, 445–455.
- Connell, R. W. (1987). *Gender and power*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Connell, R. & Messerschmidt, J. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, *19*, 829-859.
- Cook, P. W. (1997). *Abused men: The hidden side of domestic violence*. New York: Praeger.
- Cornelius, T. L. & Resseguie, N. (2007). Primary and secondary prevention for dating violence: a review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, *12*, 364-375.
- Counts, D., J. Brown, & J. Campbell (1999). *To have and to hit: Cultural perspectives on wife beating*. Urbana: University of Illinois Press.
- Crenshaw, K. (1994). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In M. Fineman and R. Mykitiuk (Eds.), *The public nature of private violence* (pp.93–118). New York: Routledge.
- Cribb, J. & Barnet, R. (1999). Being bashed: Western Samoan women's responses to domestic violence in Western Samoa and New Zealand. *Gender, Place and Culture*, *6*, 49–65.
- Crichton-Hill, Y. (2001). Challenging ethnocentric explanations of domestic violence: Let us decide, then value our decisions—A Samoan response. *Trauma, Violence, & Abuse*, *2*, 203–214.
- Currie, D. H. (1998). Violent men or violent women? Whose definition counts? In R. K. Bergen (Ed.), *Issues in intimate violence* (pp. 97-111). London: Sage Publications.
- Dasgupta, S. D. (1998). Women's realities. Defining violence against women by immigration, race, and class. In R. K. Bergen (Ed.), *Issues in intimate violence* (pp. 209–219). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dasgupta, S. D. (1999). Just like men? A critical view of violence by women. In M. F. Shepard & E. L. Pence (Eds.), *Coordinating community response to domestic violence: Lessons from Duluth and beyond* (pp. 195-222). Thousand Oaks, CA: Sage.

- Dasgupta, D. S. (2002). A Framework for Understanding Women's Use of Nonlethal Violence in Intimate Heterosexual Relationships. *Violence Against Women*, 8, 1364-1389.
- Dell, P. F. (1989). Violence and the systemic view: The problem of power. *Family Process* 28:1-14.
- Dias, A. R. & Machado, C. (2010). Violência conjugal: Representações e significados no discurso mediático. *Psicologia*, XXIV (1), 17-47.
- Dias, A. R. & Machado, C. (2008). Gênero e violência conjugal – uma relação cultural. *Análise Psicológica*, XXVI, 571-586.
- Dias, A. R., & Machado, C. (2007). Representações da mulher no discurso mediático, de 1965 à actualidade. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 12, 193-216.
- Dias, A. R., & Machado, C., (2011). Amor e Violência na Intimidade: Da Essência à Construção Social. *Psicologia & Sociedade*, 23 (3).
- Dias, A., Machado, C., Gonçalves, R., & Manita, C. (submetido para publicação). *Interpretative repertoires about love and intimate relationships: Narratives of those who "love" violently.*
- Dobash, R. E. & Dobash, R.P. (1980). *Violence against wives: A case against patriarchy*. Shepton Mallet: Open Books.
- Dutton, D. G. (1994). Patriarchy and wife assault: The ecological fallacy. *Violence and Victims*, 9, 167-182.
- Dutton, D. G. (1995). *The domestic assault of women: Psychological and criminal justice perspectives*. Vancouver: University of British Columbia.
- Edelson, M. G., Hokoda, A., & Ramos-Lira., L. (2007). Differences in effects of domestic violence between Latina and Non-Latina women. *Journal of Family Violence*, 22, 1-10.
- Fehr, B. (2006). A prototype approach to studying love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 225-246). London: Yale University Press.
- Fisher, W. (1987). *Human communication as narration: Toward a Philosophy of reason, value, and action*. Columbia: University of South Carolina Press.
- Flake, D. F. & Forste., R. (2006). Fighting families: Family characteristics associated with domestic violence in five Latin American countries. *Journal of Family Violence*, 21, 19-29.
- Foreman, S., & Dallos, R. (1993). Domestic violence. In R. Dallos & E. McLaughlin (Eds.), *Social problems and the family* (pp.7-46). London: Sage.

- Fraser, H. (2005). Women, love, and intimacy “gone wrong”: fire, wind, and ice. *Affilia*, 20, 10-20.
- Fraser, H. (2003). Narrating love and abuse in intimate relationships. *British Journal of Social Work*, 33, 273-290.
- Furman, W., & Shomaker, L. B. (2008). Patterns of interaction in adolescent romantic relationships: Distinct features and links to other close relationships. *Journal of Adolescence*, 31, 771–788.
- Gage, A. (2005). Women’s experience of intimate partner violence. *Social Science & Medicine*, 61, 343–364.
- Galliher, R, Enno, A., & Wright, R. (2008). Convergence and divergence among multiple methods for assessing adolescent romantic relationships. *Journal of Adolescence*, 31, 6, 747-769.
- Gamson, W. (1992). *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Garbarino, J. (1993). Childhood: What do we need to know? *Childhood*, 1, 3–10.
- Garcia, L., Hurwitz, E. L., & Kraus, J. F. (2005). Acculturation and reported intimate partner violence among Latinas in Los Angeles. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 569–590.
- Garcia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L., & Watts, C. H. (2006). Prevalence of intimate partner violence: Findings from the WHO multi-country study on women’s health and domestic violence. *The Lancet*, 368, 1260–1269.
- Gelles, R. J. (1997). *Intimate violence in families*. London: Sage.
- Gelles, R. J. & Straus, M. A. (1979). Determinants of violence in the family: Toward a theoretical integration. In W. R. Burr, R. Hill, F. I. Nye, & I. L. Reiss (Eds.), *Contemporary theories about the family*, vol. 1, (pp. 549–581). New York: Free Press.
- Gergen, K.J. (1999). *An invitation to social construction*. London: Sage.
- Gergen, K. J. (1997) *Realities and relationships*. Cambridge: Harvard University Press
- Gigy, L., & Kelly, J. (1992). Reasons for divorce: Perspectives of divorcing men and women. *Journal of Divorce and Remarriage*, 18, 169–187.
- Gilbert, P. R. (2002). Discourses of female violence and societal gender stereotypes. *Violence Against Women*, 8, 1275-1304.
- Gillum, T. (2008). The benefits of a culturally specific intimate partner violence intervention for African American survivors. *Violence Against Women*, 14, 917–943.

- Go, V. F., Johnson, S. C., Bentley, M. E., Sivaram, S., Srikrishnan, A. K., Celentano, D. D., & Solomon, S. (2003). Crossing the threshold: Engendered definitions of socially acceptable domestic violence in Chennai, India. *Culture, Health & Sexuality, 5*, 393-408.
- Goldner, V. (1999). The treatment of violence and victimization in intimate relationships. *Family Process, 37*, 263–286.
- Gottman, J. M., & Levenson, R. W. (2000). The timing of divorce: Predicting when a couple will divorce over a 14-year period. *Journal of Marriage and the Family, 62*, 737–745.
- Grandin, E. & Lupri, E. (1997). Intimate violence in Canada and the United States: A cross-national comparison. *Journal of Family Violence, 12*, 417–443.
- Greenspun, W. (2000). Embracing the controversy: A metasystemic approach to the treatment of domestic violence. In P. Papp (Ed.), *Couples on the fault line* (154–177). New York: Guilford.
- Guba, E & Lincoln, Y. (1989). *Fourth generation evaluation*. California: Sage Publications.
- Hagemann-White, C. (2001). European research on the prevalence of violence against women. *Violence Against Women, 7*, 32–59.
- Haj-Yahia, M. M. (2002). Beliefs of Jordanian women about wife-beating. *Psychology of Women Quarterly, 26*, 282–291.
- Haj-Yahia, M. M., & Uysal, A. (2008). Beliefs about wife beating among medical students from Turkey. *Journal of Family Violence, 23*, 119–133.
- Harlow, H. F. (1958). The nature of love. *American Psychology, 13*, 673–685
- Hassouneh-Phillips, D. (2001). American Muslim women's experiences of leaving abusive relationships. *Health Care for Women International, 22*, 415–432.
- Hatfield, E. & Rapson, B. L. (2005). *Love and sex: Cross cultural perspectives*. Oxford: University Press of America, Inc.
- Haugen, P., Welsh, D., & McNulty, J. (2008). Empathic accuracy and adolescent romantic relationships. *Journal of Adolescence, 31*, 709-727.
- Hearn, J. (2004). From hegemonic masculinity to the hegemony of men. *Feminist Theory, 5*, 49-72.
- Hearn, J. (1996). Men's violence to known women: Historical, everyday and theoretical constructions by men. In B. Fawcett, B. Featherstone, J. Hearn, & C. Toft (Eds.),

- Violence and gender relations: Theories and interventions* (pp. 22–37). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Hendrick, C. & Hendrick, S. S. (2006). Styles of romantic love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 149-170). London: Yale University Press.
- Henton, J., Cate, R., Koval, J., Lloyd, S. & Christopher, S. (1983). Romance and violence in dating relationships. *Journal of family issues*, 4, 3, 467-482.
- Hoefel, J. (2006). Deconstructing the cultural evidence debate. *University of Florida Journal of Law & Public Policy*, 17, 303–345.
- Holtzworth-Munroe, A. (2005). Female perpetration of physical aggression against an intimate partner: A controversial new topic of study. *Violence and Victims*, 20, 253–261.
- Horne, S. (1999). Domestic violence in Russia. *American Psychologist*, 54, 55–61.
- Horsburgh, B. (2006). Lifting the veil of secrecy: Domestic violence in the Jewish community. In N. J. Sokoloff & C. Pratt (Eds.), *Domestic violence at the margins* (pp.206–26). New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Huston, T. D. (2009). What’s love got to do with it? Why some marriages succeed and others fail. *Personal Relationships*, 16, 301-327.
- Hydén, M. (2005). “I must have been an idiot to let it go on”: Agency and positioning in battered women’s narratives of leaving. *Feminism & Psychology*, 15, 169-188.
- Hyman, I., Forte, T., Du Mont, J., Romans, S., & Cohen, M. M. (2006). Help-seeking rates for intimate partner violence (IPV) among Canadian immigrant women. *Health Care for Women International*, 27, 682–694.
- Jackson, S. (2001). Happily never after: young women’s stories of abuse in heterosexual love relationships. *Feminism Psychology*, 11, 305-321.
- Jackson, S. (1993). Even sociologists fall in love: An exploration in the sociology of emotions. *Sociology*, 27, 201-220.
- Jefferson, T. (1997). Masculinities and crime. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford handbook of criminology* (pp.535–558). Oxford: Clarendon.
- Kasturirangan, A. & Williams, E. (2003). Counseling Latina battered women: A qualitative study of the Latina perspective. *Journal of Multicultural Counseling and Development*, 31, 162–178.

- Kasturirangan, A., Krishnan, S., & Riger, S. (2004). The impact of culture and minority status on women's experience of domestic violence. *Trauma, Violence & Abuse*, 5, 318–332.
- Kellett, P. M. (1995). Acts of power, control, and resistance: narrative accounts of convicted rapist. In R. K. Whillock & D. Salyden (Eds.), *Hate speech* (pp. 142–162). Thousand Oaks, Sage.
- Kenrick, D. T. (2006). A dynamical evolutionary view of love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 15–34). London: Yale University Press.
- Kim, J. Y. & Sung, K. (2000). Conjugal violence in Korean American families: A residue of the cultural tradition. *Journal of Family Violence*, 15, 331–345.
- Kozu, J. (1999). Domestic violence in Japan. *American Psychologist*, 54, 50–55.
- Kurz, D. (1998). Old problems and new directions in the study of violence against women. In R. K. Bergen (Ed.), *Issues in intimate violence* (pp.197–208). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Kwiatkowska, A. (1998). Gender stereotypes and beliefs about family violence in Poland. In R. Klein (Ed.), *Multidisciplinary perspectives on family violence* (pp.129–152). London: Routledge.
- Latta, R. & Goodman, L. (2005). Considering the interplay of cultural context and service provision in intimate partner violence: The case of Haitian immigrant women. *Violence Against Women*, 11, 1441–1464.
- Lee, C., Oh, M., & Mountcastie, A. (1992). Indigenous models of helping in Nonwestern countries: Implications for multicultural counselling. *Journal of Multicultural Counselling & Development*, 20, 3–10.
- Lee, E. (2007). Domestic violence and risk factors among Korean immigrant women in the United States. *Journal of Family Violence*, 22, 141–149.
- Lee, J. (1973). *The colors of love: An exploration of the ways of loving*. Don Mills, Ontario, Canada: New Press.
- Lee, J., Pomeroy, E. C., Bohman, T. M. (2007). Intimate partner violence and psychological health in a sample of Asian and Caucasian women: The roles of social support and coping. *Journal of Family Violence*, 22, 709–720.
- Levesque, R. J. (2001). *Culture and family violence. Fostering change through human rights law*. Washington: American Psychological Association.

- Levinson, D. (1989). *Family violence in cross-cultural perspective*. Newbury Park, CA: Sage.
- Lieberman, D. & Hatfield, H. (2006). Passionate love: Cross-cultural and evolutionary. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 274-297). London: Yale University Press.
- Lyotard, J. F. (1989). *A condição pós-moderna* (2.^a Ed). Lisboa: Gradiva.
- Locsin, R. & Purnell, M. (2002). Intimate partner violence, culture-centrism, and nursing. *Holistic Nursing Practice*, *16*, 1–4.
- Lourenço, N., Lisboa, N. & Pais, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.
- Machado, C. (2004). *Crime e insegurança. Discursos do medo, imagens do “outro”*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Machado, C. & Dias, A. R. (2008). Cultura e violência familiar: Uma revisão crítica da literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, *64*, 43–74.
- Machado, C., Gonçalves, M. M., Matos, M., & Dias, A. R. (2007). Child and partner maltreatment: Self-reported prevalence and attitudes in the North of Portugal. *Child Abuse and Neglect*, *31*, 657–670.
- Machado, C., Martins, A., Santos, A., Dias, M., Antunes, C. & Rato, A. (2005). Crenças e atitudes policiais sobre a violência conjugal. *Revista do CEJ*, *3*, 293–303.
- Makepeace, J. M. (1981). Courtship violence among college students. *Family Relations*, *30*, 97-102.
- Malley-Morrison, K. (2004). *International perspectives on family violence and abuse. A cognitive ecological approach*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Malley-Morrison, K. & Hines, D. (2004). *Family violence in a cultural perspective*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Malley-Morrison, K. & Hines, D. A. (2007). Attending to the role of race/ethnicity in family violence research. *Journal of Interpersonal Violence*, *22*, 943–972.
- Margolin, G., Sibner, L. G., & Gleberman, L. (1988). Wife battering. In V. B. Van Hasselt, A. S. Bellack, R. L. Morrison, & M. Hersen (Eds.), *Handbook of marital violence* (pp. 89–118). New York: Plenum.
- Marin, A. J. & Russo, N. F. (1999). Feminist perspectives on male violence against women: Critiquing O’Neil and Harway’s model. In M. Harway & J. M. O’Neil

- (Eds.), *What causes men's violence against women?* (pp.18–35). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Markowitz, F. E. (2001). Attitudes and family violence: Linking intergenerational and cultural theories. *Journal of Family Violence, 16*, 205–218.
- Maslow A. H. (1954). *Motivation and Personality*. New York: Harper
- Matos, M. (2000). *Violência conjugal: O processo de construção de identidade da mulher*. Dissertação de mestrado em Psicologia, na especialidade de Psicologia da Justiça. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Matos, M., Machado, C. Caridade, S. & Silva, M.J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Revista Psicologia: Teoria e Prática, 8*, 55-76.
- Maxwell, C, (2007). “Alternative” narratives of young people’s heterosexual experiences in the UK. *Sexualities, 10*, 539-558.
- McAdams. A. (1995) *The Life Story Interview*. Disponível em: <http://www.sesp.northwestern.edu/docs/LifeStoryInterview.pdf>
- McConaghy, J. S. & Cottone, R. R. (1999). The systemic view of violence: An ethical perspective. *Family Process, 37*, 51–63.
- McWhirter, P. (1999). Domestic violence in Chile. *American Psychologist, 54*, 37-40.
- Mehrotra, M. (1999). The social construction of wife abuse experiences of Asian Indian women in the United States. *Violence Against Women, 5*, 619–640.
- Menjívar, C. & Salcido, O. (2002). Immigrant women and domestic violence: Common experiences in different countries. *Gender & Society, 16*, 898–920.
- Meyers, M. (1994). News of battering. *Journal of Communication, 44*, 47–63.
- Michalski, J. H. (2004). Making social sense out of trends in intimate partner violence - The social structure of violence against women. *Violence Against Women, 10*, 652–675.
- Miller, S. L. (2001). The paradox of women arrested for domestic violence. *Violence Against Women, 7*, 1339-1376.
- Miller, S. L., & Meloy, M. L (2006). Women's use of force: Voices of women arrested for domestic violence. *Violence Against Women, 12*, 89-115
- Munk, B. D. (2004). Free choice, modern love, and dependence: marriage of minors and rapt de séduction in the Austrian Netherlands. *Journal of Family History, 29*, 183-205.

- Narayanan, G. (2005). Theorizing police response to domestic violence in the Singaporean context: Police subculture revisited. *Journal of Criminal Justice*, 33, 429–439.
- Nayak, M., Byrne, C., Martin, M., & Abraham, A. (2003). Attitudes toward violence against women: A cross-nation study. *Sex Roles*, 49, 333–342.
- Neves, A. S. A. (2005). *A (des)construção dos discursos genderizados sobre o amor, o poder e a violência na relações íntimas: Metodologias feministas na psicologia social crítica*. Dissertação de doutoramento não publicada. Universidade do Minho: Instituto de Educação e Psicologia.
- O’Keefe, M. (1997). Predictors of dating violence among high school students. *Journal of Interpersonal Violence*, 12, 546–568.
- Pais, E. M. D. (1998). *Homicídio conjugal em Portugal – rupturas violentas da conjugalidade*. Lisboa: Hugin.
- Parke, R. & Lewis, N. (1981). The family in context: A multilevel interactional analysis of child abuse. In R. Henderson (Ed.), *Parent-child interaction* (pp. 169–204). New York: Academic Press.
- Pearson, P. (1997). *When she was bad: Violent women and the myth of innocence*. New York: Viking.
- Perilla, J. L. (1999). Domestic violence as a human rights issue: The case of immigrant Latinos. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 21, 107-133.
- Pirog-Good, M.A. & Stets, J. E. (1989). *Violence in dating relationships: Emerging social issues*. New York: Praeger.
- Pratt, C. & Sokoloff, N. J. (2006). Introduction. In N. J. Sokoloff and C. Pratt (Eds.), *Domestic violence at the margins* (pp. 15–23). New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Potter, J. (1996). Discourse analysis and constructionist approaches: Theoretical background. In J. E. Richardson (Ed.), *Handbook of Qualitative Research Methods for Psychology and the Social Sciences* (pp.125 -140) Leicester: British Psychological Society.
- Potter, J., Edwards, D., & Wetherell, M. (1993). A model of discourse in action. *American Behavioural Scientist*, 36, 383-401.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1988). Discourse analysis and the identification of interpretative repertoires. In C. Antaki (Ed.), *Analysing everyday explanations: a casebook* (pp. 142-162). London: Sage.

- Potter, J. & Wetherell, M. (1992). *Discourse and social psychology. Beyond attitudes and behaviour*. London: Sage.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour*. London: Sage.
- Puente, S. & Cohen, D. (2003). Jealousy and the meaning (or nonmeaning) of violence. *Personality and Social Psychology*, 29, 449-460.
- QSR International (2010). *NVivo9*. Disponível em: www.qsrinternational.com/nvivo9.
- Raley, R. K., Crissey, S., & Muller, C. (2007). Of sex and romance: Late adolescent relationships and young adult union formation. *Journal of Marriage & Family*, 69, 1210–1226.
- Raskin, J. D., & Neimeyer, R. A. (2007). Coherent constructivism, a response to Mackay. *Theory & Psychology*, 13, 397-409.
- Riessman, C. (1991). *Qualitative studies in social work research*. California: Sage.
- Riggs, D. S. & O’Leary, K. D. (1989). A theoretical model of courtship aggression. In M. A. Pirog-Good & J. E. Stets (Eds.), *Violence in dating relationships: Emerging social issues* (pp. 53-71). New York: Praeger.
- Romkens, R. & Mastenbroek, S. (1998). Budding happiness: Dynamics in relations of teenage girls who are abused by their boyfriends. In R. Klein (Ed.), *Multidisciplinary perspectives on domestic violence* (pp. 58-75). London: Routledge.
- Rotimi, A. (2007). Violence in the family: A preliminary investigation and overview of wife battering in Africa. *Journal of International Women’s Studies*, 9, 234–52.
- Saavedra, R. (2010). *Prevenir antes de remediar: Prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis*. Dissertação de Doutorado em Psicologia, na especialidade de Psicologia da Justiça. Braga: Escola de Psicologia, Universidade do Minho.
- Sacco, V. (1995). Media constructions of crime. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 539,145–154.
- Sasson, T. (1995). *Crime talk. How citizens construct a social problem*. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.
- Saunders, D. G. (2002). Are Physical Assaults by Wives and Girlfriends a Major Social Problem? A Review of the Literature. *Violence Against Women*, 8, 1424-1448.
- Saraga, E. (1996). Dangerous places: The family as a site of crime. In J. Muncie and E. McLaughlin (Eds.), *The problem of crime* (pp. 183–226). London: Sage.

- Schmitt, D. P. (2006). Evolutionary and cross cultural perspectives on love: The influence of gender, personality, and local ecology on emotional investment in romantic relationships. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 249-273). London: Yale University Press.
- Schofield, K. (2004). Collisions of culture and crime: Media commodification of child sexual abuse. In J. Ferrell, K. Hayward, W. Morrison, & M. Presdee (Eds.), *Cultural criminology unleashed* (pp.121–131). London: Glasshouse.
- Scott, K. & Straus, M. (2007). Denial, Minimization, Partner Blaming, and Intimate Aggression in Dating Partners. *Journal of Interpersonal Violence*, 22, 851-871.
- Segal, U. A. (1999). Family violence: A focus on India. *Aggression and Violent Behavior*, 4, 213–231.
- Shirwadkar, S. (2004). Canadian domestic violence policy and Indian immigrant women. *Violence Against Women*, 10, 860–379.
- Shotter, J. (1993). *Conversational Realities: Constructing Life through Language*. London: Sage Publications.
- Skevington, S. & Baker, D. (1989). *The Social Identity of Women*. London: Sage.
- Sokoloff, N. J. & Dupont, I. (2006). Domestic violence: Examining the intersections of race, class, and gender - an introduction. In N. J. Sokoloff & C. Pratt (Eds.), *Domestic violence at the margins* (pp.1–13). New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Spitzberg, B & Cupach, W. (2007). The state of the art of stalking: taking stock of the emerging literature. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 64-86.
- Sternberg, R. J. (2006). A duplex theory of love. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 184-199). London: Yale University Press.
- Sternberg, R. J. (1998). *Love is a story: A new theory of relationships*. Oxford: Oxford University Press.
- Stith, S. M., Smith, D. B., Penn, C. A., Ward, D. B., & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behaviour*, 10, 65–98.
- Straus, M. (2004). Prevalence of Violence Against Dating Partners by Male and Female University Students Worldwide. *Violence Against Women*, 10, 790-811.
- Straus, M. A. (1999). The controversy over domestic violence by women: A methodology, theory, and sociology of science analysis. In X. B. Arriaga & S.

- Oskamp (Eds.), *Violence intimate relationships* (pp. 17-43). London: Sage Publications.
- Sugarman, D. B. & Hotaling, G. T. (1989). Dating violence: Prevalence, context, and risk markers. In A. A. Pirog-Good & J. E. Stets (Eds.), *Violence in Dating Relationships: Emerging social issues* (pp. 3-31). New York: Praeger.
- Sugarman, D. B. & Frankel, S. L. (1996). Patriarchal ideology and wife assault: A meta-analytic review. *Journal of Family Violence, 11*, 13–40.
- Sumter, M. (2006). Domestic violence and diversity: A call for multicultural services. *Journal of Health and Human Services Administration, 29*, 173–190.
- Tam, S. & Tang, C. (2005). Comparing wife abuse perceptions between Chinese police officers and social workers. *Journal of Family Violence, 20*, 29–38.
- Tang, C. S. & Lay, B. P. (2008). A review of empirical literature on the prevalence and risk markers of male-on-female intimate partner violence in contemporary China, 1987–2006. *Aggression and Violent Behavior, 13*, 10–28.
- Tang, C. S., Wong, D., & Cheung, F. M. (2002). Social construction of women as legitimate victims of violence in Chinese societies. *Violence Against Women, 8*, 968-996.
- Taylor, B., Gambourg, M., Rivera, M., & Laureano, D. (2006). Constructing cultural competence: Perspectives of family therapists working with Latino families. *The American Journal of Family Therapy, 34*, 429–445.
- Torres, A. C. (2001). *Sociologia do casamento: A família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- Totten, M. (2003). Girlfriend abuse as a form of masculinity construction among violent, marginal male youth. *Men and Masculinities, 6*, 70-92.
- Towns, A. & Adams, P. (2000). “If I really loved him enough, he would be okay”: Women’s accounts of male partner violence. *Violence Against Women, 6*, 558-585.
- Van Dijk, T. (1995). Elite discourse and the reproduction of racism. In R. K. Whillock & D. Salyden (Eds.), *Hate speech* (pp. 1-27). Thousand Oaks: Sage.
- Van Dijk, T. (1990). Discourse & Society: a new journal for a new research focus. *Discourse & Society, 1*, 5-16.
- Vandello, J. A. & Cohen, D. (2003). Male honor and female fidelity: Implicit cultural scripts that perpetuate domestic violence. *Journal of Personality and Social Psychology, 84*, 997-1010.

- Vandellos, J. A., Cohen, D., Grandon, R., & Franiuk, R. (2009). Stand by your man: indirect prescriptions for honorable violence and feminine loyalty in Canada, Chile, and the United States. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 40*, 81-104.
- Volpp, L. (2006). Feminism versus multiculturalism. In N. J. Sokoloff & C. Pratt (Eds.), *Domestic violence at the margins* (pp.39–49). New Brunswick: Rutgers University Press.
- Wang, X. & Ho, S. (2007). My sassy girl: A qualitative study of women's aggression in dating relationships in Beijing. *Journal of Interpersonal Violence, 22*, 623-638.
- Weis, K. (2006). Introduction. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 1-11). London: Yale University Press.
- Wekerle, C., & Wolfe, D. A. (1999). Dating violence in mid-adolescence: Theory, significance, and emerging prevention initiatives. *Clinical Psychology Review, 19*, 435-456.
- Wetherell, M. (1995). Romantic discourse and feminist analysis: Interrogating investment, power and desire. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse* (pp. 128-144). London: Sage.
- Wetherell, M. (1988). Positioning and interpretative repertoires: conversation analysis and post-structuralism in dialogue. *Discourse & Society, 9*, 387-412.
- Wetherell, M. & Edley, N. (1999). Negotiating hegemonic masculinity: Imaginary positions and psycho-discursive practices. *Feminism and Psychology, 9*, 335-356.
- Wetherell, M., & Potter, J. (1988). Discourse analysis and the identification of interpretive repertoires. In C. Antaki (Ed.), *Analysing everyday explanation: A casebook of methods* (pp. 168-183). Newbury Park, CA: Sage.
- Wetherell, M., Taylor, S., & Yates, S. (2001). *Discourse theory and practice: A Reader*. London: Sage.
- Werner-Wilson, R. J., Zimmerman, T. S., & Whalen, D. (2000). Resilient response to batterin. *Contemporary Family Therapy, 22*, 161-188.
- Williams, L. S. (2002). Trying on gender, gender regimes, and the process of becoming women. *Gender & Society, 16*, 29-52.
- Wolfgang, M. E. & Ferracuti, F. (1967). *The subculture of violence: Toward an integrated theory of criminology*. London: Travistock.
- Wood, J. T. (2001). The normalization of violence in heterosexual romantic relationships: Women's narratives of love and violence. *Journal of Social and Personal Relationships, 18*, 239-261.

- Wood, K., Maforah, F., & Jewkes, R. (1998). He forced me to love him: Putting violence on adolescent sexual health agendas. *Social Science Medicine*, 47, 233-242.
- Wilding, R. (2003). Romantic love and “getting married”: Narratives of the wedding in and out of cinema texts. *Journal of Sociology*, 39, 373–389,
- World Health Organization (2002). *World report on violence and health*. Geneva: WHO.
- Yick, A. (2007). Role of culture and context: Ethical issues in research with Asian Americans and immigrants in intimate violence. *Journal of Family Violence*, 22, 277–285.
- Yllo, K. (1983). Using a feminist approach in quantitative research. In D. Finkelhor, R. Gelles, G. Hotaling, & M. Straus (Eds.), *The dark side of families: Current issues in family violence research* (pp. 277–288). Beverly Hills, CA: Sage.
- Yllo, K. (2005). Through a feminist lens. Gender, diversity, and violence: Extending the feminist framework. In D. Loseke, R. Gelles, & M. Cavanaugh (Eds.), *Current controversies on family violence* (pp. 19–34). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Yoshihama, M. (2000). Reinterpreting and safety in a socio-cultural context: dynamics of domestic violence and experiences of women of Japanese descent. *Children and youth services review*, 22, 3/4, 207-229.
- Yoshihama, M. (2002). The definitional process of domestic violence in Japan: Generating official response through action-oriented research and international advocacy. *Violence Against Women*, 8, 339–366.
- Yoshioka, M. R., Gilbert, L., El-Bassel, N., & Baig-Amin, M. (2003). Social support and disclosure of abuse: Comparing South Asian, African American, and Hispanic battered women. *Journal of Family Violence*, 18, 171–180.

ANEXOS

ANEXO 1

Entrevista: A história de amor da sua vida

The Life Story Interview, D.P. McAdams, 1995, Northwestern University,
adaptado por C. Machado & A. R. Dias, 2006, Universidade do Minho

Notas introdutórias:

Esta é uma entrevista acerca da história de amor mais importante da sua vida. Pedimos que assuma o papel de “contador de histórias” no que diz respeito à sua própria história de amor.

As relações amorosas das pessoas revelam bastante variabilidade e as pessoas retiram significado muito diferentes destas relações. Como investigadores sociais, o nosso objetivo é recolher o maior número de diferentes histórias de amor com a finalidade de percebermos como as pessoas constroem sentidos para as histórias amorosas das suas vidas. Assim, procuramos recolher e analisar “histórias de amor” de diferentes pessoas, procurando aspetos comuns e aspetos diferenciadores entre as histórias que nos relatam.

Ao contar-nos a história de amor da sua vida, não é necessário que relate tudo o que aconteceu. Uma história é seletiva, podendo focar-se em alguns acontecimentos chave, em algumas dimensões (temas) chave da sua história. Ao contar-nos a sua história, deve focar-se no material da sua vida que, por algum motivo, considere mais importante ou relevante.

Esta entrevista será unicamente utilizada para fins de investigação, com o único propósito de recolher dados acerca das histórias de amor da vida das pessoas. Não há histórias “boas” ou más, adequadas ou não adequadas, normais ou desviantes. A sua participação neste estudo é completamente voluntária e confidencial.

A entrevista está dividida em partes. Começa por aspetos mais gerais e posteriormente será dirigida para aspetos mais particulares e específicos.

Questões? Dúvidas?

I. Capítulos da história de amor da sua vida

Comece por identificar a história de amor mais importante da sua vida. Pode acontecer ter tido mais do que uma relação de amor e que as considere igualmente importantes. Neste caso, peço que selecione apenas uma, sobre a qual incidirá a entrevista.

Comece por pensar na sua relação de amor como uma história. Todas as histórias têm personagens, cenas, espaços, tempos, etc. Há pontos altos e pontos baixos na história, momentos bons e momentos maus, heróis e vilões, etc. Uma história pode até ter capítulos. Pense na sua história como tendo pelo menos alguns capítulos. Quais são

esses capítulos/que capítulos identifica? Vou pedir-lhe que me descreva cada um dos capítulos principais da sua história. Pode identificar os capítulos que entender, mas sugeria que dividisse a sua história entre um mínimo de 2 ou 3 capítulos e o máximo de 7 capítulos. Se puder, dê a cada capítulo um título/nome e descreva brevemente os conteúdos gerais de cada capítulo. Assumindo o papel de contador de histórias, forneça um argumento sumário (resumo geral) para cada capítulo. Esta primeira parte da entrevista poderia expandir-se infinitamente, assim tentaremos limitar esta parte a 20/25 minutos. Assim, não precisa de contar aqui toda a história, apenas dar uma ideia das linhas gerais da sua história – os principais capítulos da sua história de amor.

Notas: O entrevistador pode querer pedir clarificações e elaborações em algum ponto desta secção, mas há o risco significativo de interromper demasiado. Se o sujeito demorar uns dez minutos, então, não disse o suficiente e o entrevistador deve pedir mais detalhes. Se o sujeito ultrapassar a meia hora, o entrevistador deve tentar (subtilmente) apressar as coisas de alguma forma. No entanto, o sujeito não deve sentir-se “pressionado” (o que, por vezes pode ser inevitável, dado que alguns sujeitos continuarão a prolongar-se). Esta é a parte mais aberta da entrevista, pelo que nos interessa o modo como o sujeito organiza a sua resposta. Há que ter o cuidado de não ser o entrevistador a organizá-la pelo sujeito.

II. Acontecimentos Importantes

Agora que já deu uma ideia das linhas gerais dos capítulos da sua história, gostaria que se centrasse em alguns acontecimentos importantes que marcaram a sua história. Um acontecimento importante deve ser um episódio crítico, um episódio significativo do seu passado que ocorreu num determinado tempo e lugar. Facilita se pensar nesse acontecimento como sendo um momento específico da sua relação amorosa/história de amor que o marcou por alguma razão. Por exemplo, uma conversa ou um encontro específico, uma determinada decisão que tomou a dada altura, etc., podem ser considerados acontecimentos importantes da sua história. Trata-se de momentos particulares que se situam num determinado tempo e lugar, com personagens, ações, pensamentos e sentimentos/emoções. Pelo contrário, umas férias de verão – tenham sido muito felizes, muito tristes ou muito importantes por qualquer motivo – ou um ano que tenha sido particularmente mais difícil ou mais feliz, não se enquadram nos acontecimentos importantes porque têm lugar num período de tempo muito alargado (poderiam considerar-se mais como capítulos de uma história).

Passarei, então, a fazer-lhe algumas questões acerca de 7 acontecimentos específicos da sua história de amor. Para cada acontecimento, descreva em detalhe o que aconteceu, quando e onde aconteceu, quem estava envolvido/presente, o que fez, o que estava a pensar e a sentir nesse dado momento. Além disto, tente refletir acerca do impacto que esse momento importante teve na sua história de amor e o que é que esse acontecimento lhe diz acerca do modo como entendia ou entende o amor (o que é ou era para si o amor), como o vivenciava/vivencia e como se via/vê a si próprio numa relação de amor. Por favor, seja bastante específico aqui.

Questões?

Acontecimento #1: Momento mais feliz (*Peak Experience*)

Um acontecimento alto é um ponto alto na história de amor da sua vida – talvez o ponto mais alto, o auge. Trata-se de um momento ou episódio da história no qual experienciou emoções extremamente positivas, tais como felicidade, harmonia, alegria, realização, etc. Atualmente, este episódio permanece na sua memória como sendo o melhor, o maior, o mais maravilhoso dos momentos ou das cenas da história de amor da sua vida. Por favor, descreva com algum detalhe o ponto alto (ou algo muito aproximado), que tenha experienciado em algum momento no passado. Conte exatamente o que aconteceu, quando e onde aconteceu, quem eram as pessoas envolvidas, o que fez, o que pensou e sentiu e que impacto esta experiência teve para si e na sua relação. Reflita acerca do que esta experiência lhe diz acerca do modo como entendia ou entende o amor, como o vivenciava/vivencia e como se vê/via a si próprio numa relação de amor.

Notas: O entrevistador deve certificar-se de que o sujeito aborda todas estas questões, especialmente as que dizem respeito ao impacto e ao que o acontecimento lhes diz acerca da forma como percebem/vivencia o amor e acerca de si próprio nessa relação.

Acontecimento #2: Momento mais infeliz (*Nadir Experience*)

Um acontecimento baixo é exatamente o oposto do ponto alto, ou seja, é um momento baixo na história de amor da sua vida. Faça uma retrospectiva na sua história e tende recordar-se de uma experiência específica onde tenha sentido emoções extremamente negativas, como desespero, desilusão, terror, culpa, etc. Deve selecionar uma experiência que represente um dos pontos mais baixos na história de amor da sua

vida. Apesar de essa memória poder ser desagradável ou dolorosa, deve tentar descrever do modo mais fiel e detalhado possível. Relembramos, mais uma vez, que deve ser específico: o que aconteceu? Quando? Onde? Quem eram as pessoas envolvidas? O que fez? O que pensou e sentiu? Que impacto teve na sua relação e em si? O que é que essa experiência nos diz acerca do modo como entendia ou entende o amor, como o vivenciava/vivencia e como se vê/via a si próprio numa relação de amor.

Acontecimento #3: Ponto de viragem (*Turning Point*)

Olhando retrospectivamente para a história de amor da nossa vida, é muitas vezes possível identificarmos certos “pontos de viragem” – episódios através dos quais começamos a operar mudanças significativas. Os pontos de viragem podem ocorrer em várias esferas da nossa vida mas, aqui, interessa-nos um ponto de viragem na história de amor da sua vida: um ponto de viragem no modo como entendia o amor, como o vivenciava e como se vi a si próprio nessa história. Por favor, identifique um episódio particular na história de amor da sua vida que veja como sendo um ponto de viragem. Se verificar que a sua história não tem pontos de viragem, então descreva um episódio particular que se aproxime o mais possível (mais do que qualquer outro episódio) de um ponto de viragem.

Nota: Se o sujeito repetir um acontecimento anteriormente relatado (momento alto, momento baixo) há que pedir-lhe que escolha outro. Cada um dos 7 acontecimentos críticos, desta secção, deve ser independente. O que se pretende são 7 acontecimentos separados. Se o sujeito referir um acontecimento que já mencionou na secção dos “Capítulos da História”, mesmo assim é necessário voltar a incidir sobre esse acontecimento nesta secção. Este tipo de redundância é inevitável.

Acontecimento #4: Cena da Infância Importante (*Important Childhood Scene*)

Agora descreva uma memória dos seus amores de infância, que tenha ficado na sua mente como sendo especialmente importante ou significativa. Pode ser uma memória positiva ou negativa. O que aconteceu? Quem eram as pessoas envolvidas? O que fez? O que estava a pensar e a sentir? Que impacto teve esse acontecimento em si e na sua vida amorosa? O que é que nos diz acerca do modo como entendia/entende o amor, como o vivenciava e como se vi a si próprio numa relação de amor? Porque é que foi importante?

Acontecimento #5: Cena da Adolescência Importante (*Important Adolescent Scene*)

Descreva aqui um momento específico da sua adolescência, que considere especialmente importante ou significativo. (O mesmo procedimento: O que aconteceu? Quem eram as pessoas envolvidas? O que fez? O que estava a pensar e a sentir? Que impacto teve esse acontecimento em si e na sua vida amorosa? O que é que nos diz acerca do modo como entendia/entende o amor, como o vivenciava e como se vi a si próprio numa relação de amor? Porque é que foi importante?)

Acontecimento #6: Cena da Idade adulta importante (*Important Adult Scene*)

Descreva aqui um momento específico da sua idade adulta (≥ 18), que considere especialmente importante ou significativo. (O mesmo procedimento: O que aconteceu? Quem eram as pessoas envolvidas? O que fez? O que estava a pensar e a sentir? Que impacto teve esse acontecimento em si e na sua vida amorosa? O que é que nos diz acerca do modo como entendia/entende o amor, como o vivenciava e como se vi a si próprio numa relação de amor? Porque é que foi importante?)

Acontecimento #7: Outra cena importante (*One Other Important Scene*)

Descreva mais um acontecimento, em qualquer ponto na história de amor da sua vida, que se mantenha na sua memória como sendo especialmente importante ou significativo. (O mesmo procedimento: O que aconteceu? Quem eram as pessoas envolvidas? O que fez? O que estava a pensar e a sentir? Que impacto teve esse acontecimento em si e na sua vida amorosa? O que é que nos diz acerca do modo como entendia/entende o amor, como o vivenciava e como se vi a si próprio numa relação de amor? Porque é que foi importante?)

III. Desafios

Olhando agora para os vários capítulos e cenas da história de amor da sua vida, descreva o maior desafio com que se deparou. Como o enfrentou, lidou ou ultrapassou? Outras pessoas ajudaram-no a lidar com esse desafio? Como é que esse desafio teve impacto na sua história de amor?

IV. Influências na sua história: positivas e negativas

Positiva

Olhando novamente para a história de amor da sua vida, identifique uma pessoa, grupo ou instituição que exerceu ou exerce a influência mais positiva na sua história. Descreva essa pessoa, grupo ou instituição e a forma como teve impacto positivo na sua história.

Negativa

Olhando novamente para a história de amor da sua vida, identifique uma pessoa, grupo ou instituição que exerceu ou exerce a influência mais negativa na sua história. Descreva essa pessoa, grupo ou instituição e a forma como teve impacto negativo na sua história.

V. Histórias e História de Amor

Até agora estive a contar a história de amor da sua vida. Ao fazê-lo, estive a tentar transformar a sua vivência do amor numa história. Agora queria que pensasse um pouco mais sobre histórias e como algumas histórias particulares podem ter influenciado a sua própria história de amor. Desde muito cedo que todos nós ouvimos e observamos histórias. Os nossos pais podem ter lido histórias quando éramos crianças; ouvimos as pessoas contar histórias de amor; ou vimos e vemos histórias de amor na televisão (telenovelas, séries, desenhos animados, séries), filmes, músicas ou jogos; aprendemos histórias de amor na escola, na igreja, na vizinhança, com os nossos amigos e família; contamos até histórias de amor e de relações íntimas uns aos outros no quotidiano; alguns de nós até escrevem histórias de amor.

Aqui, interessa-nos saber quais as suas histórias de amor preferidas e como é que estas podem ter influenciado o modo como pensa hoje sobre as relações de amor e a sua própria história de amor. Assim, queria que tentasse identificar uma história preferida para cada grupo que lhe vou apresentar:

- (i) Histórias de amor infantis
- (ii) Telenovelas
- (iii) Filme
- (iv) Livro
- (v) Histórias de outros (família, amigos, conhecidos, etc.)

Cada história que identificar, descreva-a muito resumidamente, refira porque é que é a sua história preferida ou porque se recorda dela. Além disto, se possível, indique que impacto teve na sua própria história de amor e em si.

VI. Futuros alternativos para a história de amor

Agora que já relatou muitas coisas acerca do passado, gostaria que considerasse o futuro. Assim, tente imaginar dois futuros diferentes para a sua vida amorosa.

Futuro Positivo

Primeiro, descreva um futuro positivo. Ou seja, descreva o que gostaria que acontecesse no futuro da sua vida amorosa, incluindo objetivos e sonhos que gostaria de realizar no contexto de uma relação de amor. Por outras palavras, tente dar uma imagem do que gostaria que acontecesse nos futuros capítulos e cenas da sua história de amor.

Futuro Negativo

Descreva um futuro negativo. Ou seja, descreva um futuro que seja bastante indesejável para si, algo que teme que lhe venha a acontecer mas que tem esperança que não aconteça. Por outras palavras, gostaria que me desse uma imagem de um futuro negativo para a sua vida amorosa, que tem possibilidade de vir a acontecer mas que espera ou tem esperança de que não venha a realizar-se.

Notas: O entrevistador tem de tentar conseguir uma descrição o mais detalhada e concreta possível.

VII. Ideologia pessoal

Agora gostaria de fazer algumas questões acerca dos seus valores e crenças fundamentais (valores que defende e aquilo que acredita no que diz respeito às relações de intimidade), assim como o significado que tem para si uma relação de amor. Por favor, dê-nos alguns pensamentos acerca de cada uma destas questões:

1. Valores que defende e que regem o seu comportamento numa relação de intimidade.
2. Crenças: o que acredita ser uma relação de amor, o que acha que é esperado de cada um dos parceiros numa relação de amor.
3. Refira se os seus valores e crenças mudaram ao longo do tempo e como é que mudaram.
4. Qual é para si o valor mais importante numa relação de amor/intimidade?

5. O que poderá acrescentar ao que já disse, para clarificar melhor ainda as suas crenças e valores fundamentais acerca das relações de intimidade/amor, ou a sua filosofia de vida nesta dimensão?

VIII. Tema da História

Olhando para toda história de amor da sua vida como sendo uma história com capítulos e cenas, que se estende desde o passado até a um futuro que imaginou, consegue arranjar um tema central, uma mensagem ou uma ideia que resuma/defina toda a história? Qual o título/tema principal que daria à história de amor da sua vida? Explique.

IX. Outros

Que mais é que me poderá dizer para entender melhor a história de amor da sua vida?

ANEXO 2

Termo de Consentimento Informado

Título do estudo: Repertórios Interpretativos sobre o amor: das narrativas culturais às conjugalidades violentas”

Investigadores Responsáveis: Dr.^a Ana Rita Conde Dias, Professora Doutora Carla Machado

Instituição/Departamento: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia

Local das entrevistas: Serviço de Consulta, Universidade do Minho

No âmbito do estudo acima mencionado, integrado no projecto de Doutoramento da Dr.^a Ana Rita Conde Dias, da Universidade do Minho, sob a orientação da Professora Doutora Carla Machado, é pedida a sua colaboração para participar no referido estudo, através de uma entrevista.

A sua participação no estudo, respondendo a uma entrevista, será de forma totalmente voluntária.

Antes de concordar em participar neste estudo, é muito importante que compreenda as informações e instruções contidas neste documento.

Os investigadores deverão responder a todas as que dúvidas que surgirem, antes de decidir participar.

Tem o direito de desistir de participar da investigação a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Perceber como as pessoas fazem sentido ou pensam acerca dos seus relacionamentos íntimos/amorosos, procurando, para tal, recolher o maior número de diferentes histórias de amor. Assim, procuramos recolher e analisar “histórias de amor” de diferentes pessoas, procurando aspectos comuns e aspectos diferenciadores entre as histórias que nos são relatadas.

Procedimentos. A sua participação neste estudo consistirá na resposta oral a um conjunto de perguntas, que integram a entrevista intitulada “A história de amor da sua vida”. A entrevista será gravada e terá a duração média de uma hora.

Benefícios. Este estudo possibilitará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefícios directos para o participante.

Riscos. As respostas à entrevista não representarão qualquer risco de ordem física, moral ou social, podendo apenas algumas questões trazer-lhe algum desconforto emocional.

Sigilo. As informações fornecidas são totalmente confidenciais e de conhecimento apenas dos investigadores responsáveis. Os participantes do estudo não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados deste estudo forem divulgados em qualquer forma.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos deste estudo e ter esclarecido as minhas dúvidas, concordo em participar neste estudo.

Braga, _____ de _____ de 200_____

O Participante

A Investigadora

(Ana Rita Conde Dias)